

**34º**  
**CONSINASEFE**  
CONGRESSO ELEITORAL

**EDUCAÇÃO NÃO É MERCADORIA!**  
**DERROTAR BOLSONARO,**  
**O NEOFASCISMO E O NEOLIBERALISMO!**

12 A 15 DE MAIO DE 2022

GOLDEN TULIP HOTEL, BRASÍLIA-DF

# Caderno de Teses





# Sumário

---

## TESES DE CONJUNTURA

---

- Pg. 009 **01**  
NÃO HÁ CAPITALISMO SEM RACISMO
- Pg. 019 **02**  
O SINASEFE E O COMBATE À LGBT+FOBIA
- Pg. 023 **03**  
POR UMA MILITÂNCIA SEM ASSÉDIO E UM  
SINDICATO QUE NÃO TOLERE A VIOLÊNCIA
- Pg. 031 **04**  
DERROTAR O NEOFASCISMO E LUTAR EM  
DEFESA DOS DIREITOS DOS TRABALHADORES:  
É TEMPO DE RESISTÊNCIA E LUTA!
- Pg. 045 **05**  
CRISE ECONÔMICA E PANDÊMICA: CAPITALISMO  
DESCARREGA SUA CRISE SOBRE AS COSTAS DOS  
TRABALHADORES E AS DIREÇÕES SINDICAIS  
E POLÍTICAS COLABORAM COM  
CAPITALISTAS E GOVERNOS
- Pg. 052 **06**  
UMA RETOMADA DA NOSSA HISTÓRIA,  
APÓS O FORA BOLSONARO!
- Pg. 058 **07**  
POR UM MOVIMENTO SINDICAL COMBATIVO  
E COM LUTA DE CLASSES NO SINASEFE
- Pg. 063 **08**  
O PAPEL DO SINASEFE NA DEFESA DO  
ESTADO DEMOCRÁTICO DE DIREITO
- Pg. 066 **09**  
A UNIDADE SINDICAL PRIMEIRO DE MAIO E A BUSCA  
DE UMA NOVA ORIENTAÇÃO PARA O SINASEFE

- Pg. 070 **10**  
SINASEFE NA LUTA CONTRA TODAS AS  
FORMAS DE OPRESSÃO E DISCRIMINAÇÃO:  
PELA LIBERDADE DE SER QUEM SE É! E PONTO!
- Pg. 074 **11**  
O CAPITALISMO EM CRISE, GUERRAS E FOME
- Pg. 078 **12**  
O GOLPE, PANDEMIA E O AGRAVAMENTO  
DAS CONDIÇÕES DE VIDA DA CLASSE  
TRABALHADORA BRASILEIRA
- Pg. 084 **13**  
DIANTE DA PRECARIZAÇÃO E DESMONTE DO SERVIÇO  
PÚBLICO FEDERAL, O FORA BOLSONARO NOS  
IMPULSIONA A TOMAR DE VEZ AS RUAS
- Pg. 091 **14**  
O SUPERMILITANTE: UMA REFLEXÃO SOBRE  
O PERSONALISMO NO SINASEFE
- Pg. 095 **15**  
100 ANOS DE LUTA ANTICAPITALISTA! VIVA  
A CLASSE OPERÁRIA INTERNACIONAL!
- Pg. 103 **16**  
CONSTRUIR NO SINASEFE UM "POLO POR UMA  
ALTERNATIVA SOCIALISTA E REVOLUCIONÁRIO"
- Pg. 108 **17**  
SINASEFE COMO INSTRUMENTO DE LUTA  
DOS EDUCADORES FEDERAIS E DA CLASSE  
TRABALHADORA BRASILEIRA
- Pg. 119 **18**  
TESE SOBRE CONJUNTURA DO COLETIVO  
PÃO E ROSAS PARA O 34º CONSINASEFE
- Pg. 129 **19**  
TESE SOBRE CONJUNTURA  
NACIONAL – 34º CONSINASEFE
- Pg. 133 **20**  
SINASEFE UNIDO INDEPENDENTE  
DEMOCRÁTICO E DE LUTAS

---

**TESES DE EDUCAÇÃO**

---

- Pg. 142 **01**  
EDUCAÇÃO E DEMOCRATIZAÇÃO
- Pg. 149 **02**  
POLÍTICAS PARA EDUCAÇÃO SOB O GOVERNO  
BOLSONARO E SEUS IMPACTOS SOBRE A  
FORMAÇÃO DE PROFESSORES
- Pg. 163 **03**  
POLÍTICAS DE ENSINO, PESQUISA E EXTENSÃO
- Pg. 167 **04**  
POR UMA ASSISTÊNCIA ESTUDANTIL  
PARA ALÉM DO ASSISTENCIALISMO
- Pg. 172 **05**  
CIVILIZAR OS COLÉGIOS MILITARES!  
UNIFICANDO A LUTA DA REDE FEDERAL  
COM A REDE DO MINISTÉRIO DA DEFESA
- Pg. 178 **06**  
PERCEPÇÃO DOS SERVIDORES TÉCNICO--  
ADMINISTRATIVOS EM EDUCAÇÃO DO IF FARROUPILHA-  
RS SOBRE O PROGRAMA  
DE GESTÃO TELETRABALHO
- Pg. 182 **07**  
ESPAÇOS POLÍTICOS PARA OCUPAR
- Pg. 185 **08**  
EDUCAÇÃO EM TEMPO DE PANDEMIA
- Pg. 188 **09**  
EDUCAÇÃO NÃO É MERCADORIA! O SINASEFE  
E A EDUCAÇÃO QUE QUEREMOS
- Pg. 193 **10**  
COLÉGIOS MILITARES: FUNCIONAMENTO E  
RELACIONAMENTO COM OS SERVIDORES CIVIS
- Pg. 196 **11**  
TESE SOBRE A QUESTÃO NEGRA  
PARA O 34º CONSINASEFE

- Pg. 198 **12**  
TESE SOBRE EDUCAÇÃO DO COLETIVO PÃO E ROSAS  
PARA O 34º CONSINASEFE (2022)
- Pg. 209 **13**  
TESE SOBRE OPRESSÕES 34º CONSINASEFE
- Pg. 215 **14**  
DEFESA DO ENSINO MÉDIO INTEGRADO  
E DA FORMAÇÃO HUMANA INTEGRAL
- Pg. 223 **15**  
REFORMA DO ENSINO MÉDIO:  
UM COMBATE NECESSÁRIO PELA  
EMANCIPAÇÃO DA CLASSE TRABALHADORA.
- Pg. 231 **16**  
PLANO DE LUTAS DOS IFS: RESPONDER AO ARROCHO  
SALARIAL, CORTES ORÇAMENTÁRIOS, PRIVATISMO,  
INTERVENCIONISMO, ENSINO A DISTÂNCIA E  
CONTRARREFORMAS
- Pg. 249 **17**  
TESE DE EDUCAÇÃO DA UNIDOS PRA LUTAR AO 34º  
CONSINASEFE

---

**TESE MISTA**

---

- Pg. 254 **01**  
INIMIGOS DO REI - FORA BOLSONARO E SEUS LACAIOS

---

**TESE ESTATUINTE**

---

- Pg. 273 **01**  
INSERÇÃO DE ARTIGO SOBRE  
GREVE NO ESTATUTO DO SINASEFE

# ***TESES DE CONJUNTURA***



## 001 - Não há capitalismo sem racismo

### 1. Introdução

Muitos de nós reproduzimos, corretamente, que o racismo é estrutural e estruturante na sociedade capitalista. Entretanto, é preciso explicar o porquê, pois somente assim poderemos avaliar e construir os melhores caminhos para enfrentá-lo, avançando com responsabilidade e consequência militante para com essa pauta que, em nossa avaliação, deve ser tarefa central de todo e qualquer sindicato, partido ou movimento social comprometido no Brasil. Sendo assim, nos parece que, para além de outros desdobramentos possíveis, no campo da reflexão teórico-política, nos interessa saber qual é exatamente a função da *ideologia do racismo* na dinâmica capitalista, já que concordamos com a clássica frase de Malcom X, de que “não há capitalismo sem racismo”. Dito isso, fica a pergunta: por quê?

Estamos convencidos de que a forma através da qual a sociedade capitalista funciona exige, desde sua origem, a *ideologia do racismo* que, por sua vez, é um produto histórico da própria modernidade capitalista. A contradição central do mundo capitalista está na luta capital x trabalho, sabendo que “capital” nada mais é do que uma particular forma de *relação social*, pressupondo possuidores dos meios de produção de um lado (capital) e possuidores de força de trabalho do outro (trabalho), enquanto única mercadoria sob posse da classe trabalhadora, o que a obriga vendê-la no mercado, para que somente assim, mediante um salário, possa acessar os produtos que poderão satisfazer suas necessidades humanas, sejam elas do estômago ou da fantasia.

O que dissemos acima caracteriza uma particular divisão social do trabalho, basicamente em duas dimensões: trabalho intelectual e trabalho manual. A grande questão é que em um determinado momento da história humana essa divisão social do trabalho assumiu características raciais em dimensões globais, ou seja, o capitalismo produziu, também, uma ***internacional divisão racial do trabalho***. Diferente do mito ideológico que eterniza o fenômeno do racismo, na clássica frase de que “sempre foi assim, logo, sempre será”, esta ideologia tem origem datada, desenvolvimento e um caminho para que hoje possa se apresentar enquanto um conjunto de propostas políticas determinantes na atual conjuntura. Façamos este caminho, ainda que brevemente.

### 2. As bases materiais da ideologia do racismo

As origens desse fenômeno se encontram no período da assim chamada acumulação primitiva de capital – o longo processo de separação de trabalhadores e trabalhadoras de seus meios de produção – que teve no sistema colonial e na escravidão negra moderna um de seus principais métodos de acumulação, possibilitando assim a emergência e consolidação do modo de produção capitalista propriamente dito, ou seja, o capitalismo industrial. A violência e o trabalho manual compulsório negro (escravidão) estão no “DNA” do capitalismo, não apenas na sua origem e, justamente por isso, ao passo que ele se desenvolve, esta divisão racial se desenvolve e se aprofunda conjuntamente.

O racismo é uma ideologia, mas ao contrário do que muitos podem pensar, ideologia não é apenas um conjunto de ideias que conformam uma determinada visão de mundo, tampouco uma ideia que simplesmente falsifica a realidade, pelo menos

não é esta a embocadura de Karl Marx, para nós, a principal referência no assunto<sup>1</sup>. Entendemos, em conjunto com Marx e Engels, que ideologia nada mais é do que a expressão ideal de uma determinada base material, que justifica, naturaliza, inverte, oculta e apresenta aquilo que é particular como universal, com uma específica função, isto é, a de *dominação*.

Neste exato sentido, o racismo está no campo das ideias, valores e juízos que, sim, informam e orientam determinadas posturas e justamente por isso se expressam *praticamente* na vida real. Sendo assim, se queremos entender o racismo, não podemos nos perder apenas na sua dimensão ideal (que sempre irá se expressar na prática), o que nos levaria para uma análise apenas cultural do fenômeno, conformando assim uma análise *culturalista* do mesmo. Ainda que a análise cultural seja essencial, não dá conta por si só, de explicar a totalidade da questão, podendo nos levar para avaliações meramente *morais* desta, fazendo com que formulemos de maneira equivocada nossas políticas de combate e enfrentamento ao racismo. Assim como a análise econômica por si só não resolve nada, é apenas economicismo vulgar. É preciso analisar a totalidade e, para isso, se faz necessário um método, que pode ser traduzido de maneira grosseira em "caminho". Por sua vez, todo caminho tem um ponto de partida. É preciso, portanto, partir da análise da estrutura (econômica) para que possamos ver como ela se expressa na superestrutura (política, jurídica e ideológica) que, uma vez consolidada na cultura de um determinado tempo e espaço, passa também a sobredeterminar o movimento do real, ainda que sem nunca deixar de ser determinada, apenas em última instância, pela economia.

Por este motivo, precisamos olhar para as bases materiais desse fenômeno racial, que só poderiam ser econômicas, tendo sua origem histórica no modo de produção escravista, sendo este parte do sistema colonial, método determinante no período de acumulação primitiva de capital que produziu uma internacional divisão racial do trabalho, incorporada de maneira *sui generis* pelo novo modo de produção, o capitalismo. A partir daí sim, poderemos compreender como este fenômeno se expressa no campo das ideias, e mais, como se consolida nas tradições culturais de um tempo histórico. Enfim, cabe a nós perguntar: qual é exatamente a função do racismo no capitalismo?

### 3. A função do racismo no capitalismo

É de conhecimento que o objetivo do capitalista é lucrar, a qualquer custo, cada vez mais. Mas o lucro é apenas uma pequena parte do que chamamos de mais-valia. Se valor, em termos econômicos, é quantidade de trabalho humano (abstrato), medido em tempo ou em dinheiro, o valor da mercadoria força de trabalho equivale a um determinado tempo de trabalho, fixado dentro de um contrato com o possuidor de dinheiro (patrão), que também se expressa em uma determinada quantidade de dinheiro, o salário. Esse salário, em linhas gerais, é equivalente ao tempo de trabalho necessário para realizar a compra dos bens de consumo essenciais à reprodução da própria força de trabalho, para que ela possa se levantar e gastar energia em mais um dia de trabalho. De maneira sintética, já que o assunto é complexo e o espaço não nos permite um maior aprofundamento, podemos afirmar, sem medo de errar, que existe uma intrínseca relação entre uma maior extração de mais-valia (portanto, possivelmente, de mais lucro) com o quanto se remunera o trabalhador pela força de trabalho utilizada dentro de um determinado tempo de trabalho realizado. Ou seja, existe uma relação de proporção entre salário e mais-valia.

1 Ver sobre o assunto em A Ideologia Alemã, de Karl Marx e Friedrich Engels.

Sendo assim, se é possível pagar um salário mais baixo, é possível valorizar mais o valor e aumentar as taxas de lucro. Por isso, perguntamos: será que a existência de amplos grupos de pessoas que podem receber menores salários por sua condição racial (ou de gênero, por exemplo) é funcional e eficiente para o capital? Não temos quaisquer dúvidas. Este mecanismo irá cumprir papel central tanto no momento de crescimento econômico, potencializando as taxas de lucro, sobretudo em um país de capitalismo dependente como o nosso, de classes dominantes dominadas pelas burguesias do centro capitalista mundial, mas principalmente nos momentos de crise e nos caminhos para sair delas, onde o povo negro ocupa lugar “privilegiado”, atuando enquanto protagonista nos impactos causados pelos processos de aprofundamento da retirada de direitos historicamente conquistados. Por exemplo, com as recentes contrarreformas trabalhista e da previdência; demissões e alto índice de desemprego; encarceramento em massa; genocídio e “queima de capitais”, como veremos mais à frente. Ou seja, as clássicas respostas apresentadas pela burguesia e seus representantes burocráticos no Estado para sair da crise precisam passar, e não poderia ser diferente, pelo ataque direto à população negra brasileira, tal como temos visto na presente crise, agudizada de maneira dramática pela pandemia de covid-19.

Este mecanismo aparece justificado (ideologia), de maneira cristalina, pelo enraizamento cultural preconceituoso do como o senso comum enxerga os segmentos oprimidos da classe trabalhadora, sobretudo o segmento negro. Por isso a ideologia sempre *mostra ocultando*, ao mesmo tempo. Sabemos que a *inferioridade racial imposta* ao povo negro, por exemplo, também incorporada e reproduzida por nós negros (doloroso fenômeno sintetizado enquanto auto-ódio), tal como aparece para nós, é uma mentira, sendo na verdade um produto histórico de uma particular forma econômica de produzir e reproduzir a vida, o capital.

Mas, na vida real, por outro lado, experimentamos literalmente essa *inferioridade racial* e os números não nos deixam mentir. Como dissemos, lideramos todos os piores índices sociais: no mercado de trabalho, na educação, na moradia, no encarceramento em massa e no genocídio praticado permanentemente pelo Estado democrático de direito <sup>2</sup>. É a dimensão real desta *inferioridade racial* que cumpre

---

<sup>2</sup> Sobre os índices sociais gerais: “No mercado de trabalho, os pretos ou pardos representavam 64,2% da população desocupada e 66,1% da população subutilizada. E, enquanto 34,6% dos trabalhadores brancos estavam em ocupações informais, entre os pretos ou pardos esse percentual era de 47,3%. O rendimento médio mensal das pessoas brancas ocupadas (R\$2.796) foi 73,9% superior ao da população preta ou parda (R\$1.608). Os brancos com nível superior completo ganhavam por hora 45% a mais do que os pretos ou pardos *com o mesmo nível de instrução [grifo nosso]*. A desigualdade também estava presente na distribuição de cargos gerenciais, somente 29,9% deles eram exercidos por pessoas pretas ou pardas. Em relação à distribuição de renda, os pretos ou pardos representavam 75,2% do grupo formado pelos 10% da população com os menores rendimentos e apenas 27,7% dos 10% da população com os maiores rendimentos. Enquanto 44,5% da população preta ou parda vivia em domicílios com a ausência de pelo menos um serviço de saneamento básico, entre os brancos, esse percentual era de 27,9%. Pretos ou pardos são mais atingidos pela violência. Em todos os grupos etários, a taxa de homicídios dos pretos ou pardos superou a dos brancos. A taxa de homicídios para pretos ou pardos de 15 a 29 anos chegou a 98,5 em 2017, contra 34,0 para brancos. Para os jovens pretos ou pardos do sexo masculino, a taxa foi 185,0. Também não há igualdade de cor ou raça na representação política, apenas 24,4% dos deputados federais, 28,9% dos deputados estaduais e 42,1% dos vereadores eleitos eram pretos ou pardos. Esses dados são do estudo Desigualdades Sociais por Cor ou Raça no Brasil, que faz uma análise das desigualdades entre brancos e pretos ou pardos ligadas ao trabalho, à distribuição de renda, à moradia, à educação, à violência e à representação política. Acesse a publicação completa e o material de apoio para mais informações. As análises desse estudo estão concentradas somente nas desigualdades entre brancos e pretos ou pardos, devido às restrições estatísticas impostas pela baixa representação dos indígenas e amarelos no total da população brasileira quando se utilizam dados amostrais. Em 2018, 43,1% da população brasileira era branca; 9,3%, preta; e 46,5%, parda. Esses três grupos juntos representavam 99% do total de moradores do país.” Disponível em: <https://agenciadenoticias.ibge.gov.br/agencia-sala-de-imprensa/2013-agencia-de-noticias/releases/25989-pretos-ou-pardos-estao-mais-escolarizados->

um papel central no sistema de opressão e exploração, já que somente assim é possível manter justificada a leitura imediata e automática pelo senso comum de que é natural (ideologia) que o povo negro acesse apenas os empregos lidos socialmente enquanto subempregos, com menores salários e que, mesmo com o mesmo nível de escolaridade, a depender da função, esses e essas sejam sempre remunerados abaixo do que é a branquitude. Em linhas gerais, essa é a base da relação sistemática das opressões com a exploração: oprimir para melhorar explorar. Não como *escolha* do capital, mas como *necessidade*. Por isso não existe capitalismo sem racismo, bem como não existe capitalismo sem machismo ou lgbtfobia. No caso particular brasileiro jamais poderemos deixar de mencionar o preconceito regional contra nordestas e nordestinos, igualmente fundamental nesta mediação opressões-exploração, na particularidade brasileira.

É através desta chave que a raça não pode ser pensada apartada da sua dimensão de classe. E, é preciso dizer para aqueles e aquelas que ainda acham que o debate racial é menor, ou secundário: não entenderam simplesmente nada, já que tratar da classe, esvaziada de seus complexos parciais (gênero, raça, população LGBT, nordestinos etc.), vira uma completa abstração idealista, nos prendendo no campo infértil da agitação barata que em nada nos ajuda. Os vários grupos e segmentos que existem no interior da classe trabalhadora, ainda que tenham a mesma substância de classe, que os unificam, experimentam e vivem objetivamente o seu ser de classe trabalhadora, no cotidiano, de maneiras muito diferentes e particulares. Perguntar se a prioridade política deve ser a raça ou classe não faz qualquer sentido, já que para nós é preciso operar em termos de **raça em classe!**

Por isso, se queremos conhecer melhor a nossa própria classe, para melhor organizá-la em luta, é nossa tarefa sermos capazes de analisar tais particularidades. Por um lado, sempre em movimento, dentro de relações de centralidade e determinação para com a totalidade da classe trabalhadora e, pelo outro, exercendo também aquilo que de mais bonito precisamos exercer na luta cotidiana, preferencialmente de maneira exemplar e pedagógica: a solidariedade de classe.

#### 4. Conjuntura, crise capitalista, pandemia e racismo

Atravessamos um longo momento de crise, que é anterior à pandemia da covid-19, mas que sem dúvidas é intensificada por ela, em todas as suas dimensões, já que ela acerta em cheio algumas das grandes necessidades do capital: nas esferas da produção e circulação de mercadorias mas, mais diretamente na dimensão da *realização do valor* através do consumo de mercadorias que não servem para nada caso fiquem empilhadas nas prateleiras dos mais variados tipos de mercado. Justa-

---

[mas-desigualdade-em-relacao-aos-brancos-permanece](#). Sobre o genocídio: "As taxas de homicídio no país não se reduziram no período de 2012 a 2017. Pelo contrário, entre pessoas pretas ou pardas, essa taxa aumentou de 37,2 para 43,4 mortes para cada 100 mil habitantes, enquanto, para a população branca, o índice ficou estável entre 15,3 e 16. Essa diferença significa que pretos ou pardos tinham 2,7 vezes mais chances de serem vítimas de homicídio em 2017". Disponível em: <https://agenciadenoticias.ibge.gov.br/agencia-noticias/2012-agencia-de-noticias/noticias/25999-taxa-de-homicidio-de-pretos-ou-pardos-e-quase-tres-vezes-maior-que-a-de-brancos>. Sobre o encarceramento em massa: "Segundo dados do Sistema Integrado de Informação Penitenciária (InfoPen), os jovens representam 54,8% da população carcerária brasileira. Em relação aos dados sobre cor/raça verifica-se que, em todo o período analisado (2005 a 2012), existiram mais negros presos no Brasil do que brancos. Em números absolutos: em 2005 havia 92.052 negros presos e 62.569 brancos, ou seja, considerando-se a parcela da população carcerária para a qual havia informação sobre cor disponível, 58,4% era negra. Já em 2012 havia 292.242 negros presos e 175.536 brancos, ou seja, 60,8% da população prisional era negra. Constata-se, assim, que quanto mais cresce a população prisional no país, mais cresce o número de negros encarcerados.". Disponível em: [https://www.gov.br/mdh/pt-br/noticias\\_sep/pt-br/noticias/junho/mapa-do-encarceramento-aponta-maioria-da-populacao-carceraria-e-negra-1](https://www.gov.br/mdh/pt-br/noticias_sep/pt-br/noticias/junho/mapa-do-encarceramento-aponta-maioria-da-populacao-carceraria-e-negra-1).

mente por isso assistimos todos os dias a pressão feita pela presidência da república em prol de medidas de flexibilização do isolamento social, que por sua vez é amplamente defendido pela comunidade científica mundial como a melhor estratégia de enfrentamento à pandemia. A questão é que, em momentos de crise do capital, onde em geral acontece a superprodução de mercadorias que já não podem realizar valor, é preciso **destruir forças produtivas** para que o ciclo de valorização do valor possa girar virtuosamente uma vez mais. Este processo é vulgarmente chamado de “queima de capitais”.

Contudo, se faz necessário lembrar que as forças produtivas não são apenas as instalações prediais, máquinas, ferramentas, e tecnologias (chamadas pela crítica da economia política de “capital fixo” ou “capital morto”, já que não possuem vida, literalmente), mas, sobretudo, força de trabalho humana, que também é uma mercadoria, utilizada enquanto força produtiva (chamada de “capital vivo” ou “capital variável”, já que é a única que varia o valor, produzindo “mais-valor”/mais-valia). Portanto, quando falamos de “queima de capitais” não estamos falando apenas das clássicas imagens que temos de destruição das sacas de café no passado, ou das toneladas de tomate abandonados nas estradas que por vezes vemos nos noticiários, mas a destruição de pessoas. Literalmente “queimar capital vivo”, isto é, ***políticas deliberadas de extermínio de pessoas***.

Através da guerra, como por exemplo, a permanente “guerra às drogas”, que no caso é guerra aos pobres – pretos e favelados em sua grande maioria. Esse é um pressuposto fundamental para a atuação política do Estado burguês, independente do governo presente. Afirmar isso significa sermos coerentes com a dimensão **estrutural** do racismo. A era petista, por exemplo, sobretudo nos governos de Lula, foi conivente, formuladora e apoiadora das Unidades de Polícia Pacificadoras no Rio de Janeiro de Sérgio Cabral, atualmente preso. Estiveram à frente da ocupação do exército brasileiro em favelas, como foi no Complexo da Maré. Esses exemplos apenas confirmam nossa tese<sup>3</sup>. A questão é que no governo Bolsonaro isso assume dimensões ainda piores, já que falamos de um governo com características abertamente fascistas.

Jair e toda a família Bolsonaro nunca se preocuparam em esconder seu racismo e seu ódio aos mais pobres. A questão é que esse ódio precisa se expressar politicamente, já que, para além de ser parte de um projeto autocrático, com nítidos traços saudosistas dos ares de 64, é também uma **necessidade econômica**. Para que não nos falte memória, relembremos algumas das propostas já apresentadas por Bolsonaro e sua família: a) rígido controle de natalidade<sup>4</sup>; b) esterilização de mais

3 “Agora polícia bate em quem tem que bater”, disse Lula sobre o “sucesso” das UPPs. Ver em: <http://revistaepoca.globo.com/Revista/Epoca/0,,EMI178030-15223,00.html>. Sendo coerente com a sua leitura de “sucesso” das UPPs, pasmem, propunha a nacionalização do projeto! Ver em: <https://politica.estadao.com.br/noticias/geral,lula-defende-continuidade-para-levar-upps-a-todo-pais,621930>.

4 Falas literais de Jair Bolsonaro compiladas pelo programa Greg News, da HBO: “Não é porque uma pessoa sabe ler e escrever, que ele tá livre da marginalidade. Nós temos que adotar urgentemente sim, contra tudo e contra todos, os defensores de Direitos Humanos em especial, uma rígida política de controle da natalidade. Chega de nós darmos meios para que... Não darmos meios para que casais, cada vez mais, coloquem **gentes** (sic) que não tem a mínima condição de ser cidadão no futuro! Não adianta nem falarmos em educação, porque a maioria do povo não está preparada pra receber educação! **E não vai se educar!** Só o controle de natalidade pode nos salvar do caos. Tem que dar meios pra quem lamentavelmente é ignorante e não tem meios, controlar a sua prole. Porque nós aqui controlamos a nossa. E o pessoal pobre não controla.”. Afirmo Bolsonaro que, para além de demonstrar total ignorância em vários temas básicos para um presidente da República, como economia e saúde, tem cinco filhos, sob os quais não parece possuir nenhum ou quase nenhum controle. “Rebanho” é o nome do nono episódio da quarta temporada do programa, disponível através do link: <https://www.youtube.com/watch?v=LRaqpNXyp5g>. Acessado em: 25/05/2020.

pobres como solução para a fome, miséria, criminalidade e violência; c) condicionar o bolsa-família às cirurgias de laqueadura e vasectomia como medida econômica para combate a miséria e violência; d) redução da maioria penal. Nos parece que essas possuem aderência com as medidas propostas no contexto conjuntural atual, de pandemia. Vejamos: a) isolamento vertical; b) sugerir e permitir que as pessoas se contaminem para que assim criem anticorpos contra o novo coronavírus, equivocadamente chamada por eles de “imunidade de rebanho”; c) utilização da cloroquina/hidroxicloroquina para o combate da covid-19; d) utilização da cloroquina/hidroxicloroquina em especial para os mais “humildes”. Como podemos interpretar essas propostas? Em primeiro lugar é preciso dizer o óbvio: a pandemia da covid-19 mata mais pobres e pretos no Brasil, como afirma a recente pesquisa apresentada pela agência de comunicação, A Pública. Vejamos:

Em duas semanas, a quantidade de pessoas negras que morrem por Covid-19 no Brasil quintuplicou. De 11 a 26 de abril, mortes de pacientes negros confirmadas pelo Governo Federal foram de pouco mais de 180 para mais de 930. Além disso, a quantidade de brasileiros negros hospitalizados por Síndrome Respiratória Aguda Grave (SRAG) causada por coronavírus aumentou para 5,5 vezes. Já o aumento de mortes de pacientes brancos foi bem menor: nas mesmas duas semanas, o número chegou a pouco mais que o triplo. E o número de brasileiros brancos hospitalizados aumentou em proporção parecida. A explosão de casos de negros que são hospitalizados ou morrem por Covid-19 tem escancarado as desigualdades raciais no Brasil: entre negros, há uma morte a cada três hospitalizados por SRAG causada pelo coronavírus; já entre brancos, há uma morte a cada 4,4 hospitalizações.<sup>5</sup>

Em cima disso retomamos as propostas de Bolsonaro, começando pela errônea interpretação da “imunidade de rebanho”, que para eles significa permitir que muitos se contaminem<sup>6</sup> para que isto funcione como uma barreira de imunidade à transmissão do vírus, mas que originalmente está relacionada à vacinação de uma quantidade expressiva de pessoas, capaz de proteger da contaminação inclusive aquelas pessoas não vacinadas<sup>7</sup>. Ironicamente ou não, Bolsonaro está no campo das pessoas que negam a ciência e, justamente por isso, a eficácia das vacinas, como seu guru “ideológico” Olavo de Carvalho. Sobre esse tipo de postura em específico, todos os especialistas alertam para o perigo de propostas irresponsáveis e assassinas como essa, que poderia matar em torno de 50 milhões de pessoas no mundo inteiro e algo na casa de 1,8 milhões de pessoas no Brasil<sup>8</sup>.

Articulando esses dados, a proposta do governo bolsonarista se apresenta aberrantemente enquanto uma proposta racista e genocida. Depois, insistir enfaticamente na necessidade de um remédio controverso para esta doença – a cloroquina, ou

5 Disponível em: <https://apublica.org/2020/05/em-duas-semanas-numero-de-negros-mortos-por-coronavirus-e-cinco-vezes-maior-no-brasil/>. Acessado em: 25/05/2020.

6 Esse projeto se expressa também contra as populações indígenas no Brasil, onde mais de 200 terras indígenas tem alto risco para a covid-19. Segundo A Pública: “Falta de demarcação de terras é bandeira de Bolsonaro e aumenta vulnerabilidade”. Disponível em: <https://apublica.org/2020/04/ineditomais-de-200-terras-indigenas-na-amazonia-tem-alto-risco-para-covid-19/>. Acessado em 25/05/2020.

7 Publicação do Instituto Butantan de SP sobre o assunto: <http://coronavirus.butantan.gov.br/ultimas-noticias/o-que-e-imunidade-de-rebanho>. Acessado em 25/05/2020.

8 Ver sobre em: <https://g1.globo.com/bemestar/coronavirus/noticia/2020/05/12/bolsonaro-repete-que-70percent-pegarao-coronavirus-cientistas-estimam-18-milhao-de-mortes-se-isso-ocorrer.ghtml>. Acessado em 25/05/2020.

hidroxicloroquina – com alto risco de utilização em determinados quadros clínicos, inclusive com risco de morte, sugerindo ainda que esta política recaia, sobretudo entre os mais “humildes”, deveria no mínimo nos fazer desconfiar e abrir os olhos<sup>9</sup>. Entretanto, no caso de Bolsonaro e sua família, não devemos mais desconfiar de nada, já está dito. A quantidade de indícios e provas de seu fascismo é gigantesca e se amontoa por aí. Não enxerga apenas quem não quer<sup>10</sup>.

Um projeto racista, eugenista, embranquecedor que, ao mesmo tempo em que responde aos anseios da crise do capital, “queimando” capitais (e esta é apenas uma das saídas), dá vazão e mobiliza os sentimentos conservadores, elitistas e racistas de uma significativa parcela da população, que estrutura e coesiona sua própria base de apoio, buscando também cooptar cada vez mais setores populares da classe trabalhadora para além dos clássicos setores médios, apresentando um “possível” caminho de superação da crise, sempre tendo como inimigos centrais os comunistas. Essas falas e propostas de Bolsonaro só são possíveis pela natureza estrutural do racismo no capitalismo, que condiciona econômica e culturalmente a vida humana neste tempo histórico em que vivemos.

## 5. A construção pela base da luta antirracista no SINASEFE

A partir do cenário exposto acerca da ideologia do racismo no capitalismo brasileiro, podemos levantar alguns caminhos possíveis para a construção desta fundamental pauta sindical. Para que a exposição possa ficar a mais didática possível, dividiremos a pauta em quatro dimensões, que só fazem sentido quando operadas de maneira articulada: a) econômica; b) cultural; c) pedagógica e d) popular.

**a) econômica:** Para aqueles sindicatos que representam trabalhadores e trabalhadoras do setor privado, a principal reivindicação passa a ser a equiparação salarial entre negros e brancos, o que em si já representaria duros golpes nas taxas de lucro dos patrões, para além de equiparadas condições de trabalho. Mas e no caso do SINASEFE, que organiza um segmento do setor público federal? Se nossos salários já são equiparados, o acesso ao serviço público federal, sobretudo no campo educacional, ainda é restrito e muito elitizado. Apenas em 09 de junho de 2014 fora aprovada a Lei nº 12.990, que reserva aos negros e negras 20% (vinte por cento) das vagas oferecidas nos concursos públicos para provimento de cargos efetivos e empregos públicos no âmbito da administração pública federal, das fundações públicas, das autarquias, das sociedades de economia mista controladas pela União e das empresas públicas. Temos poucos dados sobre a composição de negros e brancos no serviço público federal como um todo, na especificidade da dimensão educacional técnica e tecnológica menos ainda. Para nós, é tarefa do SINASEFE também

---

9 “A Organização Mundial da Saúde (OMS) anunciou nesta segunda-feira [25/05/2020] a suspensão “temporária” de ensaios clínicos internacionais com hidroxicloroquina por “precaução”, após a publicação na revista médica The Lancet de uma pesquisa que questiona a eficácia e alerta para os efeitos contraproducentes deste medicamento, criado inicialmente para a malária e popularizado pelo presidente dos Estados Unidos, Donald Trump, que reconheceu que o usa [...] A pesquisa da The Lancet analisou mais de 96.000 pacientes em 671 hospitais em todo o mundo nos quais a cloroquina e seu derivado hidroxicloroquina foram usados como possível tratamento contra o coronavírus. A conclusão, que motivou a decisão da OMS, é que nenhum desses compostos apresenta benefícios aos pacientes hospitalizados pela covid-19, **mas aumentam o risco de sofrerem arritmias e de morrerem [grifo nosso]**. Ver mais em: <https://brasil.elpais.com/ciencia/2020-05-25/o-que-fez-a-oms-suspender-os-ensaios-com-a-hidroxicloroquina.html>. Acessado em 26/05/2020.

10 “Em meio a defesa contundente de Bolsonaro, estoque de cloroquina no país aumenta 30%. Exército produziu 1,25 milhão de comprimidos e contribuiu para que volume disponível chegasse a 11,6 milhões.” Ver mais em: <https://oglobo.globo.com/sociedade/em-meio-defesa-contundente-de-bolsonaro-estoque-de-cloroquina-no-pais-aumenta-30-1-24436231>. Acessado em: 26/05/2020.

pressionar pela produção de dados mais precisos sobre essa realidade. Já que isso também se expressa na composição racial de nossas bases e como essa base se expressa nas direções de seção, bem como na direção nacional do sindicato.

Sabemos dos limites do sistema de cotas, sobretudo quando este é encarado por alguns setores como um fim em si mesmo. Para nós, para além de uma necessária reparação histórica, é uma mediação tática, mas que precisa ser encarada com firmeza. Seja no acesso de servidores, seja no acesso de estudantes. No último caso, para nós que defendemos uma universidade e uma escola popular, é preciso pôr fim ao vestibular e aos “vestibulinhos”, garantindo acesso universal aos filhos e filhas da classe trabalhadora à educação formal. Esse é um objetivo estratégico que só se realiza plenamente com o fim do capital, mas devemos construir ciclos de aproximações. Partindo do princípio de que as táticas não podem desautorizar nossos objetivos estratégicos, neste exato sentido, esta pauta não deve nos criar qualquer melindre político, isto é: precisamos incidir firmemente na luta pela manutenção, ampliação e aprofundamento do sistema de cotas.

É preciso lembrar que a lei que reserva 20% de vagas aos negros e negras no ingresso ao serviço público federal **tem prazo de validade**, curtíssimo por sinal: apenas 10 anos! Isto quer dizer que em junho de 2024 esta lei caduca, dentro de um contexto conjuntural cada vez mais conservador e explicitamente racista. Devemos nos preparar para não permitirmos mais essa retirada de direito, conquistado a duríssimas penas pelos movimentos negros e a classe trabalhadora brasileira em luta. Garantir à população negra o acesso a fontes de renda mais elevadas e com alguma estabilidade financeira é um compromisso político, mas também ético e moral. Se trata de mais dignidade (saúde, saneamento básico, escolaridade, moradia etc.) para quem representa 54% da população brasileira. Por isso, também é necessário que o sindicato opere melhor a dimensão da solidariedade de classe, como por exemplo com campanhas permanentes de auxílio financeiro para entidades, coletivos e movimentos sociais e populares da negritude classista. No contexto de pandemia, sobretudo, o sindicato também deve trabalhar de maneira mais firme e eficaz em ações de solidariedade em comunidades pobres e periféricas. Para além desta dimensão mais diretamente econômica, esta pauta influencia também na dimensão cultural e pedagógica da questão. Começemos pela dimensão cultural.

**b) cultural:** Quando falamos do aspecto de realidade que a *inferioridade racial* possui na dimensão prática da vida burguesa falamos principalmente dos tipos de trabalho que ficam reservados a nós, negros e negras, mas não só. Sabemos que o fundamento histórico de tal inferioridade é uma grande mentira, já que do ponto de vista biológico e genético nem raças existem na humanidade. Nos acostumamos e acabamos por naturalizar (ideologia) o lugar das nossas tias, mães e irmãs nos serviços de limpeza e alimentação dentro das instituições de ensino, bem como nossos tios, pais e irmãos nos serviços de portaria e segurança, por exemplo, mas nunca nos espaços da reflexão teórica, nunca no lugar de intelectuais formais.

Ainda hoje, quando nos deparamos com pessoas negras dentro da academia, no lugar de intelectuais, nos causa um *choque cultural*, como se aquela pessoa não pudesse fazer parte daquele lugar. Parece-nos que, também por isso, devemos lutar para que a população negra acesse cada vez mais esses lugares intelectualizados, seja enquanto técnicos administrativos ou docentes, certos de que estaremos tensionando algumas das bases estruturais do racismo, no exato sentido da divisão racial do trabalho. Sabemos: não será, jamais, com o sistema de cotas que iremos

explodir esta particular divisão; longe disso, esta é apenas uma mediação tática que em hipótese alguma desautoriza nossos objetivos estratégicos. Entretanto, cumpre um papel na formação cultural das pessoas, brancas e negras, desnaturalizando elementos ideológicos centrais na prática cotidiana. Cumpre papel formativo, sobretudo na juventude negra, nossas e nossos estudantes, tão afetados negativamente pelo racismo, com efeitos cruéis na subjetividade e na saúde mental destes e destas jovens. Quando mostramos na prática – que é o critério da verdade – que atuamos a partir e através da solidariedade de classe, operamos também com a *pedagogia do exemplo*. O que nos leva a terceira dimensão, pedagógica.

**c) pedagógica:** Precisamos ser capazes não só de compreender, mas, sobretudo de explicar de maneira didática o que é o racismo; quais são as suas bases; o porque ele é estrutural; quais são seus efeitos e como podemos superá-lo. Isso precisa acontecer nos espaços e fóruns sindicais, mas também nos espaços de cada campus, bem como na própria sala de aula, com diferentes mediações a depender do tipo de conteúdo que se leciona ou do fazer profissional e técnico que se opera. Serão necessárias também abordagens pedagógicas e procedimentos técnicos que possibilitem a mediação desse tipo de conteúdo.

Se Malcom X estiver correto e de fato não existir capitalismo sem racismo, como tentamos brevemente demonstrar, para superar o racismo, precisaremos, necessariamente, destruir também o capitalismo em vias de construir uma sociedade socialista. Acreditamos que não é possível lutar contra algo que não se conhece. Portanto, é preciso conhecer o capital para lutar contra o racismo. Neste exato sentido, não seremos capazes de fazer isso sem o estudo sistemático do materialismo histórico e dialético, enquanto método de análise da realidade que nos dá melhores condições de captar as contradições do mundo capitalista em movimento. Ao mesmo tempo, precisaremos aprofundar o estudo sobre a particularidade negra, indígena, africana e latinoamericana. Pensamos que é preciso dialogar, participar, ocupar e fundar novos Núcleos de Estudos Afro-Brasileiros e Indígenas (NEABIs), onde pudermos. É uma mediação institucional, claro, mas que pode cumprir um papel pedagógico fundamental, garantindo a realização de grupos culturais e artísticos; de estudo; de pesquisa e, sobretudo, de extensão, o que nos leva a última dimensão de nossa abordagem, a dimensão popular.

**d) popular:** O SINASEFE deve estreitar laços com as suas bases, mas em sentido amplo, isto é, não apenas nas escolas onde trabalhamos, mas também nas comunidades ao redor onde nossas escolas estão situadas. Por este caminho, a extensão popular pode cumprir um papel muito relevante na pauta antirracista. No movimento de fora pra dentro, é possível trazer a comunidade para dentro da escola e contribuir no acesso ao conhecimento formal àquelas pessoas que, justamente pela sua condição racial, nunca puderam ter. Mas nos parece ser possível abrir espaços também para ir além da formalidade do conhecimento, ou pelo menos da sua dimensão mais acadêmica, sobretudo no movimento extensionista de dentro pra fora, caminhando para debates mais abertamente políticos, discutindo o bairro, a região e/ou a cidade, incidindo nos processos de consciência dessas pessoas. Isso só pode ser possível atuando praticamente, mapeando, por exemplo, a composição racial de cada região, as possíveis histórias de lutas históricas do povo negro na localidade, discutindo o acesso a cultura e ao lazer dessas pessoas, promovendo eventos e projetos neste exato sentido político-cultural e muitos outros exemplos. Achamos que os NEABIs podem ser muito eficientes nessa dimensão prática também.

Finalmente, gostaríamos de compartilhar a seguinte formulação com aqueles e aquelas que negam ao debate racial um lugar fundamental dentro das tarefas da classe trabalhadora e também com aqueles e aquelas que se julgam mais “revolucionários” que os outros apenas por apontar uma mecânica “prioridade” da classe: a despeito de toda dificuldade, tentando melhor mediar as tarefas imediatas com as tarefas históricas de nossa classe, nós, do Movimento por uma Escola Popular no SINASEFE, chegamos para tentar contribuir neste exato sentido. O convite para conversar e formular conosco está feito.

Para nós, ou a revolução é preta, indígena e também branca... ou nunca será!

Venha construir a luta antirracista com o MEP-SINASEFE.

### **O 34º Congresso do SINASEFE RESOLVE:**

- Fora Bolsonaro e Mourão! Ditadura nunca mais!
- Organizar uma campanha nacional do SINASEFE de combate ao racismo;
- Organizar uma campanha de solidariedade às comunidades periféricas no contexto da pandemia de covid-19;
- Construir uma política de auxílio financeiro aos movimentos sociais e populares da negritude do campo classista;
- Garantir a realização do I Encontro Nacional de Negros e Negras do SINASEFE
- Ampliar o estímulo para que as seções promovam Encontros Estaduais de Negros e Negras;
- Defender a manutenção e a ampliação da Lei nº 12.990, que institui o sistema de cotas no serviço público federal;
- Cobrar das instâncias cabíveis mais e melhores dados sobre a implementação do sistema de cotas no serviço público federal;
- Realizar diálogos do SINASEFE com os NEABIs da rede federal;
- Reforçar a importância da pauta de combate ao racismo em suas bases;
- Promover solidariedade internacionalista entre a classe trabalhadora e os problemas de opressão e exploração sofridas por outros povos;
- Propor formação política não apenas para a base, mas principalmente para os coordenadores e coordenadoras acerca da reprodução do racismo no movimento sindical;
- Capacitar pessoas para julgar politicamente casos de racismo dentro dos espaços e fóruns do SINASEFE;
- Defender a manutenção da lei de cotas para negros e negras no serviço público federal (Lei 12.990/14), sem fixação de prazo de validade, e a ampliação do percentual de reserva de vagas, hoje limitado a 20%..
- Acolher todas as denúncias de racismo, sem prévio juízo, encaminhando para as instâncias responsáveis;
- Contra o racismo e contra o genocídio da população negra;
- Contra o encarceramento em massa da população negra.
- Contra a redução da maioria penal.

**Movimento por uma Escola Popular (MEP)**

## 002 - O SINASEFE e o combate à LGBT+fobia

A normatização dos corpos humanos vem, desde o início do capitalismo, objetivando a reprodução humana para mão de obra e reprodução da elite econômica. Dentro dessa lógica, todas as outras formas de gênero e sexualidade que não a expressão binária, cisgênera<sup>1</sup> e heterossexual não atendem a tal objetivo. Embora tal ideia possa parecer desatualizada, já que coexistimos em um planeta com mais de 7,5 bilhões de pessoas, precisamos lembrar que, em muitos países, estão sendo retomadas ideologias fascistas, dicotômicas, com as quais as multiplicidades e diferenças são incompatíveis. Elas promovem a cisão com tudo que difere, fazendo com que ocorra uma intensificação das opressões para o estabelecimento de regimes profascistas. Assim, a heteronormatividade é utilizada para controlar as mentes e corações dos indivíduos e a vivência de outras formas de gênero e sexualidade representa uma liberdade contrária às determinações do sistema.

Em corpos femininos e LGBT+<sup>2</sup>, para além da exploração capitalista neoliberal, a dominação sexual é a mais perceptível e a mais funcional ao sistema patriarcal, pois a subjugação das sexualidades faz parte do processo de dominação masculina. Também faz parte da dominação masculina a depreciação de tudo que é tido como “feminino”, ou seja, homens gays “afeminados” são desmoralizados, tratados como se não fossem homens. Pior ainda é o tratamento dado a pessoas trans, cujos corpos são considerados ininteligíveis, ou seja, incompreensíveis e desprovidos de humanidade, o que resulta em casos extremos de violência contra essa população.

Existe uma naturalização do modelo binário e heterossexual de existência dos sujeitos, e ao mesmo tempo um controle e uma imposição constantes de todas as esferas sociais (escolar, familiar, midiática, jurídica, etc.) para que os corpos e as sexualidades se adequem a esse modelo. A regulação e subjugação dos corpos não heterossexuais (e especialmente dos não masculinos) ocorre por meio da associação entre religião, política e economia: as religiões hegemônicas trabalham a culpa sobre quaisquer sexualidades fora da heteronormatividade; o poder econômico depende da submissão feminina e LGBT+ (e do controle de sua sexualidade e capacidade ou não de reprodução) para reduzir a massa salarial através da criação de um exército de reserva; o poder político trabalha quase sem a participação de mulheres e LGBT+, reforçando os dogmas religiosos de forma moralizante e criando a ideia do “cidadão de bem”, que permanece, portanto, masculino, branco, heterossexual e cristão.

### *Alguns fatos do país que mais mata LGBT+ no mundo*

Há 35 anos, a homossexualidade deixou de ser considerada uma doença no Brasil, antes mesmo da resolução da Organização Mundial de Saúde de 1990. Ainda assim, somos o país que mais mata LGBT+ no mundo todo. A situação só piora e, nos últimos dois anos, temos visto o aumento da violência contra a população LGBT+, legitimada pelo discurso de ódio de Bolsonaro. O presidente iniciou seu mandato extinguindo o Conselho Nacional de Direitos LGBTs do atual Ministério da Mulher, da Família e dos

1 A cisgeneridade é a condição da pessoa cuja identidade de gênero corresponde ao gênero que lhe foi atribuído no nascimento, em função do sexo biológico.

2 A sigla é constantemente atualizada para contemplar as diversas expressões de gênero e sexualidade existentes, nesse sentido o sinal de adição ao final da sigla LGBT (lésbicas, gays, bissexuais, travestis e transexuais) representa as demais expressões, possibilitando uma abreviação do tamanho da sigla, além de torná-la mais abrangente.

Direitos Humanos, e segundo relatório do Grupo Gay da Bahia, de 01 de janeiro a 15 de maio de 2019, foram registrados 126 homicídios e 15 suicídios de LGBT+, o que representa a média de uma morte a cada 23 horas.

Com a Reforma da Previdência, ficam ainda mais precárias as possibilidades de aposentadoria desse setor oprimido, que também já tinha sido extremamente afetado pela Reforma Trabalhista. Grande parte da comunidade não consegue acessar o “mercado formal de trabalho”, sendo que 90% da população trans depende da prostituição para sobreviver. Em relação aos LGBT+ que possuem emprego formal, uma pesquisa realizada pelo grupo Santo Caos revela que 61% de funcionárias e funcionários LGBT+ no Brasil optam por esconder sua sexualidade e/ou identidade de gênero de colegas e gestores, por medo de represálias. A dor de ser excluído, ridicularizado e até mesmo agredido simplesmente por existir, faz com que a juventude LGBT+ pense em suicídio três vezes mais do que jovens cisgêneros heterossexuais, e tenha cinco vezes mais chances de tentar cometê-lo.

A lógica capitalista é tão perversa que atualmente alguns setores da classe dominante se pretendem amigáveis à comunidade LGBT+. Empresas como Uber, Burger King e Avon patrocinaram a parada LGBT+ de São Paulo em 2019; as mesmas corporações que submetem trabalhadoras e trabalhadores LGBT+ a jornadas de trabalho extenuantes, baixos salários e assédio moral. A referida parada LGBT+ supostamente

movimentou R\$ 403 milhões na economia da capital de São Paulo, não por acaso, o estado que mais registrou mortes de LGBT+ em 2019.

É nefasta a forma com que o sistema se apropria das pautas dos oprimidos, lucra em cima delas e ao mesmo tempo reforça a exclusão destes setores. Um outro exemplo de como funciona essa lógica pode ser encontrado na plataforma Netflix: no catálogo de gêneros de filmes, ao lado de romance, comédia e suspense encontra-se o gênero “LGBTQ”, dificultando que os filmes com personagens ou temática LGBT+ sejam colocados junto com os filmes que aparecem no menu inicial e vistos pelo “grande público”. Infelizmente, esta política faz com que alguns LGBT+ enganosamente se sintam contemplados e acolhidos, por se identificarem na plataforma.

### *LGBT+ e a atuação sindical*

A realidade de invisibilização, preconceito e violência tende a se repetir em diferentes espaços, e o sindical é mais um deles. Isso faz com que muitos LGBT+ se afastem do sindicalismo, o que é lamentável, pois a comunidade LGBT+ costuma estar na vanguarda de diversas lutas e mobilizações populares. Quanto menos LGBT+ participarem do sindicato, menos esta comunidade se sentirá representada e menos ainda se perceberá como agente ativo de proposições e mudanças. Precisamos lembrar que, assim como todas as formas de opressão são perpassadas pela luta de classe, a emancipação da classe trabalhadora requer o enfrentamento das opressões que afetam trabalhadores e trabalhadoras no ambiente de trabalho. Dessa forma, a proposição de combate às opressões (em seus diferentes níveis) deve estar pautada pela necessidade de transformação sistêmica. Reconhecemos que é recente o movimento do Sinasefe de dar voz aos oprimidos; portas foram abertas após o 1º Encontro de Mulheres, onde foi possível aprofundar a temática das opressões.

A invisibilização dessa forma de opressão dentro do espaço sindical reforça a cultura da LGBTfobia velada. Dentro de um meio supostamente progressista como um

sindicato, provavelmente não seria aceito que alguém expressasse seu preconceito livremente. Entretanto, não é incomum que se escutem piadinhas feitas pelas costas de LGBT+ em eventos sindicais. Além disso, podemos observar que colegas LGBT+ são mais ou menos respeitadas e respeitados conforme atendem ou não a padrões heteronormativos de comportamento.

Cabe destacar, ainda que brevemente, os reflexos da LGBT+fobia no campo educacional. Sob o argumento falacioso de doutrinação dos estudantes à 'ideologia de gênero' - que seria contra a família tradicional - houve uma reação à tentativa de inserção de temáticas referentes ao debate acerca da educação sexual e de gênero nas escolas. A mobilização em torno da Cartilha do MEC 'Escola Contra a Homofobia' (2011) articulou setores conservadores, com destaque aos setores evangélicos 'fundamentalistas', que acabaram por se organizar em movimentos como o 'Escola Sem Partido', derrubando a divulgação do material, conhecido vulgarmente como 'Kit Gay'. Tal situação demonstra o quanto a LGBT+fobia é um discurso mobilizado, mesmo que de forma velada, com vistas a normalizar o preconceito e uma heteronormatividade compulsória, tanto nas escolas quanto na sociedade em geral, e precisa ser avaliado, discutido e combatido com seriedade e rigor.

Para que o combate à LGTBfobia em âmbito institucional se fortaleça, é necessário que o Sinasefe proponha políticas a respeito e busque parcerias com movimentos sociais e coletivos LGBT+. É fundamental o incentivo à criação e o apoio a núcleos e/ou grupos de trabalho (GTs) de gênero e diversidade que promovam debates e ações nas diferentes seções do Sinasefe. É preciso criar formações básicas para a compreensão sobre a diversidade sexual e de gênero, que esclareça conceitos, pois ocorrem muitas confusões no senso comum e entre pessoas leigas no assunto sobre as diferenças entre gênero e sexualidade, identidades, modos de ser e afetos/desejos. A articulação entre núcleos, GTs e movimentos de mulheres, indígenas, negras e negros se faz essencial para o fortalecimento da luta, bem como a realização de um seminário nacional de combate às opressões.

### ***Encaminhamentos:***

O 34° Consinasefe resolve:

- Produzir materiais de divulgação e cartilha contra LGBT+fobia;
- Incentivar a organização de núcleo ou GT de gênero e diversidade em todas as seções sindicais;
- Incentivar formações regionais para servidoras e servidores sobre gênero e sexualidade;
- Promover o diálogo entre movimentos de mulheres, de negros e negras, indígenas e LGBT+ para fortalecimento da luta contra as opressões;
- Realizar seminário nacional de combate às opressões;
- Promover conscientização sobre saúde mental e ações de prevenção ao suicídio.

**Fontes:**

<https://observatoriog.bol.uol.com.br/noticias/2019/05/brasil-registra-morte-por-lgbtphobia-a-cada-23-horas-diz-pesquisa>

<https://sc.cut.org.br/noticias/as-dificuldades-da-insercao-da-comunidade-lgbti-no-mercado-de-trabalho-1c42>

<https://www.cartacapital.com.br/blogs/suicidio-da-populacao-lgbt-precisamos-falar-e-escutar/>

<https://www.meioemensagem.com.br/home/marketing/2019/06/21/parada-lgbtq-e-oportunidade-para-patrocinio-b2b.html>

<https://g1.globo.com/sp/sao-paulo/noticia/2019/06/29/23a-parada-lgbt-movimentou-r-403-milhoes-em-sao-paulo-diz-prefeitura.ghtml>

<https://www.ufrgs.br/humanista/2018/01/15/transexuais-encontram-dificuldades-para-o-acesso-a-educacao-e-trabalho/>

**Movimento por uma Escola Popular (MEP)**

## 003 - Por uma militância sem assédio e um sindicato que não tolere a violência

### 1. Contextualização/introdução

É indiscutível o aprofundamento, mesmo que lento, das discussões acerca das opressões dentro do SINASEFE. Tivemos debates extremamente qualificados nos Encontros de Mulheres em 2017 e 2019. Deles, resultou inclusive a carta na qual, em um dos trechos, reafirmamos que *“presenciamos diariamente nas nossas instituições questões de assédio moral e sexual, como também a desvalorização das mulheres”*. Na busca por enfrentar esse problema é que teses importantes foram apresentadas e aprovadas no 33º Consinasefe. A questão da paridade de gênero e a produção de cartilhas contra as opressões são outros exemplos de avanço na pauta feminista dentro do sindicato. Compartilhamos da compreensão de que dentro do sindicato a luta contra as opressões não deve ser secundária, pois é ela mesma estruturante das relações de exploração dentro do sistema capitalista. Combater as opressões significa atacar diversos aspectos da exploração da classe trabalhadora. Se pretendemos construir um sindicato classista, torna-se fundamental que esta pauta, mais que um apêndice, seja incorporada à prática de todas e todos que defendem a emancipação de toda essa classe.

O capitalismo, já sabemos, não inventou a subordinação das mulheres, entretanto foi capaz de se apropriar dela e de reinventá-la ao *“separar a produção de pessoas da obtenção de lucro, atribuir o primeiro trabalho às mulheres e subordiná-lo ao segundo”* (ARRUZZA; BHATTACHARYA; FRASER, 2019). Silvia Federici, ao falar dessa divisão sexual do trabalho, mostra como as mulheres (da classe trabalhadora) são relegadas a tarefas de reprodução dos trabalhadores, ou seja, mesmo que tenham um trabalho assalariado, são responsáveis pelas tarefas de cuidados e organização da casa e de seus habitantes, de educação das crianças, de alimentação da família, entre tantas outras. O capital, mesmo necessitando que essas tarefas sejam feitas para que possa seguir explorando os trabalhadores, considera-as como não trabalho, desvalorizando assim as atividades atribuídas às mulheres. Ao mesmo tempo, coloca as mulheres em uma situação de vulnerabilidade frente aos homens, tanto nas situações em que elas se tornam dependentes economicamente do companheiro, quanto por moldar a subjetividade das mulheres para que sejam submissas e busquem sempre agradar ao homem. Neste sentido, Federici afirma:

O capitalismo busca utilizar as mulheres e depende de suas vidas, do nosso trabalho para reproduzir os demais trabalhadores e para construir [a sociedade]. As duas coisas andam juntas. O moralismo nos mostra o quanto é importante a exploração da reprodução, da sexualidade, do trabalho das mulheres para a perpetuação da sociedade capitalista, para a construção das desigualdades (FEDERICI, 2019).

Por necessitar da dedicação quase que incontestável das mulheres ao trabalho reprodutivo, então, é que se criam formas *“certas”* de ser mulher, de feminilidade, formas socialmente ditadas que atuam sobre os corpos e as mentes das mulheres.

Além disso, é preciso entender a diversidade do conceito de *“mulher”*, especialmente em um país como o Brasil, em que mais da metade da população não é

branca. É preciso ter esta distinção em mente, uma vez que, enquanto as mulheres negras sempre fizeram parte da força de trabalho no país, suas pautas muitas vezes divergiram e divergem daquelas das feministas brancas. Os sistemas de privilégio aos quais mulheres brancas, negras e indígenas estão submetidas são diferentes e estão intrinsecamente conectados à questão racial. Da mesma maneira, as opressões e contradições específicas vivenciadas pelas mulheres indígenas possuem particularidades próprias. Portanto, é necessário termos essa diversidade em conta quando tratamos questões de gênero. É importante pontuar que a classe trabalhadora brasileira é composta em sua grande maioria por homens e mulheres negras.

Nesse sentido, a subordinação do trabalho da mulher atinge graus mais elevados quando levamos em consideração as mulheres negras, que são aquelas que, em maior número, encontram-se em trabalhos mais precarizados, por exemplo, como empregadas domésticas, tornando-se principais cuidadoras não apenas de suas casas e suas famílias, mas também das de suas patroas. Como decorrência disso, as mulheres negras enfrentam outro legado da escravidão: a de mulheres hipersexualizadas. Patrões até hoje subjagam suas empregadas como objetos sexuais. Como afirma Davis acerca das mulheres negras: *"Por inúmeras vezes, foram vítimas de extorsão no trabalho, sendo obrigadas a escolher entre a submissão sexual e a pobreza absoluta para si mesmas e para sua família"* (p. 99).

A precarização tem face de mulher e sua naturalização por parte da ideologia dominante contribui significativamente para *"o aumento da violência contra as mulheres e a feminização da pobreza ao redor do mundo"*. Segundo Federici, essa realidade está diretamente ligada *"aos processos de acumulação do atual estágio do capitalismo"* (2019).

Assim, o capitalismo, cada vez mais, tenta invadir nossas vidas. Portanto, vale ressaltar que a classe trabalhadora na sociedade capitalista, então:

Não se define apenas pelas relações que diretamente exploram a mão de obra, mas também as relações que a geram e a repõem (...) Longe de estar restrita a homens brancos heterossexuais, em cuja imagem ainda é muito frequentemente fantasiada, a maior parte da classe trabalhadora global é constituída de imigrantes, pessoas racializadas, mulheres – tanto cis como trans – e pessoas com diferentes capacidades, cujas necessidades e os desejos são renegados ou deturpados pelo capitalismo (ARRUZZA; BHATTACHARYA; FRASER, 2019).

Ou seja, o capitalismo exerce a exploração da classe trabalhadora fazendo uso de opressões com base em gênero, raça, territorialidade, e tantas outras variáveis. Atualmente, esse contexto pode ser expressado a partir daquilo que chamamos neoliberalismo, na medida em que *"exige mais horas de trabalho remunerado por unidade familiar e menos suporte estatal à assistência social, pressiona até o limite famílias, comunidades e (acima de tudo) mulheres"* (ARRUZZA; BHATTACHARYA; FRASER, 2019). Para nós, ele se apresenta principalmente em um momento de desmonte da educação no país, em diversos níveis, desde o descrédito das instituições educacionais públicas e dos e das profissionais da educação, tratados/as como doutrinadores/as mal intencionados/as, passando pelo discurso anticientífico e an-

ti-intelectual de modo geral, até o sucateamento das instituições e o progressivo ataque às carreiras e salários dos/as servidores/as públicos/as trabalhadores/as da educação. É esse cenário que estamos enfrentando por melhores condições de trabalho, em que a luta sindical faz mais sentido ainda para as mulheres trabalhadoras. É evidente que a crise afeta a toda classe trabalhadora, porém, no contexto de pandemia que caracteriza o ano de 2020, as mulheres novamente são as mais afetadas. Segundo o Instituto Maria da Penha, tem crescido não só no Brasil como em outros países os casos de violência doméstica, uma vez que o confinamento intensifica a convivência e pode aumentar as tensões. A violência de gênero avança e alcança índices cada vez mais alarmantes. “Nesses momentos, quando a ansiedade em relação à própria condição, à precariedade econômica e à incerteza política surge, também a ordem de gênero parece estremecer” (ARRUZZA; BHATTACHARYA; FRASER, 2019).

Diante de tudo isso, percebemos que é indispensável nos voltarmos para as especificidades que a problemática das relações de poder com base em gênero assumem nesse momento. Ainda mais considerando que, mesmo com os avanços no sentido de discutir essa problemática e de aproximar as mulheres do sindicato, ainda percebemos que há uma reprodução do machismo dentro do espaço sindical, que vai desde o assédio

até a resistência em reconhecer a importância de se pautar e combater cada prática machista que perpassa o movimento. Tais práticas não só terminam por excluir as mulheres desses espaços de construção de uma luta coletiva, mas também reforçam o sistema capitalista patriarcal, contribuindo para sua manutenção e fortalecimento. É pelo anteriormente exposto que nesta tese pretendemos problematizar as relações interpessoais dentro do espaço sindical, partindo do princípio que a esquerda nunca foi imune ao sexismo e à violência sexual por parte de suas lideranças, ao contrário, tende a reproduzir os estereótipos e os papéis que tanto o capitalismo constrói ideologicamente para oprimir a mulher.

## **2. Machismo, sexismo e violência de gênero no espaço sindical**

Como é vista a mulher no espaço sindical? Qual papel lhe é reservado? A paridade de gênero nas seções e nas direções, por si só, não garante um verdadeiro protagonismo das mulheres no sindicato. Considerando a divisão sexual do trabalho da qual falamos e tudo o que ela carrega consigo, no contexto do sindicato não é incomum que mulheres fiquem delegadas às tarefas de organização e de bastidores (importantes, porém não tão valorizadas). Ou seja, silenciamento e invisibilidade que estão postos no trabalho doméstico não remunerado são reproduzidos nas tarefas políticas no interior da militância. Afinal, historicamente as mulheres tiveram sua participação no espaço público proibida ou tornada extremamente difícil. Ainda hoje o espaço doméstico é tido como seu espaço principal de existência. Por outro lado, os homens ocupam os espaços públicos, tomam a voz e o microfone, e se constroem enquanto dirigentes, militantes reconhecidos, quadros políticos. É a antiga (e falsa) dicotomia entre o público e o privado. Para as mulheres, a esfera privada; aos homens, a pública. E isso segue naturalizado em nossa sociedade. Esse sistema se retroalimenta quando muitas mulheres se sentem intimidadas, abrindo mão de assumirem os espaços de fala por se sentirem menos capazes ou por temer posturas misóginas e violência moral.

É evidente que tal construção, como parte da estrutura propositalmente patriarcal e capitalista, se materializa nas relações interpessoais de gênero, e, portanto, se configuram como relações de poder. Considerando o machismo como elemento estruturante da sociedade de classes, estes homens terminam por ocupar uma posição dominante em relação às mulheres, o que abre margem para que diferentes tipos de violência aconteçam (psicológica, física, simbólica, social, patrimonial, moral ou sexual). Dentre estas violências, está o assédio sexual.

Em Cartilha do Sinasefe, o assédio sexual é assim descrito: “Segundo o Dicionário Eletrônico Houaiss, assédio significa ‘insistência impertinente, perseguição, sugestão ou pretensão constantes em relação a alguém. A partir desse conceito, pode-se afirmar que o assédio sexual consiste na abordagem repetida de uma pessoa a outra, com a pretensão de obter favores sexuais, mediante imposição de vontade. O assédio sexual ofende a honra, a imagem, a dignidade e a intimidade da pessoa”.

É importante lembrar que o assédio ocorre de diferentes formas, desde as mais escancaradas até as mais sutis, e que assume diferentes roupagens dependendo do meio onde acontece. Por exemplo, ele costuma acontecer de maneiras diferentes dependendo do nível de escolaridade do sujeito. O nível da sofisticação do discurso do assediador vai variar, podendo dificultar sua percepção por parte da vítima. A abordagem do assediador pode não ser explicitamente violenta, e por isso ser confundida com admiração sincera. Mais ainda, é preciso ter os dois pés atrás quando se trata de um homem com posição destacada no sindicato e uma mulher que não ocupa a mesma posição, porque a relação de poder nestes casos se faz ainda mais evidente - e é elemento fundamental quando se trata de analisar casos de assédio sexual, por exemplo.

As diversas violências de gênero aparecem também na objetificação da mulher militante sindical. Aqui encontramos um duplo problema, pois conhecemos a dificuldade de mulheres denunciarem qualquer tipo de assédio, mas no interior da militância isso ganha contornos especiais. Alex Press traduz nosso dilema:

Quer tenhamos sido nós mesmas abusadas, ou estejamos a falar em nome de alguém que o tenha sido, expomo-nos à crítica de estarmos a distrair do verdadeiro objetivo do movimento. Em vez de falarmos sobre a questão central – seja ela organização sindical, construção de coligações e alianças, estratégias de comunicação, ou planejamento de ação direta – vemo-nos forçadas à posição de nos sentirmos como umas históricas, tornadas numa caricatura: as mulheres que se queixam do sexismo ou da misoginia no movimento (PRESS, 2017).

Uma das estratégias mais comuns para desviar a atenção acerca de denúncias de assédio é exatamente acusar as mulheres de histérica ou exageradas, ou ainda mais, vasculhar suas histórias pessoais para desacreditar suas falas. Outra estratégia é a redução da importância do fato, considerado em grande medida como um mal entendido ou mera instrumentalização de uma causa. Dessa forma, o silenciamento e a tolerância passam a ser os motores que conduzem esses casos. E cada um de nós reproduz essa lógica ao aceitar que esses motores continuem a funcionar. É preciso dar um basta!

Portanto, a objetificação da mulher que atinge também a militante, desdobra-se numa série de ações e investidas por parte de sindicalistas, que veem nela uma

oportunidade de satisfazer desejos, seja do corpo, seja do ego. No SINASEFE, infelizmente, são conhecidas e naturalizadas situações de relações interpessoais estabelecidas não apenas pelos solteiros, mas principalmente, por homens casados, que demonstram claramente essa questão. Ainda na Cartilha do Sinasefe, indica:

Não é possível elaborar uma lista discriminada com todas as diferentes condutas que podem configurar o assédio sexual. [...] entretanto, podem ser citadas as seguintes: piadas, comentários sobre o corpo, idade, situação familiar, elogios atrevidos, galanteios, carícias, pedidos de favores, intimidações, ameaças, recusa de promoção, promessa de demissão ou promoção.

Há um fetiche de que a mulher militante está disponível, à espera de uma investida, principalmente se o autor for considerado figura de destaque e portanto, alvo de interesse. Isso acontece, inclusive, com companheiros casados que deixam suas companheiras e filhos em casa, e entendem que o ambiente sindical é o espaço onde podem dar vazão para todas suas frustrações sexuais e afetivas. Muitas vezes, estes mesmos não querem ou “permitem” que suas companheiras frequentem os espaços sindicais.

É claro que existem diferentes arranjos de relacionamento. Acontece que em alguns desses casos, é sabido que o homem está em uma relação monogâmica e que, portanto, suas atitudes no sindicato não condizem com o acordo que possui com sua companheira. Alguns dirão que estes homens estão em uma relação aberta e que portanto não há descumprimento do acordo do casal. Porém aqui é necessário problematizar o seguinte: que tipo de igualdade existe em uma relação aberta na qual é sempre a mulher que fica em casa cuidando dos filhos ou familiares enquanto o homem mantém suas atividades sociais normalmente? Que tipo de igualdade existe em uma relação aberta na qual a mulher depende economicamente do homem para seu sustento? Que tipo de igualdade e respeito existe quando a terceira pessoa de um relacionamento aberto (geralmente uma mulher) tem suas necessidades afetivas totalmente desconsideradas por “saber onde estava pisando”? Este homens, apesar de seus discursos à esquerda, muitas vezes radicais, enxergam as mulheres do sindicato não como companheiras de luta, mas como objetos à sua disposição e, se são objetos, têm sua subjetividade desvalorizada. Nestas situações, a solidariedade de seus pares, outros homens fundamentalmente, mas também algumas mulheres, pode reforçar e perpetuar essa conduta. É a expressão da tolerância que citamos anteriormente.

Essa caracterização é evidentemente uma construção de uma cultura machista, arraigada desde nosso cotidiano e reproduzida nos espaços da própria esquerda. Quem nunca ouviu falar da famosa “Tática 2” que infelizmente ainda persiste como uma prática vinda do movimento estudantil? A Tática 2 ocorre quando um homem aproxima-se sexual ou afetivamente de uma mulher não por interesse legítimo, e sim para trazê-la para sua organização política ou aproximá-la da defesa das pautas dessa organização. Embora diversas organizações já procurem eliminar tal prática, ela está arraigada e vem formando uma série de militantes dentro da perspectiva patriarcal. Na verdade, ela é muito mais expressão da lógica patriarcal do que uma tentativa autêntica de militância. Entendemos, assim, que é preciso alertar as mulheres do sindicato para essa conduta. Nossos corpos não são bem comuns à disposição dos homens.

Defendemos que na luta contra a opressão de gênero devemos pautar nosso comportamento por padrões diferentes daqueles que acabam sendo naturalizados no cotidiano, por uma postura revolucionária na qual exista espaço para a confiança, a admiração e o afeto, e não para homens que objetificam, assediam e hiperssexualizam as mulheres. Ora, se lutamos por um mundo livre de opressão e exploração, como podemos tratar como natural uma violência sofrida por uma parcela tão grande da população e tão importante para nossa luta? Precisamos urgentemente entender as violências de gênero (bem como outras violências, como a racial e a LGBTQfóbica) como violências que são perpetradas pelo sistema capitalista e que precisam ser desmanteladas.

A questão é que, no nível do discurso, é bem provável que todos e todas em nosso sindicato devem concordar que o assédio sexual é ruim e precisa ser combatido. O problema, então, é aprofundar o debate para entendermos o que isso precisa significar na prática, quando precisamos lidar com as situações reais de assédio. Também é preciso sair de um discurso simplificador, que tenta achatar a questão com frases feitas afirmando que *"somos todos iguais"* e que o sexo (e o gênero) não importam. Sabemos que, na realidade, esse fator (bem como outros) importa e está embutido na forma como vivemos no mundo, inclusive no espaço de trabalho e no meio sindical. Assim, não basta dizer que é só tratar a todo mundo igualmente e o problema está resolvido. As relações de gênero estão postas nas nossas interações cotidianas, e reconhecendo isso poderemos começar a resolver as desigualdades decorrentes dessa realidade.

Por isso, é fundamental refletirmos sobre dois pontos: **primeiro**, sobre como as relações de poder com base em gênero estão postas em nosso sindicato e geram tensões que precisam ser enfrentadas e resolvidas; **segundo**, sobre o modo como lidamos com os casos de assédio e violência sexual que ocorrem quando estas tensões chegam ao seu limite e se tornam violências. É próprio da cultura do estupro culpabilizar a vítima, buscar inúmeros motivos para desmerecer seu relato e sua denúncia: Com que roupa estava? Por que frequentava determinado lugar? O que fazia com o assediador? No ambiente sindical, temos ainda uma particularidade: a denúncia poderá ser recebida com desconfiança, sob a alegação de "instrumentalização da luta". Sabemos que pautas legítimas podem sim ser instrumentalizadas, afinal a esquerda é permeada de contradições e o espaço sindical, idem. Porém, a maneira de evitar que esse desvio ocorra é proceder a uma investigação séria e eficiente de todas as denúncias, antes de qualquer julgamento prévio sobre sua legitimidade. Insistir numa política de tolerância zero para com os abusadores assegura que nosso sindicato seja construído com pessoas de confiança, que respeitem a todas e a todos.

Afinal, muito falamos sobre a pouca presença de mulheres no sindicato, e muitas estratégias são propostas para tentar aumentar a participação desse público. Qual não deve ser, então, a surpresa de muitas mulheres quando, ao passar a se engajar na luta sindical, descobrem que esse pode ser um espaço tão reprodutor de machismo (bem como de outros ismos) quanto qualquer outro. Para que consigamos avançar no sentido de vencer a resistência em pautar e combater práticas machistas, para além do movimento feminista, acreditamos na necessidade urgente de trabalhar na perspectiva de formação dentro do SINASEFE, pois acreditamos que não é possível seguir na luta sem ampliar o debate em torno do tema. É preciso romper com o silenciamento e com a tolerância. Principalmente os homens devem parar de agir como cúmplices daqueles que continuam a reproduzir os piores elementos do

machismo. A nós mulheres cabem não apenas as denúncias, mas também o mútuo apoio, a solidariedade e, fundamentalmente, a persistência e a manutenção da luta no âmbito sindical. Para isso, é preciso que nos sintamos incentivadas, encorajadas e acolhidas dentro do sindicato.

Combater as opressões em torno das mulheres no espaço sindical, representa ampliar o espaço de luta na redução das desigualdades, como ressalta Silvia Federici (2019): “O feminismo não é somente melhorar a situação das mulheres, é criar um mundo sem desigualdade, sem a exploração do trabalho humano que, no caso das mulheres, se transforma numa dupla exploração”. Combater com seriedade o assédio contra as mulheres é dever de toda e todo militante que tem como objetivo a emancipação da classe trabalhadora. Sem as mulheres trabalhadoras, nenhuma transformação efetiva da realidade será possível.

Diante do exposto, seguem os encaminhamentos, que julgamos fundamentais na luta.

### 3. Encaminhamentos:

- Acatar as denúncias, que devem ser investigadas pelo órgão competente antes que sejam caracterizadas como instrumentalização;
- Divulgação ampla da cartilha específica sobre como lidar com assédio sexual dentro do espaço sindical/em atividades sindicais;
- Criar ouvidoria específica para denúncias de assédio sexual dentro do espaço sindical, contando com pessoas qualificadas.
- Formação constante em atividades sindicais, com pessoas capacitadas para tratar o tema específico do assédio sexual e da violência de gênero;
- Campanhas constantes, não apenas em março, que eduquem e denunciem as diversas violências contra a mulher;
- Incorporar mesas sobre gênero e política nas Plenas e nos Congressos; - Cumprir de maneira efetiva todas as teses acerca de gênero que foram aprovadas nos Congressos;
- Manutenção dos Encontros de Mulheres Nacionais, assim como a realização de eventos regionais e locais para formação visando ao combate às práticas machistas e patriarcais;
- Manutenção e ampliação das políticas de creches nos eventos, não apenas para as mães que participam, mas também que os pais levem seus filhos em vez de sobrecarregar suas companheiras nessas tarefas;
- Formação e estímulo para a garantia da paridade real de gênero.

### 4. Referências:

ARRUZZA, Cinzia; BHATTACHARYA, Tithi; FRASER, Nancy. **Feminismo para os 99%: um manifesto**. 1ª ed. São Paulo: Boitempo, 2019.

CARTILHA do SINASEFE sobre assédio sexual. Disponível em: <https://sinasefe.org.br/site/documentos/juridico/cartilhas/>

DAVIS, Angela. **O significado de emancipação para mulheres negras**. In.: Mulheres, raça e classe. São Paulo: Boitempo, 2016.

FEDERICI, Silvia, (Setembro/2019). Entrevista ao Justiça de Saia: “*O feminismo não é uma escada para a mulher melhorar sua posição*”. Disponível em: <<http://www.justicadesaia.com.br/silvia-federici-o-feminismo-nao-e-uma-escada-para-a-mulher-melhorar-sua-posicao/>>. Acesso em 12 de maio de 2020.

FEDERICI, Silvia, (outubro/2019). Entrevista ao Brasil de Fato: “Silvia Federici: matar as mulheres é a forma mais eficaz de destruir a resistência”. Disponível em: <<https://www.brasildefato.com.br/2019/10/09/silvia-federici-matar-as-mulheres-e-a-forma-mais-eficaz-de-destruir-a-resistencia>>. Acesso em 10 de maio de 2020.

[http://www.institutomariadapenha.org.br/assets/downloads/nota\\_publica\\_abril\\_2020.pdf](http://www.institutomariadapenha.org.br/assets/downloads/nota_publica_abril_2020.pdf)

PRESS, Alex. A esquerda precisa de enfrentar os seus próprios problemas com o abuso sexual. 2017. Trad. Sadiq S. Habib. Disponível em: <https://medium.com/praxis-mag/a-esquerda-precisa-de-enfrentar-os-seus-pr%C3%B3prios-problemas-com-o-abuso-sexual-alex-press-9168c849684>

**Movimento por uma Escola Popular (MEP)**

## **004 - Derrotar o neofascismo e lutar em defesa dos direitos dos trabalhadores: é tempo de resistência e luta!**

### **Ofensiva conservadora e neofascismo no Brasil**

- 1- Desde 2019 o Brasil vive o momento mais dramático da sua história recente. Sob a égide do Governo Bolsonaro o país está em uma combinação de três crises: a) social e econômica, com vertiginoso crescimento das desigualdades sociais; b) política, fruto da instabilidade permanente pelos ataques às limitadas instituições democráticas liberais, aos movimentos sociais e à esquerda em geral; c) sanitária, ocasionada pela pandemia da COVID-19 e agravada pela política errática e negacionista do governo federal.
- 2- Bolsonaro deixará um rastro de destruição dos direitos da classe trabalhadora, da soberania nacional e de milhares de vidas perdidas pelo trato do governo com a pandemia. Ainda não é possível avaliar com profundidade as consequências dessa combinação de fatores cujas consequências vão perdurar por longos anos. Em termos gerais, o mandato iniciado em 2019 foi mais um capítulo da intensificação dos retrocessos sociais desde o golpe que destituiu Dilma Rousseff em 2016 e em seu lugar colocou seu vice, Michel Temer, com uma proposta nitidamente ultraliberal de desmonte do que restou de patrimônio nacional e das conquistas sociais cravadas na Constituição de 1988.
- 3- Esse ciclo destrutivo encontrou terreno fértil para se desenvolver na esteira da própria experiência do PT no Governo Federal, quando este abdicou de realizar reformas estruturais profundas de caráter democrático-popular – trocando-as por tímidas políticas redistributivas – para governar em prol dos interesses fundamentais do grande capital. Nesse processo, a esquerda em geral desacomulou na organização social e política dos trabalhadores(as), embora tenha obtido vitórias eleitorais. Isso contribuiu para a autoilusão de que seria possível um pacto de longa duração com a grande burguesia, visando mudanças lentas e graduais rumo a um Estado de Bem-Estar-Social.
- 4- Quando parte da burguesia no Brasil virou a chave, deslocando-se da base social que sustentou o neodesenvolvimentismo mitigado do PT para a exigência de retorno do neoliberalismo ortodoxo (meados de 2013), a esquerda em geral viu-se despreparada para enfrentar essa ofensiva conservadora de caráter antinacional e antipopular.
- 5- Nesse mesmo período, desenvolveu-se no país um movimento neofascista, assentado no racismo e no patriarcalismo enraizado em nossa cultura e no ressentimento de setores médios (parte dos trabalhadores de alta renda e pequena burguesia), pressionados pela ascensão de setores da classe trabalhadora e incomodados pela corrosão de um modo de vida marcado por privilégios historicamente acumulados, como, por exemplo, o uso sem direitos trabalhistas e com baixas remunerações de um amplo contingente da população mais pobre do país, como as trabalhadoras domésticas. Além disso, a expansão da renda desses setores não teve o mesmo ritmo dos segmentos de classe mais abaixo, gerando, inclusive, uma inflação no setor de serviços na faixa dos 12%.
- 6- Não podemos deixar de destacar que setores da própria classe trabalhadora que viveram uma melhora em suas condições de renda e consumo também se

viram frustrados com a impossibilidade material de subir degraus acima, pois isso exigiria uma política de distribuição de renda e enfrentamento dos interesses arraigados dos mais ricos que estava fora do radar da conciliação de classes dos governos do PT.

- 7- A base social que deu sustentação ao neodesenvolvimentismo do PT fraturou. De um lado, perdeu base em parte dos setores beneficiados pelo seu governo, por outro lado viu uma parte da grande burguesia abandonar a política neodesenvolvimentista mitigada. A bem da verdade, a burguesia no Brasil teve uma posição ambígua sobre os pilares do rebaixado projeto do PT, isto é, nunca renunciou totalmente ao objetivo de retroceder o "pacto" firmado na Constituição de 1988.
- 8- O que se viu daí em diante foi a construção paulatina de uma unidade insólita entre neofascismo e neoliberalismo. Em um primeiro momento, a agenda neoliberal buscou avançar com Temer e obteve relativo sucesso nessa empreitada. Depois tinha como preferência uma candidatura orgânica do grande capital, Alckmin (PSDB). Com a fragorosa derrota do PSDB em 2018, não hesitou em dar sustentação ao governo Bolsonaro, selando a aliança entre neoliberalismo e neofascismo.

### **O sentido social e político do bolsonarismo e seu governo**

- 9- Bolsonaro é uma liderança neofascista, sendo parte e a principal expressão de um movimento da mesma família do fascismo histórico. Não se trata de um mero "populismo de direita" ou uma liderança autocrática que pretende limitar e controlar as instituições da democracia liberal. Estas características são insuficientes para denominar o neofascismo bolsonarista, até porque podem ser formas mais autoritárias da própria democracia burguesa.
- 10- A denominação de neofascista ao movimento do qual Bolsonaro é a principal expressão, que aqui trataremos como bolsonarismo, é coerente com a base social e os eixos políticos e sociais do fascismo histórico, tais como: a) o apelo à ordem, sempre remetendo a um passado supostamente glorioso e ordenado; b) o discurso anti-modernidade e anti-intelectual, estigmatizando parte da intelectualidade e os valores da modernidade como depravados e desagregadores; c) o controle dos corpos e sexualidades, buscando recompor o padrão das relações patriarcais e heteronormativas; d) o nacionalismo exacerbado, que no caso brasileiro é muito mais simbólico do que efetivo, combatendo tanto o liberalismo (os interesses individuais não podem predominar sobre os interesses da nação) e suas instituições, com ameaças permanentes de ruptura institucional, como o comunismo (a luta de classes é contrária à unidade nacional); e) e o mais importante: o fortalecimento do capital monopolista.
- 11- O fato do bolsonarismo ser uma ideologia nos marcos do fascismo histórico, porém adaptado às circunstâncias concretas do tempo presente, não significa que o governo ou o regime político em vigor seja neofascista. Em ambos os casos, o domínio dos setores neofascistas no Estado em seu sentido ampliado (Executivo, Judiciário, Legislativo e Sociedade Civil) deveria ser muito maior do que o atual para afirmarmos que estamos diante de um regime neofascista. Uma das marcas da instabilidade política permanente dos últimos anos é justamente o inverso disso, com conflitos de variadas ordens e intensidades com o Poder Judiciário,

especialmente o STF; dentro do Poder Executivo entre as alas do governo (grupos neofascistas, Forças Armadas, partidos de direita convencionais, lavajatismo etc.); e mesmo no Congresso Nacional.

- 12- Apesar da instabilidade política, o Governo Bolsonaro manteve-se de pé pela convergência de diversas forças sociais e políticas responsáveis pelo golpe de 2016: a grande burguesia, em especial a fração mais associada ao imperialismo; o grande agronegócio moderno; a maioria da classe média, principalmente das faixas de renda mais elevadas; e parte expressiva da pequena burguesia proprietária. Soma-se a essa elite econômica uma grande massa de trabalhadores precarizados, autônomos e informais, politicamente desorganizados<sup>1</sup> e fortemente influenciados pelas grandes igrejas neopentecostas.
- 13- Na esfera política, Bolsonaro é sustentado pelas Forças Armadas e pelo grupo de partidos e lideranças fisiológicas chamado de “Centrão”, além do segmento neofascista, minoritário no Congresso Nacional e hoje com menor peso no governo depois de sucessivas perdas de espaço para acomodar o “Centrão”. O custo dessa base congressual foi o loteamento do governo para que esses setores viabilizassem os mais diversos esquemas corporativos, corruptos e eleitorais.
- 14- Dessa forma, Bolsonaro conseguiu construir uma base na Câmara que lhe permitiu bloquear o impeachment e realizar parte das reformas antinacionais e antipopulares para as quais recebeu apoio do grande capital. No caso da reforma regressiva da Previdência Social, esta foi feita apesar das movimentações erráticas do próprio Bolsonaro, ficando a cargo das representações mais orgânicas e confiáveis do grande capital levá-la adiante, tais como o PSDB e o DEM (que tinha em seus quadros Rodrigo Maia, presidente da Câmara dos Deputados na época). Avançou muito também a privatização da Petrobrás, da Eletrobrás e dos Correios, estas últimas com maior lentidão.
- 15- Outro aspecto importante a ser destacado é a tutela civil, militar e burguesa sobre o governo. Como já pontuamos em outros momentos, “essa tutela não é absoluta e isenta de conflitos e tensões, mas acaba por sustentar o governo, condicionando-o em nome dos interesses do grande capital e suas frações (especialmente o agronegócio e o capital financeiro)”.
- 16- A tutela se dá por dentro e por fora do governo; através do Congresso Nacional ou pela cúpula do judiciário. Conta com variadas formas de pressão e negociação, seja através de agentes mais diretamente ligados ao grande capital, seja com parte da elite política – aí entrando em cena as Forças Armadas – construindo mediações entre Bolsonaro, seus adversários no STF, no Congresso Nacional e com frações do capital. Nesse último aspecto, impõe limites para ações do governo que se chocam com interesses fundamentais do grande capital, como demonstra o recuo de Bolsonaro em relação à China.
- 17- O tom agressivo de Bolsonaro e do núcleo ideológico em seu entorno é um movimento defensivo em duas direções: Bolsonaro eleva o tom quando vê seu clã familiar e aliados mais próximos ameaçados, especialmente pela justiça, e, fala diretamente para sua base de apoio, colocando-se como um líder “antissistema”

---

1 Ver mais em FILGUEIRAS, Luís. As classes dominantes e o governo Bolsonaro. *Le Monde Diplomatique*, nº 163, 01 de fevereiro de 2021.

perseguido em sua cruzada. De certa forma essa é uma tática que tem se mostrado eficiente até agora. Seu principal saldo é a manutenção de uma faixa de apoio próxima dos 25%, tornando-o um candidato competitivo para as eleições presidenciais de 2022.

## A crise econômica ampliou as desigualdades sociais

- 18-No ano de 2021 o PIB do Brasil cresceu 4,6%. Como a base de comparação foi o tomo de 2020 (-3,9%) por conta da pandemia da COVID-19, a economia brasileira somente retornou ao patamar de 2019. Considerando o período 2011-2021, o crescimento médio anual do PIB foi de menos de 1%. Em geral, a economia encontra-se próxima ao patamar de 2009. Esse quadro de baixo crescimento econômico associa-se também ao aumento das desigualdades sociais no Brasil. Três questões aqui se relacionam: a alta da inflação; a queda da renda do trabalho e a concentração de renda e riqueza.
- 19-De acordo com o IBGE, o Índice Nacional de Preços ao Consumidor Amplo (INPC), considerada a inflação oficial do país, foi de 10,06% em 2021, o maior índice desde 2015 (10,67%). Os dados segmentados apontam que a inflação atinge de forma diferenciada as faixas de renda, penalizando com maior intensidade os mais pobres. Enquanto nas faixas de renda alta (9,54%) e média-alta (9,66%) a inflação ficou levemente abaixo dos 10%, o mesmo não ocorreu nas faixas de renda média e média-baixa, com 10,26% e 10,4% respectivamente. Nas faixas de renda baixa e renda muito baixa os índices foram de 10,1% e 10,08%<sup>2</sup>.
- 20-Já o valor da cesta básica aumentou em 17 capitais, segundo o Departamento Intersindical de Estatística e Estudos Socioeconômicos (DIEESE). As altas mais expressivas foram registradas em Curitiba (16,30%), Natal (15,42%), Recife (13,42%), Florianópolis (12,02%) e Campo Grande (11,26%). Em São Paulo, o valor da cesta básica equivaleu a 67,86% do salário-mínimo em 2021, maior índice nacional dessa relação<sup>3</sup>. Na média nacional, o valor da cesta básica ficou em 56% do salário-mínimo.
- 21-Ao analisarmos os reajustes salariais, os dados do DIEESE mostram que 49,8% não repuseram a inflação acumulada, 33,4% foram iguais a inflação acumulada e somente 16,8% dos reajustes foram acima da inflação<sup>4</sup>.
- 22-Apesar da situação do emprego ter melhorado no final de 2021 (11,1%) se comparado com o final de 2020 (14,2%), isso garantiu somente o retorno ao patamar que antecedeu a pandemia em 2019 (11,1%). O desemprego é maior entre os pardos, 12,6%, e pretos, 13,6%, ficando abaixo dos dois dígitos entre os brancos, 9%. Quanto ao recorte de gênero, entre as mulheres esse índice chegou a 13,9% e entre os homens, 9%. Já o rendimento médio real do trabalho caiu 10,75% em

2 Ver mais em: <https://www.nexojornal.com.br/extra/2022/01/18/Mais-ricos-foram-menos-atingidos-pela-infla%C3%A7%C3%A3o-em-2021>

3 Ver mais em: <https://www.dieese.org.br/analisecestabasica/2021/202112cestabasica.pdf>

4 Nesse caso o DIEESE utiliza o INPC ao invés do INPCA, mesmo assim os dados ilustram bem os impactos da crise sobre a classe trabalhadora. Ver mais em: [DIEESE - boletim de conjuntura - Nº 31 - A herança de 2021 e o que esperar de 2022 - dezembro/2021](#)

2021 em relação a 2020, indo de R\$ 2.742,00 para R\$ 2.447,00. O patamar de rendimento médio do trabalho é o menor dos últimos 10 anos<sup>5</sup>.

23- A recuperação dos índices de emprego se deu à custa de maior informalidade e precarização, com crescimento de 18,3% dos trabalhadores e trabalhadoras sem carteira assinada e 13,1% do trabalho por conta própria<sup>6</sup>. A taxa geral de informalidade foi de 40,7% da população ocupada em 2021 (em 2020 foi de 39%). Essa taxa está na casa dos 40% desde o terceiro trimestre de 2017.

24- O Brasil segue ocupando a triste posição de um dos países mais desiguais do mundo. Segundo o Laboratório das Desigualdades Mundiais, que integra a Escola de Economia de Paris e é co-dirigido por Thomas Piketty, os 10% mais ricos do Brasil representam 58,6% da renda nacional. Já o 1% mais rico consome mais de 26% dos ganhos nacionais. Os 50% mais pobres só têm acesso a 10% do total da renda nacional. Isso significa que esse percentual mais pobre da população ganha 29 vezes menos que os 10% mais ricos.

25- Quando se trata da renda patrimonial, essa desigualdade fica ainda mais evidente. Em 2021, os 50% mais pobres possuíam apenas 0,4% da riqueza brasileira (ativos financeiros e não financeiros como propriedades imobiliárias). Os 10% mais ricos no Brasil possuem aproximadamente 80% do patrimônio privado do país. A concentração de capital é ainda maior na faixa dos super ricos, o 1% da população, que possuía, em 2021, praticamente a metade (48,9%) da riqueza nacional<sup>7</sup>. Em 2021, o Brasil engordou a lista da Forbes com 40 novos bilionários. O patrimônio combinado dos bilionários brasileiros chega à cifra de R\$ 1,9 trilhões<sup>8</sup>.

26- No médio prazo, não há sinais de melhoras substanciais desse quadro social e econômico. Em 2022 a expectativa é de crescimento próximo de zero, nas previsões mais otimistas e, inflação acima de 7%, acima da meta de 5%. Para 2023 e 2024, a previsão de crescimento é de 1,5% e 2%, respectivamente. Como é comum no capitalismo, especialmente em sua fase neoliberal, crescimento econômico não necessariamente significa melhorias nas condições de vida da classe trabalhadora, pois este crescimento para ser minimamente repartido depende da correlação de forças entre as classes sociais. O que observamos no Brasil dos últimos anos é a combinação de baixo crescimento econômico, inflação persistente e maior concentração de renda e riqueza.

## A resistência popular e o Fora Bolsonaro!

27- O Governo Bolsonaro foi responsável pelo agravamento da aguda crise social que o país vivia antes da sua eleição em 2018. Seu primeiro ano de mandato (2019) foi marcado por relativa recuperação da resistência popular depois das sucessivas derrotas das forças democráticas, populares e socialistas. Fruto dessa breve recuperação, ocasionada pelo desgaste crescente de Bolsonaro à época,

5 Ver mais em: <https://static.poder360.com.br/2022/02/pnad-desemprego-24fev2022.pdf>

6 Comparando o último trimestre de 2021 em comparação ao mesmo período de 2020.

7 Ver mais em: <https://www.bbc.com/portuguese/brasil-59557761>

8 Ver mais em: <https://forbes.com.br/forbes-money/2021/08/quem-sao-os-40-novos-bilionarios-brasileiros-no-ranking-2021/>

desenvolveu-se, com razoável amplitude, a luta pelo Fora Bolsonaro! Iniciou-se ali um importante momento de acúmulo de forças que teria o potencial de movimentar, para além da vanguarda social e política mais à esquerda, milhões de brasileiros e brasileiras, criando assim as condições sociais e políticas pelo fim do governo.

- 28- Porém, o avanço da resistência popular esbarrou no desemprego em alta, que dificultava a mobilização mais ampla, permanente e unitária da classe trabalhadora; na vacilação do PT e seus aliados e das organizações populares por eles dirigidas; e, já em 2020, na chegada da pandemia da COVID-19, desarticulando as ações e frentes unitárias de luta contra Bolsonaro.
- 29- O que se viu de março de 2020 em diante foi um show de horrores já fartamente conhecido e sentido pelo país. Apesar da urgência em derrotar Bolsonaro nesse período, a luta pelo seu impeachment emperrou nas dificuldades das forças democráticas, populares e socialistas de desempenharem, no auge da pandemia, o papel de mobilizar o povo para varrer Bolsonaro do governo. Além disso, a maioria da burguesia e das elites políticas no Brasil não aderiu à possibilidade da destituição de Bolsonaro. Em primeiro lugar porque o governo, mesmo de forma errática, se colocara como uma ferramenta para as reformas antinacionais e antipopulares aguardadas pelas classes dominantes. Em segundo lugar porque um grande acordo de transição do governo Bolsonaro para outra alternativa nos marcos do neoliberalismo, porém mais estável politicamente, não se viabilizou.
- 30- O ano de 2021 começou como uma trágica continuidade do período anterior. Mais uma vez o Brasil voltou a viver uma situação cruel com milhares de mortes evitáveis se o governo do país tivesse feito o básico de garantir a testagem e a vacinação em massa, além de melhorar as condições para o SUS salvar vidas na ponta do sistema. O ano de 2021 também foi marcado por uma crise social sem precedentes em nossa história recente, com mais de 100 milhões de brasileiros/as em condição de insegurança alimentar; desemprego na faixa dos 12 milhões e desalentados/as na casa dos 5 milhões (IBGE).
- 31- A resistência popular, mais uma vez, deparou-se com condições sociais e sanitárias muito difíceis. Porém, com o avanço da vacinação, a melhora no quadro da pandemia e a retomada parcial da normalidade, as mobilizações sociais foram retomadas, tendo como principal frente de mobilização a Campanha Fora Bolsonaro.
- 32- A luta pelo Fora Bolsonaro mobilizou milhares de pessoas em todos os cantos do país e foi um importante sinal de retomada das mobilizações sociais ainda durante a pandemia. Porém, mesmo sendo bem superiores às mobilizações de apoio a Bolsonaro, não foram suficientes para alterar a correlação de forças na sociedade brasileira e impulsionar o impeachment do presidente pelas mãos das forças democráticas, populares e socialistas, nem para constranger as elites econômicas e políticas a realizarem o processo para não perder o controle da situação.
- 33- Isso pode ser explicado, em primeiro plano, pela situação defensiva da classe trabalhadora e setores oprimidos por conta da crise econômica que, como é comum no capitalismo, atingem principalmente os/as que vivem do próprio trabalho. Mas, como já afirmamos em outros momentos, as vacilações das principais direções da Campanha Fora Bolsonaro também contribuíram com a perda de fôlego dos

atos ao direcionar a perspectiva de derrotar Bolsonaro imediatamente para as eleições presidenciais de 2022.

34-Desde que Lula conquistou sua liberdade e retomou seus direitos políticos (2019 e 2020) - o que consideramos uma vitória democrática - e passou a liderar as pesquisas, as maiores organizações populares se submeteram a uma perspectiva eleitoreira, realizando manobras que espaçavam os atos e dispersavam a força social até então acumulada.

35-A consequência direta dessa movimentação foi o enfraquecimento das mobilizações sociais no final do ano, com grande parte do ativismo social e da sua vanguarda direcionando a expectativa de derrotar Bolsonaro para as urnas em 2022, o que consideramos um grande risco, já que Bolsonaro praticamente não ficou abaixo dos 20% de popularidade durante todo o seu governo, o que, até agora, tem esvaziado a possibilidade de uma "terceira via" pela direita e lhe dado tempo para se recuperar através do uso ostensivo da máquina do Estado<sup>9</sup>.

## **2022: a centralidade da luta deve ser nas ruas pelo Fora Bolsonaro e Mourão!**

36-O ano de 2022 começa com a expectativa de que Bolsonaro seja derrotado nas urnas. Mas, como já afirmamos, isso não está dado. Não há garantias de que os arbítrios de 2016 (golpe) e 2018 (prisão de Lula e sua exclusão do processo eleitoral) não se repitam, com novas formas e roupagens.

37-Vinte anos depois da primeira eleição de Lula para a Presidência da República, a possibilidade de seu retorno para um terceiro mandato tem capturado a esperança de setores democráticos, populares e socialistas por um ciclo distinto do que vivemos nos últimos anos.

38-Lula não apresentou nada além de um genérico retorno aos tempos do neodesenvolvimentismo mitigado dos seus mandatos (2003-2010). Nesse período, foram desenvolvidas medidas redistributivas no campo de menor resistência do grande capital, isto é, sem mexer nos interesses fundamentais da burguesia no Brasil, o que explica seus altos índices de popularidade quando encerrou seu primeiro ciclo no governo federal (2010). Em uma análise rigorosa dos governos do PT, é possível constatar que a hegemonia burguesa se fortaleceu em todos os sentidos: econômico, político, ideológico e cultural. A questão é que o contexto é outro e bem pior do que o encontrado no início dos anos 2000, marcado por forte clima de incerteza após os piores momentos da pandemia da COVID-19 e da Guerra na Ucrânia<sup>10</sup>, cuja durabilidade, impactos geopolíticos e econômicos ainda não são possíveis de serem dimensionados.

39-Não estamos em circunstâncias estáveis em níveis internacional e nacional. A esquerda, independente das divergências táticas do processo eleitoral e das candidaturas que serão apresentadas, deve construir uma campanha sintonizada

---

9 As recentes pesquisas de opinião realizadas nos primeiros meses de 2022 já mostram uma tendência de redução da diferença entre Lula e Bolsonaro, com Lula caindo, ainda na margem de erro, e Bolsonaro subindo, já acima da margem de erro, segundo alguns institutos.

10 Ver mais em Nem OTAN, nem EUA, nem Rússia oprimindo o povo da Ucrânia, Resolução da CNAPS de fevereiro de 2022. Disponível em: <https://acaopopularsocialista.com/2022/02/28/nem-otan-nem-eua-nem-russia-oprimindo-o-povo-da-ucrania/>

com as lutas de resistência de nosso povo, tanto sendo parte delas como também contribuindo com sua organização e ampliação. A consigna do Fora Bolsonaro e Mourão continua sendo capaz de aglutinar diferentes setores em torno de uma tática comum, mas é preciso combater a vacilação tática que tem sido a marca da campanha Fora Bolsonaro.

- 40-As organizações populares, direções das entidades e movimentos populares e oposições sindicais e estudantis do campo combativo devem construir uma tática comum para a disputa na campanha Fora Bolsonaro e na sociedade em geral. A fragmentação do campo combativo em várias centrais sindicais de diferentes pesos é um problema de ordem estratégica cuja solução não será imediata. Mas isso não deve ser um impeditivo para maior unidade tática na disputa mais geral na sociedade e contra os setores burocratizados do movimento sindical, popular e estudantil. Sem superar, pelo menos parcialmente, o problema da fragmentação do campo combativo não seremos influentes para impulsionar um quadro melhor de mobilização social para os próximos anos, e essa necessidade independe do resultado do processo eleitoral, pois muitas lutas virão, independente do resultado das urnas.
- 41-Construir maior unidade nos movimentos sociais em torno do Fora Bolsonaro e Mourão, casado com maior organização dos setores combativos, portanto, é fundamental. É igualmente importante que, além do combate aos ataques aos direitos do povo, a esquerda apresente uma plataforma emergencial articulada com um projeto democrático e popular (antimonopolista, antilatidundiário, anti-imperialista, ecossocialista, democrático radical e contra todas as opressões) que acumule forças para o socialismo. Essa plataforma emergencial não deve ter um fim meramente propagandístico; ela deve responder a elementos concretos da crise atual, mas indo além de medidas pontuais.
- 42-A disputa de 2022 não é somente para derrotar o bolsonarismo. É também para derrotar a agenda ultraliberal hoje impulsionada pelo atual governo. É um erro avaliar que estas duas dimensões estão deslocadas uma da outra. As medidas antinacionais e antipopulares devem ser revogadas para derrotarmos concretamente as forças políticas e sociais que impulsionaram o golpe de 2016, a eleição e sustentação do Governo Bolsonaro. É preciso que apresentemos à classe trabalhadora, juventude, negros e negras, indígenas, quilombolas, mulheres e LGTBQIA+ uma plataforma programática que efetivamente aponte saídas para a crise brasileira em benefício da maioria do povo trabalhador.
- 43-As organizações populares devem realizar campanhas vinculadas à resistência popular (empresas, escolas, universidades, bairros, ocupações etc.) que hoje encontra-se dispersa e fragmentada. Devemos fazer do processo eleitoral uma etapa da luta de massas que é necessária para derrotar o bolsonarismo e o ultraliberalismo. Os comitês e atos de campanha devem ser permanentes instrumentos de organização popular, mobilização social e formação política.
- 44-Tão importante quanto impor uma derrota eleitoral a Bolsonaro, é impor uma derrota social e política. Isso só será possível se a esquerda reconquistar milhões de corações e mentes que foram perdidas para o desencanto, retomando a esperança de dias melhores a partir da sua própria organização e luta. Sem termos isso como objetivo nítido em 2022 e nos anos que virão, não conseguiremos isolar e derrotar os segmentos neofascistas e seus aliados.

## A necessidade histórica de uma saída da crise pela esquerda

- 45- A esquerda socialista não pode abster-se de apresentar ao país uma alternativa de saída da crise em direção aos interesses imediatos e históricos da classe trabalhadora, dos negros e negras, das mulheres, da juventude, dos indígenas, dos quilombolas, dos sem-terra, dos sem-teto, dos LGBTQIA+, povo de terreiro, isto é, de todos os setores historicamente explorados e oprimidos.
- 46- Uma alternativa como essa deve dialogar com o nível de consciência do nosso povo, mas buscando elevá-la para além do “melhorismo”. Um programa de esquerda, portanto, deve ser uma mediação entre as condições objetivas e as condições subjetivas existentes, com seus limites, contradições e potenciais. Um programa que se colocar apartado dessa mediação será mera propaganda incapaz de colocar em movimento a população explorada e oprimida historicamente.
- 47- Devemos defender um programa anti-monopolista, anti-latifundiário, anti-imperialista, democrática-radical, ecossocialista e contra todas as opressões, sob hegemonia da classe trabalhadora e rumo ao socialismo, como um instrumento fundamental para a disputa de hegemonia na sociedade brasileira. Essa alternativa programática deve ser apresentada e desenvolvida nas lutas travadas na conjuntura.

## Construir o futuro nas lutas do presente: tarefas táticas prioritárias

### **48- Defender os serviços públicos, derrubar o teto de gastos e derrotar em definitivo a Reforma Administrativa.**

No final de 2021 a combinação de lutas das servidoras e servidores públicos, resistência dos parlamentares de centro-esquerda e esquerda e pragmatismo eleitoral dos congressistas conseguiu barrar a PEC 32 da Reforma Administrativa. Esta Reforma Administrativa traria um enorme impacto na qualidade dos serviços públicos, extinguindo grande parte das suas carreiras e permitindo o retorno a uma estrutura de indicações políticas e a ampliação da contratação de empresas terceirizadas, gerando perda de qualidade do serviço ofertado à população e piora das condições de trabalho dos servidores públicos. Obtivemos uma vitória parcial interditando sua tramitação, mas não a derrotamos completamente. Essa é uma pauta que deve voltar ao debate a partir de 2023 e devemos nos preparar para enfrentá-la.

Os serviços públicos essenciais, como Educação, Saúde e Atendimento da Previdência Social, estão precarizados e funcionando no limite, não só pelo corte de gastos discricionários (manutenção e investimentos), mas também pela redução drástica dos concursos públicos de reposição e congelamento dos salários dos servidores. Mesmo com aumento de arrecadação, o atual regime fiscal impede a destinação de mais verbas para os serviços públicos. É tarefa urgente a revogação do teto de gastos (Emenda Constitucional 95).

### **49- Lutar por reajuste salarial que recupere as perdas dos trabalhadores, com salários congelados há vários anos.**

Devemos encaminhar a luta em todas as esferas para a recuperação do valor dos salários, que, diante da alta inflacionária, estão acumulando perdas. Várias categorias - federais, estaduais e municipais apontam para a possibilidade de

greves para o próximo período. Devemos nos juntar a essas lutas, construindo atos unitários onde for possível. Soma-se a isso a luta pelo pagamento do piso salarial dos professores e professoras nos estados e municípios, com participação de educadores e educadoras indígenas. Devemos participar ativamente dessas mobilizações constituindo frentes de luta nas esferas municipais e estaduais. Na esfera federal devemos fortalecer nossas articulações junto à esquerda combativa no FONASEFE, pautando a necessidade de manter as categorias mobilizadas, criando assim as condições necessárias para a Greve dos Servidores Públicos que está em pauta nas categorias e neste fórum.

**50- Defender a educação pública, gratuita e de qualidade.** A pandemia da COVID-19 impactou na capacidade de mobilização social das instituições de ensino. Estas sofreram grandes cortes orçamentários, especialmente na esfera federal, e o efeito desses cortes foram mitigados pelo limitado funcionamento que a pandemia impôs. Com o retorno integralmente presencial, os impactos do sucateamento das instituições de ensino ficarão evidentes e isso recolocará no cenário político nacional os estudantes e servidores da educação que foram fundamentais para as primeiras mobilizações de massa contra Bolsonaro em 2019 (Tsunami da Educação). A luta em defesa da educação pública, gratuita e de qualidade deve adquirir maior força no próximo período e devemos impulsionar a formação de frentes de luta nos estados e em nível nacional. Essas frentes devem ser formadas de baixo para cima, intensificando o trabalho junto à base do movimento estudantil e de servidores da educação.

**51- Lutar pela revogação das reformas trabalhista e previdenciária.** A classe trabalhadora sofreu sucessivas perdas e reduções de direitos nos últimos anos, mesmo antes do golpe de 2016 e dos governos Temer e Bolsonaro, que intensificaram esses ataques. A esquerda deve atuar com dois objetivos que estão entrelaçados: derrotar o neofascismo nas ruas e nas urnas e reconquistar e ampliar direitos perdidos nos últimos anos, conquistando para a classe trabalhadora precarizada pelas novas formas de trabalho contemporâneas o acesso a esses direitos trabalhistas e previdenciários. Trata-se de uma tarefa tática que exige dos sindicatos, associações e organizações populares intenso processo de trabalho de base junto às categorias organizadas e maior atuação para organizar segmentos da classe trabalhadora precarizados e dispersos. A luta pela revogação dos ataques sofridos pela classe trabalhadora exige também que os setores combativos do movimento sindical e popular reduzam a fragmentação na qual se encontram, construindo patamares mínimos de unidade tática. Sem isso, não conseguirão ampliar sua base social e combater as direções burocráticas das maiores centrais (dentre elas CUT e CTB) que não têm impulsionado permanentemente as lutas sindicais e populares no último período, o que pode levar a classe trabalhadora a maiores derrotas.

**52- Lutar pela vida plena, livre e igualitária das mulheres.** Uma das características mais marcantes do crescimento do neofascismo no Brasil foi os intensos ataques às lutas e conquistas dos movimentos feministas. O machismo e a misoginia se manifestaram na ampliação da violência contra as mulheres, tendo o covarde assassinato de Marielle Franco como ponto máximo desse processo. Cresce a violência política de gênero, com assédio sexual no espaço legislativo, ataques e ameaças de morte especialmente às parlamentares lésbicas, trans e bissexuais. Mas os movimentos feministas não deixaram de travar batalhas necessárias para todos e todas que buscam um mundo justo e igualitário. Assim, impulsionaram as

maiores mobilizações contra Bolsonaro em 2018, com o #EleNão, e tiveram papel fundamental na oposição ao seu governo, embora venha demonstrando menor potencial de mobilização de rua neste 8M. As lutas por respeito à sua liberdade, aos seus corpos e por igualdade de direitos e deveres nas esferas públicas e privadas devem ser parte do nosso movimento de resistência à ofensiva conservadora e por um futuro de plenos direitos e igualdade. Seguiremos incansáveis na luta pela memória e por justiça para Marielle e Anderson.

**53- Contra o genocídio dos negros e negras. Por um futuro de liberdade e igualdade.**

Constantemente nos deparamos com a morte da juventude negra nas grandes cidades brasileiras. Apesar da redução de 7% dos números de homicídio em 2021, em comparação com 2020, a maioria das vítimas continua sendo da população negra. Segundo os dados do Instituto Sou da Paz<sup>11</sup>, os negros e negras representam 78% das mortes por armas de fogo no Brasil. Além da violência, os negros e negras recebem, em média, 40,8% a menos do que os trabalhadores brancos/brancas, considerando todas as faixas de escolaridade<sup>12</sup>. As desigualdades entre a população branca e a população negra também estão presentes na educação. Segundo a OCDE, somente 60% da juventude negra entre 18 e 29 anos concluem o Ensino Médio. Entre a população branca essa taxa é de 76%. Lutar por igualdade passa necessariamente por combater o racismo estrutural que se materializa na violência sofrida majoritariamente por negros e negras, nas desigualdades no acesso à educação e não conclusão das suas etapas, nas diferenças salariais no mercado de trabalho, sendo igualmente necessário combater o racismo religioso. Devemos cerrar fileiras com o movimento negro no combate a essas e outras faces do racismo. Isso passa pela defesa da continuidade e ampliação das políticas de ações afirmativas, conquistando políticas públicas de acesso e permanência nas instituições educacionais, especialmente de nível superior, por medidas efetivas nos setores público e privado de combate às desigualdades salariais para os mesmos níveis de formação, e no combate sem tréguas à violência de Estado que tira a vida de milhares de pessoas negras, especialmente jovens das periferias, todos os dias.

**54- Defender os territórios indígenas, quilombolas e comunidades campesinas.** Nos últimos tempos a mineração, o agronegócio e a especulação imobiliária (rural e urbana) realizaram intensas incursões nos territórios indígenas, quilombolas e campesinos. Foram expandindo suas atividades de forma legal, a partir de mudanças nos marcos regulatórios, e ilegal, a partir da sabotagem aos órgãos de fiscalização e repressão, o uso de incêndios criminosos e da invasão de diversas áreas das populações indígenas, quilombolas e campesinas. Estas ações contaram com o estímulo e anuência do Governo Bolsonaro. As populações desses territórios, especialmente as indígenas, vêm resistindo bravamente contra a tese do marco temporal chegando a realizar em setembro de 2021 a maior manifestação indígena pós Constituinte com mais de 6 mil indígenas de 170 etnias acampando em Brasília; os movimentos indígenas brasileiro vêm ampliando apoio para sua defesa entre a sociedade civil organizada, artistas e intelectuais.

11 Trata-se de dados de 2019. Os dados de 2021 ainda estão sendo compilados, mas a tendência é de pouca alteração nesse percentual. Ver mais em: <https://www.cnnbrasil.com.br/nacional/negros-representam-78-das-pessoas-mortas-por-armas-de-fogo-no-brasil/>

12 Segundo a Síntese de Indicadores Sociais de 2020 do IBGE. Ver mais em: <https://www1.folha.uol.com.br/mercado/2021/12/pretos-e-pardos-com-curso-universitario-ganham-31-menos-do-que-brancos-diz-ibge.shtml>

Também realizaram pressões internacionais, denunciando os crimes ambientais de Bolsonaro e criando embaraços para frações do agronegócio e da mineração junto a alguns mercados internacionais. Essa movimentação cresceu e tem sido importante marco das lutas de resistência contra a selvageria do modelo liberal periférico que é marca da economia nacional. Estas lutas devem contar com nosso apoio e engajamento direto, através da formação de redes de apoio, incidindo sobre os rumos gerais dos movimentos organizados e, organizando novos movimentos nos setores que ainda se encontram dispersos e desorganizados para resistir. A participação ativa nas agendas de luta desses setores deve ser parte de nossa tática para o próximo período.

**55- Por uma Reforma Urbana democrática, popular e contra a gentrificação.**

O empobrecimento da população brasileira tem como impactos imediatos e mais visíveis a piora das condições de moradia ou mesmo a ampliação dos sem-teto, seja nas ocupações ou como moradores de rua. A crise econômica não reduziu os preços dos imóveis e terrenos. Pelo contrário, gerou maior valorização de várias áreas e imóveis e, conseqüentemente, a expulsão de pessoas e famílias dos seus locais de moradia ou da população de rua das áreas centrais das cidades. Os programas de moradia desenvolvidos nos governos anteriores – dentre eles o Minha Casa, Minha Vida – não resolveram o déficit habitacional, principalmente nas menores faixas de renda. Com os cortes orçamentários para a habitação popular no Governo Bolsonaro a situação tornou-se ainda pior. Devemos apoiar essas lutas, contribuindo com os movimentos sociais organizados de luta por moradia quando for possível.

**56- Em defesa da Petrobrás como empresa pública, que deve servir ao povo brasileiro!**

Reestatização das refinarias e unidades produtivas de fertilizantes para garantir a soberania nacional e reduzir o impacto da crise global sobre o país; pela reestatização da Petrobrás, que hoje atende prioritariamente aos interesses privados, dando lucros abusivos aos acionistas enquanto o povo não consegue nem comprar gás de cozinha. Revogação da paridade de preços internacionais de combustíveis, revertendo os preços abusivos da gasolina, diesel e gás de cozinha.

**Conclusão: Contribuir para a construção de um mundo com menos desigualdade**

Os momentos de crise também oferecem possibilidades de futuro. As organizações sindicais e populares devem estar decididas a construir – junto a todos e todas que lutam contra a exploração e a opressão capitalista – alternativas de plena igualdade, liberdade e democracia. No cotidiano das lutas de nosso povo estão presentes potenciais adormecidos de nossa resistência histórica negra, indígena, feminista e popular. Tornar esse potencial em novas lutas organizadas em busca da emancipação de todas as formas de dominação e exploração é o nosso desafio de agora. O despertar da esperança por novos tempos só será possível se desenvolvermos plenamente nossa capacidade de sonhar e criar o futuro que queremos.

**PLANO DE LUTAS:**

- 1- Lutar, juntamente com as demais entidades do FONASEFE, por recomposição emergencial de perdas salariais dos últimos cinco anos, definindo o índice e a forma dessa recomposição de acordo com os prazos definidos pela legislação;

- 2- Construir nas bases a greve nacional dos servidores públicos federais e acumular para a construção de uma greve geral;
- 3- Lutar pela garantia do direito de greve, ameaçado pela IN 54, que determina corte de ponto mesmo sem decisão judicial;
- 4- Lutar pela retirada da PEC 32 do Congresso, e não apenas a suspensão de sua tramitação;
- 5- Lutar pela anulação da reforma trabalhista, que precariza ao extremo as relações de trabalho, aumentando a exploração da classe trabalhadora;
- 6- Defender a anulação da reforma da Previdência, que dificulta em muito, e até impede em muitos casos, que os trabalhadores alcancem uma aposentadoria minimamente digna em seu tempo de vida, e que possam deixar pensões dignas para seus dependentes, em caso de falecimento;
- 7- Lutar pela derrubada do teto de gastos (Emenda Constitucional 95), que representa um duro ajuste fiscal que precariza ao limite a prestação dos serviços públicos;
- 8- Lutar contra a perda de direitos e o aumento do assédio moral decorrentes do trabalho remoto pós-pandemia, em que o trabalhador tem que bancar o custo de seus instrumentos de trabalho e o consumo de energia, internet e manutenção; que os custos do trabalho remoto, quando mantido, sejam bancados pelo governo;
- 9- Lutar contra a implantação do ponto eletrônico, que se caracteriza como assédio moral,
- 10- Lutar contra a implantação da portaria 983, que impõe ponto eletrônico e precariza o trabalho docente, ao inviabilizar a pesquisa, pelo aumento da carga em sala de aula;
- 11- Defender a valorização da carreira dos TAES, com a garantia da concessão de afastamento para pós-graduação stricto sensu;
- 12- Defender a extensão da RSC para TAES e aposentados que já faziam jus ao benefício ao se aposentarem;
- 13- Defender a unificação dos setores combativos da classe trabalhadora em uma única central, para potencializar a organização das lutas dos trabalhadores;
- 14- Seguir na defesa firme da autonomia do movimento sindical frente a partidos políticos, governos e patrões e fazer sempre a luta em defesa dos direitos da categoria e dos trabalhadores de modo mais amplo, independente de quem seja governo ou oposição;
- 15- Seguir na luta pelo "Fora Bolsonaro e Mourão"! Bolsonaro nunca mais! Fora neofascistas!

**Assinam esta tese:**

- 1- Magda Furtado – Direção Nacional /seção sindical SINDSCOPE
- 2- Fabiano Brito Santos – seção sindical IFBA

- 3- Ronaldo Naziazeno – seção sindical IFBA
- 4- Natália Cavalcanti – seção sindical IFPA
- 5- Jean Zeferino Rodrigues – seção sindical IFSP
- 6- Rogério Silva – seção sindical IFBA
- 7- Alissom Lima – seção sindical IFBA
- 8- Cezar Miranda – seção sindical IFBA
- 9- Elane Correia – seção sindical IFBA

## **005 - CRISE ECONÔMICA E PANDÊMICA: CAPITALISMO DESCARREGA SUA CRISE SOBRE AS COSTAS DOS TRABALHADORES E AS DIREÇÕES SINDICAIS E POLÍTICAS COLABORAM COM CAPITALISTAS E GOVERNOS**

Após dois anos de pandemia, a maioria enfrenta o aumento do desemprego, da miséria e do custo de vida. Além da continuidade das mortes por covid, a recessão aberta em 2020, com queda no PIB de 3,90%, volta a assombrar a economia em 2022, cujo crescimento está estimado entre 0,50% a 1% apenas, depois do crescimento de 4,50% em 2021. A guerra na Ucrânia já começou a mostrar os impactos na economia mundial, o que agravará as condições da maioria explorada.

O certo é que, com o arrefecimento ou não da pandemia, a crise econômica continuará forte no país, refletindo a crise geral capitalista. Isso significa que os mais de 13 milhões de desempregados atuais, e as dezenas de milhões de subempregados continuarão amargando a situação de pobreza e de miséria, que cresceu no último período. Mais do que isso, as dezenas de milhões de trabalhadores, empregados, desempregados ou subempregados, enfrentarão a piora nas condições de vida em uma conjuntura de contrarreformas, rebaixamento geral do valor da força de trabalho e colaboração de classe das direções dos sindicatos, dos movimentos e dos partidos de esquerda com os capitalistas e os governos.

### **Aumento da miséria, redução salarial, fechamento de fábricas e postos de trabalho, diminuição de verbas nos serviços sociais – o que enfrentaram os explorados e como colaboraram as direções políticas**

Ainda que o ano de 2020 tenha iniciado com a perspectiva de lutas (greves já em fevereiro), o desmonte do ato nacional de 18 de Março evidenciou como se construiria a “unidade nacional” entre direções políticas, governos e capitalistas em torno ao combate da pandemia. Mesmo sem um Plano Emergencial para a defesa dos mais pobres e miseráveis, mesmo sem garantias em relação aos empregos e aos salários, as direções dos sindicatos, dos movimentos sociais e dos partidos de esquerda atenderam ao chamado dos governos burgueses para fechar os sindicatos, não organizar as lutas, desmontar as mobilizações e, assim, executar a política burguesa do isolamento social. É bom lembrar, inclusive, que, para o dia 18 de Março, estava marcada a Greve Nacional da Educação, que o SINASEFE convocou, juntamente com CNTE, FASUBRA e ANDES-SN. Com o desmonte do dia 18 de Março, tanto a greve geral dos trabalhadores, quanto a greve da educação são desmontadas, sem que houvesse qualquer perspectiva no atendimento das demandas e reivindicações que levaram à convocação destas greves. A política imposta pelos governos, e aceita pelas direções sindicais, quebra os movimentos e abre caminho para as medidas de ataques de governos e capitalistas.

Obviamente, a maior parte dos explorados, das famílias pobres que se amontoam nas periferias das grandes cidades, não puderam vivenciar o isolamento social, medida científica manejada ideologicamente para favorecer aos governos e aos capitalistas que já enfrentavam uma situação de crise política e econômica anterior à pandemia. Sem poder “ficar em casa”, como a classe média e a classe burguesa, e sem um Plano Emergencial, os mais pobres compuseram a maior parte dos já mais de 630 mil mortos pela doença, além de enfrentar o desemprego, o aumento da

carestia de vida, a fome e a miséria crescentes. Em abril de 2021, se estimava que o número de brasileiros vivendo abaixo da linha de pobreza havia triplicado no último ano, cerca de 27 milhões de pessoas. Em janeiro de 2022, o número dos que viviam na extrema pobreza, com menos de U\$1,90 por dia, era de 13,5 milhões, o maior número da última década (desde 2012). Mas para as direções sindicais, partidárias e dos movimentos sociais era preciso apenas manter a política do “fique em casa” e iniciar campanhas de “solidariedade”.

Em março de 2020, fecham-se os sindicatos, desmonta-se o Dia Nacional de Luta e, em abril, o governo federal já apresenta a Medida Provisória 936, com o objetivo de proteger os capitalistas e rebaixar o valor da força de trabalho, com a suspensão e/ou diminuição das jornadas e redução salarial. Acordos de redução salarial, de rebaixamento do valor da força de trabalho, imperaram em todo o país. Até dezembro de 2020, mais de 20 milhões de acordos foram celebrados. A MP foi transformada em Lei 14020/2020 e depois prorrogada até agosto de 2021, quando cessou. Segundo dados da execução orçamentária do governo federal, mais de 32 bilhões de reais foram pagos para o “Benefício Emergencial”, aliviando as despesas de capitalistas, enquanto abria espaço para a suspensão dos contratos e a já permanente redução do valor da força de trabalho (no terceiro trimestre de 2021, a renda média dos trabalhadores era a menor desde 2012). Importa aqui relatar o caso da MP 936 porque, por meio dela, manifestou-se com clareza a colaboração de classes. Todas as Centrais e sindicatos, das mais direitistas, como UGT e Força Sindical, passando pela CUT e CTB, aos mais esquerdistas, como a CSP-Conlutas, – TODAS montaram as farsas das “assembleias virtuais” para aprovar os acordos de redução salarial. Sob as mais diferentes justificativas, todas se prostraram diante do governo federal e dos capitalistas, aceitando o aumento da exploração do trabalho, contribuindo para a redução histórica do valor da força de trabalho e para a destruição de direitos, solidificando as medidas ligadas à Reforma Trabalhista aprovada ainda em 2017. Bandeiras históricas, como redução da jornada sem redução salarial, foram definitivamente abandonadas em nome de uma suposta “defesa dos empregos”. Nada poderia ser mais mentiroso. Em 2020, os desempregados e os subempregados representavam já mais de 50% da força de trabalho do país.

Em junho de 2020, influenciados por movimentos de luta em outros países, como o “Black Lives Matter” dos EUA, torcidas organizadas saíram em São Paulo em manifestações contra o governo. Estiveram isoladas e não conseguiram romper a camisa de força do imobilismo. Em agosto de 2020, estouraram as greves na Renault e, em seguida, a dos trabalhadores dos Correios. A greve na Renault mostrava que a classe operária precisava e podia se levantar para lutar contra o fechamento de fábricas e a destruição de postos de trabalho. Ambas as greves ficaram – também – isoladas. A traição das direções sindicais chegou a tal ponto que, mesmo com os trabalhadores se contaminando no trabalho presencial, as direções realizavam as assembleias de greve de forma “virtual”, como ocorreu no caso do Correios, em São Paulo e no Rio de Janeiro, nos sindicatos dirigidos pela CTB (FINDECT). Ainda que isoladas, as duas greves, da classe operária e de um setor proletarizado, o dos Correios, revelavam que era possível romper o temor real e o terror ideológico criado pela campanha unitária do “fique em casa”: uma verdadeira hipocrisia em relação a estes trabalhadores que mantinham as atividades produtivas e eram duramente golpeados em seus direitos, salários e empregos.

As demissões no interior das fábricas e na classe operária, coração da produção capitalista, puxaram o desemprego geral no país. Em fins de 2020, o desemprego,

em números oficiais, atingia 13,5% da população, contra os 11,9% de 2019. Em janeiro de 2021, a Ford resolveu fechar o conjunto de suas plantas industriais no país, o que provocaria um desemprego entre trabalhadores diretos e indiretos na ordem de 120 mil postos de trabalho. Mais uma greve isolada, mais lamentações das burocracias sindicais, de diferentes matizes políticos, e a aceitação passiva do desemprego em massa. Em Taubaté, os burocratas da CUT culpavam os operários por terem elegido Bolsonaro e apontavam a saída para 2022, como em todos os movimentos isolados que ocorreram ao longo dos últimos dois anos.

Se os trabalhadores sofreram com as demissões e o rebaixamento salarial, o conjunto da população também viu minguarem os recursos dos serviços sociais básicos, como educação, infraestrutura e até saúde. Em 2020, a dotação de 143,3 bilhões de reais para o Ministério da Educação era já 12 bilhões menor que o do ano anterior (155,9 bilhões de reais). Em 2021, o valor de 145,7 bilhões de reais não repôs os valores perdidos, mantendo os menores recursos de investimento da última década na educação básica, por exemplo. A crise nas agências de fomento à pesquisa como CNPQ e CAPES também revelou o impacto da retirada de verbas para o setor de ciência e tecnologia. Em fins de 2021, bolsas de formação docente, distribuídas por meio de Programas como Residência Pedagógica e Iniciação à Docência, da CAPES, tiveram seus pagamentos atrasados por até dois meses, afetando mais de 60 mil estudantes no país. Ainda no final do ano, discutia-se o impacto do não descontingenciamento de mais de 600 milhões de reais para o Ministério de Ciência e Tecnologia, o que impactaria diretamente editais de bolsas da CNPq.

Embora estudantes de diferentes partes do país tenham realizado mobilizações contra estes cortes e seus impactos na política de assistência estudantil, duramente golpeada no período em que as universidades estiveram fechadas, eles também ficaram isolados, sem poder contar com a ação centralizada das entidades estudantis e o apoio dos movimentos sindicais dos trabalhadores da educação que, em uníssono, “respeitavam” a orientação dos governos burgueses para não realizar assembleias e manifestações de rua.

Em 2021, essa conjuntura de ataques, de piora nas condições de vida, de atraso na distribuição das vacinas, de desemprego e aumento do custo de vida, levou parcelas da juventude e de setores da pequena burguesia às ruas em atos nacionais. No dia 29 de maio, rompia-se com a política burguesa do isolamento social. Mesmo que os números da pandemia estivessem ainda altos e a vacinação ocorresse lentamente, as direções dos sindicatos, dos movimentos e dos partidos políticos tiveram que participar dos atos multitudinários de rua. Por meio deles, as direções, inclusive direção nacional do SINASEFE, buscaram reanimar a Campanha do “Fora Bolsonaro”, que esteve adormecida por todo o ano anterior.

As direções buscaram canalizar o instinto de revolta dos trabalhadores e da juventude das grandes cidades para a disputa interburguesa que ocorria no Senado, por meio da CPI da Covid-19. Acreditavam que poderiam potencializar o impeachment de Bolsonaro. Gostariam de utilizar o mesmo mecanismo autoritário que golpeará Dilma Rousseff em 2016, agora contra o “genocida”. O desejo das direções políticas esteve, no entanto, sempre subordinado aos atritos entre o governo e os parlamentares e os governadores dos estados. Com o naufrágio da CPI, restou apenas a saída eleitoral. E a frente pelo impeachment se transformou em uma tentativa de frente ampla para a corrida eleitoral de 2022, malgrado o desespero dos mais esquerdistas que não queriam no palanque das manifestações de rua políticos burgueses

como Ciro Gomes. A tentativa de “esquerdizar” o “Fora Bolsonaro” mostrou apenas a impotência de correntes como PSOL, PCB, PSTU ou PCO e de uma Central, como a CSP-Conlutas, que colaboraram, na prática, com PT e CUT para aplainar o caminho da disputa eleitoral, potenciando a candidatura de Lula, como uma “inevitabilidade” diante do fracasso do impeachment. As reivindicações de salário, de emprego, e de defesa dos direitos nunca estiveram no centro da direção política dos atos nacionais, traindo, assim, um movimento que poderia iniciar a marcha para colocar contra a parede o governo Bolsonaro e os capitalistas e, de fato, defender a vida das massas das consequências das crises econômica e pandêmica.

Durante o último ano, vimos também a disputa interburguesa em torno das vacinas e como as direções também silenciaram diante da guerra comercial entre as potências no que se referia à fabricação e à distribuição das vacinas pelo planeta. Houve, dentro do espírito da campanha eleitoral prematura, a crítica recorrente ao governo Bolsonaro quanto ao atraso na compra das vacinas, o que é verdadeiro, mas obscureceu-se que, por detrás da questão político-administrativa, havia e há o interesse dos grandes monopólios farmacêuticos que estão ganhando rios de dinheiro com as vacinas superfaturadas e represando a distribuição nos países mais pobres, sobretudo, do continente africano que até 31 de dezembro de 2021 havia vacinado menos de 10% de toda sua população com as duas doses. Isto é, o problema fundamental, ligado à propriedade privada dos meios de produção e o que significa de mortandade no atual momento, é omitido para que a demagógica campanha entre os partidos burgueses se potencialize, colocando o problema da fabricação e distribuição das vacinas como meramente gerencial e não como parte da barbárie produzida pelo sistema capitalista. A guerra comercial entre EUA, China e potências europeias manifestou-se na corrida pela descoberta e fabricação das vacinas. Realizada a descoberta, a sua distribuição é determinada pelo poder econômico de cada nação e não pelos posicionamentos ideológicos dos governos burgueses. Essa constatação que deveria dirigir toda a denúncia da política de Bolsonaro no Brasil é secundarizada em uma campanha eleitoreira em torno de Bolsonaro “genocida”, que, colocado no quadro dos líderes das potências imperialistas, mesmo as mais “democráticas”, é apenas uma marionete do grande capital internacional.

### ***A luta pela independência política***

Com a colaboração de classes dos últimos dois anos, parece mais fácil agora arregimentar as massas trabalhadoras para as eleições de 2022. Criaram-se as condições políticas para fazer crer que a única saída, a única solução para os problemas do desemprego, dos baixos salários, da destruição dos serviços públicos, da fome e da miséria é a eleição de um novo governo burguês.

Não importa se este novo governo será o velho governo reformista do PT, que atuou por mais de uma década retirando direitos (a exemplo da Reforma da Previdência de 2003), entregando o patrimônio público (a exemplo das concessões de rodovias, aeroportos e de parte da Petrobrás), mantendo o parasitismo financeiro (com os maiores percentuais de superávit primário para pagamento de juros e amortizações da dívida pública). Também não importa se a crise econômica mundial e se os atritos provocados pela guerra comercial entre as potências imperialistas obrigarão o novo governo burguês a manter a política de austeridade fiscal, de destruição de direitos, de entrega de patrimônio e de riquezas naturais. Cessam as

leis históricas, cessa a compreensão da crise atual do capitalismo, para alimentar a velha ilusão de que o problema do país é apenas administrativo. Que as massas sairão da fome, da miséria, do desemprego por meio de um novo governo burguês. Os petistas têm este discurso pronto há anos. Os esquerdistas que apoiam, envergonhadamente, os petistas defenderão a tese do “mal menor”, da necessidade de lutar contra o “fascismo” e aí apoiarão as candidaturas petistas e a candidatura do caudilho Lula. Tentarão – mais uma vez – arrastar os sindicatos para dirigir suas forças para as eleições de 2022, buscarão arrastar os trabalhadores a votar na frente ampla em “defesa da democracia”. Enquanto isso, todos os problemas permanecerão. As massas famintas amargarão mais um ano de miséria com a promessa de que “em 2023 as coisas começarão a mudar”.

A questão da Dívida Pública, que não é apenas conjuntural, mas se tornou um elemento estrutural na dinâmica de opressão dos países imperialistas sobre os países atrasados, de imposição da política do capital financeiro e parasitário sobre o conjunto das nações, também não aparecerá como central na discussão que os reformistas farão, no próximo período, para defender a candidatura da “frente ampla” contra Bolsonaro. Não podem entrar na discussão da Dívida Pública (que todos buscam rejeitar fora do período eleitoral, apoiados nos dados anuais da “Auditoria Cidadã da Dívida”), porque nenhuma candidatura se colocará frontalmente contra este pilar do parasitismo financeiro, que saqueia o país ano após ano. A suspensão ou não pagamento da Dívida Pública que diferenciaria mais substancialmente as candidaturas, da direita ou da esquerda, não aparece como uma reivindicação no ano eleitoral, porque nenhuma candidatura, mesmo a do caudilho Lula, poderá erguê-la. A discussão sobre “corrupção” ou sobre “democracia” ludibriarão a discussão de fundo que é o da subordinação, de qualquer candidatura, às diretrizes do capital financeiro e de submissão ao imperialismo.

Este caminho – o da colaboração de classe, o de traição das reivindicações imediatas, de suspensão das lutas – é o caminho de destruição da independência de classe dos sindicatos. Mesmo que a direção do SINASEFE, com membros do PSOL e PSTU, não afirme textualmente que apoiará a candidatura do campo “progressista”, trabalhará para que tal candidatura vença. Assim, como recentemente, nos dois últimos anos, embora condenasse, em discurso, o ensino remoto imposto pelos governos e capitalistas às escolas e às universidades, não levantou nenhuma campanha que mobilizasse os professores para se opor ao ensino remoto. Não queria se opor a uma ala expressiva da categoria que incorporou o lema do “fique em casa”, tornado um privilégio, diante da impossibilidade de ser usufruído pela maioria da população, e aceitou o ônus do home office, e não se dispôs a enfrentar o governo. A imposição do ensino remoto, bem como a imposição agora do retorno presencial, não contou com qualquer resistência da categoria organizada.

Agora, passados quase dois anos desde o início desta política, quando os sindicatos ficaram fechados e os governos e os capitalistas aplicaram as medidas de ataque à vida das massas, veremos dezenas, centenas, milhares de dirigentes sindicais se jogando na disputa eleitoral, na campanha por votos, embarcando no campo próprio da burguesia, que são suas eleições regulares. Este Congresso, portanto, tem um papel importante ao afirmar a independência de classe frente as eleições burguesas, o que significa trabalhar desde já para erguer um movimento nacional em defesa dos salários, dos empregos e dos direitos. A frente que deve ser erguida é a frente única sindical que busca a unidade de todos os trabalhadores em torno de reivindicações elementares e concretas, a exemplo dos reajustes de salários, de

aumento de verbas para os serviços públicos, de luta contra o desemprego e as privatizações e em defesa dos direitos sociais e trabalhistas.

A Corrente Proletária na Educação/POR defendeu nos últimos dois anos que é preciso, enquanto perdurar a pandemia, que seja levantado um Plano Emergencial de defesa das massas, uma Carta de Reivindicações que, apoiada no eixo de defesa dos empregos, dos salários e dos direitos, busque erguer os Comitês de Mobilização em cada setor de trabalho, em cada região, município ou estado. Entre as reivindicações que podem constar no Plano Emergencial e na Carta de Reivindicações podem estar medidas como a) Abertura imediata de empregos, reduzindo a jornada de trabalho sem reduzir os salários; e estabilidade no emprego; b) Readmissão de todos os demitidos durante a Pandemia; c) Estatização das fábricas fechadas, readmissão de todos os demitidos e controle operário da produção; d) Recuperação das perdas e aumento real dos salários, com escala móvel de reajuste; e) Salário mínimo vital; f) Fim de todas as medidas emergenciais do governo e do Congresso Nacional, que reduziram os salários, suspenderam contratos e eliminaram direitos trabalhistas; g) Auxílio emergencial de acordo com o salário mínimo calculado pelo Dieese, para uma família de 4 pessoas; h) Fim dos despejos e pela construção imediata de moradias populares. Trata-se de um Plano Emergencial, porque a pandemia não acabou e não deve acabar enquanto a vacinação e as medidas sanitárias, em nível mundial, forem ditadas pelo grande capital e pelas potências. E trata-se uma Carta de Reivindicações, porque ela deve orientar a luta dos explorados contra os capitalistas e os governos, garantindo, assim, a independência de classe, não apenas no discurso, mas na prática das mobilizações. Obviamente, tais reivindicações são parte do método de luta pela independência, que se constrói com a organização das Assembleias presenciais em cada setor e, a partir das demandas concretas, construídas na unidade do conjunto dos trabalhadores.

*Pela independência política dos sindicatos e do SINASEFE: nenhum apoio às candidaturas burguesas das eleições de 2022!*

*Por um Plano Emergencial, organizado a partir das assembleias presenciais, enquanto perdurar a pandemia! Por um Carta de Reivindicações Unitária, dirigida aos governos e patronato, que defenda os empregos, os salários, os direitos e contra as privatizações!*

*Pela luta contra o pagamento da Dívida Pública!*

## **Resolução sobre a Guerra na Ucrânia**

A guerra na Ucrânia resultou do cerco imperialista imposto a Rússia pelos EUA e a OTAN, após a dissolução da URSS em 1991. Rapidamente, as ex-repúblicas populares e as ex-soviéticas desmembradas da Rússia foram incorporadas à OTAN e instalaram bases militares direcionadas contra Rússia.

Os EUA empurraram o governo Zelenski a provocar a ocupação russa, mantendo a disposição de colocar também a Ucrânia na OTAN. Zelenski, mesmo sabendo que não contaria com tropas da OTAN para se defender, fez o jogo do imperialismo e colocou a Ucrânia como bucha-de-canhão dos interesses imperialistas.

A responsabilidade da Rússia não está no fato de procurar se defender da ofensiva da OTAN, mas de oprimir a Ucrânia, de pisotear o seu direito à autodeterminação e de utilizar os meios e os métodos militares próprios do imperialismo.

A Ucrânia não pode libertar-se da opressão nacional da Rússia, submetendo-se aos maiores opressores do mundo, que são os Estados Unidos e as potências europeias. E a Rússia não tem como se defender do cerco imperialista norte-americano do pós-guerra e do fim da URSS, submetendo as ex-repúblicas soviéticas.

O 34º Congresso do SINASEFE, em face do conflito, se posiciona pelas seguintes bandeiras:

- **Abaixo as medidas econômicas e financeiras de Biden contra a Rússia e a economia mundial!**
- **Pelo desmantelamento da OTAN!**
- **Pelo fim das bases militares dos Estados Unidos na Europa e no mundo!**
- **Retirada das Forças Armadas russas da Ucrânia!**
- **Pela autodeterminação e unidade territorial da Ucrânia!**

Assinam:

Verônica Maria do Nascimento – IFPE

Guilherme Augusto Vaz de Lima – IFPB

Emanuelle de Souza Barbosa - IFCE



## **006 - Uma retomada da nossa história, após o Fora Bolsonaro!**

Estamos em um momento conjuntural bastante significativo, em que o governo da extrema direita, se encontra em situação mais fragilizada com amplas chances de perder a próxima eleição, ocorrendo a retomada do PT no governo, após seis anos do golpe de 2016.

Foi acertada, portanto, a escolha do tema central do 34º CONSINASEFE, tendo como centralidade a derrota de Bolsonaro. Temos a leitura de que a derrota eleitoral de Bolsonaro já está dada, não podendo ser afirmada ainda a direção que a sociedade irá escolher para substituí-lo. Entretanto, nós entendemos que muito mais do que derrotar este governo, o que precisamos fazer é derrotar a sua ideologia no pós-governo, fazendo com que “estes bichos escrotos voltem para os esgotos” de onde nunca deveriam ter saído e se levantado.

Entretanto, para construirmos um caminho sólido não só para a nossa participação na derrota eleitoral de Bolsonaro e na manutenção do resultado das próximas eleições, deveremos construir táticas e estratégias, estas de médio e longo prazos, para ajudarmos na derrota da ideologia bolsonarista e da extrema direita brasileira. Para definirmos um caminho mais seguro, precisamos refletir sobre esta última década, buscando nossos erros e acertos como ponto de partida desta análise.

Se retornarmos a 2014/2015 iremos ver que de lá para cá muita coisa ocorreu e nós sequer paramos para fazer um balanço da nossa atuação e de que forma nos posicionamos enquanto Entidade Nacional quanto aos fatos históricos que ocorreram no Brasil desde aquele período. Este balanço serviria pelo menos para que pudéssemos rever posições, ter certeza de outras, além de evitarmos repetir estes erros e garantir a manutenção dos acertos.

Não podemos e não queremos ignorar todos os erros cometidos pelo governo de frente popular do Partido dos Trabalhadores – PT, em especial de Dilma, bem como ignorar que a Classe Trabalhadora Brasileira tinha todo o direito em questionar os erros e tropeços cometidos. Entretanto, não podemos deixar de avaliar qual foi o nosso papel e quais as contribuições que nós, enquanto parte da Classe Trabalhadora, demos para que as coisas tomassem o rumo que tomaram e quais os resultados amargamos até os dias de hoje pelas escolhas que fizemos naquele momento. Por isso a necessidade de um balanço mínimo, mesmo que tardiamente, mas que poderá nos alertar para o que teremos pela frente, pois a nossa luta é permanente até que o conjunto da Classe possa transformar a nossa sociedade numa outra realidade e direção, mais justa, fraterna, solidária e tendo como referencial a Classe Trabalhadora.

Este balanço se faz necessário, portanto, exatamente pelo que se apresenta para um futuro bem próximo: janeiro de 2023. Pelas perspectivas atuais, preservadas as condições políticas atuais, será muito provável que o próximo governo federal tenha Lula à sua frente, com a perspectiva clara de mudanças do cenário atual, com a necessidade de um reposicionamento da Classe Trabalhadora Brasileira, em especial do nosso Sindicato Nacional, rumo aos debates do nosso interesse enquanto categoria ou como parte integrante dessa Classe Trabalhadora Brasileira.

Como parte inicial desse balanço, abordaremos a conjuntura entre os anos de 2015 e 2016, quando o SINASEFE, assim como uma parte significativa do conjunto

das categorias dos Setores Público e Privado, acabou por abrir mão de uma posição em defesa da democracia e de se colocar de maneira contundente contra o golpe de estado que foi concluído em 2016. Naquele período, mesmo que não fosse a ideia, o nosso Sindicato Nacional acabou se aproximando muito do que tinha de mais atrasado na sociedade brasileira ao se posicionar com “isenção” e, porque não dizer pela omissão, no que acontecia a nossa volta. Mesmo que houvesse justificativas para a irritação da classe contra o governo do PT, além do ódio devidamente alimentado pela mídia a serviço da burguesia, abrir mão das conquistas democráticas, ao corroborar com a burguesia e com o golpe perpetrado por Aécio Neves, Eduardo Cunha, Movimento Brasil Livre - MBL e cia, foi mais do que um erro tático, nós acabamos contribuindo para insuflar o surgimento de uma nova ordem em nosso país, onde os avanços conseguidos anteriormente e durante os 12 anos do PT, foram jogados ralo abaixo junto com o governo Dilma. Nós admitimos naquele momento “jogar fora a água do banho do bebê, junto com o bebê”, essa é a mais pura verdade, que muitos ainda teimam em não admitir porque acaba trazendo à tona a sua avaliação equivocada e o discurso muitas vezes oportunista daqueles e daquelas que também se utilizaram daquele momento para angariar espaço e simpatia política. Afinal, muitos e muitas acabaram surfando naquela onda e conseguiram se estabelecer como lideranças nacionais do movimento sindical, no SINASEFE e fora dele, bem como criar agrupamentos que, em vários casos, ou já sumiram ou se apensaram a outros, após 6 anos do referido golpe.

Um exemplo da nossa certeza ao afirmarmos que ocorreu este “apoio” ou omissão de parcela significativa do SINASEFE, foi o ocorrido no 30° CONSINASEFE, realizado em 2016, também no Royal Tulip, quando ao entrarmos no Plenário daquele Congresso nos deparávamos com uma faixa gigantesca com a insígnia do “Fora Todos!”, numa clara alusão à saída de Dilma, Temer e todos os outros, como se fossem todos/as “farinha” de um mesmo saco. Além, também, da decisão dividida no Congresso sobre a não participação do SINASEFE no ato que ocorreria na esplanada dos Ministérios contra o Golpe, durante aquele Congresso, com as correntes majoritárias do SINASEFE naquele período, que faziam parte de um bloco auto proclamado classista, defendendo a não participação pois “tinha um Congresso para ser tocado” e era mais importante continuar a sua realização do que defender um governo como o do PT. Ou seja, um posicionamento míope, e por que não dizer reacionário.

Os anos que se seguiram após o golpe demonstraram no que o país acabou se transformando. Os dois anos do governo golpista de Temer foram suficientes para trazer prejuízos definitivos para a Classe, e mesmo que na política econômica o PT fizesse coro com as ações desenvolvidas antes e depois dos seus governos, aquelas três principais Reformas propostas pelo “Ponte para o futuro” de Michel Temer significaram para o país e para a Classe Trabalhadora Brasileira um retorno à década de implantação da política neoliberal no país, que se deu através dos governos Fernando Collor de Melo, Itamar Franco e Fernando Henrique Cardoso. As Reformas de Temer fincaram uma cunha profunda nas costas da Classe Trabalhadora, e para serem corrigidas levaremos pelo menos duas décadas de recuperação, e se conseguirmos fazê-lo na disputa com a burguesia nacional.

Depois de Temer, ainda sob o signo daquele golpe, o que se viu foi a sociedade dando uma guinada cada vez mais à direita, com a retomada “a luz do dia” do movimento fascista no Brasil, remontando o período da Ditadura Militar, onde os grupos paramilitares e a defesa por Terra, Família e Propriedade (TFP), entre outras correntes dessa linha ideológica, eram a tônica. Afinal, também na esteira das

mobilizações de massa de 2013, que começaram à esquerda, mas que acabaram se solidificando à direita, o “povo” estava nas ruas cobrando o fim da corrupção, entretanto abrindo mão das liberdades e dos direitos individuais, conseguidos através de muita luta nas décadas anteriores.

É preciso assumirmos, sim, o fato de que o movimento organizado da esquerda, do qual o SINASEFE faz parte, acabou privilegiando, de alguma forma, um espaço para o surgimento dessa “tralha” fascista, que não encontrou eco durante décadas, enquanto proa da sociedade brasileira, mas que ressurgiu após as mobilizações já mencionadas e que depois com o golpe, três anos mais tarde, serviram como base para a sustentação do lavajatismo e suas consequências, com a unidade construída junto aos setores mais reacionários e repugnantes da nossa sociedade.

Estas “mudanças” de humores, com a prisão posterior de Lula, acabaram por definir favoravelmente a chegada desse “povo” ao poder central, e só sendo possível por conta da omissão e do moralismo que tomou conta da sociedade e, principalmente, da esquerda brasileira.

Desde o final de 2015 e, de forma mais intensa, desde 2016, o SPL tem se posicionado em PLENAS e demais atividades do SINASEFE denunciando o Golpe contra a democracia brasileira, bem como o erro que o nosso movimento cometia ao não se posicionar em defesa da democracia e em defesa dos direitos individuais seja de Lula como de qualquer outro cidadão ou cidadã. Na época, quando fazíamos esta defesa, éramos acusados pelos “revolucionários” de sermos governistas e pelegos. Vendo hoje a esquerda tentando navegar na onda do retorno de Lula, pela via eleitoral, inclusive como *único candidato capaz de derrotar Bolsonaro*, temos a certeza do nosso acerto naquela época e de quão fragilizada e à deriva estava aquela esquerda dita revolucionária.

No último Congresso do SINASEFE, a partir de uma tese do nosso Coletivo SINASEFE PARA LUTAR - SPL, parece que a categoria acordou, sendo aprovado naquele fórum a desfiliação da CSP-Conlutas, uma Central que expressou todos os equívocos cometidos pelo movimento e que acabaram nos levando às cordas, exatamente pelo principal erro cometido, assim como por outras Centrais em outros momentos históricos - a CUT, por exemplo - que procuraram atrelar o movimento sindical, transformando-o em uma correia de transmissão de determinados partidos políticos dentro das entidades de classe. Aquela decisão também expressou a retomada da categoria à sua autonomia e à sua rota em defesa dos seus interesses enquanto categoria. Ali era dado um basta àquela política fratricida e de intolerância entre os *vários* matizes da esquerda no movimento.

Não estamos fazendo essa avaliação porque temos ilusões com quaisquer governos que não tenham no seu programa a mudança da sociedade rumo ao socialismo. Entretanto, se não percebemos as nossas forças e qual o potencial que possuímos para atingir essa realidade, significa transformar uma posição séria e defensável do ponto de vista programático em um panfleto e em palavras de ordem que em grande parte não servem sequer para agitar manifestações ou ações pontuais na defesa de algum item isolado da nossa pauta.

Caso não façamos uma autocrítica sobre todas as questões já abordadas neste texto, vai ser muito difícil não cometermos os mesmos erros ou escolhermos o mesmo caminho que nos trouxe até aqui. Afinal, as coisas não vão sumir ou retroceder como em um passe de mágica, mesmo com a eleição de Lula essa gente vai continuar

penando por aí e assombrando o nosso dia-a-dia, assim como ocorria em um passado não tão distante. A sociedade não se movimenta no tempo dos indivíduos, tem o seu próprio tempo, que é muito mais amplo e por isso demora mais a demonstrar as mudanças sociais – inclusive as mudanças à direita são mais rápidas até porque se notabilizam pelo autoritarismo, individualismo e nenhum apego às normas e legislação estabelecidas. E quando esta legislação é impeditiva são alteradas com instrumentos pouco ortodoxos e também sem qualquer apego ao regramento e ao funcionamento das instituições democráticas.

Enfim, é preciso que reconheçamos nossos erros e acertos do último período, sem a tolerância e autoprocamação peculiares aos momentos eleitorais como os que estamos vivenciando neste 34° CONSINASEFE. Que o mandato desta próxima Direção Nacional seja pautado na verdade e nas escolhas coletivas, a partir do pé no chão e não dos olhares externos dos sábios sem vínculo direto com a categoria, bem como por olhares oportunistas de quem quer apenas garantir um lugar ao sol, ou melhor, um cargo na próxima Direção Nacional do SINASEFE.

Devemos, acima de tudo, buscar manter a nossa autonomia enquanto ferramenta da classe trabalhadora para podermos escolher os caminhos que interessam de fato à Classe e, conseqüentemente, à nossa categoria. A próxima Direção Nacional do SINASEFE terá cerca de 8 meses de mandato antes do próximo governo assumir. Precisamos aproveitar ao máximo este tempo e construiremos ações concretas para a retomada da nossa pauta histórica de reivindicações, garantindo a ampla participação das bases nesta construção, com vistas às negociações que certamente acontecerão a partir de um novo governo de Lula e do PT:

### **O que estamos propondo neste momento como alternativa**

O SINASEFE não é um Sindicato recém-criado, mas é hoje muito maior e muito mais representativo, depois da criação dos Institutos Federais, do que na época da sua fundação.

Não podemos eleger mais uma Direção Nacional do SINASEFE e deixar de lado nossas referências e bandeiras históricas, construídas nos últimos 34 anos. Precisamos unificar antigos e novos para lutar, conciliando-os com as questões que interessam diretamente à categoria, retomando e decidindo, coletivamente, o caminho que pretendemos seguir nestes próximos dois anos.

A Base não vem se sentindo representada nas suas questões, como é o caso dos Técnicos Administrativos – TAEs, por exemplo. Este segmento recebeu apenas duas parcelas desde o seu último reajuste na tabela, enquanto o acordo assinado pelo PROIFES, também assinado em 2015 para os docentes, garantiu cinco parcelas de acréscimo de valores na malha salarial daquele segmento. Cabendo a lembrança de que tínhamos uma proposta anterior à Greve do governo Dilma de 21%, divididos em quatro parcelas e acabou que muitos segmentos saíram com um percentual menor, em duas parcelas, como foi o caso já mencionado dos técnicos administrativos.

O SINASEFE apostou na lógica do Reconhecimento Saberes e Competências – RSC, na secundarização do reajuste salarial e da reestruturação da carreira, por conta do fetiche dessa RSC, inclusive sob a falsa promessa de dirigentes que seria possível estendê-lo também para os técnicos. Enfim, abandonou uma das suas principais bandeiras e investiu no tratamento parcial da categoria, por segmento,

tendo em consequência disso o afastamento da defesa permanente da Paridade entre ativos e aposentados, um dos princípios mais caros da longa trajetória do nosso Sindicato Nacional.

O SPL entende que neste período que irá anteceder a uma possível retomada de Lula ao governo central, devemos construir uma pauta, onde a categoria esteja afinada e defendendo-a já para o primeiro ano do governo do PT.

Devemos construir ações que realmente pautem uma política salarial, com reajuste anual, para além das necessárias campanhas unificadas, e que se oportunize também uma recuperação da remuneração do segmento técnico administrativo, hoje com uma defasagem muito maior que outros setores do Serviço Público. Enfim, devemos retomar nossa pauta histórica, que continua “na moda” e atualizada para ser seguida, defendida e aplicada.

**ENVOLVIMENTO DA BASE NA CONSTRUÇÃO DA PAUTA** - Precisamos de um Sindicato homogêneo nas suas ações para fora, independentemente da heterogeneidade das posições existentes na Direção Nacional do SINASEFE. Não podemos permitir que o segregacionismo e a divisão dos interesses da base continuem como tônica das ações do Sindicato Nacional, como ocorreu neste último período.

É fundamental que a Base possa ser ouvida e que espaços mais amplos que as PLENAS e Congressos sejam oferecidos e promovidos para oportunizar a participação e posicionamento das bases nestas ações.

**CARREIRA ÚNICA** - A categoria conhece a proposta histórica da Carreira Única dos/das Trabalhadores/as em Educação? Sabem que o piso e o teto dessa proposta são bem acima do que se paga hoje para os níveis da tabela Docente, por exemplo? Os TAEs sabem que o simples aumento do piso e do step no PCCTAE representaria um aumento bem mais promissor do que as promessas da RSC? As pessoas entendem que política de qualificação continuada e os seus respectivos resultados financeiros, inclusive, seriam avanços bem maiores do que aqueles que tivemos nestes últimos anos, desde que decidimos abrir mão, por exemplo, de uma tabela que garantia a relação proporcional da titulação/regime trabalho Docente?

Enfim, é preciso a retomada desse debate de maneira séria, impedindo que sigamos novamente a lógica oportunista de alguns que queriam apenas fazer sua propaganda. Precisamos retomar a construção histórica da pauta por carreira única, bem como a retomada do debate sobre política salarial atrelada a este debate, não aceitando desvios sem o menor lastro do ponto de vista da segurança financeira e estabilidade salarial para ativos e aposentados.

**REVISÃO DA CONTRA REFORMA DA PREVIDÊNCIA** - Em relação à Previdência, para além da Reforma aprovada pelo Governo Temer, precisamos rever várias questões que afetam as aposentadorias da nossa base, inclusive com o seu deslocamento para o INSS. Não podemos conviver com estas questões, sem debater o central, buscando a lógica da previdência solidária e a não privatização da nossa aposentadoria através dos fundos privados que também permeiam as nossas aposentadorias hoje.

Além disso, é fundamental a retomada do ponto central da nossa pauta para garantir a Paridade entre Ativos e Aposentados, elemento que acaba servindo como base para outras questões. Aceitar as migalhas pontuais, seja de reajuste ou

benefícios que abriguem apenas Ativos deve ser deixado para trás e não deve ser a tônica da nossa defesa e da nossa negociação. Não garantir o respeito à Paridade é burrice, inclusive do ponto de vista que os Ativos de hoje serão os Aposentados de amanhã e isso será uma realidade de todas e todos, mais cedo ou mais tarde.

**ENCONTROS REGIONAIS** – Existem no SINASEFE desde 1996, mas deixaram de ser a referência da construção pela Base do que se pretende no Sindicato Nacional. Estes são fóruns onde a participação da base é muito maior e garante mais pessoas poderem conhecer a pauta e se posicionar sobre as mesmas, tirando das lideranças que vão às Plenárias o direito de decisões isoladas sobre os temas de interesse de toda a categoria.

Quanto mais se realizam Encontros Regionais, mais debates surgem nas instâncias de base e mais ações são implementadas a partir do conhecimento dessa mesma base. Quando centramos nossas ações e os debates apenas nas instâncias nacionais de representação, deixando de ampliar o conhecimento da pauta pela base da categoria, por muitas vezes, inclusive durante os movimentos grevistas, acabamos por ser abarcados pelo oportunismo das direções do movimento que nem sempre vão na direção do que pretende essa base da categoria.

**ESCOLA DE FORMAÇÃO** – Na mesma direção dos Encontros Regionais, quanto mais tivermos pessoas preparadas para ajudar na construção do movimento, mais gente teremos envolvidas na luta e na defesa das nossas bandeiras, bem como na sua propagação nos Campi dos nossos Institutos Federais. Além disso, podemos acenar com um leque bem maior de alternativas e quadros para direção nacional do Sindicato e das Seções Sindicais, fundamentais para a organização e gestão sindical.

Enfim, a preparação e a formação continuada, defendidas para a nossa vida profissional e acadêmica, também são fundamentais para este processo de formação para a luta e para a defesa do nosso coletivo.

Já possuímos instrumentos e condições para isso, o que está faltando efetivamente é o comprometimento da Direção Nacional neste sentido.

Enfim, estas são as contribuições iniciais que apresentamos a este Congresso Nacional do SINASEFE.

**Antonildo Santos Pereira**

**Carlos Magno**

**William do Nascimento Carvalho**

## **007 - POR UM MOVIMENTO SINDICAL COMBATIVO E COM LUTA DE CLASSES NO SINASEFE!**

Desde que assumiu a presidência da república, o atual governo tem promovido intensos ataques à população brasileira, em geral, e à classe trabalhadora, em especial. Não por acaso, uma das primeiras medidas adotadas, ainda no início de 2019, foi a edição de medida provisória visando inviabilizar o desconto em folha de pagamento das contribuições destinadas pelos trabalhadores e trabalhadoras às entidades sindicais. Com isso, ao dificultar que a contribuição sindical – mesmo a voluntária, como no caso dos/as servidores/as públicos/as – da classe trabalhadora chegasse aos seus sindicatos, Bolsonaro pretendida asfixiar o movimento sindical, atingindo os meios de financiamento das lutas necessárias para fazer frente aos inúmeros desmandos que viriam – e de fato têm vindo – ao longo de sua gestão no assento presidencial.

De um lado, isso revela a total inescrupulosidade desse governo, seu completo descompromisso com a classe trabalhadora, os reais interesses de classe que o governo militarizado do capitão reformado existe para defender. Definitivamente, estes nunca foram os interesses da classe trabalhadora.

Com sua política entreguista, implementada por meio de “reformas” (leia-se: destruição de direitos sociais), “desestatizações” (leia-se: privatizações) e “modernização” e “flexibilização” (leia-se: extinção de condições minimamente dignas de trabalho), voltada ao exclusivo favorecimento da burguesia nacional e internacional, o governo Bolsonaro tem sido o maior agente anti-nacional, responsável pela carestia desenfreada dos alimentos, pela destruição cada vez mais intensa das reservas naturais do país e, para ficar só em alguns exemplos, pelo aumento astronômico no preço dos combustíveis, ocasionado pela política de Paridade do Preço Internacional (PPI) implantada desde o governo golpista de Michel Temer, e pelo fechamento/venda de refinarias nacionais, o que obriga a compra de petróleo a preço dolarizado, tornando ainda mais difícil a vida dos trabalhadores e trabalhadoras brasileiras, que hoje passam por um dos piores momentos de sua história recente, desde o fim da ditadura, com o índices de desemprego altíssimos, chegando a atingir cerca de 14% da população, isso sem contar os desalentados, isto é, os que, de tanto tentar em vão, já desistiram de procurar emprego.

Com efeito, para defender os interesses capitalistas, nem mesmo a vida do povo brasileiro foi poupada: com evidências gritantes, é possível afirmar categoricamente que as ações e omissões do governo federal foram, e ainda são, direta e indiretamente responsáveis por importante parcela das mais de 650 mil mortes por covid-19, desde o início da pandemia, somente no Brasil.

De outro lado, essa mesma atitude desesperada de tentar sufocar financeiramente as entidades sindicais, a ponto de ignorar e desvirtuar a finalidade constitucional das medidas provisórias (atendimento de questões relevantes e urgentes), revela que o próprio governo de extrema-direita reconhece – e teme – a inequívoca capacidade do movimento sindical de, quando dirigido de forma consequente e combativa, intervir decisivamente nos rumos da sociedade, ao organizar a classe trabalhadora para resistir à retirada de seus históricos direitos, bem como para avançar em novas conquistas e na construção de uma sociedade melhor, sem exploradores nem explorados.

Sem dúvida, a história registra de maneira contundente a capacidade formidável que o movimento sindical possui de contribuir para o avanço da consciência da classe trabalhadora, para que esta reconheça que é possível transformar a realidade e, a partir disso, para que assuma decididamente as rédeas do seu destino enquanto classe.

O povo brasileiro, os trabalhadores e trabalhadoras, em especial, precisam voltar a acreditar na possibilidade das grandes transformações.

Nessa perspectiva, o Movimento Luta de Classes (MLC), corrente sindical revolucionária que atua organizando, impulsionando e apoiando a luta de trabalhadores e trabalhadoras em diversas categorias, em todas as regiões do país, apresenta suas teses ao 34º Congresso do Sinasefe, posicionando-se sobre a conjuntura nacional e internacional e destacando o papel desse importante instrumento de luta da classe trabalhadora, notadamente dos servidores e servidoras públicas, que é o Sinasefe.

### **Ricos cada vez mais ricos, mas quem paga a conta são os trabalhadores**

Os/As trabalhadores/as iniciaram o ano de 2022 buscando superar os graves problemas que enfrentam na economia, com o aumento do desemprego e os baixos salários; na saúde pública, com uma pandemia que matou 6 milhões de pessoas em todo o mundo; com a crise climática, que dificulta a nossa própria existência enquanto espécie; e, não bastasse a situação política, com ascensão de grupos fascistas e ameaças aos direitos da classe trabalhadora, vimos o início de mais uma guerra imperialista, mostrando que, para os donos do dinheiro e do poder no mundo, nada está acima de seus lucros.

De fato, o sistema capitalista segue sem conseguir alcançar a prometida retomada do crescimento econômico, mantendo o cenário de crise no qual os países mais pobres e os trabalhadores trabalhadoras são as grandes vítimas. Para se ter uma ideia, as previsões para o ano de 2022 eram de uma piora no Produto Interno Bruto (PIB), comparado com o ano de 2019, dos países mais pobres (-6,7%) e dos chamados países em desenvolvimento (-5,5%), abaixo da média mundial, de -2,3%. É dizer, as diferenças entre os países mais ricos e os mais pobres tende a se alargar, e isso com base em previsões de antes da guerra em curso.

Nesse cenário, os custos de combustível, da rede transportes, eletricidade e da produção de alimentos vão criando um cenário de alta nas taxas de inflação, que incidem diretamente na população mais pobre, que já sente os impactos ao ter que pagar a gasolina, a conta de luz e o botijão de gás, e enfrenta os maiores preços de alimentos dos últimos dez anos.

Qual é a saída que o sistema capitalista aponta para tudo isso? Se, antes, mentiam sobre a "retomada" da economia mundial, agora, de forma cínica e descarada, os capitalistas tentam demonizar a Rússia como grande vilã, despejando sobre ela todo o peso dos problemas da crise do sistema capitalista, ignorando as ações que o imperialismo estadunidense e seus sócios menores têm promovido pelo mundo, e como se os interesses em jogo nessa disputa não fossem os mesmos que motivaram tantas outras guerras, ocupações e manutenção de bases militares pelo mundo.

## Direito ao trabalho é negado pelo capitalismo

A verdade é que a situação da classe trabalhadora tem se agravado por obra do próprio sistema, da concentração de renda e da constante deterioração das condições de trabalho. Segundo a Organização Internacional do Trabalho (OIT), os índices de ocupação têm caído ano a ano, e só em 2020 essa perda atingiu cerca de 255 milhões de postos de trabalho, em comparação com 2019, e esse déficit se manteve alto no ano de 2021, acima dos 120 milhões de postos perdidos.

Enquanto milhões de pessoas perderam suas rendas, sua condição de trabalho e de subsistência, vê-se crescer a fome no mundo, mazela que, segundo levantamento da Organização das Nações Unidas (ONU), atingiu 10% da população mundial, mais de 800 milhões de pessoas, em 2020, saindo dos já altos 8,4% em 2019. A maior concentração dessa população é na Ásia (418 milhões) e na África (282 milhões).

No Brasil, entretanto, os dados de insegurança alimentar e de fome também vêm crescendo a cada dia. Terminamos o ano de 2021 com o número de 19 milhões de brasileiros passando fome, recolocando o país no mapa global da fome. Já a situação de insegurança alimentar atinge hoje mais da metade da população brasileira, impondo-se algum nível de insegurança alimentar para cerca de 116 milhões de brasileiros/as, sendo, desses, 18 milhões de crianças.

Outro dado importante nesse cenário é o da informalidade, que ultrapassa hoje 60% da força de trabalho mundial, o que representa mais de 2 bilhões de pessoas. Com esses trabalhos informais, marcados pela falta de direitos trabalhistas e insegurança na continuidade do posto de trabalho, temos uma classe trabalhadora cada vez mais subutilizada, enquanto a fortuna dos bilionários cresce a cada dia, mesmo em época de pandemia, como mostra matéria da Forbes.

Em outubro do ano passado, a revista destacou que “desde o início da pandemia, a riqueza total mantida por bilionários em todo o mundo aumentou 25%, para mais de US\$ 10 trilhões”. E a matéria não esconde a mãozinha amiga que os bilionários tiveram para esses resultados: “Entre abril e julho, os bilionários tiveram um aumento de sua riqueza em 27% – US\$ 8 trilhões no início de abril. Isso foi em grande parte graças aos pacotes de estímulo dos governos”. De fato, como Marx bem afirma, no Manifesto do Partido Comunista, o Estado é um balcão de negócios da burguesia.

## Derrubar Bolsonaro para impedir a ditadura e o fascismo!

Em nosso país, com a colaboração dos ricos e seus meios de comunicação, vivemos uma série de reformas que foram apresentadas como solução para as contas públicas, e mesmo para a geração de empregos. As aprovações do teto de gastos, reformas da previdência e trabalhista ocorreram após o golpe de 2016 e, na prática, nada resolveram a situação do país, pelo contrário, só agravaram ainda mais a já sofrida situação do nosso povo.

Essas medidas foram construídas junto com um Congresso Nacional majoritariamente corrupto e comprometido em atender os interesses do grande capital. Comprovadamente, essas medidas foram tomadas com a compra do voto de deputados e senadores, e a divulgação do chamado orçamento secreto apenas confirmou o que todos já sabíamos.

Os ataques à democracia que vimos nos últimos meses, em especial a tentativa frustrada de golpe no dia 7 de setembro, todos patrocinados e organizados pelo ex-capitão Jair Bolsonaro, mostram que a disposição desses setores que compõem seu governo é de rasgar qualquer lei, ou mesmo a Constituição, para manter o seu projeto de enriquecimento e favorecimento ao grande capital financeiro, empresarial e latifundiário.

Essas ações não têm como objetivo implantar uma ditadura simplesmente porque Bolsonaro e seus aliados são contrários à democracia. O real propósito é garantir os interesses e lucros dos grandes monopólios, bancos, empresas e do agronegócio, custe o que custar, ainda que seja necessário ampliar a fome do povo, adotar a censura, repressão, prisões, tortura e assassinatos. Essa disputa é, antes de tudo, uma disputa entre *Capital versus Trabalho* e, portanto, sem a mobilização e a luta da classe trabalhadora, o fascismo não será derrotado.

Bolsonaro cometeu diversos crimes, e já poderia ter sido derrubado e preso, caso a força de mobilização do movimento sindical e popular tivesse tido como prioridade o empenho nessa batalha. As denúncias contra esse governo levantadas na CPI da COVID, por exemplo, além de envolver mais de 80 pessoas nesse grande esquema, vão desde tentativas de compras superfaturadas de vacinas, negligência no Ministério da Saúde, falsificação de documentos, até crimes contra a humanidade e de responsabilidade. Não é preciso ter meias palavras: Bolsonaro é um genocida!

É fundamental, nesse contexto, ampliar a mobilização popular contra Bolsonaro, para que possamos pôr um fim a esse governo e exigir que ele pague por todos os crimes que cometeu, impedindo qualquer ação golpista e a volta da ditadura militar que tanto sofrimento e corrupção impuseram ao país.

Por tudo isso, diante da atual conjuntura brasileira e das perspectivas do cenário internacional, não resta outra saída, senão a organização da classe trabalhadora para derrotar o fascismo e o neoliberalismo no Brasil e impulsionar novas ondas de sublevações populares no mundo.

Para tanto, como parte de seu Plano de Lutas, o Sinasefe deve, impreterivelmente:

- Promover forte campanha de agitação para a população, denunciando os crimes que o governo Bolsonaro tem cometido, com o sucateamento e desmantelamento dos serviços públicos e a consequente aniquilação de direitos sociais, denunciando também a entrega das nossas riquezas naturais ao capital, comprometendo, inclusive, a soberania nacional;
- Estimular a sua base a estar presente nas lutas, com todos os servidores e servidoras públicas, e em todos os níveis, seja federal, estadual ou municipal, lutando pela revogação das contrarreformas antipovo herdadas do governo Temer e aprovadas no governo Bolsonaro;
- Organizar e fomentar intensamente as mobilizações de rua pela derrubada do governo Bolsonaro, sem nutrir ilusões de que o processo eleitoral seja a única maneira de libertar o povo deste governo genocida. Cada dia a mais que se permita a este governo continuar existindo significa mais dor e sofrimento para o povo brasileiro;

- Construir conjuntamente com outras entidades uma grande greve do serviço público federal, e trabalhar decididamente para construir uma greve geral da classe trabalhadora brasileira;
- Posicionar-se sobre as guerras imperialistas a partir da perspectiva da classe trabalhadora, que nada tem a ganhar com os conflitos movidos por interesses econômicos das classes dominantes dos países imperialistas. Nesse sentido, deve o Sinasefe posicionar-se na defesa intransigente da paz entre os povos, e entrincheirar-se ao lado dos trabalhadores e trabalhadoras na luta entre as classes no Brasil e no mundo!

ASSINAM ESTA TESE: Ana Lady da Silva (IFAL), Anderson Xavier (IFRJ), André Luiz Nobre (IFRN), Anna Beatriz Palmeira (IFAL), Anny Barros (IFAL), Artur Barbosa (IFAL), Camila Félix (IFBA), Carla Beatriz Benassi (IFRJ), Carlos Borges (IFAL), Carmelita Osório (IFBA), Daise Moitinho (IFBA), Elaine Lima (IFAL), Fábio Murat (IFRJ), Fátima Santiago (IFBA), Fernando de Oliveira (IFRJ), Francisco Dias (IFRN), Hellen Rodrigues (IFBA), Lionel Rodrigues (IFRJ), Luiggia Girardi (IFRJ), Margarete Rodrigues (IFBA), Paulo André Ferreira (IFRJ), Rafael Monteiro de Castro (IFRJ), Renato Lôbo (IFAL), Vilma Urpia (IFBA), Yuri Buarque (IFAL).

## **008 - O PAPEL DO SINASEFE NA DEFESA DO ESTADO DEMOCRÁTICO DE DIREITO**

A Unidade Sindical Primeiro de Maio teve um papel fundamental no convencimento das demais forças que compõem a direção do Sinasefe na defesa do estado democrático de direito. Em 2016 toda a justiça sabia que a 13ª Vara Federal era incompetente para julgar acusações referentes a jurisdição do estado de São Paulo, mas somente em março de 2019 o Ministro Edson Faquim, do STF, julgou incompetente, mas nem essa foi uma medida correta e sim uma tentativa de salvar a lava jato e impedir que o STF julgasse o Juiz Sergio Moro parcial e suspeito. Portanto, entre 2016 a 2019 era muito difícil defender Lula e o estado democrático de direito mesmo no Sinasefe em razão da monstruosa campanha que a mídia fazia contra Lula e o PT. Uma prova disso foi a votação apertada para que se realizasse a 155ª em Curitiba e depois a dificuldade para deslocar toda a plenária para a Vigília Lula Livre. Essa defesa exigia do sindicato um papel mais incisivo na defesa do presidente Lula uma vez que era visível que não estávamos vivendo um período com democracia plena. A morte do Reitor da UFSC, Luiz Carlos Cancellier, em 02 de outubro de 2017, foi um momento de comoção pública que acendeu um alerta a todos os democratas que a situação era muito grave. Diante dos arbítrios cometidos pela delegada Erika Marena que levou ao suicídio do reitor mostrou que qualquer um poderia ser a próxima vítima.

Nós vínhamos ocupando o espaço nas plenárias para denunciar as arbitrariedades cometidas pelo poder judiciários e pelos órgãos do estado, Ministério Público e Polícia Federal. Essa insistência do coletivo fez despertar nas outras forças a necessidade de o Sinasefe fazer valer a sua representação da Rede Federal de Ensino Técnico e Tecnológico em defesa do estado democrático de direito e na defesa das instituições democráticas. Esse despertar culminou com a aprovação nos dias 9 e 10 de junho de 2018, na 154ª Plenária Nacional, foi aprovado por maioria que a próxima reunião seria realizada em Curitiba e que se faria um ato na "Vigília Lula Livre". Esse foi um passo muito importante uma vez que nunca tinha sido realizada uma plenária fora de Brasília. Nos dias 04 e 05 de agosto de 2018 foi realizada a 155ª Plenária em Curitiba e já na abertura da Plenária deu início ao debate sobre o ato que seria realizado na Vigília Lula Livre. Infelizmente não foi possível interromper totalmente a plenária para que os sindicalizados se deslocassem na manhã de domingo ao acampamento. Decidiu-se que haveria ônibus disponível e quem desejasse poderia ir e a plenária continuaria. A maioria acabou indo no ato que o Sinasefe realizou no acampamento mostrando que os servidores públicos federais da rede de ensino técnico e tecnológico reconheciam que Lula era mais uma vítima de Lawfare. Outras ações foram desencadeadas como a entrada no Sinasefe no Comitê Lula Livre e doações financeiras ao comitê e a vigília Lula Livre. O Sinasefe passou a ter um papel muito importante na divulgação e conscientização de que Lula era um preso político e que num estado democrático de direito isso é inadmissível. Essa lógica levou a conclusão que estávamos vivendo um estado de exceção parcial em que as instituições parecerem estarem funcionando normalmente com a mídia hereditária fazendo o papel coadjuvante no convencimento da sociedade.

Aqui vale lembrar o papel da mídia alternativa, dos blogs, do grupo prerrogativa, da associação de juízes pela democracia, dos sindicatos, e de todas as forças democráticas que contribuíram para levar as informações verdadeiras que permitiu que Lula fosse libertado e que forças reacionárias que ascenderam junto com o Bolsonarismo fossem em parte contidas. Também a produção intelectual foi

muito relevante e vários livros foram publicados tais como: Crítica a uma sentença anunciada, o livro das suspeições, o livro das imparcialidades, Geopolítica da Intervenção – A verdadeira história da Lava Jato; Lawfare, Arapuca Estadunidense, entre outros e vários documentários produzidos pelas mídias independentes. Nossa missão foi cumprida, Lula está livre e com possibilidades reais de governar o Brasil pelos próximos 8 anos. Podemos nos orgulhar por ter feito a escolha certa no pior momento da história recente do nosso país. Nos orgulhamos por termos nos mantido fiéis à luta dos trabalhadores e por ter acreditado e defendido no ex-presidente Lula durante um dos momentos mais sombrios da história recente do Brasil.

**Confira todas as teses assinadas pela US#1M** (acesse pelo QR Code ao lado)

**UNIDADE SINDICAL PRIMEIRO DE MAIO E A BUSCA DE UMA NOVA ORIENTAÇÃO PARA O SINASEFE**

**EDUCAÇÃO NÃO É MERCADORIA! O SINASEFE E A EDUCAÇÃO QUE QUEREMOS**

**O GOLPE, PANDEMIA, E O AGRAVAMENTO DAS CONDIÇÕES DE VIDA DA CLASSE TRABALHADORA BRASILEIRA**

**O CAPITALISMO EM CRISE, GUERRAS E FOME**

**O SUPERMILITANTE: UMA REFLEXÃO SOBRE O PERSONALISMO NO SINASEFE**

**DIANTE DA PRECARIZAÇÃO E DESMONTE DO SERVIÇO PÚBLICO FEDERAL, O FORA BOLSONARO NOS IMPULSIONA A TOMAR DE VEZ AS RUAS**

**O PAPEL DO SINASEFE NA DEFESA DO ESTADO DEMOCRÁTICO DE DIREITO.**

**SINASEFE NA LUTA CONTRA TODAS AS FORMAS DE OPRESSÃO E DISCRIMINAÇÃO: PELA LIBERDADE DE SER QUEM SE É!**

**Assinam a tese junto com a Unidade Sindical Primeiro de Maio – US #1M:**

Aluísio Coelho – Seção Colégio Militar de Recife

Antônio Nobre da Silva (Didi) – Seção Cáceres IFMT

Ariovan da Silva Martins – Seção Barbacena EPCAR

Camila Cunha – Seção Brasília IFB

Carlos Henrique Xavier Endo – Seção IFSP

Christian Gilioi – Seção IFSP

Daniel Neri – Seção IFMG

Davi César da Silva – Seção Videira IFC

Denilza Frade – Seção IFSP

Dhieggo Glaucio – SINTEFPB

Diego Rodolfo Simões de Lima – Seção Videira IFC

Elenira Vilela - Seção IFSC

Eliel Regis de Lima - Seção Cáceres IFMT

Elizangela Maria Esteves de Barros - Seção IFSP

Emanuel Luiz Flôres da Silva - Seção IFSC

Felipe Lima - Seção IFES

Francini Carla Grzeca - Seção Videira IFC

Herlon Iran Rosa - Seção Litoral IFC

Inez Deliberaes Montecchi - Seção Cáceres IFMT

Isaiás dos Santos - Seção Litoral IFC

José Paulo Monteiro - Seção IFSC

Kyanny Onofre Pompilio - Seção IFSC

Marcelo Assunção - Seção Colégio Militar do Rio de Janeiro

Mário Luiz - Seção Litoral IFC

Marlene Socorro - Seção IFBA

Matheus Santana - Seção IFBA

Olaine Aparecida Zilio Morona - Seção IFSC

Priscila Cardoso - Seção Litoral IFC

Rosa Maria Mota Costa - Seção IFBA

Sérgio Rodrigues - SINTEFPB

Silvia da Silva Seção - Seção Concórdia IFC

Tomaz Fantin de Souza - Seção IFSUL



## **009 - A Unidade Sindical Primeiro de Maio e a busca de uma nova orientação para o SINASEFE**

“Os trabalhadores devem, antes que possam dar início a qualquer luta de classes direta, estar todos organizados. Mas a situação, as condições do desenvolvimento capitalista e o Estado burguês, fazem com que no andamento “normal” das coisas, sem fervorosas lutas de classe, determinadas camadas – justamente a maioria, as mais importantes, as inferiores, as camadas do proletariado mais reprimidas pelo Estado e pelo capital – não conseguem se organizar.”

Rosa Luxemburgo

Atuando na Direção Nacional desde 2018, quando elegeu dois membros efetivos e 1 suplente, a Unidade Sindical Primeiro de Maio (#1M) contribuiu significativamente neste período com uma série de questões em nosso sindicato e em outras instâncias.

Estamos presentes na Coordenação de Pessoal à frente da pasta de Aposentadas e Aposentados e na Coordenação de Políticas Educacionais e Culturais, onde se destaca a retomada da atuação do SINASEFE frente à CEA – Confederação de Educadores Americanos.

Também estivemos presentes na Comissão Nacional de Supervisão da Carreira PCCTAE (CNS) e na Comissão Nacional Docente (CND) onde atuamos decisivamente na construção do 2o Seminário Nacional da Carreira do Sinasefe no Rio de Janeiro (2020).

A paralisação das atividades presenciais em função da pandemia foi ainda mais drástica para as pessoas aposentadas. Manteremos o firme compromisso de seguir fortalecendo a pasta, lutando pela realização do encontro de assuntos de aposentadoria o mais breve possível atualizando e encaminhando suas demandas.

Com a chegada da pandemia, fortalecemos a Comissão de Solidariedade de Classe, fortalecendo as lutas contra o retorno ao trabalho presencial (sem condições sanitárias) em toda a rede, com destaque também no apoio à construção da greve sanitária em diversas escolas ligadas ao Ministério da Defesa. Seguimos com o firme propósito de aumentar o número de filiados não somente desse segmento de nossa categoria como também das escolas dos ex-territórios. Há anos esses grupos pleiteiam maior espaço em nosso sindicato, e lutaremos firmemente em direção a esse propósito.

No último ano encorpamos a luta contra a Portaria 983 e a PEC 32 junto a outras entidades e sindicatos ligados ao serviço público. A retirada de pauta da dessa famigerada PEC que representava a completa destruição dos serviços públicos brasileiros representou uma das maiores vitórias de nossa categoria nos últimos anos.

Desse modo, nos apresentamos para o congresso eleitoral que escolherá a Direção Nacional para o biênio 2022 - 2024 com um grupo ampliado, embasados por uma convicção de que é possível construir um SINASEFE mais forte, livre de velhos vícios e velhas práticas que insistem em perpetuar em nosso sindicato.

Constituem princípios que encaminham nossas ações:

- A. Sindicato é instrumento de luta em defesa dos interesses gerais da classe trabalhadora e dos interesses e direitos específicos da categoria, de maneira articulada, paralela e consciente;
- B. O sindicato precisa ser internacionalista e nacionalista, classista, feminista, antirracista e democrático; deve lutar pela igualdade social, soberania alimentar, o respeito e a tolerância às diversidades sexual e de gênero; defender as lutas pelas políticas de promoção de equidade, enfrentando cotidianamente interna e externamente a misoginia, o machismo, o patriarcado, o racismo, o ecocídio, o capacitismo, a lgbtfobia, a xenofobia e quaisquer forma de opressão e exploração. Com convicção, enfatizamos desautorizar e jamais participar de quaisquer movimentos internos ou externos que tentem instrumentalizar essas pautas por interesses a elas alheios, sejam quais forem;
- C. O SINASEFE deve lutar pela educação pública, gratuita, estatal, laica, socialmente referenciada e de qualidade; defendendo a autonomia das instituições e a liberdade de cátedra dos docentes, enfrentando a mercadorização da educação e demais direitos sociais, a escola com mordaza, a censura e toda forma de intolerância.
- D. É dever do sindicato garantir o direito à participação dos militantes sindicalizados em partidos da classe trabalhadora ou movimentos sociais, desde que respeitada a autonomia de organização e atuação sindical da categoria, enfrentando as tentativas transformação do sindicato em correia de transmissão dessas organizações. Lutamos pelo respeito à organização em coletivos ou grupos políticos que possam divergir e disputar projetos e formas de atuação e representação, sem permitir que essa ou aquela organização promovam qualquer forma de aparelhamento da estrutura do sindicato para atender a interesses que não os da categoria ou da classe. Nenhuma organização de cunho privado, formada a partir de laços pessoais ou interesses políticos tem o direito de interferir nos debates e interesses corretamente conduzidos nas instâncias sindicais.
- E. A burocracia e a estrutura do sindicato têm que estar, integralmente, a serviço da luta e da representação dos interesses da categoria e da classe sem, jamais, sugarem a energia e o precioso tempo de dirigentes, militantes e sindicalizados que não seja para essas lutas e seus meios deliberados democraticamente nas instâncias. Somos contrários à instrumentalização de denúncias ao conselho de ética ou fiscal apenas como meios de disputas vazias pela burocracia ou que instrumentalizem esses importantes instrumentos sindicais.
- F. Nos organizamos como coletivo que busca a unidade da atuação sindical carregando, em nosso nome, o dia de luta internacional mais importante da classe trabalhadora (e data de nossa fundação) porque essa é uma organização política, que segue esses princípios na atuação política, colocando a politização e a luta acima de relações e divergências pessoais, e organizados democraticamente entre nós, respeitando nossas diferenças e atuando com respeito a todos e todas as que se somarem segunda esses princípios aqui colocados e os documentos e posicionamentos que elaborarmos democrática e coletivamente; e é dessa forma que pretendemos atuar na Direção Nacional.
- G. Quem ocupar cargos em nome dessa organização se compromete a respeitar as decisões coletivas, a compreender que os cargos poderão ser revezados para

permitir a maior participação e representatividade de diversidade e posicionamentos e que todos e todas podemos estar submetidas à crítica fraterna e respeitosa e devemos estar dispostos à autocrítica e rever posicionamentos quando a necessidade para o respeito e seguimento da atuação coletiva assim o exigir;

- H. Buscaremos sempre melhorar nossa formação política classista, feminista, antirracista e emancipatória e a atuação com aprofundamento nas questões gerais e conjunturais, mas também as questões específicas da classe e da categoria, sem atuar somente em um dos âmbitos ou fazendo apenas discursos superficiais ou panfletários sobre questões cruciais para a luta. Seremos sempre solidários uns em contribuir com a formação de outros e outras, respeitando as capacidades específicas, formações específicas e condições objetivas de formação e atuação.

**Confira todas as teses assinadas pela US#1M** (acesse pelo QR Code ao lado)

**UNIDADE SINDICAL PRIMEIRO DE MAIO E A BUSCA DE UMA NOVA ORIENTAÇÃO PARA O SINASEFE**

**EDUCAÇÃO NÃO É MERCADORIA! O SINASEFE E A EDUCAÇÃO QUE QUEREMOS O GOLPE, PANDEMIA, E O AGRAVAMENTO DAS CONDIÇÕES DE VIDA DA CLASSE TRABALHADORA BRASILEIRA**

**O CAPITALISMO EM CRISE, GUERRAS E FOME**

**O SUPERMILITANTE: UMA REFLEXÃO SOBRE O PERSONALISMO NO SINASEFE**

**DIANTE DA PRECARIZAÇÃO E DESMONTE DO SERVIÇO PÚBLICO FEDERAL, O FORA BOLSONARO NOS IMPULSIONA A TOMAR DE VEZ AS RUAS**

**O PAPEL DO SINASEFE NA DEFESA DO ESTADO DEMOCRÁTICO DE DIREITO.**

**SINASEFE NA LUTA CONTRA TODAS AS FORMAS DE OPRESSÃO E DISCRIMINAÇÃO: PELA LIBERDADE DE SER QUEM SE É!**

**Assinam a tese junto com a Unidade Sindical Primeiro de Maio – US #1M:**

Alúcio Coelho – Seção Colégio Militar de Recife

Antônio Nobre da Silva (Didi) – Seção Cáceres IFMT

Ariovan da Silva Martins – Seção Barbacena EPCAR

Camila Cunha – Seção Brasília IFB

Carlos Henrique Xavier Endo – Seção IFSP

Christian Gilioi – Seção IFSP

Daniel Neri – Seção IFMG

Davi César da Silva – Seção Videira IFC

Denilza Frade – Seção IFSP

Dhiego Glaucio - SINTEFPB  
Diego Rodolfo Simões de Lima - Seção Videira IFC  
Elenira Vilela - Seção IFSC  
Eliel Regis de Lima - Seção Cáceres IFMT  
Elizangela Maria Esteves de Barros - Seção IFSP  
Emanuel Luiz Flôres da Silva - Seção IFSC  
Felipe Lima - Seção IFES  
Francini Carla Grzeca - Seção Videira IFC  
Herlon Iran Rosa - Seção Litoral IFC  
Inez Deliberaes Montecchi - Seção Cáceres IFMT  
Isaiás dos Santos - Seção Litoral IFC  
José Paulo Monteiro - Seção IFSC  
Kyanny Onofre Pompilio - Seção IFSC  
Marcelo Assunção - Seção Colégio Militar do Rio de Janeiro  
Mário Luiz - Seção Litoral IFC  
Marlene Socorro - Seção IFBA  
Matheus Santana - Seção IFBA  
Olaine Aparecida Zilio Morona - Seção IFSC  
Priscila Cardoso - Seção Litoral IFC  
Rosa Maria Mota Costa - Seção IFBA  
Sérgio Rodrigues - SINTEFPB  
Silvia da Silva Seção - Seção Concórdia IFC  
Tomaz Fantin de Souza - Seção IFSUL



## **010 - SINASEFE NA LUTA CONTRA TODAS AS FORMAS DE OPRESSÃO E DISCRIMINAÇÃO: PELA LIBERDADE DE SER QUEM SE É! E PONTO!**

“Por uma sociedade que sejamos socialmente iguais, humanamente diferentes e totalmente livres.”

Rosa Luxemburgo

A última crise capitalista cujo ápice se manifestou a partir da quebra dos bancos em Wall Street (a chamada crise dos subprime) segue arrastando o Brasil e o mundo para um poço que parece não ter fundo, para a barbárie. A história do capitalismo mostra que sempre que se apresenta uma situação onde as taxas de lucro da classe capitalista não atingem patamar “aceitável” (3% em média, segundo David Harvey), aumentam os avanços sobre áreas não capitalizadas – privatizações e mercadorização de serviços estatais, exploração de áreas naturais inexploradas, aumento das taxas de exploração da força de trabalho, as famigeradas reformas de retirada de direitos (como as trabalhista e previdenciária no Brasil) e as guerras (a da Ucrânia é somente uma delas).

Intimamente associadas ao agravamento do cenário econômico se dá a piora das opressões contra a classe trabalhadora. As mudanças na estrutura econômica acarretam mudanças na superestrutura – nos termos marxianos – que suporta os arranjos jurídicos, políticos, religiosos e ideológicos.

No Brasil vimos, por exemplo, todo um aparato jurídico se deslocar para uma interpretação em que foi possível afastar Dilma Rousseff da presidência em um golpe com forte cunho misógino e manter Lula encarcerado, impedindo sua candidatura e promovendo a eleição de Bolsonaro. A candidatura de Lula e sua possível vitória, mas sob ameaças de não tomar posse mesmo vitorioso no próximo pleito mostram como devemos estar atentos ao modo como as condições econômicas determinam as relações sociais em todos os seus aspectos.

A partir desse ponto de vista é possível compreender a ascensão da extrema direita no mundo e, especialmente, no Brasil. Forças conservadoras, fundamentalismo religioso, armamento da população são alguns elementos que compõem o triste cenário de opressões sobre extenso percentual de nosso perfil demográfico. De modo aterrador, aumentam os números de mulheres, pessoas trans, pessoas negras, assassinadas todos os dias.

Também é entre os afrodescendentes que se encontram a maioria dos desnutridos, famílias em situação de vulnerabilidade socioeconômica, especialmente as-crianças que morrem de fome ou de doenças a ela associadas.

Racismo, machismo, sexismo, patriarcado e misoginia, capacitismo, cisheteronormatividade, enfrentamento à imposição de padrões estéticos, a opressão contra PCDs (Pessoas com deficiência), a imposição religiosa e a credonormatividade, elementos constitutivos da formação do Brasil como nação, ao invés de desaparecerem de nossos horizontes, ressurgem e se fortalecem nesse momento de crise capitalista, como garantidores das condições de superexploração de fração enorme de nossa população.

Não é possível superar o capitalismo e a exploração de classe sem o enfrentamento às opressões, que compõem o método das burguesias em viabilizar a superexploração pelo trabalho não remunerado de produção e reprodução da força de trabalho, seja pelo domínio sobre os corpos que materializam essa força de trabalho dominando a sexualidade e as identidades, seja promovendo a discriminação como forma de divisão da classe por meio do racismo e pelo machismo, seja pela apropriação liberal ou pela mercadorização dessas lutas, transformando grupos oprimidos em nichos de mercado.

Um sindicato tem por obrigação enfrentar toda forma de opressão e discriminação, seja ela por gênero, raça, religiosidade ou não crença, formas e expressões corporais, por ser pessoa com deficiência (PCD), por origem étnica, por classe social ou origem regional, por formas de expressões culturais ou linguísticas, enfim, por nada.

Assim, encaminhamos que o Sinasefe

- A. Deve atuar como polo articulador dos segmentos oprimidos e explorados, promovendo e fortalecendo Encontros de Mulheres, Conferências de Promoção de Igualdade Racial, negres, indígenas, PCDs, LGBTQIA+, pessoas gordas, pessoas de religiosidades marginalizadas e colaborando com movimentos organizados que tenham corte classista e respeitem os demais princípios do Sinasefe;
- B. Deve promover formação, debates, definir regulamentos e, inclusive, punições para que práticas opressivas (como assédio, seja ele moral ou sexual ou outras formas de violência como a política ou a invisibilização), discriminatórias e reprodutoras de preconceitos sejam reduzidas até sua extinção no âmbito do Sinasefe e contribuição para que o mesmo se dê na rede de educação;
- C. Busque estimular ou fortalecer e criar condições para a participação de pessoas das condições minorizadas, invisibilizadas ou oprimidas nos fóruns de debate, deliberação e representação do Sinasefe;
- D. Apoie as lutas pela implementação do Lei 9382-A/2017 da profissionalização do Tradutor e Intérprete de Libras e sua regulamentação;
- E. Defenda o Instituto Nacional de Educação de Surdos - INES e o Instituto Benjamin Constant IBC se mantendo públicos, estatais e recebendo investimento adequado, além de outros campus ou iniciativa de integração e inclusão cada vez com mãos qualidade de PCDs em todas as atividades e estruturas da Rede Federal de Educação básica;
- F. Lute pela aprovação do PL de extensão da lei 3422/2021 de cotas sociais e raciais para negres e indígenas nas universidades, institutos e concursos por mais 50 anos;
- G. Defenda que nossas instituições realizem cursos e debates e promovam medidas concretas para implantação efetiva da lei 10639/2003;
- H. Promova debates esclarecendo e enfrentando a intolerância religiosa, especialmente quando essa é associada ao racismo, e a credonormatividade;
- I. Lute com o movimento indígena contra os PLs 490/2007 e 191/2020 entre outros que atacam os povos originários do Brasil e a defesa dos indígenas

que tem sido alvo preferencial do governo genocida, dos latifundiários, da mineração e de fundamentalistas religiosos;

- J. Inicie um processo de aprendizado e de definição de uma política de comunicação que se aproprie os termos e a linguagem não violenta e inclusiva, além de neutra de gênero e que incorpore os termos adequados e mais aceitos pelas comunidades que sofrem as opressões, sempre buscando usar os termos defendidos pelas pessoas dessas próprias comunidades.<sup>1</sup>

**Confira todas as teses assinadas pela US#1M (acesse pelo QR Code ao lado)**

**UNIDADE SINDICAL PRIMEIRO DE MAIO E A BUSCA DE UMA NOVA ORIENTAÇÃO PARA O SINASEFE**

**EDUCAÇÃO NÃO É MERCADORIA! O SINASEFE E A EDUCAÇÃO QUE QUEREMOS**

**O GOLPE, PANDEMIA, E O AGRAVAMENTO DAS CONDIÇÕES DE VIDA DA CLASSE TRABALHADORA BRASILEIRA**

**O CAPITALISMO EM CRISE, GUERRAS E FOME**

**O SUPERMILITANTE: UMA REFLEXÃO SOBRE O PERSONALISMO NO SINASEFE**

**DIANTE DA PRECARIZAÇÃO E DESMONTE DO SERVIÇO PÚBLICO FEDERAL, O FORA BOLSONARO NOS IMPULSIONA A TOMAR DE VEZ AS RUAS**

**O PAPEL DO SINASEFE NA DEFESA DO ESTADO DEMOCRÁTICO DE DIREITO.**

**SINASEFE NA LUTA CONTRA TODAS AS FORMAS DE OPRESSÃO E DISCRIMINAÇÃO: PELA LIBERDADE DE SER QUEM SE É!**

**Assinam a tese junto com a Unidade Sindical Primeiro de Maio – US #1M:**

Alúísio Coelho – Seção Colégio Militar de Recife

Antônio Nobre da Silva (Didi) – Seção Cáceres IFMT

Ariovan da Silva Martins – Seção Barbacena EPCAR

Camila Cunha – Seção Brasília IFB

Carlos Henrique Xavier Endo – Seção IFSP

Christian Gilioi – Seção IFSP

Daniel Neri – Seção IFMG

Davi César da Silva – Seção Videira IFC

Denilza Frade – Seção IFSP

<sup>i</sup> Inclusive se algum termo não estiver adequado nesta tese, solicitamos que nos seja informado para que possamos incorporar os termos adequados em nosso vocabulário e já pedimos desculpas pela nossa pesquisa não ter alcançado a abrangência necessária.

Dhiego Glaucio - SINTEFPB  
Diego Rodolfo Simões de Lima - Seção Videira IFC  
Elenira Vilela - Seção IFSC  
Eliel Regis de Lima - Seção Cáceres IFMT  
Elizangela Maria Esteves de Barros - Seção IFSP  
Emanuel Luiz Flôres da Silva - Seção IFSC  
Felipe Lima - Seção IFES  
Francini Carla Grzeca - Seção Videira IFC  
Herlon Iran Rosa - Seção Litoral IFC  
Inez Deliberaes Montecchi - Seção Cáceres IFMT  
Isaiás dos Santos - Seção Litoral IFC  
José Paulo Monteiro - Seção IFSC  
Kyanny Onofre Pompilio - Seção IFSC  
Marcelo Assunção - Seção Colégio Militar do Rio de Janeiro  
Mário Luiz - Seção Litoral IFC  
Marlene Socorro - Seção IFBA  
Matheus Santana - Seção IFBA  
Olaine Aparecida Zilio Morona - Seção IFSC  
Priscila Cardoso - Seção Litoral IFC  
Rosa Maria Mota Costa - Seção IFBA  
Sérgio Rodrigues - SINTEFPB  
Silvia da Silva Seção - Seção Concórdia IFC  
Tomaz Fantin de Souza - Seção IFSUL



## **011 - O CAPITALISMO EM CRISE, GUERRAS E FOME**

“A sociedade burguesa enfrenta um dilema: ou passagem ao socialismo ou retorno à barbárie.”

Rosa de Luxemburgo, se referindo a frase de Friedrich Engels

Em 5 de março de 2022 se completaram 151 anos do nascimento de Rosa de Luxemburgo, a teórica que desenvolveu a expressão que se tornou mais do que simples palavra de ordem: definiu e explicou a vida de grande parte da população mundial, obrigada a produzir e reproduzir suas vidas mediante as covardes regras impostas pelo modo capitalista de produção. Ao exaltar “o socialismo ou barbárie!”, Rosa nos alerta para a gravidade da situação de bilhões de pessoas que convivem diariamente com a fome, a miséria, as guerras, as doenças para as quais há vacina ou tratamento mas não estão acessíveis; com as consequências dos crimes ambientais e os desastres consequentes das mudanças climáticas, como enchentes ou secas; com as enormes crises humanitárias de refugiados e imigrantes, o recrudescimento do fascismo, do nazismo e de outras ideologias extremistas, racistas e misóginas; com o neocolonialismo, o crescimento de religiões e igrejas fundamentalistas e de estados religiosos e autoritários, a redução drástica dos direitos sociais e trabalhistas, e muito mais.

Aquilo que Rosa nos alertava a 120 anos, ou seja, a barbárie, hoje é realidade. Por isso, a construção de sociedades socialistas é uma necessidade imediata para evitar a destruição da espécie humana e do planeta.

A pensadora e comunista polonesa também nos ensinou: “feminismo sem socialismo carece de estratégia; e socialismo sem feminismo, carece de profundidade”. A terrível história brasileira de colonialismo genocida dos povos originários e de séculos de escravidão de povos africanos nos impõe obrigatória extensão do pensamento de Luxemburgo: a de que precisamos reivindicar um socialismo não somente feminista, mas antilgbtqifóbico e antirracista frente a uma sociedade cada vez mais conservadora, fundamentalista, extremista e, perigosamente, armada.

A crises cíclicas que se observa no sistema capitalista mostra, mais uma vez, como avançamos à barbárie total. A última, de 2008, que atingiu em cheio o coração do sistema capitalista, agravou a condição boa parte do planeta e grandes contingentes populacionais já duramente afetados pelas políticas neoliberais impostas pelos mecanismos econômicos internacionais, como FMI e Banco Mundial; somente então, quando afetou os grandes capitalistas dos países do norte, é que a crise passou a ser chamada de crise “mundial”. Hoje, vemos movimento semelhante diante da guerra na Ucrânia: embora o mundo sofra, há décadas com as invasões estadunidenses, e a crise de refugiados mate milhares de pessoas africanas que tentam chegar à Europa, somente quando brancos europeus são mortos, a comoção internacional é mobilizada.

Hoje, todas as guerras de invasão e que ferem a autodeterminação dos povos que estão em curso na Somália, Iêmen, Armênia, Síria, Palestina e Ucrânia são respostas do capital para a crise de superprodução e super concentração de riqueza e da queda sistêmica das taxas de lucros da maioria dos capitalistas. Essas guerras não passam de respostas a interesses de grandes capitalistas. A máquina de guerra

estadunidense, sempre disposta a “a garantir a democracia” é, na verdade, resultado de um poderoso jogo capitalista responsável pelo movimento e manutenção da economia, do fluxo de capitais e dos lucros da ínfima fração de bilionários que controlam o país norte-americano. Fenômeno semelhante se observa em outras guerras: confrontos civis, crescimento de atuação de milícias de ultradireita e golpes de Estado como os que ocorrem na própria Ucrânia, na Colômbia, na Nigéria e em tantos outros países seguem também atendendo a interesses de burguesias locais, do sistema financeiro e das grandes multinacionais, às custas da vida e sofrimento de milhões de trabalhadores.

Lênin, ativo militante em prol da unificação dos trabalhadores, apregoava no início do século XX: “paz entre nós e guerra aos senhores”. A decadência do império comandado pelos grupos de magnatas do EUA, armados pela máquina de guerra da OTAN frente ao crescimento do poderio econômico e militar de China Rússia faz com que um velho filme ressurgja em tela: o temor de um guerra mundial. Ante à possibilidade de um cataclisma nuclear, o que vemos na Ucrânia é, mais uma vez, jovens trabalhadores segundo para a morte certa, em campos de batalha cada vez mais tomados por civis, igualmente ameaçados. Por trás do horror da guerra, a mão das empresas multinacionais, grandes magnatas e dos EUA e Europa, lutando ferozmente para manter à força seu domínio financeiro, político e militar.

Frente a essa grave conjuntura internacional que já acarreta severas consequências ao povo brasileiro, e ante a necessidade de emprendermos imediatamente uma luta anticapitalista em todas as nossas possibilidades, a Unidade Sindical #1M propõe que o Sinasefe se empenhe, em todos os espaços e fóruns de luta em que ele atue, e incentive, junto às suas seções sindicais e seus filiados, e acompanhe toda e qualquer ação que vise a:

- A promoção da paz, pela autodeterminação dos povos e pelo fim das guerras e intervenções bélicas, econômicas ou políticas;
- O fim da OTAN, resquício da Guerra Fria que hoje serve apenas como fachada para o imperialismo ocidental;
- A punição pela ONU de todos os estados agressores, especialmente o maior deles, os EUA;
- A superação do capitalismo, de maneira a erradicar a fome, a desigualdade, as crises humanitárias e interromper a crise climática, substituindo o modo de produção baseado na exploração por um baseado na cooperação e compartilhamento das riquezas entre os produtores;

**Confira todas as teses assinadas pela US#1M (acesse pelo QR Code ao lado)**

**UNIDADE SINDICAL PRIMEIRO DE MAIO E A BUSCA DE UMA NOVA ORIENTAÇÃO PARA O SINASEFE**

**EDUCAÇÃO NÃO É MERCADORIA! O SINASEFE E A EDUCAÇÃO QUE QUEREMOS**

**O GOLPE, PANDEMIA, E O AGRAVAMENTO DAS CONDIÇÕES DE VIDA DA CLASSE TRABALHADORA BRASILEIRA**

O CAPITALISMO EM CRISE, GUERRAS E FOME

O SUPERMILITANTE: UMA REFLEXÃO SOBRE O PERSONALISMO NO SINASEFE  
DIANTE DA PRECARIZAÇÃO E DESMONTE DO SERVIÇO PÚBLICO FEDERAL, O  
FORA BOLSONARO NOS IMPULSIONA A TOMAR DE VEZ AS RUAS

O PAPEL DO SINASEFE NA DEFESA DO ESTADO DEMOCRÁTICO DE DIREITO.

SINASEFE NA LUTA CONTRA TODAS AS FORMAS DE OPRESSÃO E DISCRIMINA-  
ÇÃO: PELA LIBERDADE DE SER QUEM SE É!

**Assinam a tese junto com a Unidade Sindical Primeiro de Maio – US #1M:**

Alúcio Coelho - Seção Colégio Militar de Recife

Antônio Nobre da Silva (Didi) - Seção Cáceres IFMT

Ariovan da Silva Martins - Seção Barbacena EPCAR

Camila Cunha - Seção Brasília IFB

Carlos Henrique Xavier Endo - Seção IFSP

Christian Gilioi - Seção IFSP

Daniel Neri - Seção IFMG

Davi César da Silva - Seção Videira IFC

Denilza Frade - Seção IFSP

Dhieggo Glaucio - SINTEFPB

Diego Rodolfo Simões de Lima - Seção Videira IFC

Elenira Vilela - Seção IFSC

Eliel Regis de Lima - Seção Cáceres IFMT

Elizangela Maria Esteves de Barros - Seção IFSP

Emanuel Luiz Flôres da Silva - Seção IFSC

Felipe Lima - Seção IFES

Francini Carla Grzeca - Seção Videira IFC

Herlon Iran Rosa - Seção Litoral IFC

Inez Deliberaes Montecchi - Seção Cáceres IFMT

Isaías dos Santos - Seção Litoral IFC

José Paulo Monteiro - Seção IFSC

Kyanny Onofre Pompilio - Seção IFSC

Marcelo Assunção - Seção Colégio Militar do Rio de Janeiro

Mário Luiz - Seção Litoral IFC

Marlene Socorro - Seção IFBA

Matheus Santana - Seção IFBA

Olaine Aparecida Zilio Morona - Seção IFSC

Priscila Cardoso - Seção Litoral IFC

Rosa Maria Mota Costa - Seção IFBA

Sérgio Rodrigues - SINTEFPB

Silvia da Silva Seção - Seção Concórdia IFC

Tomaz Fantin de Souza - Seção IFSUL



## **012 - O GOLPE, PANDEMIA, E O AGRAVAMENTO DAS CONDIÇÕES DE VIDA DA CLASSE TRABALHADORA BRASILEIRA**

Não acho que quem ganhar ou quem perder, nem quem ganhar nem perder, vai ganhar ou perder. Vai todo mundo perder.

Dilma Rousseff

Desde 2016, a situação da classe trabalhadora piora de maneira drástica e terrível no Brasil. O SINASEFE, corretamente, reconheceu e deliberou enfrentar o golpe de Estado que derrubou a Presidenta Dilma, mas, infelizmente, a classe trabalhadora não conseguiu articular força para impedi-lo. O golpe, o assassinato de Marielle Franco e a prisão de Lula são alguns dos elementos que compõem a conjuntura que nos trouxe à situação atual. Vemos aumento em níveis trágicos do desemprego, da carestia, da inflação, da fome e da violência que atinge brutalmente a classe trabalhadora brasileira, especialmente as mulheres negras e periféricas extrato majoritário e historicamente super explorado em nossa sociedade. As populações em situação de rua explodiram em número, as ocupações e os despejos ocorrem com grande violência e a renda média de trabalhadoras e trabalhadores caiu em números absolutos, especialmente depois – e em função de – as Reformas Trabalhista e Previdenciária, das desnacionalizações e privatizações, da política de preços do setor energético e do desinvestimento e desmonte das políticas sociais e da política de valorização do salário-mínimo.

Tudo isso foi barbaramente agravado com o início da pandemia. O (des)governo federal e sua política genocida promoveu a morte e dificultou as medidas de proteção não medicamentosas como isolamento, distanciamento e uso de máscaras. De forma irresponsável e criminosa, promoveu abertamente uma política de desinformação sobre formas adequadas de se proteger do vírus, estimulando o consumo de medicamentos sem comprovação científica para o tratamento da doença motivado, como se mostrou, por interesses comerciais escusos.

Além disso, ao não tomar medidas que evitassem o colapso do sistema de saúde, o executivo federal se tornou diretamente responsável por um número absurdo de mortes – 400 mil, estima-se – evitáveis com medidas como testagem em massa, agilidade na compra de vacinas, política de informação e comunicação e de prevenção, além das medidas econômicas correspondentes que permitissem à população adotar essas medidas.

Como se não bastasse, o governo genocida retardou e dificultou ao máximo o acesso ao auxílio emergencial, enquanto salvava bancos, já no início da pandemia, com um pacote de R\$ 1,2 trilhão, cinco vezes mais do que o valor total desembolsado no auxílio, sem qualquer garantia ou exigência de contra partida ou repasse dos valores para o mercado de crédito para pequenos empreendedores, ocasionando a falência de milhares de micro e pequenas empresas e a desativação de milhões de postos de trabalho.

Por outro lado, em apenas um ano de pandemia, o número de bilionários brasileiros aumentou de 45 para 65, enquanto o número de miseráveis aumentou na casa dos milhões. A delapidação do fundo público com a dívida pública, agravada pelo aumento desenfreado dos juros se soma ao roubo de patrimônios do povo, com as

tentativas de privatização da Eletrobrás e os Correios, interligadas à política de “autonomia” do banco central: no fundo, se trata, nada mais, que a liberação do ente máximo do controle da economia para o atendimento aos interesses de banqueiros e corporações nacionais e transnacionais.

Nesse cenário que se projeta o campo das lutas em 2022, depois de um 2021 marcado pela retomada das lutas de rua que enfrentou o projeto genocida nas manifestações pelo Fora Bolsonaro, pela extensão do auxílio emergencial, contra a carestia e pelas vacinas pra todes. Após uma CPI que demonstrou a política de morte encaminhada, mas que não produziu o efeito de derrubar o governo, nota-se que Bolsonaro segue protegido por um congresso de maioria comprada pelo orçamento secreto, por um judiciário que permite que o PGR Aras retome o título de engavetador geral da República sem dar prosseguimento a nenhuma das denúncias de crimes cometidos pela família e seu governo.

Para além da esfera estatal, temos uma imprensa que, embora revele um certo denunciamento (muito mais tímido que à época do golpe contra Dilma) contra o governo e seus desmandos durante a pandemia, suas medidas de desmonte da regulação ambiental, o desmatamento irregular e o garimpo em terras indígenas, ainda estamos muito distantes de uma mídia que consiga atuar de forma independente em favor da sociedade.

Este cenário aponta para a necessidade de ações imediatas e importantes para 2022.

Precisamos intensificar as mobilizações contra o aprofundamento da crise econômica, o aumento da inflação, do desemprego e da fome, enquanto lutamos contra a manipulação midiática e suas narrativas que, em sua maioria, escamoteiam os verdadeiros motivos do caos que estamos vivendo.

Para isso temos que lutar nas ruas e nas redes, pressionando o congresso e o governo, sem trégua. Paralisações, passeatas e greves, ferramentas de luta histórica da nossa classe, tão prejudicadas durante a pandemia, precisam ser resgatadas com toda a força. É energizante o exemplo da greve dos servidores públicos de Florianópolis - que em greve unificada entre saúde, educação e limpeza urbana colocou freios na privatização e conquistou condições de trabalho o piso nacional do magistério na carreira.

Neste último mês, outras manifestações, como as marchas do #8M e das lutas contra os assassinatos de Moise e Durval e o dia da Terra em Brasília reavivam nossa chama para voltarmos a ocupar as ruas nesse momento crítico.

Nas redes devemos seguir e intensificar denúncias no congresso, no judiciário (incluindo o Tribunal Internacional) e na imprensa independente, fortalecendo as campanhas virtuais, com a exposição dos políticos que votam contra os interesses de nossa classe. Foi a soma de ações virtuais com a mobilização permanente em Brasília no 2º semestre de 2021 (com a participação decisiva do SINASEFE) que nos levou à nossa maior vitória até o momento contra o governo Bolsonaro: a retirada da pauta da PEC 32, que levaria ao desmonte final dos serviços público no Brasil.

Por fim, temos que manter em foco o fato de que estamos em ano eleitoral: é preciso tirar Bolsonaro do governo. É fato que existem candidaturas com claro compromisso classista, como as de Leonardo Péricles da UP e da Sofia Manzano do

PCB; porém, a candidatura que tem maior potencial de enfrentar o bolsonarismo é a de Lula, sendo fundamental que ele seja eleito, conduzindo um projeto construído a partir da pressão de nossa classe pela revogação da EC 95, das reformas Trabalhistas e da Previdência. Além disso, é fundamental tensionar para que o novo governo priorize e promoção da igualdade, a redução drástica do desemprego e o fim da fome, com a retomada da política de valorização do salário mínimo e do fortalecimento das políticas públicas: retomada dos concursos, da expansão dos serviços, reestruturação do SUAS e do SUS, dos programas de moradia social e de investimento. Importa lembrar que essa retomada somente possível com um novo sistema de cobrança de impostos dos mais ricos, desoneração de salários e do consumo de itens básicos, medidas impossíveis de serem realizadas sem o apoio de um novo Congresso Nacional: não adianta eleger Lula sem tirar do parlamento os abutres e hienas que, hoje, dão o suporte necessário para a manutenção da tragédia instalada com o governo Bolsonaro.

Para não esquecer: a vitória nas urnas não implica na vitória sobre o fascismo. Pelo contrário, a chegada de Lula ao poder e a renovação do Congresso devem atizar ainda mais a sanha ultraconservadora disso que passou a ser chamado de bolsonarismo. Hoje temos um número enorme e em crescimento de pessoas armadas, fielmente identificadas com movimentos extremistas, racistas, xenofóbicos, misóginos e nazistas. Por isso, é preciso fortalecer também as lutas dos movimentos sociais, das periferias nos grandes centros e no campo, cada vez mais dominadas pelo amargo amálgama composto pelas igrejas evangélicas e milícias militares e paramilitares, prontas para produzir o caos frente à iminente derrota de Bolsonaro nas urnas. Essa mobilização é fundamental para que sigamos rumo à promoção da igualdade racial e de gênero e de atendimento das demandas das pessoas LGBTQIA+ e pessoas com deficiência.

Dessa forma, encaminhamos:

- A. Fora Bolsonaro!
- B. pela retirada das patentes sobre a vacina e pela construção de um fundo internacional dos países ricos que permitam que as vacinas cheguem em todos os cantos do globo;
- C. Pela responsabilização de Bolsonaro, seus ministros e parlamentares responsáveis pelo genocídio durante a pandemia e reparação e políticas de apoio aos familiares das vítimas, especialmente os sequelados e os órfãos ou familiares de idosos cujas famílias dependiam da renda de aposentadorias;
- D. Revogação da EC 95, das Reformas Trabalhista e da Previdência e da Lei das Terceirizações;
- E. Não às privatizações e desnacionalizações, em especial da Eletrobrás e dos Correios, além de interromper a privatização fatiada da Petrobrás, do Banco do Brasil e da Caixa Econômica Federal.
- F. Retomada das políticas sociais necessárias para a manutenção das pessoas permitindo a proteção sanitária, como o auxílio emergencial e a aprovação da Lei Paulo Gustavo!

- G. Por um equacionamento da pandemia que coloque as vidas acima dos lucros, com a ciência orientando as ações de governo na promoção da saúde, ensinando prevenção e auto cuidado, privilegiando as medidas não medicamentosas, além da vacinação de todes, especialmente garantindo que a vacina chegue às populações periféricas e de localidades afastadas, incluindo comunidades indígenas e quilombolas;
- H. Pela mobilização permanente da Frente Fora Bolsonaro, as Frentes Povo Sem Medo e Frente Brasil Popular e dos movimentos sociais pela pauta da classe trabalhadora aprovada para derrotar Bolsonaro, os fascistas e o projeto do golpe;
- I. Por um governo de trabalhadoras e trabalhadores, o Sinasefe apoia Lula Presidente em uma frente de esquerda com um programa classista que revogue a destruição promovida desde o Golpe de 2016 pelos governos Temer e Bolsonaro;
- J. Pela campanha e eleição de bancadas parlamentares de esquerda classistas, feministas, antirracistas e com compromisso com agenda de preservação ambiental e da defesa da soberania do país e da colaboração internacional pacífica;
- K. Pela identificação e criminalização desmonte de grupos e milícias neo nazistas e profascistas no Brasil;
- L. Por justiça para Marielle, Anderson, Moïse, Durval, Agatha e tantos outros e outras vítimas da violência racista de Estado ou de milícias associadas ao governo e aos grupos neonazistas e neofascistas;

**Confira todas as teses assinadas pela US#1M (acesse pelo QR Code ao lado)**

**UNIDADE SINDICAL PRIMEIRO DE MAIO E A BUSCA DE UMA NOVA ORIENTAÇÃO PARA O SINASEFE**

**EDUCAÇÃO NÃO É MERCADORIA! O SINASEFE E A EDUCAÇÃO QUE QUEREMOS**

**O GOLPE, PANDEMIA, E O AGRAVAMENTO DAS CONDIÇÕES DE VIDA DA CLASSE TRABALHADORA BRASILEIRA**

**O CAPITALISMO EM CRISE, GUERRAS E FOME**

**O SUPERMILITANTE: UMA REFLEXÃO SOBRE O PERSONALISMO NO SINASEFE**

**DIANTE DA PRECARIZAÇÃO E DESMONTE DO SERVIÇO PÚBLICO FEDERAL, O FORA BOLSONARO NOS IMPULSIONA A TOMAR DE VEZ AS RUAS**

**O PAPEL DO SINASEFE NA DEFESA DO ESTADO DEMOCRÁTICO DE DIREITO.**

**SINASEFE NA LUTA CONTRA TODAS AS FORMAS DE OPRESSÃO E DISCRIMINAÇÃO: PELA LIBERDADE DE SER QUEM SE É!**

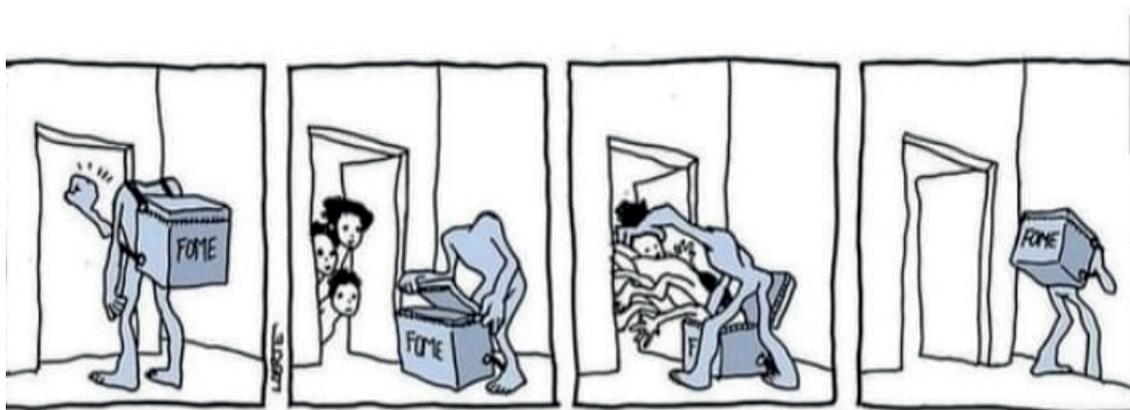
**Assinam a tese junto com a Unidade Sindical Primeiro de Maio – US #1M:**

Aluísio Coelho - Seção Colégio Militar de Recife  
Antônio Nobre da Silva (Didi) - Seção Cáceres IFMT  
Ariovan da Silva Martins - Seção Barbacena EPCAR  
Camila Cunha - Seção Brasília IFB  
Carlos Henrique Xavier Endo - Seção IFSP  
Christian Gilioi - Seção IFSP  
Daniel Neri - Seção IFMG  
Davi César da Silva - Seção Videira IFC  
Denilza Frade - Seção IFSP  
Dhiego Glaucio - SINTEFPB  
Diego Rodolfo Simões de Lima - Seção Videira IFC  
Elenira Vilela - Seção IFSC  
Eliel Regis de Lima - Seção Cáceres IFMT  
Elizangela Maria Esteves de Barros - Seção IFSP  
Emanuel Luiz Flôres da Silva - Seção IFSC  
Felipe Lima - Seção IFES  
Francini Carla Grzeca - Seção Videira IFC  
Herlon Iran Rosa - Seção Litoral IFC  
Inez Deliberaes Montecchi - Seção Cáceres IFMT  
Isaías dos Santos - Seção Litoral IFC  
José Paulo Monteiro - Seção IFSC  
Kyanny Onofre Pompilio - Seção IFSC  
Marcelo Assunção - Seção Colégio Militar do Rio de Janeiro  
Mário Luiz - Seção Litoral IFC  
Marlene Socorro - Seção IFBA  
Matheus Santana - Seção IFBA  
Olaine Aparecida Zilio Morona - Seção IFSC  
Priscila Cardoso - Seção Litoral IFC  
Rosa Maria Mota Costa - Seção IFBA

Sérgio Rodrigues - SINTEFPB

Silvia da Silva Seção - Seção Concórdia IFC

Tomaz Fantin de Souza - Seção IFSUL



Laerte

## **013 - DIANTE DA PRECARIZAÇÃO E DESMONTE DO SERVIÇO PÚBLICO FEDERAL, O FORA BOLSONARO NOS IMPULSIONA A TOMAR DE VEZ AS RUAS**

Há urgência de unidade na luta por um sindicato forte, ativo e combativo. O ano de 2022 é emblemático para todas as educadoras e educadores (técnicos e docentes) comprometidos com a emancipação da classe trabalhadora. Desde o Golpe de 2016, somos alvo de um conjunto de ataques desferidos pelos desgovernos de Michel Temer e Jair Bolsonaro: as chamadas *contrarreformas* Trabalhista, Previdenciária e do Ensino Médio, a ausência de reajuste salarial e o congelamento dos gastos públicos, além de variadas investidas contra a luta sindical, com o objetivo de destruir os sindicatos e suas funções - constitucionalmente asseguradas - de livre associação, organização, representação e defesa da classe trabalhadora.

Em contrapartida, a progressiva retomada das atividades presenciais retira a comunidade acadêmica do isolamento provocado pela pandemia. Cabe ao Sinasefe responder à altura, atuando para o cumprimento das medidas sanitárias e de proteção à saúde da comunidade acadêmica, mas, ao mesmo tempo, qualificando e intensificando a mobilização da categoria. A tarefa fundamental que nos une é a defesa da Rede Federal de Educação Profissional e Tecnológica, uma rede complexa e potente quando reconhecida na sua amplitude e diversidade nacionais - e que tem muito ainda a crescer. Os últimos seis anos evidenciaram que nenhum avanço será possível sem a retomada da democracia e a reconstrução do país tendo como horizonte um novo projeto de desenvolvimento. Os tempos exigem articulação, determinação e capacidade organizativa. Com vistas a contribuir para o fortalecimento do Sinasefe e de nossa categoria, segue abaixo três tarefas de caráter emergencial, as quais consideramos fundamentais ao plano estratégico da nova direção sindical:

### **Derrotar a Reforma do Ensino Médio e exigir sua revogação**

A *contrarreforma* do Ensino Médio ([Lei 13.415/17](#)) foi imposta de forma monocrática e sem a participação efetiva dos trabalhadores da educação e dos estudantes, o que já revela seu completo esvaziamento enquanto projeto educacional. Soma-se a isso a concepção neoliberal presente não apenas no âmbito pedagógico, mas, como não poderia deixar de ser, também orçamentário - a velha ideologia da "interdisciplinaridade" que serve para camuflar a redução ainda maior de investimentos por meio da deformação e precarização do trabalho docente.

Por isso, exigimos imediata suspensão. É fato notório que a grande maioria das escolas brasileiras não assegura à comunidade acadêmica a necessária participação e envolvimento nas decisões sobre os currículos do "Novo Ensino Médio". Apoiamos as iniciativas parlamentares que confrontam com o atual calendário de implementação da *contrarreforma* (precisamente, o PL 3079/21 e o PDL 611/2), uma vez que propõem a suspensão da implementação da Lei 13.415/17, prevista para o ano letivo de 2022.

**Derrotar a cereja do bolo do projeto político neoliberal: PEC 95 do congelamento dos gastos públicos e as *Contrarreformas* da Previdência, Trabalhista e Administrativa**

O golpe de 2016 que destituiu a Presidenta Dilma Rousseff e a prisão ilegal de Luís Inácio Lula da Silva, seguidos da perda de seus direitos políticos, tiveram como principal finalidade submeter o país à agenda neoliberal, do modo mais severo possível e contra a vontade popular. Todas as reformas atendem ao interesse do grande capital e das elites econômicas que atuam dentro e fora do país, por isso, constituem uma verdadeira excrescência à classe trabalhadora.

A nova direção nacional do Sinasefe precisa criar estratégias de luta para manter a categoria mobilizada, coordenando ações estadual e nacionalmente para pressionar os parlamentares no congresso, como também buscar apoio popular no sentido de revogar as medidas arbitrárias que culminaram num total desmonte dos direitos trabalhistas, afetando diretamente a população mais pobre do país. Não podemos retroceder em nenhum direito, por isso é fundamental revogar:

A Reforma da Previdência – Ao acelerar o projeto de destruição da previdência pública no Brasil, ao inviabilizar o espírito de solidariedade do modelo de previdência ratificada pela constituição cidadã de 1988, a Reforma da Previdência foi aprovada sem maiores resistências contendo no seu bojo um pacote de maldades neoliberais. Não obstante, a irrelevância das centrais sindicais nesse processo obriga-as a se repensar sua atuação e acumular forças ou sucumbir na esteira do aprofundamento neoliberal. A sobrevivência de nossas instituições sociais e públicas depende da superação da letargia burocrática, carregada de disputas por “protagonismo” e outros vícios “tradicionais”.

A Reforma Trabalhista – Ao retroceder a patamares inferiores aos conquistados durante a era Vargas, a Reforma Trabalhista simboliza e concretiza o agravamento da exploração e brutalização da classe trabalhadora. As lutas sociais, sindicais e políticas fundamentais a serem travadas no Brasil passam inevitavelmente pela revogação da Reforma. O avanço de leis ilegítimas e antipopulares que permitem a destruição de direitos trabalhistas resultam na impossibilidade da existência de um sentido público efetivo, no que se refere ao papel do Estado, mas, igualmente, em termos de projeto de sociedade. Trata-se de um problema mundial, e que faz parte da crise estrutural e civilizacional do capitalismo, o qual caminha rumo à iminente barbárie, ameaçando o planeta como um todo.

### **Seguir lutando contra a PEC 32 ou Reforma Administrativa**

Ao contrário do que se pode imaginar, a PEC 32 segue escamoteada no congresso, à espera do momento oportuno, isto é, uma eventual distração das centrais sindicais para ser colocada em votação – viabilizando mais um ataque frontal ao servidor público e, tendo como objetivo a destruição do serviço público. A fragilização se revela em muitos níveis. Por exemplo, o risco de ter seus salários diminuídos automaticamente a cada vez que a chamada dívida pública exigir mais e mais recursos e, por “fatalidade”, os gatilhos previstos na PEC 186 forem acionados para atendê-la. Além disso, a PEC 32 faz com que servidores percam estabilidade, planos de carreira, Regime Jurídico Único, inclusive prevendo a possibilidade de dividir atividades com terceirizados ou submissão à gestão controlada por instituições privadas. A reforma significaria cada vez menos concursos públicos, praticamente extinguindo a figura do servidor público. Contribuem para isso ainda a manutenção de ataques no texto como a retirada da progressão por tempo de serviço (tratada como mais um dos “privilégios”), ao mesmo tempo em que não toca nos verdadeiros privilégios, concentrados especialmente no Judiciário e nas Forças Armadas.

**Complementam essas três tarefas uma lista de táticas de comunicação, mobilização e luta:**

- Intensificar as Jornadas de Luta em Brasília e pelo Fora Bolsonaro - A rua é o espaço de luta da categoria, portanto, ocupá-la é sempre uma construção importante - caso contrário, a classe trabalhadora e a sociedade em geral terão progressivamente perdas irreparáveis, aniquilando outros direitos conquistados no passado. Por isso, os resultados positivos das jornadas de luta em Brasília ao longo do ano passado são uma demonstração concreta do poder de organização dos servidores públicos - os quais realizaram atos e outras atividades políticas presenciais sempre atentos às orientações previstas pelos protocolos sanitários da OMS. Mas para além da PEC 32 e dos atos Fora Bolsonaro, a Jornada de luta em Brasília tem de ser um ato contínuo do movimento sindical, inclusive para ajudar na mobilização dos parlamentares estaduais em apoio às pautas de luta das seções sindicais. Fortalecer os atos requer ampliar a mobilização, assim como se faz necessário o aprimoramento da comunicação e da articulação dentro do congresso.
- Dar maior atenção às servidoras e servidores da carreira administrativa, a categoria que mais perdeu durante e pós pandemia - O trabalho remoto levou a exaustão dos Taes, com a sobrecarga de atividades, havendo o aumento de casos de adoecimento diante das pressões sofridas pelas chefias imediatas. É importante salientar que o retorno presencial tem sido conduzido de maneira atabalhoada para não dizer irresponsável pelas chefias, colocando os servidores e as servidoras em risco de contaminação do vírus da Covid 19. Por fim, não podemos deixar de falar da retomada da luta pela flexibilização na jornada de trabalho dos Taes. Uma antiga e tão cara reivindicação que precisa constar na pauta de luta da direção nacional.
- Combater o Assédio Moral - As práticas de assédio moral apresentam contornos especiais no serviço público. Não podendo demitir a servidora ou o servidor, a chefia imediata passa a humilhá-lo a fim de ocasionar sua troca de setor ou até mesmo exoneração do cargo, por exemplo. O fato é que todas as situações em que o objetivo é causar constrangimentos e humilhações injustificadas a uma trabalhadora ou trabalhador, estará configurado o assédio moral. O assédio moral por parte de um superior pode acarretar mudanças negativas também no comportamento dos demais trabalhadores, que passam a isolar quem é assediado, visando proteger seu próprio cargo - muitas vezes, reproduzindo também as condutas do agressor. Tanto a situação da flexibilização quanto a do assédio moral exigem da direção nacional respostas assertivas, além de uma rede de acolhimento e um serviço de assessoria jurídica atuante em favor das trabalhadoras e trabalhadores.
- Intensificar a Campanha Salarial - Reiteramos o posicionamento do Fonasefe: nos últimos anos, nossa categoria tem acumulado perdas salariais da ordem de 49,28%. Não tivemos durante os últimos cinco anos qualquer reajuste capaz de recuperar as perdas inflacionárias, o que fez com que os nossos salários se encontrem bastante defasados. Durante o governo Bolsonaro tivemos um expressivo crescimento da inflação, que acumula o percentual de 19,99% de perdas para o(a)s servidores público(a)s. Mediante esse cenário e com base no artigo 37 da Constituição Federal de 1988, exigimos o reajuste como concretização da isonomia entre o conjunto do(a)s servidore(a)s público(a)s.

- Acompanhar o Retorno presencial - Independentemente do que está previsto no art. 4º, § 3º da IN 90/2021, não se mostra plausível considerar como essenciais as atividades de ensino, pesquisa e extensão. Ademais, tal desvio sequer reconhece a realidade dos grupos de risco no contexto da pandemia de COVID-19. Não se valoriza a educação colocando em risco a vida da comunidade escolar. Portanto, qualquer deliberação a ser feita para o retorno presencial deve ser concebida e aprovada nos Conselhos Superiores de cada instituição, para que haja um retorno processual, coordenado e seguro, mantendo a possibilidade de trabalho remoto para os servidores que se enquadram nas hipóteses previstas pelo art. 4º, I e II, da IN 90/2021.
- Defender as propostas de racionalização e reenquadramento para os cargos do PCCTAE frente aos ataques do Governo Federal, como o decreto que extingue cargos (9262/2018), a terceirização quase completa dos cargos de nível A e B, bem como, a nova realidade do mundo do trabalho, lutando pela racionalização de todos os cargos que sejam de ingresso com nível médio para o nível D do PCCTAE;
- Analisar a possibilidade de judicialização para garantir a Racionalização dos cargos de nível de classificação "C", que possuem exigência de escolaridade de nível médio para o nível de classificação "D".
- Fortalecer a atuação das comissões de carreira do Sinasefe e garantir seus encontros periódicos independente de aprovação da DN, organizando para que seja realizado em 2023 o 3º Seminário Nacional de Carreiras do Sinasefe;
- Ampliar a luta contra o projeto de avaliação de desempenho padrão em desenvolvimento pelo governo federal, garantindo a autonomia universitária;
- Propor a retomada da mesa de negociação para recuperar a database e o *step* de 5% no PCCTAE e exigir providências no sentido de recompor as perdas dos aposentados no PCCTAE;
- Garantir que a participação em eventos de natureza sindical contém como carga horária de capacitação;
- Rever as novas atribuições dos cargos no PCCTAE frente ao fim do Ofício 015/2005 e lutar pela alteração da legislação para permitir que todos os TAE possam concorrer aos cargos eletivos da IFE, orientando as bases e manter a luta permanente quanto a Flexibilização da Jornada de Trabalho dos TAE (30H);
- Encaminhar por meio da CNS nova proposta de reestruturação da Carreira TAE, com melhoria da proposta do Incentivo à Qualificação – IQ e defender a revisão do decreto 5824/2006: Utilizar as áreas de conhecimento da CAPES na área de gestão de pessoas para análise da correlação direta e indireta IQ.
- Garantir que as atividades em comissões, pesquisa e extensão sejam incorporadas à carga horária de trabalho do servidor TAE;
- Encampar a luta pelo RSC dos TAE com proposta advinda da luta sindical;
- Lutar pela anulação da Portaria 983 - A Portaria nº 983 do Ministério da Educação, de 18 de novembro de 2020 traz uma série de problemas em seus fundamentos, principalmente a vida funcional do magistério federal e no

princípio de equidade, acarretando em prejuízos para a carreira EBTT, além de ser uma afronta a autonomia didático-científico, administrativa e de gestão financeira e patrimonial consagrados pela Lei de diretrizes e bases da educação nacional – nº 9394/1996. A Portaria ignora tanto discussões acumuladas junto ao CONIF (Conselho Nacional das Instituições da Rede Federal de Educação Profissional, Científica e Tecnológica) quanto, sobretudo, regulamentações de Conselhos Superiores das Instituições de Ensino Federal balizadas por Planos de Desenvolvimento Institucional próprios com Projeto Político Pedagógico (PPP) e Organização Didática conforme a complexidade dos desafios locais de cada uma. É fundamental retomar as articulações no Congresso para a revogação da Portaria.

- Construir junto com a população: organizar Comitês Populares de Luta – Precisamos identificar os movimentos sociais nas praças, nas ruas e em todos os lugares que se situam as seções sindicais buscando fortalecer a luta dos trabalhadores e das trabalhadoras por todo o Brasil, visando mais do que nunca transpor nossa luta à serviço da reconstrução e transformação do país. Os Comitês Populares de Luta nascem para resgatar essa energia que vem da base, para revitalizar os sindicatos e fortalecer a organização popular, essenciais para um novo projeto de desenvolvimento do Brasil a serviço da classe trabalhadora. É com a força dos sindicatos, dos militantes pela igualdade e pelos direitos das mulheres, das negras e negras, da população LGBTQIA+, das pessoas com deficiência, estudantes e professores, de todas as religiões que poderemos coletivamente mudar a realidade. Em nossa trajetória, aprendemos que só com a organização e mobilização popular é possível garantir as conquistas democráticas e impedir retrocessos como os que estão acontecendo em nosso país desde o golpe do impeachment.

**Confira todas as teses assinadas pela US#1M (acesse pelo QR Code ao lado)**

**UNIDADE SINDICAL PRIMEIRO DE MAIO E A BUSCA DE UMA NOVA ORIENTAÇÃO PARA O SINASEFE**

**EDUCAÇÃO NÃO É MERCADORIA! O SINASEFE E A EDUCAÇÃO QUE QUEREMOS**

**O GOLPE, PANDEMIA, E O AGRAVAMENTO DAS CONDIÇÕES DE VIDA DA CLASSE TRABALHADORA BRASILEIRA**

**O CAPITALISMO EM CRISE, GUERRAS E FOME**

**O SUPERMILITANTE: UMA REFLEXÃO SOBRE O PERSONALISMO NO SINASEFE**

**DIANTE DA PRECARIZAÇÃO E DESMONTE DO SERVIÇO PÚBLICO FEDERAL, O FORA BOLSONARO NOS IMPULSIONA A TOMAR DE VEZ AS RUAS**

**O PAPEL DO SINASEFE NA DEFESA DO ESTADO DEMOCRÁTICO DE DIREITO.**

**SINASEFE NA LUTA CONTRA TODAS AS FORMAS DE OPRESSÃO E DISCRIMINAÇÃO: PELA LIBERDADE DE SER QUEM SE É!**

**Assinam a tese junto com a Unidade Sindical Primeiro de Maio – US #1M:**

Aluísio Coelho - Seção Colégio Militar de Recife  
Antônio Nobre da Silva (Didi) - Seção Cáceres IFMT  
Ariovan da Silva Martins - Seção Barbacena EPCAR  
Camila Cunha - Seção Brasília IFB  
Carlos Henrique Xavier Endo - Seção IFSP  
Christian Gilioi - Seção IFSP  
Daniel Neri - Seção IFMG  
Davi César da Silva - Seção Videira IFC  
Denilza Frade - Seção IFSP  
Dhiego Glaucio - SINTEFPB  
Diego Rodolfo Simões de Lima - Seção Videira IFC  
Elenira Vilela - Seção IFSC  
Eliel Regis de Lima - Seção Cáceres IFMT  
Elizangela Maria Esteves de Barros - Seção IFSP  
Emanuel Luiz Flôres da Silva - Seção IFSC  
Felipe Lima - Seção IFES  
Francini Carla Grzeca - Seção Videira IFC  
Herlon Iran Rosa - Seção Litoral IFC  
Inez Deliberaes Montecchi - Seção Cáceres IFMT  
Isaías dos Santos - Seção Litoral IFC  
José Paulo Monteiro - Seção IFSC  
Kyanny Onofre Pompilio - Seção IFSC  
Marcelo Assunção - Seção Colégio Militar do Rio de Janeiro  
Mário Luiz - Seção Litoral IFC  
Marlene Socorro - Seção IFBA  
Matheus Santana - Seção IFBA  
Olaine Aparecida Zilio Morona - Seção IFSC  
Priscila Cardoso - Seção Litoral IFC  
Rosa Maria Mota Costa - Seção IFBA

Sérgio Rodrigues - SINTEFPB

Sílvia da Silva Seção - Seção Concórdia IFC

Tomaz Fantin de Souza - Seção IFSUL



## 014 - O SUPERMILITANTE: UMA REFLEXÃO SOBRE O PERSONALISMO NO SINASEFE

*“Olá, deixe eu me apresentar. Eu sou o Supermilitante. Eu milito. E milito muito. Estou sempre à disposição. Neste sindicato eu organizo, eu coordeno, eu represento. Eu entrevisto e eu dou entrevistas. Eu articulo, eu negocio e eu fecho acordos em nome do sindicato. Eu assino contratos, eu autorizo despesas, eu compro e eu mando pagar. Depois conto aos demais, se me perguntarem. Eu idealizo, eu planejo e eu mesmo executo. Nos eventos, eu falo pelo sindicato, depois eu falo pelo Fórum, mais tarde falo pela Central e, de der brecha, ainda falo representando a base. Eu sou “o cara” deste sindicato. E também sou a cara do sindicato. O sindicato sou eu. Muito prazer, eu sou o Supermilitante.”*

O Supermilitante é uma figura que existe em diversas organizações, sindicais ou não. Ele trabalha muito em função de sua organização, isso é inegável. O Supermilitante se doa demais a causa, às vezes, até sacrificando parte de sua vida pessoal. É um valoroso quadro, que acrescenta a luta.

No entanto, é preciso se ter claro, de que um militante, por mais aguerrido e combativo que seja, por mais disposto e articulado que possa ser, ainda assim, é limitado pelo alcance de seus dois braços. É um indivíduo e como tal, tem suas fronteiras de atuação. Reduzir o sindicato nacional a um único militante, mesmo que seja um Supermilitante, significa reduzir drasticamente o potencial de luta de uma organização, que deve prezar pela coletividade, pela pluralidade de pensamentos, pela unidade de luta e pela sinergia gerada pela força de todos os militantes.

A luta sindical é a luta coletiva. A força dos sindicatos é a força das massas. Não cabe em um sindicato a chamada “democracia representativa”, tão comum em nosso país, sobretudo nas decisões parlamentares. Sindicato é democracia direta, com assembleias, plenárias e congressos, onde a voz de cada trabalhador pode se fazer ouvir e a voz da categoria, unificada e firme, pode bradar seus anseios e sentimentos.

Muitos podem pensar: “Mas ainda bem que temos o Supermilitante! Se não fosse ele, o sindicato estaria parado! O Supermilitante carrega este sindicato nas costas!”. Estes que assim pensam, podem ter motivos para assim pensar. Mas toda a moeda tem dois lados.

Outros, também militantes e igualmente dedicados a luta da classe, ao ver a atuação onipresente do Supermilitante, podem pensar: “Mas o que eu estou fazendo aqui? O Supermilitante ocupa todas as funções, organiza todas as demandas, despacha todas as pendências e decide todas as questões. Para quê estou aqui? Não volto mais, não sou útil”.

Ainda, há aqueles que participam em um ou dois atos e no terceiro, pensam: “Mas venho até aqui para escutar sempre o Supermilitante falar, e falar sempre a mesma coisa? O que faço com minha voz? Minha função é aplaudir o Supermilitante? Não volto mais...”.

E são nestes momentos que o Supermilitante deixa de somar na luta. São nestes momentos, que a personificação do sindicato apresenta sua face mais temerária: aquela em que afasta as bases, uma vez que sua onipresença ocupa todos os espaços e sufoca os demais militantes, podendo a essência do movimento sindical, que é a luta coletiva e a movimentação de massas.

É tênue a linha entre ser um líder sindical e ser a personificação do sindicato. O líder sindical é imprescindível para planejar, organizar e orientar as ações do sindicato. Mas o líder nunca trabalha sozinho, sempre há outros líderes, sobretudo em uma instituição da abrangência de um sindicato nacional. Líderes com aptidões diferentes, cuidando de assuntos diferentes, somando suas ações para os objetivos comuns da classe trabalhadora representada.

Por sua vez, a personificação do sindicato por um Supermilitante não admite trabalho coletivo. Não admite pluralidade. A personificação é única, é individual. A personificação do sindicato substitui o largo alcance da luta coletiva pela limitação da luta individual e tende a reduzir os objetivos múltiplos de uma classe de milhares, pelos objetivos simplificados, reduzindo-se àqueles que podem ser sentidos e enxergados apenas pela personificação adotada pela supermilitância.

Este breve ensaio não é um ataque pessoal a quem quer que seja, até porque o fenômeno da personificação das instituições não é uma novidade, ao contrário, repete-se com alguma periodicidade, trocando-se os sotaques, mas mantendo-se o modus operandi. Tampouco a personificação da luta se restringe ao Sinasefe Nacional. Pelo contrário, está permeada em muitas bases, por outras organizações e pelas bases destas, em uma perfeita e democrática distribuição do problema.

Assim, ao se aproximar do fim desta reflexão, encaminha-se que:

A participação da Direção Nacional do SINASEFE em instâncias organizativas externas seja dividida entre os diretores, de modo a proporcionar a atuação de todos e desconcentrar a representação institucional;

Que o próximo ciclo de direção nacional siga com rigor o preconizado no art. 18 do Regimento do Sinasefe, o qual prevê dispositivo automático de substituição de diretores nacionais que não participam das atividades sindicais (a ausência de uns fomenta a supermilitância de outros);

Que se observe o plantão semanal para representarem o SINASEFE Nacional nos atos ocorridos naquela semana;

Que haja distribuição homogênea e paritária de gênero na condução das mesas de Plenárias, Encontros, Seminários e Congressos promovidos pela Direção Nacional do SINASEFE, afastando-se a personificação da instituição.

**Confira todas as teses assinadas pela US#1M** (acesse pelo QR Code ao lado)

**UNIDADE SINDICAL PRIMEIRO DE MAIO E A BUSCA DE UMA NOVA ORIENTAÇÃO PARA O SINASEFE**

**EDUCAÇÃO NÃO É MERCADORIA! O SINASEFE E A EDUCAÇÃO QUE QUEREMOS O GOLPE, PANDEMIA, E O AGRAVAMENTO DAS CONDIÇÕES DE VIDA DA CLASSE**

**TRABALHADORA BRASILEIRA****O CAPITALISMO EM CRISE, GUERRAS E FOME****O SUPERMILITANTE: UMA REFLEXÃO SOBRE O PERSONALISMO NO SINASEFE****DIANTE DA PRECARIZAÇÃO E DESMONTE DO SERVIÇO PÚBLICO FEDERAL, O FORA BOLSONARO NOS IMPULSIONA A TOMAR DE VEZ AS RUAS****O PAPEL DO SINASEFE NA DEFESA DO ESTADO DEMOCRÁTICO DE DIREITO.****SINASEFE NA LUTA CONTRA TODAS AS FORMAS DE OPRESSÃO E DISCRIMINAÇÃO: PELA LIBERDADE DE SER QUEM SE É!****Assinam a tese junto com a Unidade Sindical Primeiro de Maio – US #1M:**

Alúcio Coelho - Seção Colégio Militar de Recife

Antônio Nobre da Silva (Didi) - Seção Cáceres IFMT

Ariovan da Silva Martins - Seção Barbacena EPCAR

Camila Cunha - Seção Brasília IFB

Carlos Henrique Xavier Endo - Seção IFSP

Christian Gilioi - Seção IFSP

Daniel Neri - Seção IFMG

Davi César da Silva - Seção Videira IFC

Denilza Frade - Seção IFSP

Dhieggo Glaucio - SINTEFPB

Diego Rodolfo Simões de Lima - Seção Videira IFC

Elenira Vilela - Seção IFSC

Eliel Regis de Lima - Seção Cáceres IFMT

Elizangela Maria Esteves de Barros - Seção IFSP

Emanuel Luiz Flôres da Silva - Seção IFSC

Felipe Lima - Seção IFES

Francini Carla Grzeca - Seção Videira IFC

Herlon Iran Rosa - Seção Litoral IFC

Inez Deliberaes Montecchi - Seção Cáceres IFMT

Isaías dos Santos - Seção Litoral IFC

José Paulo Monteiro - Seção IFSC

Kyanny Onofre Pompilio - Seção IFSC

Marcelo Assunção - Seção Colégio Militar do Rio de Janeiro

Mário Luiz - Seção Litoral IFC

Marlene Socorro - Seção IFBA

Matheus Santana - Seção IFBA

Olaine Aparecida Zilio Morona - Seção IFSC

Priscila Cardoso - Seção Litoral IFC

Rosa Maria Mota Costa - Seção IFBA

Sérgio Rodrigues - SINTEFPB

Silvia da Silva Seção - Seção Concórdia IFC

Tomaz Fantin de Souza - Seção IFSUL



## **015 - 100 ANOS DE LUTA ANTICAPITALISTA! VIVA A CLASSE OPERÁRIA INTERNACIONAL!**

No ano da realização do 34º Congresso do SINASEFE estaremos também comemorando os 100 anos da fundação do primeiro partido político da classe trabalhadora no Brasil. Com efeito, no dia 25 de março de 1922, na cidade de Niterói, no atual estado do Rio de Janeiro, foi fundada a primeira força política que conscientemente colocava para a classe trabalhadora a luta pela plena emancipação humana. Seus fundadores foram 9 delegados representando 50 militantes: Abílio de Nequete (barbeiro de origem libanesa), Astrojildo Pereira (jornalista do Rio de Janeiro), Cristiano Cordeiro (contador do Recife), Hermogênio da Silva Fernandes (eletricista da cidade de Cruzeiro), João da Costa Pimenta (gráfico paulista), Joaquim Barbosa (alfaiate do Rio de Janeiro), José Elias da Silva (sapateiro do Rio de Janeiro), Luís Peres (vassoureiro do Rio de Janeiro) e Manuel Cendón (alfaiate espanhol). Nascia ao resplendor da revolução de outubro de 1917 que dirigida pelos bolcheviques sobre a liderança de Vladimir Lênin ousaram tomar o céu por assalto, inaugurando uma nova fase na história com o início da construção do socialismo em escala mundial.

Herdeiro das melhores tradições culturais (como a Semana da Arte Moderna que aconteceu no mesmo ano em São Paulo) e de luta da humanidade e do povo ao longo de toda sua história: desde a resistência dos povos originários, as lutas quilombolas, abolicionistas, tenentistas, as lutas trabalhistas, as guerras anticolonialistas e terceiro-mundistas de libertação nacional, as lutas republicanas e democráticas, as lutas antipatriarcais e antirracistas que hoje estão na ordem do dia e fundamentalmente, socialistas e comunistas! Realizando uma síntese concreta, sempre inacabada, daquilo que de melhor é construído na práxis da humanidade a cada momento da história. Guiado pelo marxismo-leninismo, como teoria viva, que se enriquece e renova permanentemente, conservando seus pilares fundamentais. Contribui decisivamente na construção do movimento operário como sujeito político da nossa história, com mais ou menos acerto, mas sem claudicações, apesar de todos os golpes que recebeu do inimigo de classe: o imperialismo e a burguesia local.

Homenageamos a todos/as os/as mártires desta grande façanha histórica! Profundamente internacionalista, com a compreensão que a revolução social é tarefa de várias gerações e toda uma época histórica, e não um episódio isolado, espontâneo, numa ou outra formação econômico-social.

### **Conjuntura nacional**

100 anos têm passado daquele momento fundacional e hoje temos à frente as tarefas de reorganização da classe trabalhadora, acabar com o governo genocida e abrir um novo horizonte para as lutas sociais e políticas pelo Poder Popular e o socialismo.

O ciclo da Nova República está marcado pela presença do movimento dos/as trabalhadores/as pautado inicialmente pelas concepções do "Novo" sindicalismo. Este foi um movimento reativo ao sindicalismo da Era Vargas pautado pelo controle estatal-patronal dos sindicatos, a partir do Ministério do Trabalho por diversos mecanismos de repressão e cooptação.

A concepção de um sindicalismo autônomo, de base que privilegia as formas de ação direta, ganha hegemonia no processo de reorganização da classe trabalhadora na saída da ditadura empresarial-militar. Desse sindicalismo surgiu um partido político de massas, organizado em torno de uma liderança carismática, que chegou até à presidência da república pelos caminhos eleitorais e praticou uma política de conciliação de classes, outrora repudiada.

Os equívocos da política sindical de apassivamento e amoldamento à ordem ficaram mais evidentes a partir de 2013 quando massas populares se mobilizaram em quantidade de milhões e entraram na cena política. Setores normalmente desavisados do movimento sindical chegaram até avaliar erroneamente que estávamos diante de uma situação pré-revolucionária e que estava na hora de “botar todo mundo fora”, levantando a palavra de ordem anti-política “fora todos”, fazendo mais uma vez o jogo das forças da reação e do imperialismo.

O golpe institucional de 2016 encerrou um ciclo da vida política na nossa sociedade. As causas que o motivaram são diversas, com destaque para o imperialismo através da ação dos grandes capitalistas “nacionais” e das próprias opções realizadas pelas forças políticas do bloco no governo de conciliação de classes (particularmente o PT e o PCdoB).

Este golpe por sua vez mostrou a falência da política de conciliação de classes e do apassivamento dos movimentos sociais, em particular do movimento sindical organizado na CUT. As mobilizações de junho de 2013 demonstraram que havia e ainda há uma massa de trabalhadores precarizados que não estão mais organizados e disciplinados nas entidades sindicais e populares tradicionais. Os processos de reestruturação produtiva junto com a política de colaboração de classes dos governos do PT e seus aliados, e a crise econômica agravada pelo colapso da bolha imobiliária de 2008, estão entre os fatores que provocaram essa explosão social.

As mobilizações de 2013 por “mais direitos” foram redirecionadas pelos setores conservadores e da grande mídia no sentido da luta contra a “corrupção”, como sendo, esta a causa principal de inviabilizar a pauta por “mais direitos”. Daí o “lavajatis-mo” dos procuradores, da justiça e da polícia federal, que tem na figura do juiz Sérgio Moro sua maior expressão. Na sequência aconteceu um giro brusco da conjuntura, um movimento de caráter reacionário, anti-petista e anti-esquerda, com base nas massas populares na última eleição que deu sustentação ao governo Bolsonaro.

Este movimento reacionário com bases populares, onde igrejas evangélicas ocupam um lugar organizador, encontrou em Bolsonaro, um militar nostálgico da ditadura empresarial-militar, um condutor. Os grandes capitalistas emplacaram um ultra-neoliberal, admirador das contrarreformas neoliberais da ditadura chilena, como figura principal para implementar e acelerar as contrarreformas neoliberais que ainda estavam pendentes. O presidente Bolsonaro não oculta que seu objetivo maior é uma ditadura sustentada na “classe” militar. Se isto não aconteceu foi pela própria recusa dos mandos militares aliada à falta de apoio internacional, particularmente dos EUA. Há também certa resistência institucional, além da decisiva mobilização social - ainda que em circunstâncias difíceis - que tem colocado limites às ambições ditatoriais.

Com o golpe institucional se abriu um processo de agudização das contrarreformas: a Emenda Constitucional (EC) 95 do novo regime fiscal (o teto dos investimentos sociais), a mudança da CLT flexibilizando e precarizando a contratação de tra-

balhadores, mais uma reforma do regime previdenciário que originariamente apontava a implementação integral do regime de capitalização, a proposta de dar continuidade à reforma gerencial do Estado - iniciado na gestão FHC - com a PEC da reforma administrativa (a famigerada PEC 32).

Também houve uma retomada da política de privatizações das empresas e bancos estatais que ainda continuam sob a propriedade do Estado. Estão previstas para serem privatizadas a Eletrobras e os Correios. A Petrobras, por sua vez, continuou a ser desidratada com a venda das refinarias e outras empresas colaterais. Esta última passou de uma forma mais decidida a operar para gerar lucros aos investidores privados, com a política de paridade dos preços dos combustíveis com os valores internacionais. Aliás, este último é uma das causas do atual processo inflacionário.

A pauta dos costumes, da moralidade, que estava na base deste processo político, foi ficando num segundo plano, em parte pela resistência popular. Assim, o projeto "Escola sem partido" perdeu força, ainda que não se possa dizer que não está latente nas propostas dos "bolsonaristas", e/ou que também seja desviada taticamente para o projeto das "Escolas cívico-militares". O maior exemplo da desidratação desta pauta é a própria saída do ex-juiz Sérgio Moro do governo.

Entretanto, traços fascistas estão presentes em atitudes de figuras políticas e das mídias sociais da base social que gerou o atual governo. Assim, por exemplo, recentemente o comentarista de um programa do canal de televisão Jovem Pan News, Adrilles Jorge, fez uma saudação nazista (que provocou sua imediata demissão). Nesse mesmo programa foi defendida a existência de um partido nazista. Como se fosse pouco, o deputado federal Kim Kataguiri (Podemos-SP) chegou a dizer, nesse mesmo programa, que a Alemanha estaria errada em criminalizar o nazismo. Este último, foi um dos jovens liberais-conservadores fundadores do Movimento Brasil Livre, um dos movimentos que promoveu as manifestações de rua e campanha política em favor do golpe institucional contra a ex-presidente Dilma. O deputado é um jovem liberal, partidário das ideias econômicas da escola austriaca. Pode ser observado aqui, mais uma vez, o casamento entre as ideias "liberais" e o fascismo e nazismo, que caracteriza este governo.

Esta pauta conservadora, e até fascista, continua presente e avança nas universidades com a constituição por parte de um grupo de reitores "bolsonaristas" de uma entidade própria, a Associação dos Reitores das Universidades do Brasil (Afebras) que conta no momento com seis instituições federais para representar junto ao Ministério da Educação (MEC). Estas instituições são: Rural do Semi-Árido (Ufersa), do Ceará (UFC), do Vale do São Francisco (Univasf), de Itajubá (Unifei) dos Vales do Jequitinhonha e Mucuri (UFVJM) e Rural da Amazônia (Ufra). Os reitores dessas universidades foram designados sem respeitar a lista triplíce, ainda que há outros reitores designados sem respeitar a lista triplíce que não integram esta nova entidade.

Neste mesmo campo, das práticas de ódio contra as mulheres, LGBT+, negros e povos originários, cabe destacar um episódio que aconteceu recentemente na cidade do Rio de Janeiro. Fazemos referência ao brutal assassinato por espancamento do trabalhador migrante congolês Moïse Kabagambe, quando este cobrava o pagamento de dívidas referentes ao seu trabalho realizado, alias sem trabalho sem carteira assinada.

No campo da economia, o PIB do ano de 2021 experimentou um crescimento em torno do 4,5%, quando no ano anterior teve uma queda de 4,1% e no ano de 2019 tinha tido um crescimento de apenas 1,2%. Para o ano de 2022 está sendo estimado um crescimento ínfimo de 1% ou até crescimento negativo. A inflação aumentou até a taxa de 10,06%. Para enfrentar a alta da inflação, a taxa de juros Selic tem aumentado de 2% em janeiro do ano de 2021 até 10,75% no momento atual.

Do ponto de vista social, a taxa de desemprego está em quase 12%, uma das maiores taxas do mundo, o que significa, pelos dados oficiais, 12 milhões de desempregados. Os desalentados, ou seja, aqueles que já desistiram de buscar emprego, somam quase 5 milhões. A informalidade está um ponto acima dos 40%. Estes dados mostram a tragédia social da gestão econômica ultra-neoliberal do ministro Guedes e sua equipe. Pesquisas como o "Inquérito Nacional sobre Insegurança Alimentar no Contexto da Pandemia da Covid-19 no Brasil" da Rede Pessan (Rede Brasileira de Pesquisa em Soberania e Segurança Alimentar e Nutricional), tem demonstrado que a metade da população não tem acesso pleno e permanente à alimentação. Desse grupo de um pouco de mais de 100 milhões, 20% tinham insegurança alimentar grave ou moderada e quase 20 milhões estavam passando fome.

## **A construção de frentes de luta e a perspectiva de um ENCLAT**

O fato importante desta conjuntura foi a conjunção de esforços em frentes de unidade política para enfrentar toda essa situação. Por um lado, uma ampla frente de organizações políticas, sindicatos e movimentos sociais se organizaram em torno de uma plataforma mínima com a pauta: Fora Bolsonaro! Nessa frente, além da ação conjunta, ficaram em evidência diferentes táticas de luta. Em grandes linhas, um grupo majoritário apostou na mobilização e ação institucional para desgastar o governo, na perspectiva de levar a luta para o jogo eleitoral no ano de 2022. Outros grupos, entre eles a Unidade Classista, apostou na ação das massas populares na rua, para acabar com o governo e a política que este representa. Durante algum tempo do ano de 2021, a partir do mês de maio, esta última tática conseguiu prevalecer até o mês de novembro. Assim foram realizadas várias manifestações a cada mês, com uma importante participação de entidades e movimentos. Entretanto, acabou que a mobilização não foi suficientemente potente para provocar a queda do presidente Bolsonaro. Para continuar avançando por este caminho de mobilização popular é fundamental que as centrais sindicais atuem de uma forma mais decidida. Se faz necessário dar um salto de qualidade, passar das mobilizações de rua para as greves até chegar a construção de uma greve geral.

Cabe destacar a constituição do Fórum Sindical, Popular e de Juventudes por direitos e liberdades democráticas, no ano de 2019, como importante espaço de reorganização da nossa classe. Trata-se de uma iniciativa que envolve sindicatos, movimentos sociais e forças políticas, para não apenas enfrentar o governo Bolsonaro, mas também para apontar para a reorganização e participação da classe trabalhadora na cena política, com sua pauta de reivindicações e propostas programáticas. Trata-se de apontar para a construção de um ENCLAT – Encontro Nacional da Classe Trabalhadora, que dê início a um amplo processo de reorganização das forças dos/as trabalhadores/as. Sem a classe trabalhadora no centro da cena política não há saídas efetivas para a crise política, social e econômica.

O Fórum Sindical, Popular e de Juventudes planeja um Seminário nacional para o mês de maio. A finalidade é fazer um balanço do processo da entidade desde sua constituição em 2019 e definir os caminhos para ser um instrumento efetivo de reorganização da classe trabalhadora.

Nesta linha cabe mencionar a proposta do Fórum das Centrais Sindicais, integrado por 10 centrais sindicais (CSB, CSP-Conlutas, CTB, CUT, Força Sindical, Intersindical - Central da Classe Trabalhadora, Intersindical - Instrumento de Luta, NCST, Pública - Central do Servidor e UGT), que convocou para os dias 7 e 8 do mês de abril para uma Conferência Nacional da Classe Trabalhadora (CONCLAT). Aqui, como aconteceu com o Encontro Nacional dos Servidores Públicos (realizado pelo Fonasefe e as Centrais Sindicais nos dias 29 e 30 de junho de 2021), estamos novamente com um evento organizado de cima para baixo, neste caso, com a finalidade eleitoral de apresentar aos candidatos à presidência uma pauta mínima da classe trabalhadora. Apesar desta considerável limitação do evento, é importante participar e batalhar para avançar efetivamente no processo de reorganização da classe trabalhadora e na construção de um ENCLAT.

Destacamos a realização da Plenária Nacional em defesa da Educação Pública, em março de 2021, que foi um evento importante que aprovou a Carta de Trabalhadoras e Trabalhadores da Educação e de Estudantes ao povo brasileiro. Outras plenárias desta natureza precisam acontecer, mas ainda neste ano, devido a intensidade da agenda de lutas em defesa da Educação Pública e contra a PEC 32, não foi possível organizar o IV ENE.

### **A luta dos SPFs contra a PEC 32 e a construção da greve unificada**

O FONASEFE, junto com o Fórum das Centrais Sindicais, organizou nos dias 29 e 30 de junho de 2021, o Encontro Nacional dos trabalhadores e trabalhadoras do Serviço Público que aprovou um plano de luta contra a PEC 32 e uma paralisação nacional. Entendemos que o resultado ficou aquém das possibilidades pela preocupação das centrais e federações de amarrar todo o processo de cima para baixo, com pouco espaço para as construções pela base nas reuniões preparatórias. Entretanto mostrou um caminho, neste caso, de organização um efetivo Enclat setorial, num processo de baixo para cima.

A luta contra a Reforma Administrativa, com seus altos e baixos, aponta para se constituir numa das poucas lutas nas quais possamos contar com um saldo vitorioso. Sem dúvida um fator relevante e que devemos aprender desta experiência, é o fator da unidade. O FONASEFE junto com FONACATE, com o apoio, ainda que vacilante do Fórum das Centrais Sindicais, têm conseguido, até o momento, conter no Congresso o trâmite da PEC da contrarreforma administrativa. Não podemos ficar de braços cruzados: estes projetos são projetos de ataque à nossa classe e de continuidade da reforma gerencial do Estado formulada no primeiro governo de FHC que vem sendo implementada governo após governo, em momentos diversos.

O FONASEFE indicou a construção de uma greve unificada dos(as) servidores(as) públicos federais por uma pauta reivindicativa emergencial de reposição das perdas salariais deste último período de governo (2019 - 2021), estimada em 19.99%, junto ao arquivamento da PEC 32 (Reforma Administrativa) e a revogação da Emenda Constitucional 95 (congela investimentos nas áreas de Saúde e Educação por 20

anos). A reivindicação do 19,99% de reposição salarial unifica todas as categorias dos SPFs, entretanto as perdas salariais da nossa categoria são muito maiores, seja pela contrarreforma da previdência que aumentou a alíquota de 11% para 14% para as maiores remunerações, seja pelo congelamento da tabela do imposto de renda que penaliza os salários baixos, entre outras situações particulares na rede federal.

A construção da greve é um momento ímpar para fazer o necessário trabalho de politização da base. A construção de pautas locais para o urgente retorno presencial às aulas, que apontem para os problemas de infraestrutura que se deterioraram ainda mais nestes últimos anos de falta de investimento. Temos que lutar por recursos e políticas de assistência estudantil para garantir o acesso e permanência dos estudantes. Além do objetivo da politização da base, a construção da greve e mobilização dos SPFs é importante para acentuar o desgaste do governo, e já que há uma grande unidade entre as diversas forças políticas, então tudo o que não seja conquistado agora fica para a reconstrução do movimento paralista no próximo governo.

### **Crise sanitária e retorno presencial**

Evidentemente, a conjuntura nestes dois últimos anos esteve atravessada pela crise sanitária provocada pela pandemia do vírus Covid-19, que ainda não acabou. Foi, e continua a ser ainda, uma crise mundial, produto da agressão à natureza, pela incessante conquista e colonização de novos territórios para a valorização do capital. Enquanto que em países organizados, com elementos de planejamento social, como Cuba, China e Vietnã, conseguiu-se proteger com bastante eficácia a sua população, em outros, como no nosso caso, prisioneiro da ideologia ultraliberal e do negacionismo científico, ocorreu e ainda ocorre uma catástrofe, um genocídio que levou à morte mais de 657.000 pessoas, fundamentalmente população idosa, pobre e negra. A crise evidenciou a importância dos investimentos sociais em ciência e tecnologia para produzir medicamentos, tratamentos e vacinas, junto com uma robusta rede sanitária pública articulada em torno do SUS, 100% público e estatal.

Tem havido muita resistência e luta para enfrentar ao mesmo tempo as demandas para o retorno ao trabalho presencial sem segurança e/ou para impedir de fazer da crise sanitária uma “oportunidade de negócios” para lucrar, como, no caso do setor da educação, com as plataformas digitais para aulas remotas. Aconteceram greves de resistência, geralmente greves isoladas, em escolas, institutos federais e universidades que resistiram bravamente ao retorno presencial quando ainda não estão dadas condições mínimas de biossegurança.

Apesar da campanha de negacionismo do governo federal contra a vacinação, 80,4% da população já recebeu pelo menos uma dose da vacina contra a Covid-19. 70,8% estão com o primeiro ciclo vacinal completo, ou seja, receberam as duas doses ou a dose única da Janssem. Além disso, 25,3% já receberam a dose de reforço da vacina. Assim, pode ser verificado que a população apoia a vacinação e as medidas de cuidado da saúde.

Entendemos que na medida que a pandemia evolui para um endemia, caso se confirme, é imprescindível garantir a segurança no retorno presencial. Os locais de trabalho, ainda que sucateados pela falta de investimento nestes últimos anos, precisam ser ocupados, até para poder organizar as lutas pela recomposição orça-

mentária e reposição das perdas salariais. O “modelo” de aulas remotas não é o modelo educacional que defendemos, pelo contrário é o “modelo de negócios” dos empresários capitalistas para uma educação aligeirada, porém altamente rentável, ao serviço da formação de trabalhadores precarizados e empreendedores.

### **As lutas para o próximo período**

As lutas do próximo período devem continuar a privilegiar a derrubada do governo Bolsonaro/Mourão/Guedes, a construção de uma greve geral apontando para uma saída da atual crise política que tenha como objetivo enfrentar os principais problemas da classe trabalhadora, dos segmentos populares e das camadas médias, com uma perspectiva de ruptura com as políticas neoliberais, o capitalismo e o imperialismo. Uma saída democrática no sentido forte desta expressão, que coloque no centro da cena política a classe trabalhadora, sua organização política e consciência social, isto é, o Poder Popular.

No cenário eleitoral que se desenha, caso sejam respeitadas as regras institucionais pelas forças bolsonaristas, é fundamental a preservação da independência de classe do movimento dos/as trabalhadores/as. Não se trata de defender uma suposta neutralidade, impossível numa sociedade atravessada pela luta de classes, mas de estabelecer as devidas mediações entre os partidos, as instâncias institucionais burguesas e os movimentos populares e sindicais. Por esta elementar razão, se faz necessário avançar na construção de um ENCLAT, que faça uma síntese da atual etapa histórica de luta da classe trabalhadora, levante uma plataforma reivindicativa e um programa de soluções para enfrentar a crise geral que está estabelecida. Também, nesta direção da unidade sindical e popular, entendemos importante dar continuidade em um nível superior, às experiências unitárias setoriais realizadas nestes últimos tempos tais como o Encontro Nacional dos trabalhadores e trabalhadoras do Serviço Público e a Plenária Nacional em defesa da Educação Pública.

Também avançar na reorganização da CNESF (Confederação Nacional de Entidades dos Servidores Públicos Federais) e a sua transformação em CNESP (Confederação Nacional de Entidades do Serviço Público) agrupando os sindicatos dos SPFs das três esferas do governo e inclusive dos/as trabalhadores/as das empresas estatais, como definido no encontro de entidades de trabalhadores do serviço público realizado em novembro de 2019.

No campo da defesa dos serviços públicos e das empresas estatais, continuar com a luta contra a PEC da reforma administrativa e as privatizações da Eletrobras e dos Correios, além da reestatização da Petrobras e sua orientação como empresa a serviço do povo. Também é fundamental a defesa do SUS público, estatal e gratuito.

Na educação, enfatizamos o retorno às aulas presenciais com medidas de proteção de biossegurança, a luta salarial e por condições dignas de trabalho, o enfrentamento ao projeto educacional conservador-autoritário, negacionista, em todas suas formas, junto com a defesa da Escola Popular como projeto da classe trabalhadora para enfrentar o projeto da Escola do Capital. Precisamos investir na construção do próximo IV ENE.

É preciso lutar contra o agronegócio e sua política de genocídio dos povos tradicionais e originários; defender as demarcações das terras indígenas e lutar contra

o Marco Temporal. Também é fundamental enfrentar as políticas de desmatamento da Amazônia e das florestas e pela reforma agrária popular e lutar contra o projeto de lei 6299 (PL do veneno) recentemente aprovado na Câmara dos Deputados.

Não menos importantes são as lutas em torno da pauta de enfrentamento ao racismo e as lutas antipatriarcais do movimento feminista e LGBTQ+. No último 4 de dezembro foram realizados atos convocados pelo movimento de mulheres e feminista com a palavra de ordem "Ele nunca mais", numa tentativa de recolocar o movimento feminista nas lutas políticas. Lembramos o grande impacto que teve o movimento "Ele não!" das últimas eleições contra a candidatura de Bolsonaro.

**Unidade Classista**

**Futuro socialista!**

Unidade Classista - Corrente Sindical

## **016 - Construir no Sinasefe um "Polo por uma alternativa Socialista e Revolucionário"**

O fato político mais importante em nosso país no último período foi a retomada das mobilizações populares. Foi o reflexo das revoltas populares que vimos no Chile a partir de 2019, nos EUA em 2020, no Paraguai, no Peru e na Colômbia, para falarmos apenas de alguns países das Américas. Centenas de milhares de pessoas, com a juventude à frente, estão saindo às ruas em inúmeras cidades do país, exigindo vacina para todos, auxílio emergencial de R\$ 600, emprego e direitos e, acima de tudo, dando vazão ao grito de "**Fora, Bolsonaro!**", colocando na ordem do dia a luta para botar pra fora já o genocida e todo seu governo.

Por outro lado, esse cenário também reafirma a necessidade e a importância de uma alternativa socialista à barbárie promovida pelo capitalismo. Para enriquecer um punhado de banqueiros e grandes empresários nacionais e estrangeiros, este sistema impõe a trabalhadores e pobres genocídio, desemprego, precarização do trabalho e baixos salários; violência e opressão racistas, machistas, capacitistas, xenófobas, lgbtifóbicas; destruição do meio ambiente e ataques aos povos da floresta; corrupção, rapina, espoliação; e ataques à soberania dos países mais pobres.

### **Colocar para fora Bolsonaro e Mourão – a tarefa mais urgente...**

Fazer corpo mole na luta pelo "Fora Bolsonaro" hoje, esperando derrotá-lo com as eleições de outubro de 2022 como vemos setores da esquerda brasileira fazer, é uma política criminoso, pois ignora a tragédia que ele impõe à população agora. É também perigosa, porque subestima o perigo que representa um governo que trabalha todos os dias para implantar uma ditadura no país.

Colocar para fora Bolsonaro e seu governo é o desafio mais urgente que a classe trabalhadora tem neste momento e, portanto, que suas organizações também têm. Por isso, é necessário seguir fortalecendo uma ampla unidade de ação na luta para continuar ocupando as ruas, mas não só. Já passou da hora de a direção das grandes centrais sindicais e dos partidos de oposição se lançarem a construir uma greve geral, parar o país, as fábricas e as grandes empresas, fazer doer no bolso dos patrões para forçá-los a retirar a sustentação que ainda dão a Bolsonaro.

### **...mas, para mudar o Brasil e o mundo, é preciso lutar pelo socialismo**

Os mais de 4 milhões de mortos e as centenas de milhões que perderam o emprego e, com ele, a fonte do sustento de suas famílias são apenas as duas expressões mais visíveis dessa catástrofe que atinge hoje toda a humanidade: a pandemia de COVID-19 e a brutal crise da economia. A pandemia e a crise econômica aprofundam e aceleram todas as mazelas que já afligiam a vida dos trabalhadores e do povo pobre. Aprofundam e ampliam a precarização do trabalho, a fome e toda sorte de discriminação e violência, sem falar na destruição da natureza.

Nada disso é resultado inevitável da doença causada pelo Coronavírus, da ausência de recursos econômicos para assegurar condições dignas de vida às pessoas ou de ação da própria natureza. A origem de todas essas mazelas é o sistema em que vivemos, o capitalismo, que não hesita em jogar à morte milhões de seres humanos para garantir superlucros aos grandes laboratórios farmacêuticos e aos que ganham dinheiro com serviços privados de saúde. Não hesita em privar centenas de

milhões de pessoas de emprego, direitos e socorro emergencial aos que necessitam diante da crise, para assegurar os ganhos astronômicos dos bancos e das grandes empresas. Não hesita em manter um padrão de produção e consumo que aumenta de modo infinito a fortuna das grandes corporações econômicas, ainda que isso leve à destruição do planeta em que vivemos.

Nesse sistema, cuja base é a propriedade privada dos grandes meios de produção e troca, o que importa é concentrar cada vez mais a riqueza nas mãos de poucos, negando à classe trabalhadora e ao povo pobre – a ampla maioria da população – condições mínimas de vida digna. Situação ainda mais insuportável é imposta aos setores oprimidos da nossa classe, negros e negras, mulheres, pessoas com deficiência, imigrantes, povos originários, pessoas LGBTI, que estão sujeitas a todo tipo de discriminação e violência. As instituições do Estado não protegem a população, mas sim os interesses dos ricos. Em nosso país, vivemos tudo isso de forma concentrada: pela espoliação do país, praticada pelas multinacionais e pelo sistema financeiro internacional; pela ganância e covardia da burguesia e das elites do país; e pelo caráter genocida e antitrabalhador do governo Bolsonaro, que encarna como nenhum outro a verdadeira natureza do capitalismo.

Por isso, ao mesmo tempo que lutam neste momento – por vacinas para todas e todos, auxílio emergencial para quem precisa, emprego e direitos para nossa classe e para colocar para fora Bolsonaro e Mourão –, os trabalhadores e a juventude do nosso país não podem perder de vista a necessidade de acabar com o capitalismo. Mais do que nunca, é necessário levantar bem alto a bandeira do socialismo e da revolução.

### **Um projeto socialista e de classe ou um projeto capitalista de conciliação com empresários e banqueiros?**

De fato, já vivemos no Brasil uma antecipação da campanha eleitoral. As várias candidaturas apresentadas representam, cada uma delas, alternativas políticas para governar o país. Bolsonaro está em franca campanha para reeleição. Setores do empresariado buscam viabilizar uma “via de centro” ou “terceira via”. Na outra ponta, a direção do PT apresenta Lula como a candidatura de uma frente ampla com a burguesia contra Bolsonaro em 2022.

Sabemos que Lula e Bolsonaro não são a mesma coisa. Bolsonaro defende a implantação de uma ditadura no país e trabalha para isso o tempo todo, e não se pode subestimar a importância de derrotá-lo. Mas isso não nos desobriga de constatar que nenhuma dessas alternativas atende aos interesses da classe trabalhadora, porque todas elas mantêm o sistema capitalista e, com ele, toda exploração e opressão contra a classe trabalhadora e o povo pobre, porque é da natureza desse sistema. Para governar o país, não serve o mesmo critério de unidade ampla que é necessário para a luta contra Bolsonaro. É fundamental o critério da independência de classe. E não é por capricho, é por necessidade.

Sabemos que para mudar de verdade o país e a vida do povo é necessário adotar medidas que começam com a simples revogação das reformas trabalhista e da Previdência; a garantia de salário mínimo digno (Dieese); a garantia de direitos e emprego digno a todas e todos, acabando com a “uberização” do trabalho; a redução da jornada de trabalho e investimento para garantir o emprego para todas e todos; a reestatização do que foi privatizado; a suspensão do pagamento da dívida pública

aos bancos para que haja recursos para saúde, educação, moradia, transporte; o fim da agressão sistemática aos povos indígenas, às comunidades quilombolas e camponesas e à destruição da natureza para favorecer grandes empresários do agronegócio, da mineração e da energia; a realização de uma reforma agrária que assegure terra e condições de produção aos camponeses pobres; o fim do genocídio praticado pelas forças policiais contra a juventude negra e pobre da periferia dos centros urbanos, a desmilitarização das PMs; etc.

Como um governo de aliança com banqueiros e grandes empresários tomará qualquer uma dessas medidas se todas elas atacam diretamente os interesses desses mesmos capitalistas?

Se já não tomaria medidas básicas como essas, um governo junto com a burguesia jamais adotaria medidas ainda mais profundas, que atacassem diretamente a grande propriedade para tornar coletiva (da população) a propriedade da terra, dos bancos, das fábricas e das grandes empresas. E essas medidas são imprescindíveis para acabar com a destruição da natureza promovida hoje pelo capitalismo e para colocar os recursos e a riqueza do país a serviço da garantia de vida digna à população, e não de lucro para multinacionais, banqueiros e grandes empresários.

Um governo de conciliação de classes, como vimos nos mais de 13 anos que o PT governou junto com os mesmos empresários e políticos com quem pretende se aliar agora de novo, é incapaz de aplicar um programa que mude de verdade o país e a vida do povo. Ao manter o sistema capitalista, mesmo as concessões feitas aos setores mais pobres não serviram para acabar com a pobreza, mas só para eternizá-la, mantendo-a em limites que evitem uma convulsão social que ameace a dominação burguesa sobre o país.

A direção do PCdoB e a maioria da direção do PSOL, ao apoiar o projeto petista, acabam, na prática, abandonando também a luta contra o capitalismo. Deixando de lado o critério da independência de classe, fazem o mesmo com a luta pela construção de uma alternativa socialista e revolucionária para o país. Assumem como horizonte da sua luta o que é possível fazer por meio das eleições, que são controladas pelos donos do dinheiro, como não pode deixar de ser no capitalismo. Sabemos que enquanto a classe trabalhadora não estiver pronta para disputar o poder pela luta direta, a disputa eleitoral pode e deve ser utilizada, seja para disputar a consciência e o voto da população para uma alternativa socialista e revolucionária, seja para combater as falsas promessas e ilusões que a burguesia e os conciliadores difundem. Mas a experiência já demonstrou à exaustão que eleições não são um caminho para mudar, e sim para "legitimar" o sistema.

Para mudar a vida do povo, não basta mudar o governo atual: é preciso mudar todo o sistema, acabar com o controle da burguesia e do imperialismo sobre o nosso país, acabar com o capitalismo. Não atingiremos esse objetivo com as eleições. Para isso, é preciso fortalecer a luta, elevar a consciência, avançar a organização independente da classe trabalhadora, da juventude e dos setores mais marginalizados e oprimidos da população.

## **Socialismo e Revolução**

Para acabar com o controle que essa classe dominante tem sobre o país, é necessário fazer uma revolução dos "de baixo" para derrubar os "de cima", uma revolução socialista para jogar por terra as instituições deste Estado que aí está

e mantém o povo subjugado pelos bancos e pelos grandes empresários. É preciso fazer isso para que classe trabalhadora e o povo pobre possam assumir o controle do poder político e governar o país: um governo socialista, da classe trabalhadora e do povo pobre.

Só assim nosso povo poderá viver em uma sociedade que acabe com toda forma de exploração e opressão, onde os recursos naturais do país e a riqueza produzida pelo trabalho do povo sejam todas utilizadas para garantir vida digna a todas e todos, onde seja assegurada a preservação do meio ambiente. Uma sociedade que ponha fim em toda forma de opressão e discriminação, como o racismo, o machismo, a lgbtifobia, a xenofobia etc. Uma sociedade que respeite os direitos das populações tradicionais, dos povos indígenas, das comunidades quilombolas, assegurando demarcação, titulação e posse de suas terras e respeitando sua cultura e seu modo de vida. Uma sociedade que acabe com toda a violência contra os setores mais desprotegidos e que assegure a todas e todos não apenas condições materiais para uma vida digna, mas também acesso ao conhecimento, à cultura, ao lazer e a toda liberdade necessária para sua realização plena como seres humanos.

O socialismo que defendemos rejeita o autoritarismo burocrático da experiência stalinista. Nele, o poder deve ser exercido com democracia operária, pela auto-organização da própria classe e da juventude (como em conselhos populares, por exemplo) de modo que sejam os trabalhadores e o povo que decidam de forma efetiva o que fazer e como fazer no país.

### **O Sinasefe precisa de um “Polo por uma alternativa Socialista e Revolucionário” para levar adiante as lutas**

Aquelas e aqueles que assinam esta Tese o fazem por entender a importância e a urgência de construir essa **alternativa Socialista e Revolucionária para o nosso país e para o Sinasefe**. E chamam a organizar um Polo que aglutine todas as forças que se comprometam com essa construção por compreender a necessidade de unir todas as forças, de todas e todos que querem, de forma honesta, acabar com as mazelas que o capitalismo impõe à nossa classe e à juventude e que defendem um futuro socialista e comunista para a humanidade. Esse é o objetivo deste manifesto.

Dirigimos esse chamado a todo o ativismo das lutas dos trabalhadores e da juventude, aos que estão nas ruas lutando para colocar pra fora Bolsonaro e Mourão; que estão na luta por condições dignas de vida e trabalho, contra o racismo, o machismo, o capacitismo, a xenofobia e a lgbtifobia; em defesa dos povos indígenas, dos quilombolas, das populações tradicionais e do meio ambiente. É um chamado aos movimentos e às organizações, inclusive os que não têm caráter partidário, que lutam pela transformação da sociedade injusta e desigual na qual vivemos. É um chamado também aos ativistas que militam nas organizações sindicais, nos movimentos sociais e nos partidos políticos, mas não concordam com o limite da institucionalidade burguesa que seus dirigentes impõem a estas organizações.

A alternativa que precisamos construir não pode ser simplesmente para as eleições. Não pode ter a perspectiva da conciliação de classes, do salvador da pátria, da manutenção e da defesa da ordem vigente. Nós estamos propondo outro caminho: construir um Polo por uma Alternativa Socialista e Revolucionária para o nosso país e para o Sinasefe.

Convidamos a todas e todos que concordam com a proposta que apresentamos aqui a juntarem-se a nós na construção dessa alternativa política para o nosso país e para o Sinasefe – processo no qual debateremos, de forma coletiva, um programa socialista para o Brasil e uma alternativa classista e socialista para o Sinasefe.

**ASSINAM:**

Fernanda Rosá – IFSC

Oscar R. Junior– IFSC

Patricia Andrade - IFES

Moisés Queiroz – IF Santa Teresa /ES

Raimundo Nonato da Silva – IF santa Teresa /ES

Raimundo Conceição - IFSE

Elisa Guimarães – Colégio Pedro II

Mari Jardineiro - Colégio Pedro II

Luiz Sergio - Colégio Pedro II

Albano Teixeira - Colégio Pedro II

Leandro Vendramin - Colégio Pedro II

Alexandre Elias – IFF Fluminense

Marcelo Teixeira – Colégio Militar PE

Claúdio RC Fonseca– Colégio Militar PE

Acácio Tarciso – IfPA

Humberto Brito – IFPA

Renan Cunha – IFPA

Zeca Conceição – IFPA

Claudicea Durans – IFMA – Campus Monte Castelo

Jean Magno – IFMA – Campus Maracanã

Ramon Zapata - IFMA

## **017 - SINASEFE COMO INSTRUMENTO DE LUTA DOS EDUCADORES FEDERAIS E DA CLASSE TRABALHADORA BRASILEIRA**

Tese de conjuntura da Unidos pra Lutar ao 34º Consinasefe

Prezadas e Prezados colegas educadores da Educação Básica, Técnica e Tecnológica da Educação Federal, os professores que assinam essa tese são militantes da tendência sindical **UNIDOS PRA LUTAR** que atua no interior da CSP-Conlutas e em diversas categorias da classe trabalhadora brasileira. **Somos defensores de um movimento sindical classista, autônomo, democrático e de combate**, e, acreditamos, que o nosso SINASEFE é uma importantíssima ferramenta em defesa da educação pública, na promoção do avanço científico e tecnológico do país e na emancipação dos trabalhadores brasileiros.

### ***Conjuntura internacional: um sistema em decadência***

A pandemia da Covid-19 causou a morte de milhões de trabalhadores e aprofundou a crise estrutural do capitalismo que se manifesta em todos os aspectos da vida: econômica, sanitária, social, cultural, ambiental e política.

No último período, a barbárie capitalista, escancarada pela pandemia, não foi capaz de garantir o direito à vida digna da população mundial e provocou um rebaixamento brutal das condições de vida dos trabalhadores, trabalhadoras e do povo oprimido, aumentando o desemprego, a miséria e a fome em escala global.

O combate a pandemia demonstrou a falência do sistema capitalista em que o lucro das multinacionais farmacêuticas e do setor de saúde foi privilegiado em detrimento da garantia de vacinação da população mundial. O descontrole da pandemia nos países centrais demonstrou que o imperialismo norte-americano está em decadência.

A crise econômica iniciada em 2008 no centro do capitalismo que se espalhou pelos países periféricos não foi totalmente recuperada e com a pandemia, agravou-se. A previsão para 2022 é baixo crescimento econômico em decorrência dos impactos da guerra na Ucrânia, do risco do aparecimento de novas variantes do coronavírus, da desaceleração do crescimento chinês e do aumento dos juros nos países centrais faz com que aumente a pobreza e jogue milhões de trabalhadores na miséria.

Os governos e a burguesia tentam aplicar um plano de ajuste a fim de recuperar as taxas de lucro, aumentando os preços dos alimentos, dos combustíveis, congelamento de salários e implementação de medidas de retiradas de direitos.

No entanto, a classe trabalhadora tem resistido aos ataques do capital, e mesmo durante a pandemia, ocorreram lutas radicalizadas questionando os regimes políticos e a política neoliberal como na Colômbia, no Chile, França, Bielorrússia, Líbano, França, Brasil, Irã, Estados Unidos, Cazaquistão e outros que demonstram disposição da classe de lutar e desmontam a tese de que vivemos diante de uma onda conservadora.

A incapacidade do imperialismo de recuperar a taxa de lucro e acabar com a pandemia mantem a economia mundial em baixo crescimento com o risco de uma depressão global. Isto faz com que no cenário político mundial a hostilidade e a polarização entre os países imperialistas aumentem.

A guerra na Ucrânia é a síntese da crise interburguesa que busca, por meio da guerra, aumentar a taxa de lucro. A Rússia, um país capitalista mais forte com aspirações expansionistas-imperialistas, ocupa um país semicolonial em condições de inferioridade com um governo que é pró-imperialista burguês que chancela a estratégia expansionista dos EUA e da OTAN.

Nesta guerra, quem paga o preço são os trabalhadores ucranianos, que sofrem com os bombardeiros das forças armadas russas e a classe trabalhadora russa que será penalizada por causa das sanções. Enquanto isso, tanto a burguesia ucraniana, como a russa seguem acumulando riqueza.

Na periferia do capitalismo, em especial na América Latina, a barbárie capitalista manifesta-se como processo de reversão neocolonial estão entre as empreitadas do grande capital: o desmonte das máquinas estatais com a privatização de empresas públicas à conglomerados econômicos; a entrega de serviços sociais essenciais de responsabilidade estatal para a iniciativa privada (como na saúde e educação); e a desregulação das legislações trabalhistas e previdenciárias para potencializar os lucros das empresas e bancos.

O latifúndio e o extrativismo mineral são as principais frentes de expansão do capitalismo e acentuam ainda mais a superexploração da classe trabalhadora, a devastação ambiental e o saque das riquezas naturais que tem provocado, em especial no Brasil, diversas tragédias como a contaminação dos rios amazônicos em decorrência do garimpo e mineração ilegal e do desmatamento.

Em que pese o aumento da concentração de riqueza durante a pandemia em que os 10 homens mais ricos do mundo dobraram suas fortunas, enquanto a renda de 99% da humanidade caiu, conforme demonstra o relatório da Oxfam, *A Desigualdade Mata*, os trabalhadores do mundo resistem aos ataques do imperialismo em defesa de suas condições de vida com maior ou menor intensidade.

Durante a pandemia, em diversas partes do mundo, aconteceram massivas manifestações. Em alguns casos, as mobilizações se desdobram em fortes rebeliões populares, que questionam modelo neoliberal, como no Chile e na Colômbia.

No centro do império, o movimento negro foi o responsável por derrotar o governo reacionário de Trump. As gigantescas marchas feministas garantiram o direito ao aborto na Argentina, Chile e Colômbia se enfrentando com o poderio da Igreja, do sistema patriarcal estruturante da exploração e opressão capitalista.

Diante a barbárie capitalista que está colocando em risco a existência humana é urgente a destruição do sistema capitalista e a construção de um outro modelo de sociedade. Se o sistema resiste e cria novos mecanismo é porque detém o apoio de setores que deviam ser os coveiros da ordem, como disse o revolucionário Trotsky nas vésperas da Segunda Guerra, em seu Programa de Transição (1938), a crise existente na humanidade é uma crise da direção reformista do movimento dos trabalhadores, sendo que essa direção e sua orientação de conciliação entre as classes precisam ser derrotadas para derrotarmos o sistema e suas mazelas.

## Conjuntura nacional: Bolsonaro e o esgotamento da Nova República

A chegada ao Planado de Jair Bolsonaro, um presidente racista, misógino, capacho do imperialismo, defensor da ditadura militar, do fim dos direitos sociais e trabalhistas e da destruição ambiental foi um retrocesso para a classe trabalhadora brasileira e aprofundou as crises econômicas, social, política e ambiental.

Ao seguir a cartilha neoliberal, Guedes e Bolsonaro, aprofundaram a recessão econômica, aumentaram a miséria, o desemprego e a desindustrialização do país, em meio a subida dos preços e a da taxa de juros que só beneficia o sistema financeiro.

Hoje, Bolsonaro tem dificuldades de implementar seu o plano apresentado em 2018, seja no campo econômico, seja no campo dos valores. Os escândalos de corrupção, do baixo crescimento, do agravamento da crise social com o aumento da miséria, da fome, do desemprego, as diversas crises institucionais e a devastação ambiental minaram a popularidade do presidente e o deixou refém do centrão que hoje manda no governo.

O colapso nos sistemas de saúde e a condução negacionista da pandemia fez com que 650 mil brasileiros perdessem a vida. A demora na aquisição de vacinas, divulgação e financiamento de tratamentos sem eficácia científica, desrespeito às medidas de prevenção e isolamento e a ineficiência de medidas concretas e efetivas que garantissem o isolamento social e condições dignas de vida da população. Fatores que fizeram com que o Brasil se tornasse o epicentro da pandemia.

A política ambiental predatória de Bolsonaro, queimando nossas florestas, invadindo terras indígenas e quilombolas e áreas de proteção ambiental, se soma à diminuição da superfície de água doce que está secando, o Brasil perdeu 15% de suas reservas nas últimas três décadas.

As imagens impressionantes da enxurrada provocada pelo temporal que se abateu sobre a cidade histórica de Petrópolis/RJ, sua magnitude e o número de vítimas fatais ainda indefinidas, infelizmente, estão longe de serem uma exceção. A responsabilidade de governos e conivência com a ganância capitalista em destruir o meio ambiente para obter cada vez mais lucros, relegando os mais pobres a viver em situações de risco, correm o risco de se banalizar.

As enchentes provocadas pelas chuvas intensas no Rio de Janeiro, na Bahia, Minas Gerais, Amazonas, São Paulo e no Pará são parte da crise climática em que o capitalismo arrasta o planeta. No Brasil, no governo Bolsonaro, houve um crescimento do desmatamento em 56,6%, 21 vezes o tamanho da cidade de São Paulo; multas por desmatamento na Amazonia foram 93% abaixo da média verificada em 2019/2020.

O Ibama, com a política do governo de proteger os capitalistas do agronegócio, agiu em apenas 1% dos alertas de desmatamento na Amazônia, uma crise hídrica se abateu sobre o centro oeste, ondas de calor ocorreram no sul e sudeste do país, na metade do mês de janeiro os termômetros atestaram 42 graus no Rio Grande do Sul e a sensação térmica no Rio de Janeiro foi de 51 graus.

Ano passado, o país passou por uma de suas maiores crises hídricas e energéticas que retroalimenta a carestia nos produtos, serviços e alimentos, uma situação desesperadora para uma população cada vez mais empobrecida.

O desemprego sem dúvida é um dos maiores dramas do país: falta trabalho para 31,7 milhões de brasileiros, 36,6 milhões tem trabalhos informais no país, 29,5% dos jovens entre 18 e 24 anos estão desempregados (IBGE). A taxa de desocupação na população negra é de 16,06%, na de brancos 11,7%, entre os homens é 11,7% e entre as mulheres 17,1% (IBGE). Isso tudo ocorre em um país onde bilionários ficaram R\$ 1 trilhão mais ricos em 2021 e onde a pandemia empurrou 4,3 milhões para renda muito baixa nas metrópoles brasileiras.

O desemprego, a falta de renda para comer e pagar aluguéis etc. transformou as praças e viadutos das capitais do país em verdadeiros “camping de miseráveis” sem assistência médica, vivendo de mendicância, prostituição e todos os tipos de violência

O serviço público, responsável por salvar vidas em meio a uma pandemia está em pedaços. Na saúde em dezembro houve 81,7% atendimento a mais de pacientes, se não bastasse, 40,9% dos enfermeiros sofreram agressões verbais, 33,7% tiveram sua jornada de trabalho aumentada, e o adoecimento na categoria é uma constante. (dados do Conselho Regional de enfermagem SP). A mesma coisa se verifica na educação e na assistência social.

As chocantes imagens de uma longa fila de pessoas em busca de ossos na porta de um açougue em Cuiabá demonstram que a miséria e a fome estão assolando as famílias brasileiras neste contexto pandêmico e de aprofundamento da crise econômica.

Segundo a Rede Brasileira de Pesquisa em Soberania e Segurança Alimentar e Nutricional (REDE PENSSAN), antes da COVID-19 adentrar no país, cerca de 57 milhões de pessoas viviam em insegurança alimentar, sem acesso pleno a alimentos, em abril de 2021 esse quantitativo dobrou chegando à casa de 116,8 milhões de pessoas, sendo que destes 43,3 milhões tem acesso insuficiente de alimentos (insegurança alimentar moderada) e 19 milhões passam fome. O Panorama Regional de Segurança Alimentar e Nutricional 2021, das Nações Unidas, aponta que apenas na América Latina o número de pessoas passando fome passou de 45,9 milhões para 59,7 milhões.

Sob o governo Bolsonaro, acelerou-se o empobrecimento da população, ao mesmo tempo em que a concentração de riqueza na mão de um punhado de bilionários aumentou. de acordo com o relatório da Oxfam, desde o começo da pandemia o país ganhou mais 10 bilionários. O aumento da riqueza dos bilionários durante a pandemia foi de 30% (US\$ 39,6 bilhões), enquanto 90% da população teve uma redução de 0,2% entre 2019 e 2021. Os 20 maiores bilionários do país têm mais riqueza (US\$ 121 bilhões) do que 128 milhões de brasileiros (60% da população).

De acordo com o DIEESE, o Salário-Mínimo Necessário, em janeiro último deveria ser de R\$ 5.997,14, o que equivale a 4,95 vezes o valor do mínimo oficial de R\$ 1.212,00 que não compra sequer duas cestas básicas, o auxílio emergencial aprovado pelo governo Bolsonaro de R\$ 224,00, em média, só paga metade de uma cesta básica em Aracaju e 1/3 em São Paulo (Dieese). 46% dos brasileiros gastam mais da metade da renda do mês com luz e água (IPEC). Brasileiros gastam 60% do salário-mínimo para comer (FGV).

Tudo ficou mais caro, a inflação oficial é de 10,67%, entretanto a inflação dos pobres é 20%, desde o início da pandemia a inflação dos mais pobres atingiu 40% (Dieese). A Carne aumentou 70% de janeiro de 2019 a agosto de 2021, a gasolina chegou em algumas capitais a R\$ 8 reais o litro, o gás de cozinha à R\$ 150,00, etc.

A solução para tentar segurar a inflação foi o aumento da taxa de juros para 11,75% a.a pelo governo Bolsonaro encarecendo o crédito, sobretudo o cartão de crédito, cheque especial e crédito consignado em folha de pagamento utilizado por boa parte da população, sobretudo a classe média, os servidores públicos como mecanismo de parcelamento de compras para pagamentos de médio e longo prazo, sobretudo em supermercados.

A política de juros altos fez crescer também o endividamento das famílias “três em cada quatro famílias brasileiras (75,6%) estão endividadas em dezembro/2021 de acordo com a Pesquisa de Endividamento e Inadimplência do Consumidor (Peic). Trata-se do maior percentual registrado desde janeiro de 2010. Pelo menos um quarto das famílias (26,1%) estão com dívidas em atraso. E uma em cada 10 diz não ter condições de pagar débitos... 14,8% das famílias estão “muito endividadas”. Outros 27,3%, “mais ou menos endividadas”, enquanto as “pouco endividadas” são 33,5%” (Brasil de Fato, 19/01/2022).

A alta dos juros, combinada também com a alta do dólar, fez crescer a dívida pública. “Em 2021, o governo federal gastou R\$ 1,96 trilhão com juros e amortizações da dívida pública, o que representa um aumento de 42% em relação ao valor gasto em 2020, que por sua vez já tinha sido 33% superior a 2019. Portanto, nos últimos dois anos, os gastos financeiros com a dívida federal quase dobraram. Apesar desses vultosos pagamentos, em 2021 a Dívida Pública Federal aumentou R\$ 708 bilhões, tendo crescido de R\$ 6,935 trilhões para R\$ 7,643 trilhões (ACD, 15/02/2022).

Só quem ganhou com as altas dos juros foram o sistema financeiro e os exportadores brasileiros, sobretudo os ligados ao agronegócio e ao setor de mineração, setores que também são beneficiados pela isenção tributária. De acordo com a Associação Nacional dos Auditores Fiscais da Receita Federal do Brasil (Unafisco Nacional) o governo concedeu mais de R\$ 450 bilhões em benefícios tributários às grandes empresas em 2021.

Já para os trabalhadores brasileiros, o governo tenta a todo custo aprovar um ajuste profundo e retirar os direitos conquistados ao longo dos anos. Apesar da aprovação da reforma de previdência comprada na base da corrupção do orçamento secreto o governo não conseguiu aprovar a “Reforma Administrativa” que visa alterar a inserção de servidores e funcionários no serviço público e a organização administrativa de órgãos públicos. Tal modificação constitucional faz parte do pacote de contrarreformas de Estado que visa desmontar a máquina pública brasileira em benefício dos grandes setores do capital privado.

Encabeçada pelo Ministro da Economia, o ultraliberal Paulo Guedes, a PEC 32 é a “granada no bolso” do segmento que o governo de Jair Bolsonaro elegeu como principal inimigo: os servidores públicos!

Com a alteração constitucional prevê-se o fim da estabilidade empregatícia no setor público, através do concurso público – na maioria das carreiras –, legitimando-

do a “caça às bruxas” aos servidores não alinhados politicamente, e o regresso às primeiras décadas do Brasil republicano com a volta massiva das indicações dos apadrinhados políticos nos cargos públicos, ampliando a prática da “rachadinha” – atividade comum nos gabinetes da família Bolsonaro.

A situação pode piorar, com o intuito de favorecer seus amigos do agro, Bolsonaro tem pressa, quer aprovar a toque de caixa no Congresso Nacional o PL 3728/2004 que altera o licenciamento ambiental, o PL 528/2021 sobre o mercado de carbono, o PL 2633/2020 (conhecido com PL da grilagem de terra) para regularizar invasões de terras públicas e o PL que cria a garimpagem artesanal com o objetivo de regularizar o garimpo ilegal, sobretudo em terras indígenas. No governo Bolsonaro não foi demarcado nenhuma terra indígena, ao contrário, o marco temporal em discussão no STF, questiona boa parte das já existentes ou que deveriam ser demarcadas. O governo regularizou 1501 novos agrotóxicos. O BNDES emprestou R\$ 29 milhões para desmatadores da Amazônia financiarem compra de tratores. Como parte do enfrentamento que vem fazendo a população indígena, tradicional e os povos da floresta, somente em janeiro foram assassinadas no Brasil 8 lideranças socioambientais.

**Crise Política – Bolsonaro um governo fraco:** é nesse cenário de profunda crise e instabilidade em que o governo amarga seu enorme descredito junto à população. Segundo a última pesquisa do Datafolha, 64% da população desaprova o governo e mais de 2/3 da população acham Bolsonaro um mal gestor.

Por onde se olha, a crise está em todos os lugares dentro do governo: a PGR denunciou o Ministro da Educação Milton Ribeiro por LGBTFOBIA; o STF mandou cancelar o disque denúncia criado pela Ministra da Família, Damares Alves, para atacar as vacinas contra covid-19; é grande a inquietação no Ministério da Ciência e Tecnologia cujo investimento está 78% abaixo dos valores de 2010 e no menor patamar desde 2004; O Ministério Público do Trabalho e a Justiça Federal por determinação do STF move processo contra Sergio Camargo, presidente da Fundação Palmares, por prática de assédio moral contra funcionários públicos; o Ministro Marcelo Queiroga é denunciado pela CPI da covid-19 por negligência e favorecimento de empresas e planos de saúde; o Ministro Paulo Guedes está completamente desmoralizado, e o setor militar sofre um grande desgaste na opinião pública.

Existe também um sentimento que se aumentou a corrupção devido ao orçamento secreto, as famosas emendas do relator, que beneficiam o centrão que é base do governo no Congresso Nacional; as rachadinhas e negócios dos filhos do presidente, e o próprio Bolsonaro é alvo de 6 inquéritos no STF e TSE são eles: 1) eventual interferência do presidente na PF; 2) suposta prevaricação sobre irregularidades na negociação da vacina Covaxin; 3) ataques às urnas eletrônicas; 4) vazamento de dados de inquérito sigiloso da Polícia Federal; 5) Divulgação de notícia falsa relacionando as vacinas contra covid-19 a um suposto risco ampliado de desenvolver AIDS; e 6) um específico no TSE que tem relação com um inquérito administrativo mais amplo que apura ataques, sem provas, contra o sistema de votação eletrônico. Bolsonaro tem protocolado contra ele no Congresso Nacional mais de 120 pedidos de impeachment. Bolsonaro está isolado, é um governo fraco.

## Eleições 2022

Esse cenário antecipou de forma contundente o processo eleitoral brasileiro. Cresce a insatisfação popular, o perigo de explosões sociais é latente, e as direções do movimento de massas fazem malabarismo para canalizar a enorme insatisfação do povo pobre com o governo para as urnas.

Se as eleições fossem hoje, segundo todos os institutos de pesquisa, Lula/PT poderiam ganhar as eleições já no primeiro turno. A burguesia brasileira sabe que o PT tem limites para controlar as ruas desde 2013, pois sequer conseguiu evitar a deposição de Dilma e a prisão do próprio Lula, por isso tem tentado por todos os meios a construção de uma "terceira via" puro sangue burguesa que lhe permita fugir da "polarização" Lula/Bolsonaro. Não tem sido fácil, e não está garantido que consigam, mas seguem essa procura. A linha central de Lula/PT é vender a ideia de que a burguesia brasileira deve confiar em seu projeto de poder para o país e que os negócios dos capitalistas estarão assegurados.

O projeto de poder de Lula/PT é a constituição já nas eleições de uma Frente Amplíssima, que conte com os partidos do que denominam campo democrático (incluindo o PSOL) e que mais recentemente costura que o vice de Lula poderia ser Geraldo Alckmin, o tucano que governou o Estado de São Paulo por mais de 14 anos.

Para ter assegurada entrada de Alckmin na chapa, o que significa, ter a adesão de boa parte do empresariado paulista, Lula tornou pública a oferta de que Alckmin seria não somente seu vice-presidente, mas que ele ocuparia o Ministério da Agricultura, em um claro aceno para os senhores do agronegócio.

Para poder ampliar a FRENTE POLÍTICA, Lula/PT abriu negociação com Gilberto Kassab, presidente do PSD que é maior partido do centrão, lhe oferecendo a possibilidade do governo na Bahia e Minas Gerais um Ministério no futuro governo. O PSD também é o partido de Alexandre Kalil prefeito de Belo Horizonte, capital do segundo maior colégio eleitoral do país, Minas Gerais. A mesma articulação ocorre com os coronéis do Nordeste ligados ao MDB tendo a frente à família Calheiros (Alagoas) ou no norte do país com o clã Barbalho que governa o Pará.

Para ter amarrado em um futuro governo os pequenos partidos do "campo democrático e popular" Lula/PT vem articulando, diante das mudanças eleitorais que proíbem coligações partidárias, a conformação de uma Federação Política com o PSB, PCdoB, PV. Nessa Federação, em troca de apoio político nas eleições, Lula/PT desistiriam de disputar as eleições em estados importantes como: RJ que teria como candidato Marcelo Freixo (PSB) o candidato do PT antes ao governo do Estado era André Ceciliano que concorreria ao Senado. O mesmo ocorreria em Pernambuco onde o PT apoiaria ao governo o prefeito de Recife João Campos (PSB) e lançaria para a reeleição o senador Humberto Costa. O PT apoiaria o candidato do PSB no Espírito Santo, discutiria o apoio a Alexandre Kalil para governador de Minas Gerais e na Bahia o senador Otto Alencar, caso Kassab topasse retirar a pré-candidatura à presidente da república de Rodrigo Pacheco e desistisse de filiar o governador Eduardo Leite (RS) para disputar a presidência da república em substituição a Pacheco que se concentraria em se reeleger presidente do senado.

Os partidos do “campo democrático e popular” seriam o verniz que a candidatura teria de “esquerda”, nesse jogo, Lula conta até com a presença do PSOL.

O programa de Lula é uma clara demonstração de que seguirá com o ajuste fiscal, e a carta ao povo brasileiro, dessa vez, em vez de uma carta de fato e uma declaração aos banqueiros, seria a presença de Alckmin como vice.

Bolsonaro pese perda de prestígio e capilaridade política e eleitoral, pois fala cada vez mais para uma pequena tropa de fanáticos, ele segue ocupando a segunda posição nas pesquisas eleitorais, tenta a todo custo manter essa posição a partir da compra do centrão a “base de ouro”, para isso vai utilizando os mecanismos de orçamento da união, liberação de verbas, loteamento de cargos na administração pública, vende prestígio e poder para se manter firme na disputa.

Diante desse cenário ainda incerto, no próximo mês, ao se aproximar a janela de mudança de partidos, ocorrerá uma grande reforma ministerial. Os mais importantes Ministros do governo Bolsonaro, a exceção de Paulo Guedes, se preparam para disputar as eleições e também garantir “foro privilegiado”.

Um dos fatores que tem levado forte instabilidade a candidatura de Bolsonaro, é a pré-candidatura do ex-juiz e Ministro Sergio Moro, que disputa com o presidente sua base conservadora, não à toa, nas recentes pesquisas realizadas Moro aparece em terceiro, à frente de Ciro Gomes ou empatado tecnicamente. O que Bolsonaro mais teme é o crescimento de Moro o que aumentaria a vantagem de Lula/PT.

A candidatura de Ciro Gomes, que se lançou como pré-candidato faz um ano, tem oscilado muito. Tem como eixo capturar os descontentes com o petismo e com o bolsonarismo. Seu programa difundido é neo-desenvolvimentista, centrado em um possível desenvolvimento nacional, tem falado em cobrar impostos das grandes fortunas, refinar a dívida da classe média, educação em tempo integral, e revisão do processo de privatização da Petrobrás, tudo para tentar “fisgar” setores do funcionalismo público que odeiam Lula, maioria apoiou Bolsonaro, mas que agora estão completamente céticos. À medida que Lula/PT vai se consolidando nas pesquisas a candidatura de Ciro vai perdendo base de apoio de vereadores e deputados nos estados, impossível prever sua dinâmica e a capacidade que terá o PDT de atrair algum setor importante. Até agora o único que conseguiu foi a filiação ao PDT de David Miranda, Deputado Federal e ex. militante do MÊS/PSOL.

A pré-candidatura de Simoni Tebet ainda não se sabe se é pra valer, única mulher até agora que se tem como pré-candidata, tenta influenciar o gênero feminino que é maioria do eleitorado brasileiro, com um discurso de moralização na política, tenta não perder espaço no MDB para o grupo de Renan Calheiros.

União Brasil (fusão do PSL com DEM) é hoje o maior partido do Congresso Nacional, detentor da maior fatia do Fundo Eleitoral, tem por objetivo eleger ACM Neto governador da Bahia e uma bancada de Deputados Federais que lhe possibilite consolidar como partido e seguir administrando a enorme fatia a que tem direito do fundo eleitoral. Seu presidente Luciano Bivar, tem pretensões de candidato a vice-presidente na chapa de Sergio Moro, entretanto, além de estar muito amarrado a acordos estaduais, depende muito da consolidação de Moro como possível terceira via.

Recentemente em entrevista ao Estadão um dos principais dirigentes do PSDB, o ex-senador Aluysio Nunes, declarou que o partido não é mais uma referência nacional. O PSDB se encontra em uma profunda crise, dividido entre o grupo de Dória, que saiu vencedor no fiasco da prévia tucana, e o grupo do governador do Rio Grande do Sul Eduardo Leite, derrotado. Dória vai muito mal nas pesquisas e seu futuro é incerto, alimenta ainda o objetivo de ser um candidato competitivo a presidência da república, mas com o partido dividido, que perdeu Geraldo Alckmin, e corre o risco de também perder Eduardo Leite para o PSD, está estacionado nas pesquisas para presidente com apenas 4% segundo o DataFolha e o IPEC (ex. IBOPE).

Dória que tenta se consolidar e se viabilizar eleitoralmente a partir do “trunfo” de ter a Coronavac, vacina criada pelo Butantã, ligado ao governo do estado, tem grande rejeição no funcionalismo público e acidentes como a do metrô na marginal Tietê, arranharam muito sua figura política.

### **Um programa para os trabalhadores**

Diante desse cenário, o Sinasefe deve levantar a bandeira do socialismo e da solidariedade internacional entre os trabalhadores tornam-se o raio de esperança para o fim da opressão. Somente a revolução socialista, sobre o amplo controle dos trabalhadores, poderá garantir o fim do latifúndio brasileiro e o acesso livre e justo da terra para a produção agrícola e pecuária, derrotando a miséria e a fome que assola os brasileiros e outros milhões de seres humanos nos quatro cantos do mundo

Frente à situação de crise econômica e social que passa nossa classe levantamos o programa de que a crise a devem pagar os ricos e poderosos, não a população pobre e trabalhadora. Defendemos o Não pagamento da dívida pública e sua auditoria, por um plano econômico alternativo que garanta: comida, trabalho, reajuste geral de salários com reposição integral da inflação real, reforma agrária agroecológica, fim da especulação imobiliária e a construção de casas populares subsidiadas pelo estado, 10% do PIB para investimento na saúde e na educação. Frente à inflação defendemos congelamento dos preços da cesta básica, redução e congelamento das tarifas de luz, água, esgoto, IPTU, internet, gás de cozinha, combustíveis. Contra o endividamento das famílias defendemos a moratória de todos os empréstimos consignados, chega de lucro dos bancos sobre a população trabalhadora, o mesmo se estende aos cartões de crédito e ao cheque especial. Defendemos o meio ambiente e o bem viver, somos contra os grandes projetos que destroem o meio ambiente e a natureza, estamos pela mudança da matriz energética atual baseada em combustíveis fósseis. Em defesa dos direitos civis e das pautas feministas, contra o racismo, a xenofobia, e em defesa dos direitos da população LGBTQIA+. Apoiamos todas as lutas dos trabalhadores da cidade do campo e da floresta em todas as partes do mundo.

Assinam a tese:

Matheus Pontes – Seção Cáceres

Lucas Barbosa – Seção Brasília

## **018 - TESE SOBRE CONJUNTURA DO COLETIVO PÃO E ROSAS PARA O 34º CONSINASEFE (2022)**

- 1 Considerando que: A fase em que se encontra o complexo processo de reestruturação produtiva do capital, apoiado nos pilares da financeirização, no parasitismo especulativo e na precarização do trabalho, tem se destacado em seu principal traço distintivo, a saber, seu potencial destrutivo sobre a classe trabalhadora e sua subjetividade. Para tanto, sobretudo na periferia do sistema mundial de estados, requer-se uma investida privatista de grande monta nos serviços públicos e o desmonte de suas forças de resistência.
- 2 No Brasil, notadamente com a ofensiva reacionária aberta no país desde 2015-16, uma extrema direita exerceu influência sobre o bloco no poder junto às classes dominantes, o que acarreta consequências diretas para o futuro da educação pública e mesmo de todo serviço público. Nem mesmo a conciliação de classes, com todas as suas contradições e limites que paralisam a construção plena de direitos e o enfrentamento das opressões estruturais diversas como as de raça, gênero e classe, está em seus planos. Neste sentido, o governo Bolsonaro representa uma coalizão de extrema-direita que articula políticas econômicas neoliberais extremadas, escamoteadas por uma ofensiva autoritária e reacionária, com evidentes traços neofascistas e antissindicais que pretende ocultar o caminho sem saída representado por este modelo através da invisibilização do caráter extremo dessas opressões estruturais que concretizam cotidianamente a exploração capitalista.
- 3 O impeachment de Dilma Rousseff (PT) em 2015-16 significou muito mais do que uma simples manobra parlamentar e midiática fruto da ambição do então vice-presidente Michel Temer (MDB); antes disso, abriu caminho para as mais amplas contrarreformas e retrocessos conservadores na agenda político-econômica do país com intuito de reorientar o padrão de acumulação capitalista no Brasil, aprofundando sua subalternização na economia mundial, ampliando o saque ao fundo público e acentuando sobremaneira as políticas neoliberais, as expropriações e a desregulamentação do mercado; o que possibilitou maior exploração da força de trabalho com vistas à tentativa de recuperação das margens de lucro para os capitais diante de uma crise cíclica e estrutural do capital global e local. A correlação de forças entre as classes se alterou, dramaticamente, com o deslocamento para a extrema-direita de parte considerável das camadas médias suscetíveis à manipulação a partir da perplexidade, historicamente recorrente, com a possibilidade iminente de sua proletarização na crise global, arrastando setores operários e populares manipuláveis no interior de um processo real de subproletarização. Abriu-se, portanto, no país, uma situação reacionária desde o governo terceirizado e ilegítimo do golpista Michel Temer. Neste sentido, contribuem com impacto negativo à subjetividade dos ativistas e militantes de esquerda as sucessivas derrotas políticas desde estão, além das diversas consequências do Golpe jurídico-midiático-parlamentar de 2016 e, posteriormente, da pandemia do novo coronavírus com seus primeiros casos em fins de 2019 e reconhecimento como Pandemia em 11 de março de 2020 pela Organização Mundial de Saúde.
- 4 É notável também o aumento da fragilidade na organização independente, sindical e política, das trabalhadoras e trabalhadores no último período histórico. Nenhum desses fatores pode ser desconsiderado em uma análise de conjuntura, assim

como não podemos desconsiderar o fato de que, apesar da situação desfavorável e que nos impele a uma posição defensiva, é necessário percebermos que este estado de coisas ainda não se cristalizou enquanto derrota histórica da classe trabalhadora. Essa conjuntura claramente nos obriga a nos reconhecermos como a classe ora fragilizada, exige que reconheçamos também que ainda estamos disputando os rumos e as contradições desse processo, particularmente enquanto trabalhadoras e trabalhadores do serviço público de educação, que detêm uma responsabilidade social fundamental neste elemento de disputa da correlação de forças que é o serviço público em geral.

- 5 O governo Bolsonaro representa um acentuado incremento da política econômica neoliberal, forçando-a a seu extremo em consonância com as forças reacionárias no país, postas cotidianamente no limiar de uma atuação neofascista. A crise econômico-social se agravou de forma vertiginosa, além da absurda perda de mais de 655 mil vidas em decorrência da gestão negacionista, inepta e corrupta da pandemia que acelerou e escancarou o processo de desmonte dos serviços públicos, produção de miséria e morte já em andamento desde a radical inflexão golpista do neoliberalismo no Brasil.
- 6 As bases do país pós-golpe de 2016 abriram caminho para uma série de mudanças na realidade brasileira. Aprovou-se imediatamente a inconstitucional “PEC do Fim do Mundo” na Emenda Constitucional 95/2016 que impõe o “Teto dos Gastos” por 20 anos para os setores sociais, incluídas saúde e educação, e para os investimentos públicos em geral, exceto para os recursos destinados ao pagamento dos juros e serviços da dívida pública conforme o espírito neoliberal extremado e altamente predatório que se seguiu ao golpe.
- 7 As contrarreformas trabalhista (Lei 13.467/2017) e previdenciária (Emenda Constitucional 103/2019) atacaram brutalmente as condições de trabalho e de vida da classe trabalhadora, além de reduzir o poder de negociação dos sindicatos (prevalência do negociado sobre o legislado), reforçando o trabalho intermitente, as terceirizações (Lei nº 13.429/2017, Terceirização Total e Irrestrita), a precarização e a informalidade.
- 8 O aumento da taxa de mais-valia através do processo de desmonte de direitos construídos no século XX pelas lutas da classe trabalhadora, cínica e ideologicamente chamado de “Custo Brasil”, avançou inevitavelmente sobre todos os direitos, ferindo de morte, inclusive, os serviços públicos. O ataque à soberania nacional foi acelerado pelas privatizações de empresas e elementos de infraestrutura nas áreas rodoviária, ferroviária, portuária, aeroviária e energética, além da ampla devastação ambiental (desmatamento ilegal, inibição à fiscalização ambiental e à inspeção de agrotóxicos e mineração, por exemplo) além de ataques aos direitos dos povos originários indígenas, dos quilombolas e populações ribeirinhas.
- 9 A proposta de “Reforma Administrativa” significou uma inflexão ainda mais radical no neoliberalismo golpista, ameaçando de morte a própria ideia de administração pública e criando mecanismos que tornam possível a privatização completa do Estado brasileiro e mesmo a eliminação do conceito de serviço público. Construída desde 2020 e impulsionada como campanha nacional vigorosa no segundo semestre de 2021, a mobilização da classe trabalhadora contra a PEC 32, sobretudo dos servidores públicos federais, estaduais e municipais, entre os quais o SINASEFE cumpriu um papel de destaque, sobretudo no interior do FONASEFE,

foi provavelmente a maior vitória da classe trabalhadora desde o golpe de 2016. Vitória que aprofundou o enfraquecimento do governo Bolsonaro já em curso em decorrência da trágica gestão da pandemia e do agravamento da crise econômica que atingiu especialmente a classe trabalhadora e camadas médias, que coincidiu com o ápice do movimento Fora Bolsonaro, no qual o SINASEFE também participou decisivamente, mostrando que um sindicato classista precisa se articular com movimentos sindicais, sociais, estudantis e políticos mais amplos para assegurar os direitos de sua categoria atacados dentro de um contexto maior de desmonte neoliberal de direitos de toda classe trabalhadora.

- 10 O complexo processo neoliberal de reestruturação produtiva do capital e do trabalho, que tende a fragmentar a classe trabalhadora, contraditoriamente abre um espaço histórico para reconstruir a unidade diante da perspectiva de subproletarização generalizada, assim como abre espaço também para a ofensiva reacionária e mesmo neofascista que se projetou no Brasil nos últimos anos, a qual se consolidou com a combinação de políticas econômicas neoliberais extremas com um autoritarismo obscurantista reacionário. Deste modo, assumindo que vivenciamos um complexo processo de reestruturação produtiva do capital e do trabalho que articula a crise do sindicalismo e dos partidos contemporâneos com elementos do ideário neoliberal, da fragmentação da classe trabalhadora e da ofensiva reacionária que se projetou no Brasil nos últimos anos, a qual se consolidou com a combinação de políticas econômicas neoliberais extremas com um autoritarismo obscurantista reacionário, devemos reconhecer que o SINASEFE encontra-se diante de um gigantesco desafio histórico!
- 11 Desde março de 2020 temos enfrentado o endurecimento de três dimensões da crise nacional: sanitária, política, e socioeconômica. O que os governos têm feito é nada menos do que aproveitar da pandemia do COVID-19 para “passar a boiada” e impor duríssimas condições para as trabalhadoras e trabalhadores, condições que são propagandeadas como temporárias mas planejadas como definitivas, com pautas privatistas e de ampla destituição de direitos.
- 12 Os ataques aos direitos da classe trabalhadora necessariamente vão além do mundo do trabalho e atingem diretamente os setores estruturalmente mais oprimidos da classe trabalhadora, como negra(os), mulheres e população LGBTQIA+. Convém ressaltar que durante essa crise sanitária causada pelo COVID-19 estes setores são os que mais sofrem com falta de acesso à saúde, com parcela significativa vitimada de maneira fatal ou sequelada, com falta de acesso à educação, falta ou acesso precário à moradia e transporte coletivo adequado e a consequente impossibilidade de manutenção do distanciamento físico necessário recomendado pelas autoridades de saúde. Afinal, são esses setores que predominam nas fileiras dos desempregados e nos subempregos com menos direitos e piores remunerações, que além da exclusão e opressão de classe, vivenciam a contínua violência mobilizada contra seu gênero, sexualidade, etnia, raça, origem e tantos outros elementos perpetuadores da profunda e estrutural inequidade social que precisam ser superados para que possamos, de fato, combater radical e efetivamente a opressão de classe.
- 13 No ano de 2022 as condições de degradação material da vida dos trabalhadores e trabalhadoras, o empobrecimento vertiginoso acelerado pela inflação, e a permanência de um desemprego muito elevado, entre outros fatores, colocam o Brasil como um dos países que pior se recuperam de uma pandemia que ainda

não acabou e que ainda pode ressurgir em ondas no decorrer do ano, em função de variantes que eventualmente mudem o atual cenário epidemiológico em que a curva epidemiológica apresenta tendência de diminuição. Vale registrar que o cenário ainda é muito preocupante, pois, a média móvel do número de contaminações e óbitos está acima de 400 segundo dados do CONASS - Conselho Nacional de Secretários de Saúde (verificados em 08/03/2022) e a desigualdade de distribuição e vacinação mundial põem em risco todos os esforços envidados de 2019 até o presente momento.

- 14 O retorno presencial na Rede Federal de Ensino Profissional durante a onda da variante Ômicron evidencia o estrangulamento orçamentário neoliberal que, ano após ano, avança sucateando nossa Rede até o limite da inviabilização das atividades e que traz, necessariamente, precarização extrema das condições de trabalho e da permanência estudantil. Sob forte ataque, a defesa da Rede Federal de Ensino Profissional em toda sua complexidade e potencialidade nunca completamente desenvolvida, e dos direitos e condições de trabalho dos servidores da educação que garantem esse serviço público, é uma tarefa histórica do nosso sindicato.
- 15 Nos Institutos Federais 20% das vagas devem atender, de forma obrigatória, as licenciaturas. Mas desde sua implementação em 2008, podemos constatar que essa proposta de verticalização do ensino do ensino médio com o ensino superior nos Institutos Federais, que inicialmente parecia existir para garantir ao nosso aluno mais uma escolha dentro de um contexto articulado de ensino, pesquisa e extensão e não apenas “uma porta ao lado” ao ensino superior, tem se mostrado como um conflito de trabalho para os docentes da carreira EBTT criada junto com os Institutos mas que tem deixando de ser uma carreira que conecta e transita entre o ensino médio e superior para uma carreira superexplorada com excesso de demanda e carga-horária.
- 16 O pleito nacional que nos aguarda em outubro de 2022 irá pautar grande parte dos debates do próximo período. A necessidade de se derrubar Bolsonaro é vital e urgente, pois, o mesmo ainda não está derrotado, embora tenha se enfraquecido. Atenemos para o fato de que, apesar do evidente desgaste, nenhum setor significativo da burguesia se deslocou para o impeachment de Bolsonaro até agora e, além disso, o governo Bolsonaro conta com o suporte do comando das Forças Armadas, de milícias, de igrejas evangélicas e de grupos de comunicação de massa (Record, SBT e Rede TV, por exemplo), além, é claro, do experiente e eficiente uso das mídias sociais, através da disseminação de Fake News como método de comunicação. Portanto, é um erro subestimar a capacidade de mobilização política bolsonarista, especialmente quando nenhuma candidatura da “terceira via” da burguesia golpista parece aglutinar votos. Importante, ainda, não confundir o fenômeno bolsonarista com sua expressão eleitoral. Não descartamos a hipótese de Bolsonaro retomar a ofensiva, recuperando popularidade e capacidade de iniciativa, além de suas pretensões de lançar mão de aventuras golpistas ou ações de maior radicalização à extrema-direita, não aceitando o resultado das eleições.
- 17 Desde o último período, a anulação dos processos de Lula e a desmoralização da Operação Lava Jato trouxeram o líder petista ao centro da política nacional. Desde o ano passado, a realidade tem sido marcada pelos movimentos “Fora Bolsonaro!” e pelo início do debate programático para as eleições. Abriu-se uma crise previsível

e, em certa medida, inevitável, na tática eleitoral da esquerda: unificar a esquerda em torno de um projeto comum ou apresentar candidaturas próprias?

- 18 É necessário compreender que as eleições de outubro de 2022 podem até certo ponto paralisar ou mesmo reverter parte desse processo de avanço brutal do Capital sobre a classe trabalhadora, que, contudo, vai continuar como tendência neoliberal maior de um processo histórico mundial que tem que ser revertido sistêmica e estruturalmente para além de contra-tendências, por uma ampla mobilização da classe trabalhadora, que permanece nitidamente interdita pelo neoliberalismo extremado do pós-golpe no Brasil.
- 19 É necessário também compreender que em outubro não teremos uma eleição ordinária dentro da tradição democrático liberal burguesa. As instituições continuam vacilantes em relação ao golpismo e amplos setores institucionais e burgueses ainda fazem cálculos políticos sobre a manutenção de Bolsonaro, eventualmente até com algum verniz democrático eleitoralmente temporário, ou variantes mais palatáveis do mesmo golpismo ainda em curso. Derrotar Bolsonaro é urgente e civilizacional, sua vitória significaria o fechamento do regime com a escalada das repressões de praxe à luta da classe trabalhadora contra o desmonte certo e acelerado do Estado e do serviço público, e conseqüentemente, da própria figura do servidor público e, conseqüentemente, de toda nossa categoria.
- 20 Também é preciso compreender que no cenário eleitoral cada vez mais consolidado, assim como se faz improvável uma terceira via burguesa com vernizes eleitorais democráticos de um golpismo mais palatável, muito menos há viabilidade eleitoral à esquerda do bloco lulista, isto é, um espaço para a apresentação de uma candidatura de esquerda radicalmente anticapitalista, reduzida à condição de uma candidatura testemunhal, sem audiência de massas em um momento histórico decisivo para toda a classe trabalhadora. Por isso, defendemos a unidade eleitoral entre as esquerdas, a partir da tática da Frente Única de Esquerda sem aliança com golpistas.
- 21 O SINASEFE deve se empenhar também na defesa da democracia num momento tão decisivo da luta da classe trabalhadora, como parte das lutas políticas maiores que envolvem também, e sobretudo, lutas sociais e sindicais diretas; envolvendo-se ativamente na pauta eleitoral e apoiando um bloco lulista contra o bolsonarismo e contra o desmonte instalado no país. Claro que sem perder de vista as contradições programáticas do bloco lulista ao não apontar para a revogação ampla e completa da agenda neoliberal extremada, inclusive pelo modo como está sendo construído esse bloco de espectro político demasiado amplo; radicalidade programática alicerçada numa mobilização intensa da classe trabalhadora em luta que é historicamente necessária para enfrentar a crise estrutural capitalista e reverter sua tendência neoliberal maior, mas que em termos de realismo histórico se mostra eleitoralmente inviável em 2022.
- 22 De tal modo, a discussão sobre um programa não deve ser feita de forma estática, mas partindo do momento político no qual estamos, onde o principal desafio da esquerda e da classe trabalhadora é derrotar Bolsonaro em 2022, encerrando quatro anos de um presidente neofascista e negacionista. A derrota do bolsonarismo, no entanto, não está garantida e por isso acreditamos que a esquerda deve estar unida. Acreditamos que não é possível medir forças com o neofascismo e a extrema-direita, não havendo espaço eleitoral à esquerda

do bloco lulista, isto é, um espaço para a apresentação de uma candidatura de esquerda anticapitalista, reduzida, como dissemos, à condição de uma candidatura testemunhal e sem audiência de massas.

- 23 Apesar de sabermos das contradições do programa lulista - que não apoiamos naquilo que não combate o neoliberalismo profundamente enraizado no Brasil ao se lastrear em uma conciliação de classes e alianças burguesas que tendem a fazê-lo girar em falso nas contradições entre as fortes tendências neoliberais e tímidas contratendências paralisadas nesta ampla e historicamente insustentável aliança com uma burguesia radicalizada no meio de uma crise estrutural do capitalismo - o momento histórico exige ir além de purismos e rigidez tática. Ao contrário, precisamos de flexibilidade tática e rigidez nos princípios. Por isso, o SINASEFE deve se empenhar também nas lutas em defesa da democracia, envolvendo-se ativamente na pauta eleitoral e chamando voto em Lula contra o bolsonarismo e contra o desmonte instalado no país, o qual avançará tão devastadoramente se passar pelo crivo eleitoral deste ano que pode implicar mesmo numa das maiores e mais longevas derrotas históricas da classe trabalhadora brasileira
- 24 Para reverter o legado das medidas golpistas e as políticas bolsonaristas, entretanto, não é possível construir alianças com setores que não apenas articularam o golpe de 2016, como também apoiaram toda a agenda de ataques à classe trabalhadora e contrarreformas. É preciso, ao contrário, estabelecer uma unidade entre os partidos de esquerda e os movimentos sociais, embalando a campanha eleitoral e as lutas sociais em uma mobilização crescente. Por isso, defendemos que o SINASEFE esteja na linha de frente do combate ao bolsonarismo, sendo categórico na defesa de um programa para a classe trabalhadora, em defesa do funcionalismo público e da Rede Federal de Educação Profissional, Técnica e Tecnológica.
- 25 Aqui é importante esclarecermos uma polêmica: Não defendemos a Frente Ampla com setores burgueses com Lula presidente. Defendemos Lula como candidato da Frente de Esquerda, sem alianças com a direita, com independência de classe e defendendo o programa da classe trabalhadora. Ocorre que, independentemente do próximo governo eleito, o SINASEFE deve, necessariamente, se empenhar em ser um sindicato que esteja na vanguarda da luta e resistência em defesa dos Institutos Federais diante de qualquer governo, aglutinando as pautas nacionais com a defesa de nossa Rede.
- 26 Sobre a especificidade das Eleições Presidenciais de 2022: É preciso caracterizar essa eleição como plebiscitária: quem concorda com reeleição de Bolsonaro ou quem quer sua substituição. Quem discorda de Bolsonaro deve votar em Lula! Independente se a direção petista e Lula farão ou não alianças amplas com a direita (o que não concordamos), o SINASEFE e os ativistas de esquerda devem fazer campanha desde o primeiro turno para Lula tratando a defesa da Frente de Esquerda como política de exigência. Para tanto, ainda que o cenário seja eventualmente uma Frente Ampla com Alckmin vice (o que também não concordamos), batalharemos pela criação de comitês de campanha em apoio a Lula, retomando o trabalho de base com a Frente de Esquerda sem apoiadores golpistas.
- 27 Abriremos o debate para a necessidade de um programa de reformas estruturais e anticapitalistas: A este chamado, não somente o nosso sindicato mas toda a

esquerda deverá atender, inclusive, preparando o cenário pós-eleitoral, afinal o SINASEFE não ficará, em hipótese alguma, a reboque de qualquer governo, independente de quem seja o inquilino de plantão no Palácio do Planalto. Sabemos que quem irá garantir nossas conquistas não são os governos eleitos, mas o povo organizado nas ruas e no local de trabalho. Nossa campanha, ainda que eventualmente minoritária dentro do bloco lulopetista, será de construção da Frente de Esquerda, independente de haver ou não a decisão majoritária pela Frente Ampla (possibilidade de aliança encabeçada pelo principal partido da esquerda com uma liderança burguesa decadente e setores golpistas).

28 Por um lado, precisamos abrir esse debate com aqueles que têm esperanças (e ilusões) sobre um eventual governo de colaboração de classes com a burguesia e a direita golpista como saída para a crise brasileira, e por outro, incorporar a esquerda socialista nesta tática eleitoral. Não teremos nas nossas fileiras nem o oportunista quietismo eleitoral deslumbrado pela conciliação de classes nem tampouco o sectarismo ultra-esquerdista que confunde desejo com realidade. Por isso, no seu 34º Congresso, o SINASEFE resolve lutar:

1. Pela eleição em outubro de um bloco lulista alicerçado numa Frente de Esquerda como a forma realista, imposta pela conjuntura, de derrotar Bolsonaro e a “terceira via” da burguesia golpista, bem como de enfraquecer o neofascismo e o neoliberalismo extremado; forças estas que, caso eleitas, ameaçam impor uma derrota histórica de grandes proporções às lutas da classe trabalhadora.

2. Pelo fim do legado do Golpe jurídico-midiático-parlamentar de 2016 e pelo avanço dos interesses da classe trabalhadora! Nesse sentido, são prioritárias a revogação do Teto de Gastos, da Contrarreforma Trabalhista e da Contrarreforma Previdenciária.

3. Pelo questionamento da Lei de Responsabilidade Fiscal e da Desvinculação das Receitas da União (DRU), tendo em perspectiva a luta social mais ampla no sentido de regulá-las por uma Lei de Responsabilidade Social que garanta a manutenção e ampliação efetiva dos serviços públicos universais, gratuitos, de qualidade e com gestão pública direta sob controle popular! No mesmo sentido, as Privatizações também devem ser revogadas, como a da Eletrobras e de refinarias da Petrobras, bem como começar um processo de reversão das terceirizações do serviço público enquanto verdadeiras privatizações disfarçadas.

4. Pela reversão das reformas neoliberais em geral e, especificamente, naquilo que fizeram avançar na mercantilização da educação, como a Reforma do Ensino Médio, o processo de revisão da BNCC e do PNLD, consonantes com o projeto do governo do “Novo Ensino Médio”.

5. Pelo fortalecimento do FONASEFE e da relação deste e do SINASEFE com outros sindicatos e fóruns sindicais do setor público federal, estadual, municipal e também privado, bem como o fortalecimento da relação do SINASEFE com os movimentos sociais e estudantis.

6. Em defesa do SUS! Saúde pública, universal, gratuita, de qualidade e com gestão pública sob controle popular direto!

7. Pela recomposição orçamentária e investimento estratégico na Educação pública, na Ciência e na Tecnologia!

8. Em defesa do serviço público em geral, não à PEC 32! Abaixo a Reforma Administrativa! Por um serviço público fortemente referenciado na inclusão social com gestão pública sob controle popular direto.

9. Pelo direito ao trabalho, pela defesa dos empregos dos trabalhadores e incentivo à criação de empregos públicos em primeiro lugar, mas também da auto organização e de empregos privados de pequenos e médios empresários.

10. Lutar por uma renda básica universal para todas e todos! Pela recomposição do valor do salário mínimo conforme as referências do DIEESE! Pelo congelamento dos preços dos alimentos da cesta básica, da água e da energia! Pelo fim da atual política de preços de combustíveis da PETROBRAS vigente desde o Golpe de 2016! Lutar pelo aumento do poder aquisitivo da classe trabalhadora é lutar contra a inequidade social.

11. Por uma nova relação com o meio ambiente, contrária a devastação mercantilizadora da vida pelo capitalismo! Pela defesa intransigente da preservação da Amazônia e de toda a nossa biodiversidade! Pela defesa dos povos e territórios indígenas, ribeirinhos e quilombolas!

12. Para que os ricos paguem pela crise! É necessária e urgente a taxação de grandes fortunas e a revogação das reformas antipopulares que propiciaram os lucros exorbitantes do grande capital em detrimento dos direitos da classe trabalhadora. É necessário enfrentar o até então "intocável" mercado financeiro que drena diuturnamente os recursos públicos até o limite, causando-lhe paralisia. Os bancos privados devem ser amplamente regulados, os pequenos negócios das cidades e a pequena produção agrícola no campo precisam usufruir de financiamento público a taxas de juros reduzidas, sendo as verbas atreladas à utilidade social dos negócios e ao desenvolvimento de mecanismos de redução dos danos ambientais e sustentabilidade.

13. Pelo fim do Genocídio da População Negra disfarçado de "Guerra às Drogas"! Pela desmilitarização das polícias!

14. Pelo fim do Feminicídio e todas as outras violências de natureza misógina, pelo reconhecimento amplo e irrestrito dos direitos reprodutivos das mulheres. Em defesa do direito ao aborto seguro pelo SUS.

15. Pelas reformas urbana e agrária radicais e efetivas que enfrentem e derrotem os interesses do grande Capital, do latifúndio e da especulação imobiliária e fundiária.

16. Pelo poder popular. A democracia não pode continuar restrita ao voto em cada pleito eleitoral. A democracia direta precisa ir além dos limites de uma democracia meramente representativa. Um governo de esquerda deve, necessariamente, superar as paralisias inerentes às alianças com a burguesia e construir sua força, para além dos lobbies que embaralham corruptamente a relação público-privado, pela mobilização e organização da maioria trabalhadora do povo.

17. Pelo anti-imperialismo e internacionalismo. O comércio exterior deve ser controlado pelo Estado, e gerido de acordo com os interesses da classe trabalhadora com prioridade estratégica para o mercado consumidor interno dos produtos de primeira necessidade. A solidariedade em relação às lutas anti-imperialistas e pela auto organização da classe trabalhadora contra os interesses

do grande capital imperialista e local deve ser um horizonte fundamental da luta das trabalhadoras e trabalhadores.

18. Pela defesa da Auditoria Cidadã da Dívida Pública da União e dos estados.

19. Pelo combate a todas formas de opressão de gênero, raça, sexualidade, etnia e classe. Pela criminalização de todas as formas de violência à comunidade LGBTQIA+.

20. Pelo combate às perseguições políticas dentro da Rede Federal de Ensino, no Serviço Público em geral e em toda a sociedade.

21. Pela defesa das Pessoas Com Deficiência, para que recebam as condições necessárias possam exercer plenamente suas potencialidades, inclusive, seus direitos e deveres, políticos e sindicais.

22. Pela urgente e necessária valorização e proteção das aposentadas e aposentados, pela garantia de paridade, pelo fim das contribuições previdenciárias após a aposentadoria. Por uma política de valorização de saberes e práticas no serviço público que permita aos aposentados interagir com ativos em fóruns afins.

23. Pela necessária e urgente reestruturação da carreira EBTT: É necessário que os conceitos fundamentais da carreira EBTT sejam debatidos com a categoria, através da intermediação do SINASEFE, e passem a fazer parte da lei que regula o Plano de Carreira. Atualmente existe somente uma tabela, sem nenhum conceito básico estabelecido, por exemplo: Step, Formação Continuada, Dedicção Exclusiva, Isonomia nos Vencimentos, Proporcionalidade nos vencimentos entre 20 horas e 40 horas, dentre outros.

24. Valorização do PCCTAE: Pela necessária e urgente atualização do Piso Salarial das(os) Técnicas(os) Administrativas(os) em Educação que deve ser estabelecido pelo mínimo do DIEESE. Aumento do step para 5%, como historicamente defendemos.

Assinam esta tese:

Saulo Daniel Campos de Oliveira - IFBA Rogério Amorim - IFNMG Henrique Nascimento da Silva - IFPA Leonardo Carretta da Silva - CEFET/RJ Flávio Ferraresi - IFSP Patrícia Conceição de Souza - IFBA Arivaldo da Silva Souza - IFBA Demian Boaroli - IFRS Márcio Maltarolli Quidá - IFSULDEMINAS Stânio de Sousa Vieira - IFTO Rita Sidmar Alencar Gil - IFPA Lissandra Luvizão Lazzarotto - IFRS Arielly Dayane Lima Ribeiro - IFAC Maria Nildes Batista Silva - IFPA Joilson Silva Porto - IFAM Luisa Ramos Senna Souza - IFBA Gabriel Adolfo Garcia - IFFARROUPILHA Givaldo da Silva Visitação - IFBA Hélio de França Gondim - IFPB Thalimar Matias Gonçalves - IFES José de Araujo Pereira. SINTEFPB Flávio dos Santos Barbosa - SINASEFE-CMR-EAMPE Michel Torres - IFRJ Fernanda M. Furlan - IFAL Jackson Ricardo Marcelino Braz - IFES Paula Francisca da Silva - IFNMG Marcos Francisco Serafim de Souza - IFPA Eduardo Janser de Azevedo Dantas - IFRN Lourdes Rafaella Santos Florencio - IFCE Márcio Alves de Oliveira - IFSP Maria Amélia Ferracciú Pagotto - IFSP Carlos David de Carvalho Lobão - IFPB Fabio de Oliveira Dias - IFSul Odemir Vieira - IFSC Paulo Marconi Linhares Mendonça - IFCE Raimundo Joaquim Façanha Serra - IFPA Hélio de França Gondim - IFPB Jefferson Oliveira Lima - IFPA Claudio Enrique Fernández

Rodríguez - IFRS Jeanne Cristina Sampaio Botelho - IFMG Soraya Cristina Pacheco de Meneses - IFS Natália Ayres da Silva - IFCE George Bezerra Pinheiro - IFCE Máira Ferreira Martins - IFSP Vivianne Cambuí Figueiredo Rocha - IFBaiano Derley Menezes Alves - IFS Ana Cláudia Gouveia de Sousa - IFCE Leandro Rafael Prado - IFBA Gilvan Azevedo dos Santos - IFMA Maria Cleide da Silva Barroso - IFCE Ana Paula Brasil - IFES Maria Artemis Ribeiro Martins - IFCE Paulo Raimundo Sterling Malta - IFBA Samantha Macedo Lima - IFCE Poliana Coste e Colpa - IFSULDEMINAS Fabiano Rosa de Magalhães - IFNMG Leandro de Oliveira Cedraz - IFBA Jean Luís Gomes de Medeiros - IFPB Máira Nobre de Castro - IFCE Solange Aparecida da Silva Mendes - IFMG Maria da Conceição Vieira - IFMG Regina Raimunda Alves - IFMG Iracildes Silva Oliveira - IFS Rodrigo Ferreira Rodrigues - IFES Deivson Luiz Matos da Silva - IFS Patrícia Conceição de Souza - IFBA Irismar Monteiro Brasil - IFPA Sady Salomão da Silva Alves - IFPA Grazielle Nayara Felício Silva - IFSP Ana Carolina de Abreu Pinho - IFRJ Suely Corvacho IFSP (Prof. Aposentada) Armando Cezar da Silva Pompermaier - IFAC Rui Santos Carigé Júnior - IFBA Thalismar Matias Gonçalves - IFES Amarildo Mendes Lemos - IFES Ana Virgínia de Souza Rocha - IFCE Cícero Hermes Batista Lobo - IFMA Tânia Regina Barbosa de Sousa - IFS Claudertone Andrade de Barcellos - IFES Felipe Henrique Gonçalves da Silva - IFES Geisa Lourenço Ribeiro - IFES Raimundo da Conceição de Jesus Fraga - IFBA John Karley de Sousa Aquino - IFCE Cristiane Marques Santos - IFPA Rômulo Alexandre Silva - IFPB Jefferson Oliveira Lima - IFPA Gustavo Reis San Martin - Instituto Federal Farroupilha Luís Antônio de Araújo Costa - IFBA Lissandra Luvizão Lazzarotto - IFRS Carlos Eduardo Bartel - IFC João de Lima Cabral - IFAC Normando Raimundo de Lima Junior - IFBA Marta de Souza França - IFBA Leandro Oliveira Campos - IFTO Hugo Manso - IFRN Anderson Alves Esteves - IFSP Fillipe Perantoni - IFPB Klaus Rene Trein Laino - IFTO Rogério de Souza - IFSP Jonas Pereira Gomes - IFMA Valerio Arcary - IFSP Márcio Pironel - IFSP Paulo Marconi Linhares Mendonça - IFCE Francisco de Assis Queiroga - IFPB Pedro Lima Filho - IFPB Eliezer da Cunha Siqueira - IFPB Sebastião Saraiva Neto - Instituto Federal Farroupilha Anelise Alves Monteiro - IFS Jonny Nelson Teixeira - IFSP Daniel Teixeira Maldonado - IFSP Adriano Carmelo Vitorino Zão - Instituto Nacional de Educação de Surdos (INES) Romulo Duarte Paulsen - IFSul Guaraci Cardoso Soares, IFPA, ETRB e CIABA Renálide de Carvalho Morais Fabrício - IFPB Yara Silvia Freire Rabay - IFPB Yuri Ribeiro Moleiro IFSP Danielle Lima Costa - IFMA Antonio Jesus Souza Melo Neto - IFPB Antônio Rubens Oliveira Lucas - IFBA Willy Deivson Leandro da Silva - IFTO Ludimilla Alves Mota IFTO Márcia Soraya Teani - IFSP Silas José de Lima - IFTO Emanuel Igor da Silva Oliveira - IFBA Aurélio W Néspoli IFSP João Paulo França - IFPB Ana Paula Lopes Siqueira - IFF Maria Rodrigues Oliveira - IFPA Jaime do espírito santo Vieira Junior - IFTO Rejane Marinho de Sousa - IFTO Francisco de Sales Oliveira Filho - IFPB Inocencia Assumpção Nunes Cruz - IFTO Raimundo Joaquim Façanha Serra - IFPA Henrique Brum Moreira e Silva - IFTO Teresa Kikuchi do Vale - IFTO Edwardes Amaro Galhardo - IFTO Cristiano Raykil Pinheiro - IFBA Laurenir Santos Peniche - IFPA Graça Elda Vasconcelos - IFPA Claudenira Cavalcante Melo - IFCE Camila Aparecida da Silva - IFSP Leonardo Crochik - IFSP Nadja Maria de Lima Costa - IFRN João Campinho - IFSP Allan Patrick de Lucena Costa - IFPB Cícero Agostinho Costa - IFCE Josicleia Vieira de Abreu do Vale - IFCE José Luiz Papa - IFMG Regina Célia Marinho Cavalcante - IFG Clarissa Maciel Cavalcante - IFPA Alessandro Emilio Teruzzi - IFSP Marcos Reis dos Santos - IFBA Jorge Emanuel Luz de Souza - IFBA Alex de Souza Ivo - IFBA

## 019 - TESE SOBRE CONJUNTURA NACIONAL - 34º CONFINASEFE

A chegada do governo da extrema direita e ultra neoliberal de Jair Bolsonaro representou a frustração e desmoralização, para um grande setor da classe trabalhadora, de um governo de esquerda, que prometia uma mudança radical do país, da situação dos trabalhadores, dos pobres e dos oprimidos, mas que a bafejada da violenta crise econômica mundial, iniciada em 2008, com seu rastro de desemprego, corrosão salarial, combinada a fortes denúncias de corrupção dentro e fora do governo, envolvendo obras superfaturadas, desvio de recursos de fundos de pensão de estatais, investimentos controversos, levou a uma rápida corrosão de seu apoio social e o derretimento de sua base parlamentar no Congresso Nacional.

Os esforços do governo Dilma de se mostrar capaz de aplicar o chamado Plano de Ajuste fiscal e iniciar o ataque a direitos trabalhistas (seguro-desemprego, pensão por morte, acesso ao PIS, ao auxílio-defeso, ampliação das terceirizações), vislumbrar a volta da antiga CPMF e uma nova Reforma Previdenciária, não garantiu mais o apoio dos principais setores da burguesia ao governo do PT. Para sair da crise a burguesia necessitava de um governo mais assertivo na política e com menos desgaste político e social. Para isso o governo tampão de Temer servia para aprofundar os ataques e dar tempo para a construção de uma nova alternativa burguesa. Nem tudo sai como os planos....

Diante da profunda crise que atingiu os partidos basilares da Nova República (PSDB, PMDB e PT) e seus satélites, abriu-se a oportunidade para um discurso visto como autêntico, fora do sistema, moralizador e moralizante, "contra tudo e contra todos" e "contra tudo que está aí". O discurso da extrema direita, renascida para a sociedade, após décadas de ocultamento nas sombras.

O discurso do atual governo constrói uma narrativa sobre os problemas brasileiros na qual uma das principais fontes da crise que vivemos é a inconsequência no uso das verbas públicas por parte da "esquerda", gasto excessivo com a máquina estatal, com seu corpo de servidores e os gastos com custeio e manutenção. De novo, reafirmaram-se a quintessência da "eficácia e eficiência" da empresa privada (não explicam por que tantas vão a falência), das regras de mercado, no qual permanecem os mais qualificados, a defesa irrestrita à liberdade do mercado, o que implica em privatizar para o grande capital nacional e internacional o que ainda está na esfera do público e do estatal.

Outra peça angular deste discurso é o da necessidade de garantir que o endividamento do Estado esteja em limites "sustentáveis", ou seja, que o esforço central dos governos deve ser garantir a manutenção dos chamados "contratos", que expressam a "estabilidade jurídica" necessária para atrair os investimentos que farão o país voltar a crescer.

É em decorrência desses posicionamentos econômicos e ideológicos do governo que, ao longo desses quatro anos, foram surgindo uma série de projetos que tinham como fundamento ampliar a desregulamentação das relações trabalhistas, no âmbito do serviço público e da iniciativa privada, a privatização de amplas esferas públicas, o desmantelamento e o desregramentos das medidas protetivas para o uso dos meios naturais, do solo e subsolo, dos direitos dos povos originários, das populações tradicionais, inclusive seu direito a posse das terras onde vivem e buscam manter suas tradições culturais.

O objetivo é evidente, significa garantir a transferência de recursos públicos para o setor privado, é reduzir o tamanho do Estado, ou seja, a política do “Estado Mínimo” para os trabalhadores, pobres e a sociedade em geral para se obter o “Estado Máximo” para os capitalistas.

No caso específico dos servidores públicos federais, o derradeiro ataque foi a tentativa de aprovação da PEC 32, a contrarreforma administrativa. Essa PEC trazia no seu bojo um ataque violento aos servidores públicos, buscando destruir sua autonomia diante dos governos de momento, para tornar a máquina pública refém dos interesses imediatos do grupo político no poder e reduzir sua capacidade de resistir aos ataques do governo. Por isso, restringia a entrada no serviço público através de concurso e com a efetivação no ato da posse, permitia o ingresso no serviço público por outros meios que não concurso público, abrindo o caminho para a entrada a partir de apadrinhamentos e outros interesses ocasionais dos governos de ocasião.

Além disso, permitia a privatização dos serviços públicos, pois o art. 37-A, da PEC dispõe que: “A união, os Estados, o Distrito Federal e os Municípios poderão, na forma da lei, firmar instrumentos de cooperação com órgãos e entidades, públicos e privados, para a execução de serviços públicos, inclusive com o compartilhamento de estrutura física e a utilização de recursos humanos de particulares, com ou sem contrapartida financeira.” Outro ataque profundo era a possibilidade de extinção de órgãos públicos vinculados ao poder executivo sem ter que passar por debate no legislativo, através de decreto.

Ao longo dos últimos dois anos deste governo os trabalhadores, o povo pobre, os setores oprimidos e os servidores públicos, em particular, os da educação, tiveram que se enfrentar com uma guinada de 180 graus em decorrência da eclosão da pandemia do covid19.

De uma hora para outra debates sobre a necessidade da realização de um lockdown nacional, com garantia de emprego e renda para todos se entrecruzava com o discurso do governo que resistia a implementar tais medidas sob a falsa alegação de defender a economia do país. O que acabou ocorrendo foi um conjunto de ações diferenciadas em cada estado e município, com o governo Bolsonaro definindo uma lista ampla de atividades essenciais, recusando-se a implantar o lockdown (no que tinha o apoio da maioria dos governos e da burguesia) e demorar meses para instituir um programa de ajuda emergencial para pequenos negócios, trabalhadores e desempregados. Mesmo assim, programa extremamente limitado e que atacava o nível dos salários dos trabalhadores.

Na educação, em um primeiro momento, o governo Bolsonaro tentou aproveitar a oportunidade para implantar a EaD na educação básica (o que rapidamente se mostrou totalmente inviável) e, em seguida, implantar o trabalho e ensino remoto;

Ainda se aproveitando desta realidade, o governo federal implementou as atividades em forma remota, empurrando todo o custo das mesmas aos servidores. A continuidade da pandemia e sua corte de horrores, fruto em grande parte da política negacionista e genocida do governo, ampliou em muito o desgaste, o cansaço, o stress, enfim o mal-estar social e individual. O ensino remoto aprofundou a desigualdade social brasileira, acentuando a marginalização no processo de ensino-aprendizagem das crianças e jovens oriundos das camadas mais pobres de nossa sociedade.

Em particular, para as trabalhadoras, de forma geral, este desgaste é muito mais profundo, pois vemos a combinação da pandemia e o isolamento social e das atividades laborativas remotas com o aumento do desemprego, da corrosão salarial, da fome e abandono, o que representou uma elevação exponencial na carga de preocupações, tarefas das mulheres em geral, ampliando em muito o seu desgaste físico, mental e emocional.

Nos vemos agora, neste momento, com os governos avançando na política de um rápido retorno a uma pretensa normalidade, com o apoio dos setores empresariais, obcecados em reativar a economia e retornar a acumulação dos lucros e, ao mesmo tempo, o direcionamento das atenções do conjunto da sociedade para o processo eleitoral do segundo semestre, apresentado como o momento no qual a sociedade poderá redefinir o rumo para a superação das sequelas da pandemia, da crise econômica e social.

Para as amplas massas, o que hoje se apresenta é a continuação do governo genocida de Bolsonaro, ou sua versão mais light e desarmada, com Sérgio Moro, e por outro lado unidade nacional com burguesia, como expresso por Lula e Alckmin, ao que tudo indica com apoio do PSOL. Ou seja, são alternativas que, em que pese suas diferenças, se propõem a continuar governando o capitalismo, e isso significa, nesse grau de crise em que estamos, a perpetuação dos ataques, da fome e do desemprego, além da continuidade da entrega do país.

Hoje, a maioria dos trabalhadores e da juventude acha que deve votar em Lula para tirar Bolsonaro e derrotar a ultradireita. Ou seja, a enorme rejeição a Bolsonaro é a alavanca da candidatura Lula. No entanto, uma eventual vitória de Lula, com Alckmin e partidos do centrão, apoiado por banqueiros, latifundiários e grandes empresários, com um programa de continuar governando o capitalismo, não vai resolver a crise para o lado dos trabalhadores, nem ao menos reverter o retrocesso que sofremos nos últimos anos.

Isso se dá porque, pelo grau de crise e decadência do país, determinada pelo imperialismo, um governo que não rompa com os super ricos, pelo contrário que governe com eles, vai inevitavelmente manter os planos neoliberais, ou seja, os ataques aos direitos, aos serviços públicos e a entrega do país. É isso o que aparece como horizonte de um futuro governo Lula em unidade com a burguesia. Não só não vai resolver a crise como vai gerar ainda mais frustração, abrindo espaço para Bolsonaro e a ultradireita mais à frente, como ocorreu em 2018. Então, não basta derrotar eleitoralmente Bolsonaro, é preciso enterrar de vez a ultradireita, e isso se dá com luta e avançando na organização e num projeto nosso.

Daí a importância de, nesse terreno, ainda que árido, apresentar e disputar a consciência da classe para um projeto nosso, de classe, revolucionário e socialista. Sabemos que as mudanças que queremos não virão das eleições, mas é uma obrigação dos revolucionários não deixarem a classe refém das alternativas da burguesia.

Consideramos que uma das principais tarefas colocadas neste momento é justamente avançar num projeto socialista e disputá-lo entre a classe trabalhadora, e assim ganhar o máximo possível de trabalhadores para um programa que tenha como horizonte e estratégia a derrubada do capitalismo e a construção de uma sociedade socialista. Essa disputa se dá no dia a dia, nas lutas e também nas eleições, um terreno próprio da burguesia e comandado pelo poder econômico, mas é quando aparecem de forma mais nítida os projetos de cada setor à sociedade.

Por estas razões é que lançamos um chamado ao ativismo social, a juventude, aos setores oprimidos, às organizações que reivindicam a construção do socialismo, aos trabalhadores em geral pela construção de um Polo Socialista e Revolucionário, que desde já, busque aglutinar as forças necessárias para enfrentar os dilemas e conflitos que continuarão a aparecer, apesar das ilusões apregoadas pela mídia burguesa, partidos reformistas e direções burocráticas da superação das dificuldades com a saída de Bolsonaro e a ascensão de algum dos projetos dentro da ordem capitalista que ora se apresentam para o Brasil.

Enquanto o PSOL “exige” do PT algumas medidas que não tocam nas fortunas dos bilionários, muito menos na estrutura do capitalismo, e sabe que nem isso o PT vai aceitar, e mesmo assim encaminha o apoio a Lula no primeiro turno, o Polo Socialista Revolucionário promoveu um debate que discutiu a fundo um programa socialista para o país.

Um programa não pode ser apenas um conjunto de propostas, mas precisa partir das necessidades mais profundas da classe, avançando na consciência e conectada a mudanças estruturais. Exigiria, por exemplo, revogar as reformas trabalhista e da Previdência, mas ir além, parar de pagar a dívida, atacar as fortunas e propriedades e várias medidas que a burguesia não vai querer, nem as instituições que estão aí. A única forma de derrotarmos realmente Bolsonaro e a ultradireita é disputando a consciência da classe rumo a um projeto socialista.

#### **ASSINAM:**

Oscar R. Junior- IFSC

Elisa Guimarães – Colégio Pedro II

Mari Jardineiro – Colégio Pedro II

Luiz Sergio – Colégio Pedro II

Albano Teixeira – Colégio Pedro II

Alexandre Elias – IFF Fluminense

Marcelo Teixeira – Colégio Militar PE

Claúdio RC Fonseca- Colégio Militar PE

Acácio Tarciso – IFPA

Humberto Brito – IFPA

Renan Cunha – IFPA

Zeca Conceição – IFPA

Claudicea Durans – IFMA – Campus Monte Castelo

Jean Magno – IFMA – Campus Maracanã

Ramon Zapata – IFMA

## **020 - SINASEFE UNIDO INDEPENDENTE DEMOCRÁTICO E DE LUTAS**

UNIR E FORTALECER O SINASEFE À PROSSEGUIR NA LUTA UNIFICADA PARA DERROTAR BOLSONARO COM SUA POLÍTICA, ELEGER LULA E ASSEMBLEIA CONSTITUINTE PARA REVERTER A TRAGÉDIA: ORGANIZAR CONVENÇÃO SINDICAL DEMOCRÁTICA ABERTA E CONSTRUIR CHAPA DE FRENTE ÚNICA.

*"Pode-se dizer que um sindicato constitui uma frente única permanente. Nesse sentido, um acordo, no seio do sindicato, entre companheiras e companheiros que têm posições políticas e ou filosóficas diferentes, pode se assemelhar a uma frente única permanente. Mas há evidentemente, diferenças profundas com a frente única sobre objetivos precisos e particulares. Isso não é nada de novo, nem de particular. (...)".* Pierre Lambert, militante sindical, escreveu em 1969.

Há quatro anos atrás, no 32º CONSINASEFE, realizado de 28 de abril à 1º de maio de 2018, em Brasília-DF, foi eleita a atual Direção Nacional do SINASEFE, a DN do SINASEFE:

**151 votos (31,52%) Chapa 2 – SINASEFE INDEPENDENTE DEMOCRÁTICO E DE LUTAS. (Coletivo SPL-SINASEFE É PARA LUTAR e MEI-LUTA DE CLASSE);**

**128 votos (26,72%) Chapa 4 – Sonhar e lutar (Coletivo PÃO E ROSAS e FÓRUM CLASSISTA);**

**88 votos (18,37%) Chapa 1 – Firmes na luta (Coletivo FIRMES NA LUTA);**

**65 votos (13,56%) Chapa 3 – Inconfidentes avançando na luta classista (Coletivo MI- MOVIMENTO INCONFIDÊNTES);**

**47 votos (9,81%) Chapa 5 – Em defesa da unidade da classe trabalhadora (UNIDADE SINDICAL-1º DE MAIO).**

Com esse resultado, a DN do SINASEFE foi formada, obedecendo o critério da proporcionalidade qualificada e 50% de gênero feminino, como está no Estatuto do SINASEFE.

A conjuntura estava terrível, para a classe trabalhadora brasileira, e a *"Nota do SINASEFE Nacional, sobre o julgamento do Habeas Corpus de Lula no STF, de 05 de abril de 2018"*, publicada pelo DN do SINASEFE, mostra a conjuntura da época. E o SINASEFE ainda estava filiado à CSP-Conlutas, desfiliando-se dela, no 33º CONSINASEFE em 15/11/2019.

Essa "Nota" citada à cima, está mais à baixo com mais duas notas, cujos títulos são: *"Nota da CSP-Conlutas, sobre a decisão do STF AO PEDIDO DE HABEAS CORPUS DE LULA, de 05 de abril de 2018,"* e *"Nota do Bloco Somos Todos CSP-Conlutas, sobre a decisão do STF, ao pedido de Habeas Corpus de Lula, de 06 de abril de 2018"*. Essas três "Notas", estão contidas na primeira parte da tese 89, aprovada no 33º CONSINASEFE, em 15 de novembro de 2019.

O 33º CONSINASEFE também aprovou as teses: *"87 - Desfiliação do SINASEFE da CSP-Conlutas: Garantir a autonomia para preservar o próprio Sindicato e a sua Base: Proponentes: Raimundo Nascimento Doria (Aposentado - Base do SINDSCOPE) William do Nascimento Carvalho (Campus São Cristóvão II - Base do SINDSCOPE),*

*ambos do Coletivo SPL-SINASEFE É PARA LUTAR”, a 88 – “Resgatar a unidade para conquistar as reivindicações: o SINASEFE não necessita estar filiado à CSP-Conlutas : Proponente: Felipe Acácio Jacques, do SINASEFE- IFSC, e do Coletivo MEI-LUTA DE CLASSE”, e a “90 – Romper com a CSP-Conlutas e Construir o ENCLATE: Um Caminho Possível para Organizar o Movimento Sindical Brasileiro- Unidade Classista- Fração Nacional no SINASEFE. Proponentes: Coletivo Fórum Classista”.*

Com clareza de compreender, a análise daquela conjuntura, no 32º CONSINASEFE, em meados de abril de 2018, e com consciência das tarefas, que a próxima DN do SINASEFE, necessitaria executar, o Coletivo SPL-SINASEFE É PARA LUTAR, e o COLETIVO MEI-LUTA DE CLASSE, organizaram e formaram, a Chapa 2- SINASEFE INDEPENDENTE DEMOCRATICO E DE LUTAS, sendo a mais votada , como está na primeira página dessa “Tese”, que tem como objetivo, colaborar com o debate, sobre a necessidade de aplicar nessa conjuntura terrível e desfavorável, os **princípios da estratégia de frente única operária**.

O Coletivo SPL – SINASEFE É PARA LUTAR, e o Coletivo MEI- LUTA DE CLASSE, estiveram em conversação, com o Coletivo UNIDADE SINDICAL-1º DE MAIO, para apresentar ao 32º CONSINASEFE, **chapa de frente única**, unindo forças na DN do SINASEFE. Porém não foi possível, mesmo sem divergência de princípio, de programa e de plano de lutas. Mas ela se deu na prática, na luta de resistência, que foram muitas, estão sendo e serão muitas, para derrotar Bolsonaro com sua política, continuará na campanha eleitoral para eleger Lula presidente, mantendo a independência do SINASEFE à partidos políticos e à governos, e na luta unificada, para convocar uma Assembleia Nacional Constituinte, livre e soberana, com deputadas e deputados eleitos exclusivamente, para fazer outra “Constituição”, capaz de reverter a tragédia, que está levando a classe trabalhadora brasileira, de volta ao trabalho escravo.

Contudo isso, neste 34º CONSINASEFE, nós do Coletivo MEI-LUTA DE CLASSE, estamos CONVIDANDO, para uma CONVEÇÃO SINDICAL DEMOCRÁTICA ABERTA, todas, todex e todos do SINASEFE, que tenham consciência que trabalhadoras e trabalhadores, necessitam de sindicatos independentes democráticos de lutas, organizados em frente única, com organizações representativas da classe trabalhadoras, para lutar e conquistar, necessários direitos.

A seguir, a primeira parte da tese 89, aprovada no 33º CONSINASEFE, em novembro de 2019, onde constam as três “Notas”, citadas à cima.

**TESE 89 -PROCEGUIR A LUTA EM DEFESA DOS DIREITOS DEMOCRATICAMENTE CONQUITADOS, DERROTAR OS ATAQUES DO GOVERNO BOLSONARO E REVERTER A TRAGÉDIA: O SINASEFE NÃO NECESSITA ESTAR FILIADO À CSP-Conlutas.**

*“Nota do SINASEFE NACIONAL, sobre o julgamento do Habeas Corpus de Lula no STF, de 05 abril de 2018:*

*O SINASEFE NACIONAL, por meio dessa Nota, vem se pronunciar sobre a recente decisão do Supremo Tribunal Federal (STF) em negar Habeas Corpus para o ex-presidente Luís Inácio Lula da Silva.*

*Não pode ser indiferente a um sindicato vinculado à Educação e à defesa dos Direitos Humanos que a corte mais alta do judiciário desconsidere de maneira cínicca e covarde todas as evidências de perseguição, manipulação de provas e uso dos aparelhos de segurança do Estado Brasileiro para tirar da disputa eleitoral um dos seus mais fortes candidatos. (...).*

*Último parágrafo dessa “Nota”: O resultado do julgamento de Lula só vem a mostrar a qualquer um de nós, que não podemos depositar crédito algum no que diz a Constituição e, em última instância, a vontade política dos magistrados e os interesses que mesquinamente representam vão prevalecer sobre o “Estado de Direito” e a Constituição.*

*Ao dizer isto, o SINASEFE NACIONAL não toma posição alguma em favor de qualquer candidatura, apenas nos reservamos ao direito de apontar que, nesse momento de graves ataques contra a educação e os direitos sociais, neste momento em que o bloco midiático golpista encontra apoio e ressonância nas mais altas cortes, a parcialidade e a conveniência do judiciário está posta, a república está morta. Repudiamos a possibilidade da prisão de Lula, não por defendê-lo incondicionalmente, mas por ser uma prisão política e porque teimamos em ser justos, e sabemos muito bem que esse é apenas mais um passo adiante do golpe que começou em 17 de abril de 2016, e que pode ainda ser muito pior.*

*Nós que defendemos o Estado de Direito, não temos a quem pedir que intervenha em nosso favor. Mais uma vez como sempre, somos nós mesmos a nossa melhor alternativa. Seguiremos chamando a unidade de toda a classe trabalhadora como única saída para essa crise.*

*Greve Geral já para derrotar Temer e os golpistas! Fascistas, não passarão!*

*Direção Nacional do SINASEFE”.*

*“NOTA DA CSP-CONLUTAS SOBRE A DECISÃO DO STF AO PEDIDO DE HABEAS CORPUS DE LULA, 05/04/2018 (TREXOS):*

*A CSP-Conlutas sempre defendeu a prisão de todos os corruptos e corruptores, bem como a expropriação de todos os seus bens e a devolução do que foi roubado dos cofres públicos. Esta foi a decisão do nosso 3° Congresso.*

*Nesta quarta-feira, em uma longa sessão, o plenário do STF (Supremo Tribunal Federal) rejeitou o pedido de habeas corpus para o ex-presidente Lula, que pedia para recorrer em liberdade de sua condenação a 12 anos e um mês de prisão, por corrupção passiva e lavagem de dinheiro. A decisão torna iminente a sua prisão.*

*A CSP-Conlutas não participará de atos contra a prisão de Lula, reafirmando sua posição de que a justiça deve ser feita para todos. Que sejam presos todos os corruptos e corruptores, que seus bens sejam expropriados e o dinheiro devolvido aos cofres público.*

*Secretaria Nacional Executiva CSP-Conlutas 5 de abril de 2018”.*

*“Nota do BLOCO SOMOS TODOS CSP-Conlutas sobre a decisão do STF ao pedido de habeas corpus de Lula, publicado em:06/04/2018:*

*Não temos nenhuma confiança no Supremo Tribunal Federal ou na imparcialidade da justiça burguesa!”. São milhares de jovens presos, na sua maioria, pobres e negros, que sequer tem o direito a julgamento.*

*Tudo isso se agrava com a decisão do STF ao negar o habeas corpus do ex-presidente Lula, pois essa decisão reafirma, com ampla divulgação pela mídia, que a prisão em segunda instância deve ocorrer sem levar em consideração a presunção de inocência. Essa é uma conquista democrática, prevista na constituição, na qual nos apoiamos, para denunciar os abusos autoritários que prendem e matam jovens negros e pobres da periferia todos os dias.*

*Além do mais, comprova a seletividade da justiça burguesa ao tratar de forma diferente a maioria dos corruptos soltos, a começar pelo atual presidente Michel Temer.*

*Bloco Somos Todos CSP-Conlutas”.*

**UNIR E FORTALECER O SINASEFE À PROSSEGUIR NA LUTA UNIFICADA PARA DERROTAR BOLSONARO COM SUA POLÍTICA, ELEGER LULA E ASSEMBLEIA CONSTITUINTE PARA REVERTER A TRAGÉDIA: ORGANIZAR CONVENÇÃO SINDICAL DEMOCRÁTICA ABERTA** à todas, todex e todos do SINASEFE, que se incorporaram, na Greve Nacional de SPFs, organizada pelo FONASEFE (Foro Nacional de Entidades Sindicais de Servidoras e Servidores Públicos Federais), na vitoriosa Campanha Salarial de SPFs em 2015, forçando o Governo Dilma negociar “NEGOCIA PRESIDENTE DILMA E FORA MINISTRO LEVY”.

Convenção aberta à todas, todex e todos, que participaram, do movimento “NÃO VAI TER GOLPE, VAI TER LUTA”. Golpe que tirou a Presidente Dilma, democraticamente eleita, e pôs o Golpista Michel Temer, E em seguida estavam participando do movimento “FORA TEMER GOLPISTA E NENHUM DIREITO A MENOS”. Foram duas greves gerais, para derrotar sua política, e sem elas, a destruição dos nossos direitos conquistados, seria bem maior.

Aberta também, a todas, todex e todos do SINASEFE, que participaram em 2021, dos atos, organizados pela FRENTE FORA BOLSONARO, da Greve Geral 14 de junho de 2019 para derrotar a Reforma da Previdência, do Governo Bolsonaro, e se incorporaram nas vitoriosas Jornadas de Lutas em Brasília, e nos estados, organizada principalmente, pelo FONASEFE, para não deixar votar a PEC 32 (Reforma Administrativa), por tratar-se de mais PEC (Proposta de Emenda Con, que retira os poucos direitos conquistados, na atual Constituição, atacando os serviços públicos no Brasil, rumo ao “Estado Mínimo”, seguindo as ordens do Imperialismo.

Convidamos à essa **Convenção Sindical Democrática Aberta**, todas, todex e todos do SINASEFE, que se incorporaram na Campanha Salarial Unificada de SPFs, de 2022, organizada pelo FONASEFE, e estando em Brasília no dia 29 de março de 2022, em meio a Jornada de Lutas dessa campanha salarial, participariam com a grande delegação do SINASEFE, do “Ato” em frente ao MEC, com o ministro derrubado, pois pegaram-no, praticando corrupção a mando de Bolsonaro, e engrossariam as palavras de ordem, nesse Ato: A NOSSA LUTA É TUDO DIA, EDUCAÇÃO NÃO É MERCADORIA; FORA BOLSONARO CORRÚPTO; e OLÊ, OLÊ OLÊ OLÁ, LULA LÁ, LULA LÁ”. E que estão nesse 34º CONSINASEFE, para eleger a próxima DN do SINASEFE, capaz de unir o SINASEFE, a prosseguir na luta unificada, fortalecido, para

derrotar Bolsonaro, eleger Lula presidente, mantendo o SINASEFE independente de governos, e de partidos políticos, e engrossar o movimento por uma "Assembleia Nacional Constituinte", de deputadas e deputados eleitos livremente, para escrever outra "Constituição", capaz de reverter o rumo que está levando o povo brasileiro à tragédia.

*A propósito do dogmatismo de esquerda: Na obra "Esquerdismo Doença Infantil do Comunismo", publicada em 1920, Wladimir Lênin, procura convencer militantes comunistas alemães e italianos da gravidade dos erros esquerdistas, que ele classifica como "doença infantil", pois esses militantes estão exasperados pela violência da repressão desenvolvido pelo Partido Social-Democrata, em colaboração com os generais do império na Alemanha e pela passividade dos dirigentes sindicais que se esforçam a conter e desagregar as greves para salvar o capitalismo, tanto na Itália com em toda a Europa.*

*Lênin indica que esse dogmatismo de esquerda é perigoso e necessita ser superado rapidamente. Uma discussão sobre estas questões se desenvolve no 3º Congresso da Internacional Comunista, realizado de 22 de junho à 12 de julho de 1922, a qual levou aos princípios da estratégia de frente única operária.*

*Em seguida, o dogmatismo de esquerda foi instrumentalizado como meio de desagregar com frases radicais "revolucionárias" o movimento da classe trabalhadora. Assim, Josep Stalin impôs a linha da dita "terceiro período" da Internacional Comunista, proibindo frente única do Partido Comunista Alemão com o Partido Social Democrata.*

*Frente a essa política criminoso de divisão da classe trabalhadora desenvolvida na Alemanha pela Internacional de Stalin, que levaria a uma derrota sem combate, a classe trabalhadora alemã, em 1933, Leon Trotsky (Como Derrotar o Fascismo?) arma militantes sobre a natureza dessa divisão e opõem a unidade das fileiras operárias contra os avanços de Adolf Hitler. O combate pela frente única está sempre no centro da situação. Revista A Verdade nº88.*

*SINASEFE desfilia-se da CSP-Conlutas, no 33º CONSINASEFE, 15 novembro de 2019.*

*A votação foi uma das mais esperadas e importantes do 33º CONSINASEFE, com o SINASEFE aprovando sua desfiliação da CSP-Conlutas em votação por ampla maioria. Antes da votação, três defesas pela desfiliação do SINASEFE à CSP-Conlutas, foram feitas por representante do Coletivo FORUM CLASSISTA, FIRMES NA LUTA e SPL-SINASEFE É PARA LUTAR. Pela manutenção da filiação do SINASEFE à CSP-Conlutas, o Coletivo MI-MOVIMENTO INCONFIDENTES, que foi reprovada.*

*Todos os sete coletivos internos do SINASEFE, tem representantes na atual Direção Nacional do SINASEFE, mas somente o Coletivo MI-MOVIMENTO INCONFIDENTES, defendeu a permanência, da filiação, do SINASEFE à CSP-Conlutas, sendo que um líder do Coletivo PÃO E ROSAS, declarou voto de abstenção.*

**Parte final da Tese 89 aprovada no 34º CONSINASEFE em 15 de novembro de 2019: DERROTAR OS ATAQUES DO GOVERNO BOLSONARO E REVERTER A TRAGÉDIA**

*“O povo, sem emprego, salários em queda, e cada vez com menos serviços públicos, arde na infernal situação aberta no Brasil em 2016 com o golpe, e que se acelerava vertiginosamente com a instalação do governo Bolsonaro, produto do golpe e da fraude na eleição de 2018 para presidente, quando fraudaram a prisão de Lula, mesmo sem provas, sabendo que ele venceria a eleição. (Eleição sem Lula é Fraude - Resolução aprovada 154ª PLENA do SINASEFE dos dias 9 e 10 de junho de 2018)*

*A gangue conduzida ao Planalto, pela “refinada” burguesia tupiniquim sob os auspícios do capital financeiro, nervosa com a perda de apoio do Governo Bolsonaro, se mexe para se preservar e avança cada vez mais na via de um bonapartismo acima de tudo e de todos, e dar continuidade a destruição de direitos conquistados com muita luta.*

*Segundo matéria publicada no Estadão (16/9/2019), guiados pelo desqualificado guru desde a Virgínia nos EUA, a gangue mexe-se para criar um cadastro da militância bolsonarista, e defender Bolsonaro, um passo para organizar milícias dispostas a quebrar literalmente, a resistência a um governo cada vez mais descreditado.*

*Resistência expressa, por exemplo, na recente greve das trabalhadoras e trabalhadores dos Correios, na constituição de uma frente de defesa da soberania contra as privatizações ou nos Institutos Federais, nas universidades contra o desmonte das instituições federais de ensino, o Future-se, rejeitada pela 161ª PLENA.*

*Resistência que se expressa também na fracassada ofensiva para varrer os partidos políticos, que representam a classe trabalhadoras e sindicatos combativos, do mapa, mas eles insistem em continuarem vivos, não sem problemas, como atesta a recente entrevista do governador da Bahia à Veja, Rui Costa. Ali ele se apresenta como alternativa para 2022 dizendo, inclusive, que a luta por Lula Livre não deve condicionar alianças!*

*Cresce a rejeição ao governo, por isso setores da burguesia, cúmplices de sua fraudulenta eleição, começam a cantar como sereias. Pressões para frentes amplas onde cabe tudo, menos os direitos do povo e a defesa da democracia, digna deste nome.*

*Sobe a pressão para comprometer sindicatos, partidos políticos de esquerda, movimentos populares e estudantis, e colocar a luta do povo no cabresto, como o recém lançado Fórum pela Democracia, Direitos Já. Sobre o qual vale registrar a opinião de Lula: **“Não dá para construir frente ampla para defender direitos com quem tirou diretos, com quem fez o impeachment. Eu acho que o PT não tinha que participar mesmo. Eu pedi para Gleisi Hoffman ir para fazer uma afronta. Perguntar: de que direitos estamos falando? Com Serra que entregou a Petrobras para a Chevron, que quer quebrar a lei da partilha, que é o autor da EC 95?”** (Revista Fórum).*

*Lula tem razão, não podemos nos enredar em articulações com partidos e setores que representam os mesmos interesses econômicos e políticos que levaram Bolsonaro à presidência. E isto vale para tudo! Aqui e agora na defesa da soberania, direitos e democracia, cuja motor é a luta pelo fim do governo Bolsonaro e por Lula Livre. Vale também para as alianças, e enfrentarmos o inimigo comum, a mesma prática do SINASEFE, desde o Golpe de 2016*

**PROCEGUIR A LUTA EM DEFESA DOS DIREITO CONQUITADOS, PELO FIM DO GOVERNO BOLSONARO, POR LULA LIVRE, E REVERTER A TRAGÉDIA: O SINASEFE**

NÃO NECESSITA ESTAR FILIADO À CSP-Conlutas. (Final da tese 89 do 33º CONSINASEFE).”

*“Para que os sindicatos sejam capazes de reunir, educar e mobilizar o proletariado para uma luta de libertação, precisam superar os métodos totalitários do stalinismo. Os sindicatos devem abrir as suas portas às trabalhadoras e aos trabalhadores de todas as tendências políticas, desde que seja respeitada a disciplina na ação.*

*Qualquer um, que transforma o sindicato em um instrumento para perseguir objetivos estranhos a ele (particularmente instrumento da burocracia stalinista e, do imperialismo “democrático”), inevitavelmente divide a classe trabalhadora, enfraquece a luta e favorece a reação. Uma democracia plena e honesta dentro dos sindicatos é a condição mais importante para a democracia em um país”. Escrito em 1938 por Leon Trotsky.*

CONVIDAMOS TODAS, TODEX E TODOS, QUE QUEREM UNIR E FORTALECER O SINASEFE À PROSSEGUIR NA LUTA UNIFICADA PARA DERROTAR BOLSONARO, ELEGER LULA E CONVOCAR ASSEMBLEIA CONSTITUINTE PARA REVERTER A TRAGÉDIA À ORGANIZAR CONOSCO CONVENÇÃO SINDICAL DEMOCRÁTICA ABERTA PARA CONSTRUIR CHAPA DE FRENTE ÚNICA.

Proponentes: Coletivo MEI-LUTA DE CLASSE.



Essa faixa, estava em Brasília, no dia 12 de julho de 2019, no Ato Nacional Em Defesa Da Educação Pública, E Aposentadoria, por ocasião do Congresso Nacional da UNE, percorreu a Esplanada até a Praça dos Três Poderes, e estava presente, na 140ª Plena do SINASEFE.



# ***TESES DE EDUCAÇÃO***



## 01 – Educação e democratização

1. Vivemos um momento da luta de classes mundial e nacional marcado por uma crise econômica de longa duração, eliminação progressiva de direitos sociais, bem como a ascensão do conservadorismo, do obscurantismo, do liberalismo autoritário e do fascismo. Esse contexto torna fundamental a dimensão estratégica da disputa da hegemonia política, econômica e ideológica nos diversos contextos e espaços. Dimensão que requer mediações no tempo presente fundamentadas sobre o estudo, elaboração e construção de *práxis* calcadas na noção de “revolução em permanência”, conduzida “dentro e fora da ordem”.
2. Reflexões, proposições e *práxis* que tenham a Escola como objeto – aqui delimitada como instituições públicas e privadas de função escolar, dela excluída as Instituições de Ensino Superior (IES) – em particular relações acerca das interações entre Educação e Democratização têm que partir destas referências primárias. Têm que ser capazes de identificar a dimensão estratégica presente nesta relação e caminhos possíveis para uma determinada proposta no campo desta relação.

### Escola como espaço de socialização da ciência, da filosofia e da arte

3. A Escola, compreendida como instituição voltada para o processo formativo que se estende da fase escolar inicial aos estudos finais da Educação Básica, deve ser apreendida como contexto e espaço fundamental de acolhimento da ciência, da filosofia e da arte que a humanidade desenvolveu historicamente. A Educação que se desenvolve no contexto e espaço da Escola, por sua vez, tem uma dimensão de socialização, em um processo histórico-social formativo condicionado pelos limites e possibilidades dos mais diversos contextos docentes e estudantis, do patrimônio científico, filosófico, tecnológico, cultural e artístico que a sociedade desenvolveu ao longo da sua caminhada. A Escola, constituída como contexto e espaço de acolhimento e a Educação, apreendida como processo de socialização, tem que abrigar, disponibilizar e formar com base nesse patrimônio.
4. A Escola na qual se desenvolve uma Educação que seja Democrática tem que ser capaz de socializar o patrimônio científico, filosófico, tecnológico, cultural e artístico da humanidade. A Escola que se reproduz sob uma razão instrumental, que circunscreve os processos educativos à instrução normativa instrumental em atendimento às demandas da produção do valor e da reiteração das relações sociais fundadas na desigualdade e na dominação social, anula em grande medida uma dimensão da sua Democratização. Isto porque Educação Democrática passa

necessariamente pela conformação da Escola e da Educação como contexto/espaço e processo de socialização desse patrimônio.

5. A Escola também tem que estar acessível a toda a sociedade e de forma gratuita. A universalização e a gratuidade representam o compromisso de que todos devem ter o direito ao processo de socialização do referido patrimônio e da formação independente e autônoma em relação às demandas da produção do valor e dos processos de reiteração das relações sociais fundadas na desigualdade e na dominação social.

6. A escola, para criar e reproduzir interações positivas entre Educação e Democratização, tem que garantir, do ponto de vista formal e real, a laicidade. Isto é, a formação escolar não pode ser espaço de imposição de determinadas interpretações teológico-metafísicas de mundo, sociedade e homem. Assegurar a laicidade, por sua vez, não representa processos de combate ao universo teológico-metafísico, mas a afirmação da esfera social e humana como precedente a este, no processo formativo que se desenvolve no contexto e espaço escolar.
7. A Escola e a Educação nela desenvolvida devem estar aparelhadas, entre outros, de recursos institucionais, humanos, bibliotecários e informacionais para o acolhimento desse patrimônio e a sua socialização. A luta por Escola e Educação aparelhada de recursos socialmente necessários, suplantando a Escola e Educação minimalista em termos de pessoal, infraestrutura e projeto político-pedagógico, é parte essencial do processo de Democratização.

### **Escola como espaço de pedagogias e de práticas de gestão emancipadoras**

8. A natureza e finalidade da Escola como socializadora do patrimônio científico, filosófico, tecnológico, cultural e artístico da humanidade – que se desenvolveu sob estruturas e dinâmicas de desigualdade e conflito social – e como formadora com base em demandas requeridas no seu presente – fortemente marcada pela produção do valor e da reiteração de relações sociais fundadas na desigualdade e na dominação social – é determinante da internalização da contradição social. Essa internalização a transforma em um contexto e espaço de luta de classes, sob conteúdo e forma de projetos classistas de Escola e de Educação em disputa. Portanto, a contradição, para além de proporcionar abordagens contestadoras de conceituações reducionistas da Escola como ‘aparelho ideológico de Estado’ e da Escola como ‘instituição reprodutora de violência simbólica’, descortina o fato de que ‘outra Escola’ e ‘outra Educação’ são possíveis, ainda que com limitações impostas pela ordem capitalista e burguesa, no âmbito da qual as disputas de projetos têm curso.
9. A Escola como espaço de Educação e de Democratização tem que romper com processos de ensino fundamentados em instruções normativas instrumentais que se desenvolvem no espaço escolar, como precipitação de um encadeamento que se estende da institucionalização da educação burguesa nos sistemas públicos e privados de educação à estrutura e dinâmica da Escola. A dimensão política do Ensino reativa a estas instruções normativas instrumentais demanda a abordagem crítico-dialética dos conteúdos da ciência, da filosofia e da arte. Ensino desenvolvido como desvendamento do movimento e da contradição com base em uma leitura histórico-social dos objetos e fenômenos estudados. Tal dimensão do ensino permite a confrontação de processos que se voltam para: a produção do valor e a reiteração das relações sociais baseadas na desigualdade e na dominação social; o acesso restrito e direcionado ao patrimônio científico, filosófico, tecnológico, cultural e artístico da humanidade; a transformação da estrutura e dinâmica da Escola em instrumentos de subjetivação e naturalização das hierarquias e ordens sociais; o disciplinamento do corpo e das formas de pensar inerentes ao capitalismo e à sociedade burguesa.
10. A dimensão pedagógica do Ensino reativa a estas instruções normativas instrumentais, por sua vez, tem que potencializar qualidades humanas como a capaci-

dade de auto-descoberta do conhecimento, de autonomia na aprendizagem, de criatividade e de ressignificação de conteúdos e formas. São processos pedagógicos que se contrapõem a uma relação vertical entre o professor, pólo dinamo do processo de ensino e o aluno, reduzido em grande medida à condição de mero receptor. Tais processos se desdobram no comprometimento das referidas qualidades humanas. Como resultado, tem-se atuação automatizada de professores, sob formas importantes de alienação e estranhamento quanto ao seu trabalho; e de alunos, aprisionados em comportamentos passivos e em apropriação mecanicista de conhecimentos e informações expostos a descartes continuados.

11. Portanto, uma dimensão da relação Educação e Democratização passa necessariamente pela ruptura com instruções normativas instrumentais ordenadoras de processos de ensino nas suas dimensões política e pedagógica. A criação e estabelecimento de processos de ensino, fundamentados em abordagem crítico-dialética e em uma relação pedagógica que não se estabeleça como vertical e concentrada em um de seus pólos da relação, tem que permear um movimento de educação que envolva a contraposição da educação burguesa institucionalizada, a disputa em torno da gestão e diretrizes do ensino e aprendizagem em nível de cada Escola e a edificação de fundamentos pedagógicos socializados junto aos professores e aos alunos orientados pela perspectiva da emancipação, da educação integrada e da formação *omnilateral*.
12. A Escola, como espaço de Educação e de Democratização, também tem que promover um funcionamento cotidiano de novo tipo. É fundamental a superação de relações autoritárias pessoalmente centradas e de dinâmicas burocratizadoras das relações internas. Em contrapartida, deve promover relações fundadas na transparência, na construção de planejamentos político-pedagógicos coletivos e na participação das representações políticas dos segmentos internos e da comunidade externa em instâncias que decidem acerca dos rumos da Escola e da educação nela desenvolvida.

### **Escola como espaço de afirmação de uma visão crítica do processo histórico**

13. A Escola, na perspectiva de um movimento por uma educação popular, tem que convergir a condição de espaço de acolhimento e socialização do patrimônio científico, filosófico, tecnológico, cultural e artístico da humanidade e de criação e estabelecimento de processos de ensino e aprendizagem fundamentados numa lógica coerente à Educação fundamentalmente emancipatória, integrada e *omnilateral*. Essa convergência tem que passar necessariamente pela leitura crítica das determinações e formas assumidas pelas relações sociais, historicamente marcadas pela exploração econômica, dominação política e opressão ideológica de classe. Essa leitura ocupa papel decisivo como edificação da possibilidade de compreensão crítica das próprias relações sociais, criadoras do ser social, no seu presente.
14. A Educação desenvolvida na Escola, quando convergindo os referidos patrimônios e processos de ensino e leitura crítica, lança as bases para a formação de uma sociabilidade antagônica à sociabilidade capitalista-burguesa. Portanto, trata-se de uma sociabilidade alternativa, de caráter popular, posto que apoiada na categoria trabalho como princípio educativo e permeada de elementos sociais, políticos e ideológicos proletários e populares.

## Escola como sociedade política e sociedade civil

15. A relação estabelecida entre Educação e Democratização também deve ser abordada com base na leitura crítica acerca das dimensões, relações e formas como 'sociedade política' (Estado) e 'sociedade civil' (grupos sociais organizados) estão internalizados na Escola. Dessa leitura, na perspectiva de um movimento por uma educação popular, deve emergir 'o que deve ser preservado' e 'o que deve ser superado' na dimensão da sociedade política, bem como 'o que deve ser afirmado' e 'deve ser expurgado' na dimensão de sociedade civil, da Escola.
16. A escola possui uma dimensão de sociedade política à medida que está subordinada em diversos níveis e formas ao Estado. A Escola Pública internaliza essa dimensão na medida em que se reproduz por meio de uma institucionalidade estabelecida e em que se constitui em uma célula do Estado. A Escola Privada também internaliza essa dimensão, ainda que não se constitua em célula do Estado, posto que também se reproduz por meio de uma institucionalidade estabelecida pela sociedade política.
17. O movimento por uma educação popular tem em vista a criação de um 'sistema único de educação' apoiado em um projeto, diretrizes e parâmetros de uma educação nacional popular construída a partir de movimentos e lutas sociais populares, de um lado, e mantido unicamente por meio de recursos públicos, por outro. 'Sistema' nacionalmente estabelecido, que emerge da interdição da Educação como campo imediato e direto de reprodução do sistema do capital, criado e desenvolvido como educação nacional popular expresso em termos de projeto, diretrizes e parâmetros. Portanto, a dimensão da sociedade política que se tem em vista conquistar é a institucionalização da educação nacional popular e em ampliar a obrigatoriedade do Estado para com a manutenção integral das condições materiais viabilizadoras de um sistema único de educação.
18. A construção do sistema único de educação, que objetivamente nacionalize e publicize radicalmente a Educação, tem que se fazer acompanhado da superação do controle autocrático que o Estado exerce sobre a Escola e a Educação nela desenvolvida. Aqui reside a dimensão da sociedade política que se pretende retirar da Escola e da Educação mediante a radicalização da sua autonomia institucional sobre as bases anteriormente indicadas. Isto é, o projeto, diretrizes e parâmetros e os recursos públicos necessários que orientarão o sistema único de educação e cada escola pública em particular tem que envolver diretamente processos e instâncias que conjuguem e integrem estruturas de base e de poder decisório por representação previsto no próprio sistema único.
19. A Escola também possui uma dimensão de sociedade civil à medida que se constitui em um espaço de intervenção político-pedagógica e cultural de uma diversidade de sujeitos sociais socialmente mobilizados e de organizações da sociedade civil. Pode-se elencar, como sujeitos sociais e organizações da sociedade civil, sindicatos de trabalhadores e de patrões, fundações e instituições direta e indiretamente vinculadas a empreendimentos econômicos e políticos, entidades e movimentos de mobilização e de representação estudantil e associação de pais e professores.
20. A consolidação do capitalismo industrial e da hegemonia (econômica, política e ideológica) burguesa, sobretudo a partir da segunda metade do século XX, foi determinante quanto ao movimento de controle compartilhado entre a sociedade política e a sociedade civil burguesa sobre a Escola e a Educação nela desenvol-

vida. O movimento por uma educação popular, dentre outros objetivos, tem em vista a contraposição quanto ao papel e função que as organizações da sociedade civil burguesa exercem sobre a Escola e a Educação, ora mediante políticas e diretrizes encaminhadas por meio de relações com o poder público e sistemas públicos de educação, ora mediante projetos interinstitucionais estabelecidos diretamente entre Escolas e fundações/instituições subvencionadas por bancos e empresas. Assim, o movimento por uma educação popular, para além de lutar pela interdição da Educação como campo imediato e direto de reprodução do sistema do capital, também tem em vista romper com o controle que esse sistema exerce sobre a produção e reprodução da Escola e da Educação nela desenvolvida, em termos políticos, organizativos e pedagógicos, bem como da seleção interessada do patrimônio científico, filosófico, tecnológico, cultural e artístico da humanidade que interessa ao sistema do capital que seja ensinado, a partir das mediações secundárias que esse sistema internaliza nas mediações primárias que o Estado desempenha na sociedade.

21. No atual contexto de intensificação da luta de classes mundial e nacional, marcada por uma crise econômica de longa duração, eliminação progressiva de direitos sociais e regressão política e cultural, as classes dominantes e dirigentes procuram, em termos da sociedade política, implementar: redução das dimensões dos sistemas públicos de educação e ampliação dos espaços abertos de reprodução do capital na Educação; sub-financiamento dos sistemas públicos de educação voltado para precarizar o acesso das camadas populares ao patrimônio científico, filosófico, tecnológico, cultural e artístico da humanidade e ampliação dos recursos em favor do capital financeiro e da remuneração da dívida pública; reafirmação do controle autocrático da sociedade política sobre a Escola e a Educação, restringindo espaços democráticos e de participação das organizações da sociedade civil do mundo do trabalho na definição dos seus rumos; militarização das relações político-administrativas e pedagógicas no âmbito da Escola e da Educação, estendendo-se desde as relações autoritário-impositivas das direções das redes públicas de educação à militarização direta das unidades e atividades de ensino mediante o advento da "escola militar".
22. As classes dominantes e dirigentes também procuram, em termos da atuação das organizações da sociedade civil burguesas, implementar: condução de projetos institucionais sedimentadores na cultura burguesa, como os projetos de empreendedorismo escolar docente e discente; fortalecimento de movimentos político-ideológicos de repressão da autonomia docente, com o "Movimento Escola sem Partido"; construção de relações entre capitais (internacionais, nacionais e locais), elites políticas e partidos, mediante formas que envolvem desde contratação de empresas e consultores vinculados a organismos e instituições patronais que assessoram secretarias públicas de educação e à contratação de indivíduos vinculados a partidos, governos, empresas e dirigentes escolares como parte do controle da Escola e da Educação que nela se desenvolve.
23. Sob contexto de crise e intensificação da luta de classes, no tocante à Escola e à Educação, presencia-se a sociedade política tendo realçada a sua dimensão coercitiva; e as organizações da sociedade civil burguesas promovendo uma ofensiva política e ideológica voltada para a fragmentação do ensino, mas também desenvolvendo uma ação coercitiva a partir da própria sociedade civil, de caráter complementar a ação autocrática de Estado, a exemplo do "Movimento Escola sem Partido" presente na sociedade brasileira.

## A atual ofensiva das classes dominantes e do Estado autocrático-burguês contra a educação pública e a contraofensiva dos trabalhadores

24. A compreensão da ofensiva das classes dominantes e do Estado autocrático burguês contra a educação pública brasileira, desencadeada desde os períodos FHC e Lula-petista, requer a identificação de dois elementos. Primeiramente, essa ofensiva tem como fundamento a “teoria do capital humano”, segundo a qual cada criança, cada jovem e cada trabalhador devem ser pensados como fator de produção, isto é, a conversão da inteligência humana em uma peça da engrenagem da produção ao lado de instalações, máquinas e matérias primas. Esta teoria subsidia: a intervenção do Banco Mundial, da Usaid e da Fundação Ford na América Latina e no Brasil; as proposições da Fiesp, da CNA, da Abag para a educação brasileira; a construção do movimento ‘Todos pela Educação’, elaborando cartilhas, projetos educativos, convênios e telecursos, mediante elaboração acerca da educação, estabelecimento de contatos e aliados na iniciativa privada e no setor público para implementar políticas e projetos, e livre trânsito no sistema de mídia.
25. O movimento ‘Todos pela Educação’ ocupa um lugar especial na implementação da “teoria do capital humano”, posto que, articulando o capital internacional mediante Banco Mundial e as diversas frações do capital internamente por meio suas fundações e institutos, se consolidou como uma espécie de intelectual coletivo dissimulado do capital que identifica, apresenta e representa uma suposta “vontade nacional” no que tange à educação, propondo reformas no ensino médio, reiteração do dualismo estrutural presente na educação brasileira, sistema de avaliação e desempenho que condicionam acesso a recursos públicos empregados nos salários dos professores e na escola, parceria público-privada na implementação de políticas e projetos de educação, formação de professores sob dado referencial ético-político, programas e projetos de empreendedorismo, etc. São proposições sobre-determinadas por processos como o de reposicionamento do país na divisão internacional do trabalho em termos de padrão de acumulação e de reestruturação produtiva.
26. Em segundo lugar, essa ofensiva também tem como fundamento a desarticulação de processos que têm em vista a transformação do espaço e relações sociais presentes na Escola em direção à emancipação da classe trabalhadora. Isto é, quando efetivamente a Escola convive com a redução do controle e da influência que a sociedade política (Estado) e a sociedade civil (grupos sociais organizados) burguesa exercem sobre ela, mediante a ampliação da atuação das organizações da sociedade civil identificadas com a política e cultura fundamentados na emancipação da classe trabalhadora.
27. Deve-se ter claro que a perspectiva politécnica é o centro articulador da contraposição à teoria do capital humano e à reiteração/reafirmção da Escola como sociedade política e/ou sociedade civil subordinada ao sistema do capital. Como ponto de partida é fundamental a construção de um pensamento educacional crítico emancipatório, compreendido como parte integrante do processo de construção e afirmação hegemônica da estratégia dos trabalhadores calcada na perspectiva de uma sociedade democrática e amparada no poder popular, alternativa à capitalista e burguesa, capaz de articular políticas apropriadas a cada conjuntura de modo articulado à essa perspectiva de sociedade.

28. A transformação social e a construção de um poder que se caracterize como popular deve se fazer presente em todos os contextos e espaços como parte do processo de disputa de hegemonia política, econômica e ideológica. Tem-se a compreensão de que processos de acumulação na modificação da correlação de forças sociais, na complexa sociedade brasileira, demandarão a criação de um contexto de resistência orgânica aos poderes e ordenamentos sociais, desenvolvidos “dentro da ordem social”, isto é, nos marcos jurídico-políticos vigentes. Mas também a imposição de dualidades de poder e a criação de novos tipos de poder e de ordenamentos sociais se dão “fora da ordem social”. A acumulação, que também tem-se como compreensão, culminará em rupturas qualitativas, edificando um poder popular e as condições de transição para uma nova ordem e efetivo direcionamento social pela classe trabalhadora.
29. A noção de “revolução em permanência”, que articula movimentos e lutas “dentro e fora da ordem”, internaliza uma perspectiva de transformação social e de poder que está para além de uma perspectiva de guarda de uma crise catastrófica do capitalismo e/ou de um dia “D” de insurgência social transformadora. De fato, a compreensão do processo de transformação social, que para além de crises estruturais orgânicas do capitalismo e de insurgências sociais, envolve diretamente estruturas sociais contra-hegemônicas de poder e de ordenamentos sociais, que amplie e potencialidade condições determinantes da disputa de hegemonia e da transformação social, em articulação com a noção de poder popular, é um elemento central do movimento por uma educação popular. Esta é a dimensão que concorre decisivamente para que esse movimento vá para muito além da agitação e propaganda puramente formal de um projeto de educação popular, de levantamento e agitação de bandeiras de luta em defesa da Educação e de agremiação de militantes e simpatizantes por meio de coletivos vinculados a partidos e organizações políticas. Trata-se de um movimento voltado para a disputa da Educação em seu movimento integral, de totalidade; portanto, desde a disputa do projeto nacional, na perspectiva da afirmação do projeto nacional popular de educação, chegando mesmo à conformação de formas de dualidade de poderes em nível da gestão e do ensino em curso em cada unidade escolar.
30. A afirmação do pensamento educacional crítico emancipatório, como expressão da nova estratégia política hegemônica na classe trabalhadora, tem de ser orientada pelos seguintes eixos: i. A defesa da escola pública, gratuita, laica, de qualidade e unitária, sendo este último elemento demarcador dos dualismos educacionais e de processos educativos que mitigam a resignificação do trabalho e o lugar da escola/universidade pública como lugar da classe trabalhadora; ii. A elaboração de concepções e projetos como *práxis*, em contraposição às formações calcadas nas competências orientadas para o mercado, que materializam a “teoria do capital humano”; iii. A transformação do pensamento educacional crítico emancipatório e toda a diversidade de experiências desenvolvidas nos mais diversos espaços escolares, conjugando transformação social e educação, na perspectiva da sua afirmação como uma vontade nacional popular.

## 02 – Políticas para educação sob o Governo Bolsonaro e seus impactos sobre a formação de professores

Discutir as políticas para educação sob o governo de Jair Bolsonaro implica em compreender que essas não são recentes nem datadas desse governo. Desde o Governo Fernando H. Cardoso, uma série de iniciativas foram implementadas com o objetivo de pautar a educação pública segundo os princípios do mercado. No ensino profissionalizante, por exemplo, o projeto de Lei 1.603/96, posteriormente aprovado como decreto 2.208/97, previa a criação de um sistema apartado da educação profissional e da educação regular; e separava o ensino técnico do Ensino Médio, recriando e ampliando a dualidade entre ensino profissional e ensino propedêutico. Na perspectiva dessa política, a formação profissional deveria estar atrelada às necessidades estritas do mercado e não a uma formação para o mundo do trabalho no sentido *lato*. Nesse período, presenciamos também o amplo movimento de privatização do ensino superior, que passou primeiramente pela alteração da própria LDB e que acelerou o processo de desvio de dinheiro público para instituições privadas de ensino. Ainda sob o Governo FHC, foram promulgadas as seguintes medidas que hoje são recuperadas nos projetos de educação do Governo Bolsonaro: a criação das Fundações Privadas de Apoio à Pesquisa (Lei 8.958/1994); a Reforma administrativa do Estado (Emenda Constitucional 19/1998); e a lei sobre as Organizações Sociais (Lei 9.637/98).

Durante os Governos Lula e Dilma Rousseff, foram aprovadas duas medidas que integram o movimento de subordinação mais aprofundada da educação ao mercado: a Lei 11.079/2004, que estabelece as parcerias público-privadas, legitimando e possibilitando a criação de Organizações Sociais para gerir o setor público; e o Novo Marco Legal da Ciência e Tecnologia, criado pela Lei 13.243/2016, que estende o financiamento público de C&T para a “inovação nas empresas”, abrindo a possibilidade de compartilhamento de pessoal, recursos financeiros e materiais do setor público com o privado. Essas medidas proporcionam fundamentação legal a diversos projetos de educação do atual Governo Bolsonaro, a exemplo, o projeto *Future-se*.

Ainda no que diz respeito ao Ensino Médio, sob o Governo Temer, foi aprovada a Base Nacional Curricular Comum (BNCC), centrada na ideia de flexibilidade do currículo e no princípio de uma educação pautada pelo desenvolvimento de competências e habilidades pelo educando<sup>1</sup>. A BNCC orienta, no atual governo, a Resolução do CNE 002/2019, para a formação de professores, que também tem como princípio formativo o desenvolvimento de competências e habilidades.

Sob o Governo Bolsonaro, está sendo implementado o Programa Nacional das Escolas Cívico-ilitares. Foi aprovada a Resolução para formação de professores citada acima e que ainda deve ser enviada ao congresso. O polêmico projeto *Future-se* – que possuía quatro versões – foi enviado ao Congresso como PL 3076/2020 com novas alterações; eo projeto *Novos Caminhos para o Ensino Médio* espera para ser pautado.

---

1 A ideia de um currículo assentado sobre o desenvolvimento de competências e habilidades não é uma novidade. No ano 2000, o Governo FHC apresentou o documento intitulado “Educação Profissional: Referências Nacionais Curriculares da Educação Profissional de Nível Técnico” em que tais parâmetros são estruturantes do Currículo. Encontrado em: <http://portal.mec.gov.br/setec/arquivos/pdf/introduc.pdf>

O que essas políticas têm em comum? Todas integram a pauta neoliberal para a educação. No caso do Governo Bolsonaro, com um nível de radicalidade exacerbado e vinculado a correntes de pensamento anticientificistas. Para o neoliberalismo, a escola pública deve se pautar por princípios do mercado. Devem se transformar em *escolas-empresas*. Nesse quadro, professores e demais profissionais da educação são reduzidos a prestadores de serviço precarizados, respondendo às demandas de produtividade pautadas por metas pré-estabelecidas e vinculadas aos objetivos da BNCC. Alunos são clientes que, dependendo da classe social, estão destinados a se tornarem também trabalhadores precarizados, sujeitos às demandas e intempéries do mercado.

A pauta neoliberal para a educação, no que tange às Instituições de Ensino Superior (IES), também lança mão do que pode ser compreendido pela noção de “*capitalismo acadêmico*”, isto é, uma concepção de IES cuja natureza, caráter e função devem estar norteados pela busca crescente de instrumentalização dos seus recursos institucionais, materiais e intelectuais, vinculados ao desenvolvimento de graduação, pós-graduação e pesquisa dirigidos diretamente para a reprodução do capital. Esta noção de capitalismo acadêmico tem como base, em primeiro lugar, as teorias do capital humano, que postulam a necessidade de educação como investimento no próprio trabalhador considerado como capital, convertendo-o em um investidor que investe em si próprio, no desenvolvimento das suas próprias habilidades e conhecimentos, que procura, como todo investidor, obter o máximo rendimento desse investimento. Teorias que são basilares para a fundamentação do empreendedorismo contemporâneo. Em segundo lugar, também se apoia nas políticas de inovação no campo da ciência e tecnologia nas IES e da interface com as atividades de pesquisa e desenvolvimento das empresas privadas e/ou estatais.

Essas teorias e políticas contribuem, prática e ideologicamente, para a unificação de gestores capitalistas da educação, empresários, mídia, pesquisadores e educadores com vista a refuncionalizar a vida cotidiana das universidades e institutos, estaduais e federais, na lógica do mercado.

A atual conjuntura brasileira, marcada pela Pandemia do Covid-19, converteu-se em um contexto de oportunidade para a aceleração dessa pauta neoliberal para a educação, seja instrumentalizando medidas apresentadas como supostamente “*extraordinárias*”, seja acelerando processos de subfinanciamento da educação, precarizando serviços e servidores da educação, seja encaminhando ao congresso Projetos de Lei como o *Future-se*.

Pretendemos, nas linhas abaixo, apontar a continuidade que as atuais políticas para a educação assumem em relação à pauta neoliberal para a educação, bem como apreender algumas de suas singularidades.

## 1. Neoliberalismos e política educacional no Brasil atual

O Governo Bolsonaro, que aprofunda o projeto do Golpe de governo(ou Golpe jurídico-parlamentar, o que acha?) de 2016 e expressa uma dinâmica particular de regressão política inaugurada com o mesmo, agrega elementos particulares na pauta

neoliberal para a educação, por meio da sua política (ultra neoliberal e autoritário-fascista) para a educação<sup>2</sup>.

Compreendemos que a política neoliberal para educação, em curso no Governo Bolsonaro, se pauta pelos seguintes elementos:

*a) Desmonte crescente das instituições públicas de ensino via estrangulamento econômico*

O ano de 2019 presenciou um contingenciamento amplo das verbas para a educação. Na Educação Básica, o bloqueio (FUNDEB, PRONATEC, MEDIOTEC, Programa de Merenda, Transporte Escolar) somou 2,8 bilhões. Nas Universidades Federais, foi na ordem de 30% do orçamento sobre despesas discricionárias (que envolvem investimentos e despesas de custeio ou manutenção). Nos Institutos Federais, aproximadamente 900 milhões, o que corresponde entre 37% a 42% dos recursos de custeio. Na pós-graduação, foram bloqueados R\$819 milhões, houve congelamento e posteriormente corte de bolsas de pesquisa (7.590)<sup>3</sup>. Desta forma, os contingenciamentos atingiram a educação em todos os seus níveis e modalidades. Em que pese o descontingenciamento de parte do total anunciado, não há dúvida de que a medida visou a aumentar a fragilidade das instituições ligadas à educação e mostrar com clareza a submissão da pauta da educação à da economia.

Seguindo esse mesmo caminho, na Lei de Diretrizes Orçamentárias aprovada para o ano de 2020, houve uma redução dos gastos com educação na ordem de 20 bilhões a menos do que em 2019. Ainda sob a lógica o enxugamento máximo do Estado, a contratação de professores e técnico-administrativos encontra-se bastante restrita e os projetos apontam para a terceirização de atividades fins, inclusive a de professor.

---

2 O impeachment de Dilma Rousseff, que resultou do movimento de radicalização das lutas de classes desde o advento da crise mundial, que eclodiu em 2008, da crise do regime de democracia liberal de cooptação da Nova República e da crise da política de colaboração de classes lulopetista, foi a forma aparente do Golpe de governo de agosto de 2016, de característica judiciária, parlamentar, policial-militar e midiático. Foi orientado por um projeto que, de Temer a Bolsonaro, está em pleno curso. Tem em vista: i. Em termos econômicos: conformar uma estrutura econômica organicamente integrada ao capital financeiro internacional, sobretudo no setor de serviços, nele incluída a educação, bem como apoiada no agronegócio, na agro e minero-industrialização de exportação e nas filiais de grupos oligopolistas internacionais; ii. Em termos da formação social: impor uma estrutura social fortemente polarizada entre uma classe burguesa e camadas médias intermediárias e superiores, de um lado, e gigantescas parcelas das classes trabalhadoras submetidas à informalidade, precarização, marginalização social e acesso restrito aos direitos sociais como os de educação, saúde e previdência, de outro; iii. Em termos de regime político-jurídico: aprofundar o controle que as classes dominantes exercem sobre o Estado mediante a utilização do aparato político, jurídico e policial-militar sem concessões significativas à representação política dos trabalhadores e nos limites de uma institucionalidade liberal representativa ultra restritiva ou mesmo fascista, voltada para proteção jurídica da propriedade, repressão dos movimentos sociais e criminalização da pobreza, inclusive de interdição de democratização de acesso, de florescimento do pensamento crítico e de desenvolvimento de políticas, projetos e ações que orientem as instituições públicas de educação para o atendimento das demandas das camadas populares; iv. Em termos ideológicos: mobilizar uma vasta e diversificada rede de organizações da sociedade civil do mundo do capital sedimentando um novo padrão de hegemonia profundamente dependente de aparatos de coação/violência social, com base em estruturas como sistema de mídia, instituições/hierarquias religiosas fundamentalistas estelionatárias da fé e organizações/movimentos ideológicos neoliberais e organizações paramilitares (milícias), bem como procurando reiterar a dimensão de aparelho ideológico de Estado às instituições de educação, impulsionando concepções de mundo calcadas em manifestações como individualismo, empreendedorismo, anticientificismo, naturalização/fatalização social e autoritarismo.

3 Os valores referentes ao contingenciamento foram amplamente divulgados pela mídia: Revista Exame - Estadão (online) dia 06/05/2019; Jornal Folha de São Paulo dia 22/05/2019; BBC News dia 09/05/2019.

Não podemos esquecer que todas essas medidas se dão no contexto da vigência da Emenda Constitucional nº 95/2016, aprovada no Governo Temer, que instituiu o teto dos gastos em 2016, submetendo o país a uma diminuição crescente dos gastos com despesas públicas, aí inclusos educação, saúde e segurança. Tal medida, prevista para perdurar por 20 anos, se mantida, deve redundar na destruição do já combalido aparato público.

b) *Quebra da autonomia das instituições de ensino em todos os níveis*

Em todos os projetos apresentados pelo Ministério da Educação, fica evidente o desejo da destruição da autonomia política, pedagógica, de gestão e financeira das Instituições de Ensino, que é garantida pela Constituição Federal e pela Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional e que foi fruto da luta histórica dos trabalhadores/as da educação no Brasil.

Assim, no Programa Nacional das Escolas Cívico-Militares, a gestão das escolas é compartilhada com militares que exercem cargos específicos como: “*oficial de gestão escolar*” e “*monitores*”. De forma que, mesmo naquelas em que prevalece a eleição direta para Diretor, quando da militarização da escola a autonomia do diretor é colocada em cheque. Por outro lado, essas escolas desenvolvem a prática de cobrança de diversas taxas, excluindo àqueles que não conseguem pagá-las e selecionando o público atendido pela mesma. Perde assim o seu caráter de instituição pública no sentido do acolhimento de todos os setores da população, especialmente os mais vulneráveis.

No projeto *Future-se*, em que pese algumas alterações nas suas diferentes versões, a essência se mantém: trata-se de um ataque à autonomia pedagógica, de gestão e financeira das Instituições Federais de Ensino Superior (IFES), visando em última instância a sua privatização. Possibilita a quebra da autonomia pedagógica e de gestão na medida em que prevê a partilha da gestão entre as IFES e Fundações de Apoio a Pesquisa, por meio de um contrato de resultado (nas versões anteriores ao PL chamado de “*contrato de desempenho*”) firmado entre as IFES e o MEC. O contrato de resultado equivaleria, na prática, a um contrato de gestão, onde o controle e a avaliação de desempenho das IFES e dos servidores serviria como forma de coerção. Como não há regulamentação específica para tais contratos, estando abertos a diferentes interpretações, torna-se possível a interferência na política de pessoal, com consequências possíveis como demissão, controle rígido da produtividade, contratação de trabalhadores fora do Regime Jurídico Único, dentre outros. Por fim, o *Future-se* materializa uma ação política onde, de um lado, prevê a livre adesão e promete “*benefícios especiais*” aos aderentes; e, de outro, condena as IFES que não aderirem ao processo deletério resultante da Lei do Teto dos Gastos Públicos.

Ao mesmo tempo em que o *Future-se* é apresentado como projeto de lei, outras ações buscam afetar a autonomia das IFES, dentre elas: A medida Provisória 914/2019, que dispõe sobre o fim da autonomia no processo de escolha dos reitores agora, no mês de Junho/2020, complementada pela Medida Provisória 979/2020, que dá ao Ministério da Educação o poder de designar dirigentes *pró tempore* para as IFES durante o período de emergência de saúde desencadeado pela pandemia; e, a portaria 2.227/2019, que cerceia a participação de servidores das IFES em congressos e eventos, afetando diretamente o processo de formação continuada, bem como de atualização e publicização no campo da pesquisa. Nos estados e municí-

pios, a tentativa de repassar a gestão das Escolas para Organizações Sociais (OS's) se faz desde governos anteriores, não sem a resistência da sociedade que tem conseguido impedir o seu avanço.

c) *O cerceamento e enfraquecimento da pesquisa e extensão*

No projeto *Future-se*, a produção científica está atrelada aos interesses estritos do mercado, instrumentalizando as áreas de pesquisa, desenvolvimento e inovação em favor do grande capital e em detrimento das camadas populares. Pesquisas "aceitáveis" nesse programa são aquelas que apresentem resultados em curto prazo e produzam "produtos" a serem comercializados na bolsa de valores. Nesse sentido, diversas pesquisas de interesse social – como aquelas voltadas para o desenvolvimento de vacinas e medicamentos para cura/prevenção de doenças negligenciadas – e as pesquisas básicas não caberiam dentro do que seria o campo de interesse do *Future-se*.

Essa perspectiva quebra com um dos pilares das IFES: a indissociabilidade entre ensino, pesquisa e extensão. Com a implementação do *Future-se*, a pesquisa se dará a parte das atividades de ensino e extensão, não estabelecendo nenhuma relação necessária entre os cursos de graduação e o desenvolvimento de projetos de pesquisa. Afeta dessa forma a formação discente, reduzindo-a à reprodução do conhecimento existente.

Por fim, a versão final do *Future-se* enviada à câmara dos deputados foi esvaziada de um dos seus eixos estruturantes: os Fundos de investimento que iriam destinar recursos para pesquisa para as IFES aderentes ao programa. O Fundo Patrimonial do *Future-se* seria constituído pelo MEC, com a venda/locação do patrimônio das IFES e gerido por uma organização gestora não definida no projeto. E, o Fundo Soberano do Conhecimento (FSC), deveria ser constituído, estruturado, administrado e gerido por instituição financeira. A união participaria do fundo como cotista, mas as despesas iniciais para estruturação do fundo seriam feitas pela União. Com o desaparecimento dos fundos no PL3076/2020 – por pressão da área econômica do governo<sup>4</sup> –, restou ao projeto a ingerência pura e simples do MEC/mercado na gestão das Instituições e o cerceamento à autonomia/liberdade e pluralidade da pesquisa nas IFES, como expresso na determinação de orientar as bolsas da CAPES para as instituições que se vincularem ao programa, em mais um ataque à autonomia institucional e intelectual de professores e Instituições Federais de Ensino Superior.

O pensamento científico-tecnológico encontra-se ainda ameaçado pelo esvaziamento dos órgãos de pesquisa do ponto de vista financeiro e intelectual. Assim, a PEC 186/2019 revogou os recursos do Fundo Nacional de Desenvolvimento Científico e Tecnológico (FNDCT), principal fonte de recursos para a agência Financiadora de Projetos (FINEP) e para o Conselho Nacional de Desenvolvimento Científico e Tecnológico (CNPQ). Do ponto de vista da afirmação do pensamento racional/científico, há um esvaziamento dos órgãos que fomentam a pesquisa no Brasil que agora

4 [https://www1.folha.uol.com.br/educacao/2020/06/weintraub-atende-guedes-e-projeto-do-future-se-chega-a-camara-desidratado-sem-previsao-de-criacao-de-fundos.shtml?utm\\_source=newsletter&utm\\_medium=email&utm\\_campaign=newsfolha](https://www1.folha.uol.com.br/educacao/2020/06/weintraub-atende-guedes-e-projeto-do-future-se-chega-a-camara-desidratado-sem-previsao-de-criacao-de-fundos.shtml?utm_source=newsletter&utm_medium=email&utm_campaign=newsfolha)

divide espaço com teorias não científicas do “*design inteligente*”<sup>5</sup>, na pessoa do atual presidente da Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior (CNPq)<sup>6</sup>, órgão que orienta a maior parte da pesquisa realizada no país, inclusive para formação de professores.

*d) Formação da juventude por meio dos ideais de meritocracia e de empreendedorismo*

Em todos os projetos e programas, a meritocracia aparece como o elemento básico articulador. Trata-se de uma radicalização do pensamento meritocrático em que todas as instituições são submetidas à lógica do mercado e da concorrência. Nessa perspectiva, escolas concorrem com escolas, professores, com professores e alunos, com alunos. Ideias de solidariedade desaparecem do processo de ensino/aprendizagem dando espaço à perspectiva de uma escola-empresa tanto na gestão como na organização dos currículos e conteúdos. O empreendedorismo ganha força, mascarando as diferenças sociais em um quadro de precarização crescente do trabalho e da diminuição real de oportunidades e dignidade para a população jovem e trabalhadora, bem como de uma crescente acumulação de renda pelas classes ricas e empobrecimento das populações mais carentes no mundo. Nesse contexto, importa menos o resultado final do processo de ensino e aprendizagem e mais a aprendizagem de um comportamento ensinado a partir da própria estrutura da escola: o comportamento empresarial/competitivo que naturaliza as diferenças. Em outro patamar, associa ainda a meritocracia ao sexismo e ao racismo como forma de naturalização das diferenças.

Na BNCC, por exemplo, a ênfase é dada às competências e habilidades desenvolvidas no processo de aprendizagem. Busca-se uma padronização, em nível nacional, de conteúdos, avaliações e da cultura vinculada à escola. Nas Bases, 60% do conteúdo tem caráter nacional e 40% está aberto à cultura local. No entanto, como vincula os conteúdos e objetivos a avaliações periódicas (PISA, ENAMEB, ENAD, Prova Brasil, etc), é quase certo que o foco será dado aos conteúdos gerais, sob pena de queda do desempenho das escolas que destinarem os 40% para conteúdos referentes à cultura local. A partir desse sistema de avaliações padronizado e massificado, estabelecem-se *rankings* entre escolas, professores e alunos e se solidifica o ideal concorrencial/meritocrático uma vez que se ignora as diferenças sociais dos diversos sujeitos do processo educativo e se responsabiliza o indivíduo pelo sucesso ou fracasso de seu percurso. Nessa perspectiva, qualquer escola cujo projeto político pedagógico esteja focado em uma educação inclusiva, que tenha como fundamento a pesquisa como elemento da formação intelectual dos educandos, que trabalhe a cooperação, a solidariedade e a autonomia no processo educativo e a aprendizagem como algo coletivo e não individual, estará fadada ao fracasso do ponto de vista do sistema estabelecido.

A BNCC também limita, nos itinerários formativos, o estudo das diferentes disciplinas à exceção da matemática e do português, preservados do início às séries finais. O itinerário relativo à formação profissional deverá ser ofertado por todas as instituições, fazendo ressurgir os princípios da reforma educacional de 1971, que tornava

5 Denominação contemporânea para o criacionismo.

6 Sr. Benedito Guimarães Aguiar Neto.

obrigatório o ensino de uma profissão, mas que, na prática, esvaziou e desqualificou o Ensino Médio ofertado nas escolas públicas. A imposição dos itinerários formativos irá aprofundar a diferença entre as escolas públicas, voltadas para as classes trabalhadoras, e as escolas privadas, voltadas para as classes sociais mais abastadas. É evidente que uma formação que privilegie todas as formas de conhecimento, em todos os campos da ciência e das artes não será abandonada pelas elites, como não o foi historicamente, mas será negada às classes pobres, aprofundando a dualidade histórica do ensino no Brasil.

No *Future-se*, como destacado anteriormente, todo o projeto está estruturado em torno da privatização da atividade de pesquisa dentro das instituições via subordinação aos interesses do mercado sendo que os pesquisadores devem orientar suas pesquisas buscando sucesso em um mercado concorrencial. Aqui a lógica do mérito/empreendedorismo é levada ao extremo, a ponto de as bolsas para alunos, incluindo auxílio estudantil, estarem voltados para aqueles que desenvolvam pesquisa dentro da lógica empreendedorista. Ainda nesse sentido, o PL 3076/2020 ressuscitou uma proposta que havia aparecido na primeira versão e depois excluída das demais: a criação do dia nacional do estudante empreendedor a ser comemorado no primeiro sábado após o dia do trabalhador. A proposta torna clara a intenção de aprofundar, do ponto de vista político, ideológico e do imaginário dos jovens, a concepção de que o empreendedorismo será a solução mágica e individual para todos os problemas enfrentados pela classe trabalhadora pobre do país, que não será mais “trabalhadora”, mas “empreendedora”. Busca assim esvaziar a identidade de classe dos jovens estudantes.

Nas Escolas Cívico-Militares, a meritocracia aparece vinculada à disciplina. Em pesquisa realizada por Ratier (2020), que analisa o manual das Escolas Cívico-Militares, a palavra mais recorrente é *disciplina*, que aparece 127 vezes, seguida de *uniforme* (115), *respeito* (81), *transferência compulsória* (17), *civismo* (13), *cabelo* (12), *bandeira* (11), *democracia* (1), *gênero* (no caso, alimentício) (1), *racismo* (2), *desigualdade* (mas não social) (3). As Escolas buscam criar um sistema de submissão e concorrência entre os alunos pela distribuição e retirada de pontos de acordo com o comportamento apresentado, podendo chegar à transferência compulsória (expulsão) dos alunos que não apresentem o comportamento e o aspecto físico considerados adequados. Aqui a disciplinarização dos corpos dos alunos (talvez por isso a obsessão com uniforme e cabelo) é dada como critério para o sucesso individual e passa pela anulação das identidades dos jovens e grupos de jovens das periferias.

hama a atenção que o projeto das escolas cívico-militares esteja voltado para a militarização de escolas públicas e nunca das privadas. Partindo, como nos aponta Arroio (2019), da premissa de que jovens de periferia são violentos e que essa violência tem que ser detida pela disciplina militar. Nesse modelo, educar significa *treinar, disciplinar, evitar o contraditório e o questionamento* como quesito para o enquadramento na vida social de forma passiva.

No projeto *Novos Caminhos*, ainda muito precariamente elaborado, são três eixos de ação apresentados: Gestão e resultados; articulação e fortalecimento; inovação e empreendedorismo. Repete os princípios do *Future-se* e aponta para o incentivo à pesquisa aplicada para atender as demandas do mercado, não à toa é chamado de “*Future-se do Ensino Médio*”.

obrigatório o ensino de uma profissão, mas que, na prática, esvaziou e desqualificou o Ensino Médio ofertado nas escolas públicas. A imposição dos itinerários formativos irá aprofundar a diferença entre as escolas públicas, voltadas para as classes trabalhadoras, e as escolas privadas, voltadas para as classes sociais mais abastadas. É evidente que uma formação que privilegie todas as formas de conhecimento, em todos os campos da ciência e das artes não será abandonada pelas elites, como não o foi historicamente, mas será negada às classes pobres, aprofundando a dualidade histórica do ensino no Brasil.

No *Future-se*, como destacado anteriormente, todo o projeto está estruturado em torno da privatização da atividade de pesquisa dentro das instituições via subordinação aos interesses do mercado sendo que os pesquisadores devem orientar suas pesquisas buscando sucesso em um mercado concorrencial. Aqui a lógica do mérito/empreendedorismo é levada ao extremo, a ponto de as bolsas para alunos, incluindo auxílio estudantil, estarem voltados para aqueles que desenvolvam pesquisa dentro da lógica empreendedorista. Ainda nesse sentido, o PL 3076/2020 ressuscitou uma proposta que havia aparecido na primeira versão e depois excluída das demais: a criação do dia nacional do estudante empreendedor a ser comemorado no primeiro sábado após o dia do trabalhador. A proposta torna clara a intenção de aprofundar, do ponto de vista político, ideológico e do imaginário dos jovens, a concepção de que o empreendedorismo será a solução mágica e individual para todos os problemas enfrentados pela classe trabalhadora pobre do país, que não será mais “trabalhadora”, mas “empreendedora”. Busca assim esvaziar a identidade de classe dos jovens estudantes.

Nas Escolas Cívico-Militares, a meritocracia aparece vinculada à disciplina. Em pesquisa realizada por Ratier (2020), que analisa o manual das Escolas Cívico-Militares, a palavra mais recorrente é *disciplina*, que aparece 127 vezes, seguida de *uniforme* (115), *respeito* (81), *transferência compulsória* (17), *civismo* (13), *cabelo* (12), *bandeira* (11), *democracia* (1), *gênero* (no caso, alimentício) (1), *racismo* (2), *desigualdade* (mas não social) (3). As Escolas buscam criar um sistema de submissão e concorrência entre os alunos pela distribuição e retirada de pontos de acordo com o comportamento apresentado, podendo chegar à transferência compulsória (expulsão) dos alunos que não apresentem o comportamento e o aspecto físico considerados adequados. Aqui a disciplinarização dos corpos dos alunos (talvez por isso a obsessão com uniforme e cabelo) é dada como critério para o sucesso individual e passa pela anulação das identidades dos jovens e grupos de jovens das periferias.

hama a atenção que o projeto das escolas cívico-militares esteja voltado para a militarização de escolas públicas e nunca das privadas. Partindo, como nos aponta Arroio (2019), da premissa de que jovens de periferia são violentos e que essa violência tem que ser detida pela disciplina militar. Nesse modelo, educar significa *treinar, disciplinar, evitar o contraditório e o questionamento* como quesito para o enquadramento na vida social de forma passiva.

No projeto *Novos Caminhos*, ainda muito precariamente elaborado, são três eixos de ação apresentados: Gestão e resultados; articulação e fortalecimento; inovação e empreendedorismo. Repete os princípios do *Future-se* e aponta para o incentivo à pesquisa aplicada para atender as demandas do mercado, não à toa é chamado de “*Future-se do Ensino Médio*”.

e) *Fortalecimento das empresas privadas de educação via ideário de uma gestão empresarial para as escolas públicas*

Um dos caminhos para a efetivação dessa política se dá pela planificação, massificação e padronização dos testes de desempenho das instituições, professores e alunos, o que permite a padronização em larga escala de material didático e das provas a serem aplicadas. Grandes corporações de ensino, mundiais e locais, presentes em várias comissões e conselhos relativos à educação, especialmente no Conselho Nacional de Educação - CNE, têm interesse direto no processo de planificação presente na BNCC e na gestão empresarial - caso do Future-se - como forma de ampliar e abocanhar uma parte significativa do mercado relacionado à educação. Dentre elas estão a Pierson, Fundação Leman, Instituto Ayrton Senna, Kroton (atual Cogna), Estácio de Sá, Grupo SER Educacional.

Em estudo sobre as Diretrizes para formação de professores, Evangelista, Fiera e Tilton (2017) fazem um rastreamento de todos os membros do CNE e mostram a vinculação da maioria deles às instituições privadas de ensino, ao Sistema S, a movimentos empresariais (*Todos Pela Educação, Todos pela Base*) e a associações vinculadas ao ensino privado no Brasil, como por exemplo a Associação Brasileira de Mantenedoras de Ensino Superior.

Os sujeitos representantes do capital privado dentro das comissões agem como intelectuais orgânicos dentro do aparelho de Estado em defesa das instituições privadas. São reformadores empresariais, segundo Freitas (2020). Alguns deles passaram por quase todos os governos desde FHC, como é o caso do próprio presidente do conselho, Luiz Roberto Lisa Curi, vinculado a quatro instituições privadas (PIERSON, Estácio, Instituto TIM, OEA). No atual momento, são atores importantes na disputa pelo comando do Ministério da Educação contra a ala dita "ideológica" do Governo Bolsonaro. Tentam desqualificar a atual gestão, tarefa não muito difícil, e apontar para o aprofundamento de políticas e projetos educacionais que venham ao encontro de seus interesses ideológicos e de negócios. Não à toa tiveram grande influência na formulação da BNCC, que reestrutura todo o Ensino Médio e que tem impactos profundos sobre a formação de professores.

## **2. As Implicações das políticas neoliberais para a formação de professores**

Tal como a BNCC, as *Diretrizes para Formação de Professores* gestada pelo Governo Bolsonaro buscam inspiração em experiências internacionais dos EUA, Austrália e Chile. Cabe destacar que essa política está em andamento há muitos anos nesses países, já foi objeto de avaliação, sendo considerada um fracasso. Um dos elementos centrais dessa concepção de educação é a minimização do peso de fatores extra e intra escolares nos processos de aprendizagem e culpabilização dos professores pelas mazelas da educação pública. Nessa perspectiva, o professor é um fator a "ser controlado pela "política educacional" por meio, dentre outras iniciativas, do oferecimento de bônus e estabelecimento de médias de desempenho para garantir a ascensão na carreira.

Diferente do que ocorre até o momento - em que a formação é orientada pelos PPP dos cursos em consonância com a legislação vigente, com foco na relação entre teoria e prática e com a perspectiva de formar um docente com autonomia intelectual (Diretrizes de 2015) -, na proposta objetivada pelas "Diretrizes para for-

mação de professores”, a formação do professor deve ter foco na prática uma vez que o professor estará sujeito a avaliação a partir dos conteúdos estabelecidos na BNCC. Caracteriza-se assim como conhecimento técnico-instrumental e, em última instância, visa à formação do professor por meio de conteúdos, métodos de ensino e material didático padronizados e orientados pela BNCC.

A partir dessa formação técnico-instrumental, o professor estará sujeito a diferentes formas de avaliação. Para ingresso na carreira, deverá se submeter a concurso local com uso da nota no *Exame Nacional de Desempenho dos Estudantes* (ENADE) e adequado à matriz de competências listadas nas Diretrizes. Além disso, deverá se submeter à avaliação por entrevista e portfólio. Na carreira, para sair do estágio probatório, deverá comprovar o desenvolvimento de competências previstas nas Diretrizes, além de montar o portfólio para avaliação de um mentor que o orientará e avaliará no início da sua vida profissional. Os critérios de avaliação dos professores durante a carreira serão as competências e habilidades comprovadas ao longo da mesma e estabelecidas no parecer do CNE. A carreira do professor terá 4 níveis: *inicial, probatório, altamente eficiente e professor líder*. O processo de formação estará vinculado ao lugar que o professor ocupa na carreira e é critério para definir quem terá direito ou não à formação continuada. Aqui novamente o caráter meritocrático se reafirma, recriando competição entre docentes no ambiente escolar.

O *Parecer das Diretrizes* aponta ainda no sentido da criação do “*Instituto Nacional de Acreditação e Formação de profissionais da Educação Básica*”, responsável pela avaliação e controle das políticas de formação de professores. Porém, o documento deixa em aberto o detalhamento sobre esse órgão, sua composição, atribuições, etc.

### 3. Formação de Professores e educação 4.0

O contexto da Pandemia do *Covid-19* transformou o Mundo e o Brasil em um grande laboratório para a implementação da chamada “*Educação 4.0*”, isto é, da suposta “nova” educação vinculada à denominada “*Quarta Revolução Industrial*”. No dia 08 de abril de 2020, o Governo Federal, por meio do MEC, deu início a uma série de encontros virtuais para debater o tema intitulado “*Educação no mundo 4.0*” (com apoio do Serviço Brasileiro de Apoio às Micro e Pequenas Empresas (Sebrae), do Conselho Nacional das Instituições da Rede Federal de Educação Profissional, Científica e Tecnológica (Conif) e da Steinbeis-Sibe do Brasil). Ao mesmo tempo, professores e alunos se viram jogados no mundo da educação virtual, o que terminou por mostrar os limites sociais da educação intermediada pelas novas tecnologias, tanto no que diz respeito ao acesso democrático à mesma, quanto às concepções que a sustentam.

Esse modelo de educação, que lança mão dos avanços tecnológicos dessa nova etapa de “*Revolução Industrial*”, é mais uma das materializações das teorias do capital humano, e está apoiada na “revolução” representada pela internet, digitalização e coleta de dados. Para além da aplicação de novas tecnologias nos sistemas de gestão escolar e da disponibilização de ferramentas de informática para estudantes (computadores, tablets, etc.), a “*Educação 4.0*” se propõe a estabelecer educação continuada, desde a educação infantil à educação superior, conduzida por tecnologia que permite “ensino” remoto apoiado em modelos sistemáticos de avaliação, apoio para a elaboração de aulas, estudos das habilidades e competências requeridas pela chamada *Quarta Revolução Industrial*, criação e preparação de espaços

de aprendizagem virtual (*cibercultura*), promoção de metodologias ativas flexíveis e interligadas que envolvam professores e alunos em torno do desenvolvimento de projetos e da busca permanente de descobertas mediante o uso de aplicativos e dispositivos eletrônicos. Dentre seus objetivos, destaca-se o processo de “*aprender fazendo*”, a formação de habilidades e competências vinculadas a essa “Quarta Revolução” e a promoção do pensamento empreendedor.

A “Educação 4.0”, que para muitos é inovadora e revolucionária, requer um “novo” professor igualmente inovador e revolucionário: o chamado “*Professor 4.0*”. Sites dedicados ao tema<sup>7</sup>, listam as cinco habilidades básicas do professor 4.0: *criatividade, pensamento crítico, mediação, empreendedorismo, competência tecnológica*. Nessa perspectiva, deve ser motivador de novas possibilidades que articule demandas de mercado e interesses dos alunos; implementar metodologia ativas e flexíveis; criar, incentivar e orientar projetos e atividades que se voltem para a promoção de desenvolvimento de habilidades e competências nos alunos; fortalecer o senso de autonomia desses alunos e impulsionar as suas capacidades de “*aprender fazendo*”. Para tanto, o “*Professor 4.0*” terá que ser formado para que seja capaz de exercer domínios e saberes tecnológicos próprios da “Educação 4.0”, como computadores, quadros interativos e equipamentos eletrônicos, bem como de preparar aulas e aplicar conteúdos condizentes com os objetivos dessa educação.

É interessante observar que, apesar de estar ancorada no empreendedorismo/meritocracia, o que se percebe na leitura de textos sobre a educação 4.0 é a incorporação de conceitos como: “a não hierarquização da relação professor aluno, a valorização do pensamento crítico, a identificação com o outro, a autonomia do educando”, historicamente ligados à educação emancipadora. Resta perguntar o significado dado a esses conceitos pelo ideário neoliberal que a subsidia.

Acreditamos que a chamada “Educação 4.0”, levada às últimas consequências, tenderá a acarretar profundos impactos na educação, na escola e no ensino. Pode-se destacar: conformação de um gigantesco número de trabalhadores da educação (professores e técnico-administrativos) como intelectuais orgânicos do capital; redução do lugar da escola como espaço de sociabilidade alternativa à sociabilidade burguesa, bem como ampliação desta última mediante a exacerbação de experiências individualistas, empreendedoristas e impessoais de educação e ensino; ampliação das possibilidades do capital de apropriar e instrumentalizar produção intelectual e material de professores e de estudantes em favor do lucro e da dominação de classe; consolidação de uma rede (ou mesmo sistema) de educação voltada para a formação em massa de trabalhadores adaptados para o desenvolvimento do trabalho na esfera privada (home Office), com conseqüente redução de custos para o capital e edificação de novos obstáculos para o desenvolvimento de luta classista. Obviamente, não se trata aqui de uma crítica à apropriação dos meios tecnológicos hoje disponíveis para a educação, mas sim da forma como essa incorporação se dá e a quais interesses responde.

---

7 Como por exemplo: <https://diarioescola.com.br/educacao-4-0/>

#### 4. Conclusão

A conjuntura da Pandemia do *Covid-19* está gerando um contexto de desmobilização das lutas de massas dos movimentos de docentes, de técnico-administrativos e de estudantes, em termos nacionais e regionais, bem como de justificativa de ataques à educação, tanto por parte do Governo Bolsonaro quanto da grande maioria de governadores e de prefeitos. A pandemia está sendo instrumentalizada para a efetivação de cortes orçamentários; a restrição de concursos e de convocação de concursados; a ampliação da carga horária docente e restrição da carga horária canalizada para pesquisa e extensão; a implementação da Educação a Distância (EaD) a qualquer custo; a ampliação do número de alunos por professor mediante a generalização da EaD, com flagrante queda da qualidade do ensino; e o envio ao Legislativo do programa *Future-se* sem maiores debates.

A afirmação vitoriosa de todas essas políticas redundará em uma formação de professores rebaixada do ponto de vista científico, bem como sob uma expropriação continuada do seu conhecimento e, até mesmo, absolutizado como propriedade privada de capitais corporativos e financeiros. Também redundará, como um dos seus desdobramentos, na própria formação de uma classe trabalhadora docilizada e disciplinada pelos processos ditos “objetivos” de sua formação, que parte da própria primeira infância por meio da BNCC, bem como por processos de sociabilidade burguesa e mercadológica, assentada em experiências de aprendizagem fortemente marcadas pelo individualismo, meritocracia e empreendedorismo, cuja forma mais radical é a educação continuada on-line apoiada no “aprender fazendo”. Se, por um lado, temos o alargamento dessa forma de consciência; por outro lado, temos uma apropriação de conhecimento e ampliação dos lucros de empresas privadas ligadas ao campo da educação.

Ao final, na essência desses projetos temos, como diz Luiz Carlos Freitas, “escolas que devem ser administradas como empresas, alunos vistos como clientes ou produtos e professores controlados ou estimulados com bônus e ameaças”. Mas também, sob formas diversas, teremos a desmaterialização da escola mediante a sua redução como espaço de sociedade civil no âmbito do qual sociabilidades educacionais contra-hegemônicas se desenvolvem e sua fragmentação em uma infinidade de salas e estruturas virtuais (*cibercultura*).

Por outro lado, a conjuntura da Pandemia também está proporcionando um intenso processo de debate, reflexão e formação de servidores da educação e de estudantes. Apoiado nas estruturas de mídias on-line, movimentos e entidades que atuam na educação tem proporcionado debates e reflexões por meio de *lives*. Uma profunda interação entre teóricos e educadores, de um lado; e trabalhadores da educação e estudantes, de outro, tem se reproduzido. Assembleias *on-line* de trabalhadores da educação, agremiados por local de trabalho, que devem ser incentivadas e promovidas, têm ocorrido em todo o país. Esses processos têm redundado na elaboração de políticas e orientações para as lutas contra a pauta neoliberal para a educação, em especial da sua singular variante bolsonarista, bem como concorrido para o pensar criticamente acerca das nossas organizações sindicais e estudantis e do seu lugar nas instâncias institucionais que contemplam representação dos segmentos internos e externos das nossas instituições.

A derrota dessas políticas passa necessariamente pela afirmação da escola e da universidade em uma perspectiva popular mediante a intervenção, luta e disputa de

um projeto que contraponha, à sociabilidade de educação imposta pelo sistema do capital, uma sociabilidade referenciada na formação integral, emancipatória, laica, omnilateral e inclusiva.

O caminho para essa educação é um movimento social, orgânico e permanente de escola e universidade popular, que integre servidores (docentes e técnico-administrativos), estudantes e trabalhadores em uma luta que se desenvolve dentro e fora das escolas e das universidades em prol da sua defesa como instituição pública e gratuita, da democratização do acesso e do florescimento do pensamento crítico e laico. Mas, sobretudo, em uma luta e construção que se desenvolve no seu interior, edificando instâncias de representação e/ou democratizando-as em termos de composição, orientação e compromissos sociais, bem como estabelecendo padrões democráticos de gestão, formas de organização da vida acadêmica e currículos concebidos em uma perspectiva crítica.

## Referências

ARROIO, Miguel. **Escolas militarizadas criminalizam infâncias populares**. In, [https://www.cartacapital.com.br/educacao/miguel-arroyo-escolas-militarizadas-criminalizam-infancias-populares/?utm\\_campaign=novo\\_layout\\_newsletter\\_-\\_12092019a&utm\\_medium=email&utm\\_source=RD+Station](https://www.cartacapital.com.br/educacao/miguel-arroyo-escolas-militarizadas-criminalizam-infancias-populares/?utm_campaign=novo_layout_newsletter_-_12092019a&utm_medium=email&utm_source=RD+Station).

ALIAGA, Luciana. **Crise orgânica, autoritarismos e FUTURE-SE**. <https://medium.com/@Contrapoderbr/crise-org%C3%A2nica-autoritarismos-e-o-future-se-2258617ef189>. Acessado em 17/02/2020.

UNIDADE CLASSISTA. **Apontamentos para uma análise crítica ao projeto FUTURE-SE**. <http://unidadeclassista.org.br/geral/apontamentos-para-uma-critica-ao-projeto-future-se/>.

BRASIL, MEC. **Proposta para a base Nacional Comum da formação de professores da educação básica**. <https://formacaoprofessordotcom.files.wordpress.com/2019/09/bnc-formacc2b8ao-de-professores-v0.pdf>. Acessado em 17/02/2020

BRASIL, MEC. **Base Nacional Comum Curricular**. [http://basenacionalcomum.mec.gov.br/images/BNCC\\_EI\\_EF\\_110518\\_versaofinal\\_site.pdf](http://basenacionalcomum.mec.gov.br/images/BNCC_EI_EF_110518_versaofinal_site.pdf). Acessado em 17/02/2020.

BRASIL. CÂMARA DOS DEPUTADOS. **PL 3076/2020**. [https://www.camara.leg.br/proposicoesWeb/prop\\_mostrarintegra?codteor=1900012&filenome=PL+3076/2020](https://www.camara.leg.br/proposicoesWeb/prop_mostrarintegra?codteor=1900012&filenome=PL+3076/2020).

EVANGELISTA, Olinda. FIERA, Leticia e TITTON, Mauro. **Diretrizes para formação docente é aprovada na calada do dia. Mais mercado**. [http://universidadeaesquerda.com.br/debate-diretrizes-para-formacao-docente-e-aprovada-na-calada-do-dia-maismercado/?fbclid=IwAR3FqN5ljzf1EGzT\\_D7rKgwuskh-cw8uLL07i2WNfuGu-oKwkJr-3fpJ3QZQ](http://universidadeaesquerda.com.br/debate-diretrizes-para-formacao-docente-e-aprovada-na-calada-do-dia-maismercado/?fbclid=IwAR3FqN5ljzf1EGzT_D7rKgwuskh-cw8uLL07i2WNfuGu-oKwkJr-3fpJ3QZQ). Acessado em 17/02/2017

FREITAS, Luiz Carlos. **A velha razão do mundo em apuros III**. In, <https://avaliacaoeducacional.com/2019/04/29/a-velha-razao-do-mundo-em-apuros-iii/>. Acessado em 17/02/2020

FREITAS, Luiz Carlos. **A velha razão do mundo em apuros II**. In, <https://avaliacaoeducacional.com/2019/04/29/a-velha-razao-do-mundo-em-apuros-ii/>. Acessado em 17/02/2020

FREITAS, Luiz Carlos. **A velha razão do mundo em apuros I**. In, <https://avaliacaoeducacional.com/2019/04/29/a-velha-razao-do-mundo-em-apuros-i/>. Acessado em 17/02/2020

KUENZER, Acacia. **Trabalho e Escola: A Flexibilização do Ensino Médio no Contexto do Regime de Acumulação Flexível**. Educ. Soc. vol.38 no.139 Campinas Apr./June 2017L

LEHER, Roberto. **Future-se leva adiante a política de supressão da autonomia universitária**. <https://diplomatique.org.br/future-se-leva-adiante-politica-de-supressao-da-autonomia-universitaria/>. Acessado em 17/02/2020.

RATIER, Rodrigo. **Guia das escolas cívico militares enfatiza a submissão**. <https://rodrigoratier.blogosfera.uol.com.br/2020/02/03/guia-das-escolas-civico-militares-enfatiza-submissao/>. Acessado em 17/02/2020.

**Movimento por uma Escola Popular (MEP)**

### 03 – Políticas de Ensino, Pesquisa e Extensão

A constituição da Rede Federal de Educação Profissional e Tecnológica, através da Lei 11892/08, promoveu alterações significativas no ordenamento, na ampliação e no funcionamento das antigas Escolas Técnicas Federais. Entre essas alterações, houve uma ampliação considerável de novos *campi* em todo o país, com a constituição dos Institutos Federais de Educação, Ciência e Tecnologia (IF's), aumentando significativamente a oferta de cursos técnicos integrados, concomitantes e subsequentes, além de cursos de Licenciaturas, Proeja profissionalizante e Cursos Superiores Tecnológicos.

Hoje essa Rede compreende, além dos IF's, os Cefet's em Minas Gerais e Rio de Janeiro, a UTFPR e o Colégio Pedro II, somando um conjunto de unidades com um potencial em geração de conhecimento científico e tecnológico, através do ensino, da pesquisa e da extensão em seus quase 700 *campi* espalhados por todo o país.

Por um lado, a expansão, mesmo prevendo critérios mais rigorosos para sua consecução, acabou revelando a influência de interesses políticos e econômicas de segmentos conservadores locais, não conseguindo superar, em sua recente reformulação, as velhas disputas e dilemas que estão presentes na história da Educação Profissional e Tecnológica (EPT), tais como: os ranços tecnicistas e produtivistas presentes nas pedagogias; e os modelos administrativos adotados em contraponto às perspectivas de educação unitária, politécnica e democrática. Por outro lado, esse processo de expansão e transformação das instituições públicas de EPT, nos últimos 12 anos, abriu um leque de desafios permanentes que intensificam as disputas de projetos de sociedade a partir dos sentidos da EPT.

Nesse sentido, há abertura para possibilidades de ação concreta para estreitar as relações com as comunidades locais e movimentos sociais sob uma perspectiva de ampliação do trabalho pedagógico, da reflexão curricular, dos projetos de ensino, pesquisa e extensão que estejam direcionados a identificar as contradições sociais locais mais gritantes, no sentido de superá-las ou, ao menos, construir mediações que possam se contrapor à sua reprodução e ao seu metabolismo social.

Alguns desses aspectos de disputas passam despercebidos entre muitos(as) educadores(as) comprometidos(as) com uma perspectiva crítica, emancipatória e contra-hegemônica, de luta pelo direito a uma educação pública, socialmente referenciada e democrática. Nós, do Movimento por uma escola Popular (MEP), atentamos para essas questões por entendermos que, mais do que uma educação pública, de qualidade e democrática, os sentidos dos saberes e conhecimentos desenvolvidos nas relações intrínsecas que devemos realizar com as comunidades locais deve primar exatamente pelo seu aspecto popular, ou seja, seu compromisso com as causas históricas dos movimentos sociais e da classe trabalhadora. Consideramos ter como horizonte a perspectiva da educação politécnica em sua essência transformadora, crítica e capaz de dar sentidos à sociabilidade humana, que esteja além do adestramento da lógica de saberes e competências para atender às demandas do mundo do trabalho e que supere as limitações do senso comum mitigado pela alienação dos sujeitos históricos.

Um aspecto importante, presente neste processo contraditório da recente história de expansão da Rede Federal de Educação Profissional e Tecnológica e que representa uma dessas janelas de oportunidades que se abrem nesse contexto de

crise sistêmica do modo de produção capitalista, está presente no artigo 6º, inciso IX, da lei 11892/08, quando se propõe: "(...) promover a produção, o desenvolvimento e a transferência de tecnologias sociais, notadamente as voltadas à preservação do meio ambiente."

A inclusão da proposta de produção, desenvolvimento e transferência de Tecnologias Sociais como um dos objetivos dos IF's nos possibilita travar um profícuo e necessário debate interno em nossas unidades de ensino, constituindo um polo de disputas necessário em torno do modelo de ensino e do conhecimento científico e tecnológico desenvolvido nas Instituições Públicas de Ensino Técnico e Tecnológico.

A teoria sobre as Tecnologias Sociais, apesar de sua polissemia conceitual, versa sobre a construção dialógica com as comunidades no entorno das instituições de ensino a partir do compartilhamento de saberes e técnicas que possam utilizar os recursos naturais disponíveis para adaptar, transformar e superar determinadas situações ambientais e/ou sociais, impostas por condições socioeconômicas desfavoráveis e desiguais. Além disso, acentua a valorização da participação coletiva e cooperativa entre as pessoas em um processo de autogestão administrativa coordenado por valores éticos que se contraponham à lógica individualista, acumulativa que leve a qualquer tipo de segregação financeira e à exploração mercadológica. Essa teoria tem como uma de suas principais características a noção de que, em uma sociedade de classes, a ciência e a tecnologia, como resultados do desenvolvimento das forças produtivas e da cultura humana, estão sempre em constante disputa que marca, delinea e sedimenta esferas de poder político e econômico e a sua consecutiva reprodução.

Dessa forma, para nós que construímos o MEP, o eixo para disputarmos os rumos da ciência e da tecnologia na perspectiva da classe trabalhadora tem como uma das trincheiras fundamentais a defesa da principal conquista educacional da classe trabalhadora brasileira: o Ensino Médio Integrado. Experiência de ensino fruto da realidade brasileira de capitalismo tardio, dependente, com sua correlação de forças na luta de classes do último período histórico, se constituiu como uma mediação possível de ensino ancorado, com todos os seus limites, em uma perspectiva politécnica, ou seja, é o chão escolar para que possamos desenvolver uma prática de pesquisa e extensão que objetive a construção de uma tecnologia popular.

O ensino médio integrado é resultado das lutas da classe trabalhadora perante a realidade socioeconômica brasileira, que arrancou do capital, mesmo que na lógica dos governos de conciliação de classe, uma perspectiva de ensino que busque a formação integral dos sujeitos pertencentes a essa classe, ainda que, obviamente, não seja na plenitude dos princípios da politécnica. Porém, busca, através da Rede Federal, a garantia da luta pela indissociabilidade entre a formação intelectual, física e tecnológica. Claro que não temos ilusões e sabemos dos limites impostos pela realidade brasileira; por isso, não podemos abandonar a denúncia e o combate a todas as atrocidades cometidas pela estrutura dual da educação brasileira contra a juventude trabalhadora.

O ensino médio integrado, do ponto de vista teórico e ético-político, com todo seu potencial, nos permite concluir, levando em consideração as particularidades da realidade socioeconômica brasileira, que é a materialização de uma proposta de ensino médio que mais se aproxima do embrião que possibilita as bases de uma escola popular para todos(as), fundamentada na concepção de formação humana

integral, omnilateral ou politécnica, tendo como eixo estruturante o trabalho, a ciência, a tecnologia e a cultura.

Reconhecemos que o debate da profissionalização do ensino médio no Brasil é muito problemático, pois antecipar a profissionalização de jovens da classe trabalhadora para 13 e 14 anos de idade é o reflexo direto da imposição do atraso imposto pelo passado colonial e escravocrata. Por isso que a trincheira de defesa do ensino médio integrado ganha uma importância estratégica para mudar as condições em que ele se estabelece e, de certo, também não deixa de ser uma obrigação ética e política garantir a sua existência e ampliação com bases cada vez mais unitárias para o conjunto da juventude trabalhadora.

Desse modo, para nós do MEP, o ensino médio integrado ao ensino técnico, com uma estrutura unitária de formação geral, não só é condição necessária para o desenvolvimento de uma pesquisa e uma extensão populares como também uma trincheira decisiva para construirmos um possível caminho para a construção do poder popular. Trincheira essa erguida para que possamos defender a formação integral dos jovens da classe trabalhadora, tendo como base o trabalho, a pesquisa e a extensão como princípios educativos e pedagógicos, respectivamente.

As disputas e contradições da luta de classes na realidade brasileira exigem de nós, para que avancemos na construção de uma concepção de escola popular, mediações e a compreensão histórica da dualidade estrutural educacional, pois ela não é fruto apenas da escola, mas da sociedade brasileira, com seu atraso e dependência impostos pelo desenvolvimento desigual e combinado do modo de produção capitalista. Por isso, sua dinâmica determina que a escola se organize dessa forma dual, na perspectiva de reproduzir o capital que opera e explora a valorização diferenciada do trabalho intelectual e do trabalho manual.

Logo, na nossa perspectiva, romper essa estrutura dual da escola brasileira não depende apenas da educação ou da mera mudança de sistema educacional, mas, fundamentalmente, de uma transformação radical das relações de produção e do sistema sociometabólico do capital. Porém, para nós do MEP, isso não significa que devemos ficar esperando o acontecimento dessa transformação para que depois possamos construir uma escola popular. Sabemos que é preciso atuar em meio às contradições do capitalismo, na perspectiva da construção do poder popular e do rompimento da dualidade educacional, o que certamente contribuirá decisivamente para a revolução brasileira.

Para tanto, como mediação tática objetiva nessa luta por uma Escola Popular, construímos a Rede Tecnológica de Extensão Popular (RETEP), que pretende ser um movimento articulado entre os Campi que constituem a Rede Federal de Educação Profissional, Científica e Tecnológica, a partir da unidade de ações coordenadas, envolvendo estudantes, técnico-administrativos e docentes e os núcleos e Grupos de Pesquisa e Extensão oriundos da Rede Federal, sob a perspectiva do aperfeiçoamento e ou desenvolvimento de ações integradas entre as instituições públicas tecnológicas de

ensino e as comunidades e populações mais carentes, integrando o ensino, a pesquisa e a extensão de modo a tornar o conhecimento científico e tecnológico uma ferramenta com potencial de transformar a vida dessas comunidades, visando a superar o ciclo vicioso da dominação e alienação política, da subserviência, da

desigualdade e da miséria social determinados pelo modo de produção capitalista e perpetuados pelas suas relações sociais.

O modo de produção capitalista estimula a instrumentalização do saber e de todo o conjunto orgânico que estrutura o funcionamento escolar, de modo a favorecer os interesses privados do mercado, potencializando o acúmulo de capitais, a ampliação do poder econômico e político entre classes e a disseminação de teorias que pretendem justificar e reproduzir a nível da consciência a manutenção da atual ordem societária. A luta por uma sociedade emancipada e que supere as contradições que nos aproximam cada vez mais da barbárie passa pela disputa, consciente e consequente, de todas as potencialidades emergentes que o processo de desenvolvimento tecnológico e científico nos proporciona.

Por isso, para nós do MEP, a construção da RETEP vem da compreensão prática que a articulação entre ensino, pesquisa e promoção de projetos de extensão popular não devem estar desassociados de uma prática pedagógica que possibilite a essas comunidades uma análise crítica sobre o contexto conjuntural no qual estão inseridos e as determinações sócio-históricas que alimentam as principais contradições vivenciadas. São grandes os desafios para quem pretende colocar essa perspectiva em prática nos marcos da sociabilidade do capital, mas não são impossíveis.

As contradições e a força hegemônica do metabolismo do capital exigem um esforço continuado que deve ser nosso fundamento praxiológico. Certamente é esse o debate que devemos travar e ter sempre como parâmetro em nossas diversas atividades. O diálogo e o respeito em relação aos saberes populares, a troca de experiências, a valorização da parceria com os movimentos sociais, o estudo teórico da realidade brasileira e sobre o sentido da Tecnologia Social, a avaliação crítica das expertises desenvolvidas e o compromisso em potencializar os interesses históricos da classe trabalhadora.

Lutar, criar, Escola Popular!

Lutar, criar, Rede Tecnológica de Extensão Popular!

**Movimento por uma Escola Popular (MEP)**

## **04 – Por uma Assistência Estudantil para além do assistencialismo**

Podemos dizer que a educação, em um sentido amplo, é um processo histórico e cultural de atualização e transmissão do conhecimento acumulado por várias gerações. A forma como esse processo se desenvolve depende de cada sociedade concreta, das relações econômicas, políticas e sociais gestadas em sua conformação. Uma das faces assumidas pela educação é a educação formal, um direito social garantido pela Constituição Federal de 1988 (Art. 6º) e efetivado mediante a implementação de políticas sociais.

A educação formal constitui um direito universal e uma política social, isto é, uma política regulada pelo Estado, tendo em vista, segundo a CF/88, Art. 205, o “pleno desenvolvimento da pessoa, seu preparo para o exercício da cidadania e sua qualificação para o trabalho”. Quanto a esta última observação, podemos afirmar que a qualificação para o trabalho tem significado na sociedade atual tornar os cidadãos aptos para a produção e reprodução do capital. Sabemos que sob o regime do capital, o Estado constitui instrumento de garantia da reprodução social por meio dos seus diversos aparatos que buscam atenuar os conflitos de classe - capital x trabalho. Assim, para a garantia das taxas de lucro, a sociedade de mercado regida pela reprodução ampliada de capital lança mão de diversos mecanismos que buscam sempre a estabilização do sistema.

Nesse sentido, algumas concessões são feitas pela pressão dos trabalhadores e seus movimentos. Ou seja, embora a educação na sociedade de mercado tenha como fator determinante a reprodução do capital, ela também abarca concessões aos trabalhadores quando a conjuntura e as pressões dos movimentos da educação de alguma forma ameaçam a estabilidade necessária. Isso porque a educação formal, enquanto política social, assim como as demais políticas sociais, resulta das contradições postas pela luta de classes e constitui mediação necessária para a chamada coesão social.

Além disso, a educação, segundo Fiúza (2012, p. 5), “passa a ser um importante mecanismo de enfrentamento da questão da pobreza com conteúdos impregnados de ideologia, com o objetivo de manter um ambiente seguro para os negócios”. É nesse sentido que o Banco Mundial, a partir de 1990, conforme Fiúza, volta sua atenção para investimentos em educação, mas um investimento precário que preconiza uma formação profissional e um ensino curto, como bem pontua Roberto Leher (1999), uma vez que os países periféricos “têm sua produção restrita a mercadorias de baixo valor agregado, requerendo um trabalho pouco qualificado” (FIÚZA, 2012, p. 5).

Para atender a essas demandas postas pelo Banco Mundial, no Brasil, os governos do PT, ao optarem pela política de conciliação de classes, se valeram de variadas ações, tendo em vista o acesso e a permanência de estudantes nas instituições de ensino. Para exemplificar, houve o Programa Universidade Para Todos (Prouni), que oferece vagas em instituições privadas através de isenções fiscais; e o Fundo de Financiamento ao Estudante de Ensino Superior (FIES). Tais programas são cercados de polêmicas, uma vez que, ao invés de focar em investimentos na Educação Pública, o governo transfere recursos públicos para o mercado de ensino privado.

Simultaneamente, as mudanças recentes nas IFES - Instituições Federais de Ensino Superior - postas nos anos 2000, trouxeram uma nova realidade na qual tem-se cada vez um número maior de estudantes oriundos da classe trabalhadora. Dentre

essas mudanças, podemos citar o estabelecimento de cotas e a ampliação das universidades e institutos federais, levando essas instituições aos interiores do Brasil, onde a população está imersa em condições ainda mais fragilizadas. Esse movimento tornou necessária a introdução de políticas de permanência para que esses estudantes, oriundos das camadas pauperizadas da sociedade, possam concluir seus cursos nas universidades e institutos federais. Com base nisso, podemos situar a assistência estudantil, hoje, como uma política social focada em garantias de acesso e permanência aos estudantes em condições sociais fragilizadas.

É um fato que as ações de Assistência Estudantil começaram a ganhar destaque em 2007, quando foi criado, através da Portaria Normativa nº 39, do MEC, o Programa Nacional de Assistência Estudantil - PNAES, regulamentado mais tarde, em 2010, pelo Decreto Nº 7.234, que dispõe sobre os objetivos e as ações de assistência estudantil a serem adotadas pelas Instituições Federais de Ensino Superior - IFES. Tais ações preconizam a diminuição das desigualdades sociais e regionais, de forma a democratizar o acesso à Educação Superior, abrangendo também os Institutos Federais de Educação, Ciência e Tecnologia.

Embora a Assistência Estudantil tenha ganhado importância nos governos do PT, a partir de 2018, ela está inserida em um cenário marcado pela regressão de direitos, "por desmonte de direitos sociais, reformas trabalhista e da previdência, congelamento dos investimentos públicos por 20 anos, abertura do pré-sal ao capital estrangeiro, reforma do Ensino Médio, privatização e desmonte dos bancos públicos, terceirização irrestrita, destruição do Sistema Único de Saúde" (PRADA; SURDINE, 2018, p. 270).

Diante dessa conjuntura, a atuação das políticas de Assistência Estudantil tem sido extremamente restrita, isto é, ao invés de promover a universalização do acesso à educação – preferencialmente a uma educação emancipadora –, foca em tentar mitigar algumas das mazelas das populações mais pobres, de modo que sirva "à coesão social e às ideologias de ascensão social via educação, num período de agudização das expressões da questão social, do desemprego estrutural e da desigualdade" (FIÚZA, 2012, p. 498). É nesse sentido que o decreto do PNAES focaliza as ações de assistência estudantil ao atendimento prioritário de "estudantes da rede pública de Educação Básica ou com renda familiar *per capita* de até um salário mínimo e meio" (BRASIL, 2010, Art. 5º). Fica claro, aqui, que a formação da força de trabalho deverá ser de acordo com as necessidades de acumulação do capital, que necessita de uma formação pouco qualificada e rápida, que reforce a ideia da inclusão e ascensão social por meio do acesso à educação possibilitado pela Assistência Estudantil.

Diante dessa necessidade de melhora instrucional da população nos níveis médio e superior numa conjuntura de cortes orçamentários, qual tem sido a realidade dos IF's na execução das ações de assistência estudantil? Deparamo-nos, hoje, com uma situação em que, numa lógica do oferecimento de bolsas para compensar a ausência de infraestrutura física adequada, a maioria dos IFs têm suas ações voltadas a programas de alimentação, transporte, auxílio moradia, auxílio creche e auxílio material. Dessa forma, ao mesmo tempo que busca atenuar os impactos da pobreza, tem-se um enxugamento de gastos numa conjuntura de recursos limitados, uma vez que a instituição fica isenta de se responsabilizar com a gestão e manutenção de, por exemplo, restaurantes e residências estudantis, bem como aquisição de meios de transporte. Dentro deste quadro, o auxílio ou bolsa permanência com caráter

seletivo tem sido ofertado em 44,7% das instituições, atendendo aos considerados mais pobres por meio de análise socioeconômica (PRADA; SURDINE, 2018, p. 280). A lógica que impera é de uma assistência residual que atenda aos mínimos sociais através de critérios seletivos e excludentes.

É fundamental que seja destacado, tendo como parâmetro o ano de 2008, que a expansão de vagas da assistência estudantil foi realizada com crescimento das instituições em 512% ao mesmo tempo em que se verificou um preocupante crescimento de apenas 11% do número de docentes (BRASIL, 2012). Além disso, o crescimento precário de recursos humanos também esteve acompanhado de uma precária estrutura no que se refere aos prédios dos institutos, com casos de instalações emprestadas inadequadas, bem como pela falta ou precariedade de bibliotecas, laboratórios de informática e de ciências. Mais recentemente, no cenário de crise instaurado pela pandemia de Covid-19 e pela forma desastrosa como os governos federais e estaduais têm lidado com a situação, as desigualdades educacionais tornam-se ainda mais gritantes, com a atuação da Assistência Estudantil se resumindo muitas vezes, e quando muito, a oferecer cestas básicas de alimentação e auxílio para que estudantes tenham acesso a internet por meio de pacotes de dados. Ao mesmo tempo, o governo lança campanha publicitária com “estudantes” de classe média em suas casas defendendo a manutenção das datas inicialmente previstas para o ENEM, escancarando ainda mais a discrepância entre as condições de acesso à educação de diferentes camadas da população.

A assistência estudantil tem sido ofertada por meio de programas seletivos e universais, no entanto, entre os ditos universais estão os meritocráticos voltados a bolsas de estudo tendo como critério um melhor rendimento. Além disso, a prioridade é pelos programas seletivos, isto é, aqueles voltados para estudantes com renda *per capita* de até um salário mínimo e meio e/ou provenientes da rede pública de educação básica. Pior, nem todos esses estudantes são atendidos, ficando a execução dos programas de seleção limitados aos mais pobres ou necessitados. Nesse sentido o que tem prevalecido é a mesma lógica que impera nas políticas sociais, isto é, focalização, seletividade e residualidade. Esse caráter assistencialista põe obstáculos à bandeira pela universalidade da política de assistência, que poderia ser concretizada em ações voltadas para a construção de restaurantes e moradia estudantil, meios de transporte ou passe livre. Tal realidade de disputa por recursos leva a uma fragmentação das lutas estudantis, dificultando o fortalecimento de espaços coletivos.

Dito isto, algumas questões tornam-se relevantes do ponto de vista da organização política: *quais alternativas e bandeiras poderiam ser pensadas para fortalecimento da luta dos movimentos por um ensino público de qualidade no âmbito da assistência estudantil?* Pensamos que o apoio aos profissionais que lidam com a assistência para que possam ocupar os espaços de gestão nos quais é decidida a destinação dos orçamentos favorece a correlação de forças no sentido de ampliação e utilização dos recursos, o que possibilitaria a permanência de maior número de estudantes oriundos das camadas mais pauperizadas da sociedade. O acesso ao conhecimento por parte desta população, é fundamental para que possa tomar consciência dos processos de disputa constituintes da sociedade do capital. Além disso, a defesa da autonomia profissional dos assistentes sociais na formulação e implementação dos programas de assistência é imprescindível, uma vez que os regulamentos formulados pelo governo sem ampla participação da categoria limitam e reduzem as possibilidades de escolhas da prática profissional comprometida com as lutas dos estudantes da classe trabalhadora.

Sabemos que sem formas de permanência dos estudantes, o que teremos é impossibilidade de acesso e/ou maiores taxas de evasão de estudantes pertencentes a famílias mais pobres. Nesse sentido, a luta política pela universalização da educação passa pela criação e execução de programas de acesso e permanência. É nesse sentido que, embora seja importante a ampliação desses programas por meio de auxílios e bolsas, é imprescindível a sua ampliação por meio da implementação com qualidade de laboratórios de informática e ciências, bibliotecas, moradia estudantil, restaurantes com alimentação adequada, meios de transporte e suporte acadêmico como material didático. Além disso, tem se tornado cada vez mais importante o desenvolvimento de ações de assistência à saúde física e, principalmente, mental, uma vez que tem sido crescente o número de estudantes com depressão e transtornos de ansiedade. Nesse sentido, também é necessária a discussão ampla sobre a diversidade de fatores que causam e agravam a saúde dos/as estudantes, como a carga horária elevada, a pressão por rendimento, a competitividade, e as próprias condições materiais de permanência e êxito acadêmico.

Do ponto de vista emergencial, é um fato que obtivemos avanços, com ampliação de garantias materiais objetivas para uma parcela dos estudantes, mas de forma insuficiente, residual e focal. Nosso horizonte é pela universalidade da assistência estudantil enquanto um direito social não apenas concedido, mas conquistado pela reivindicação e luta dos estudantes, trabalhadores, profissionais da educação e demais movimentos populares. Embora a educação atenda aos interesses do capital, ao preparar a força de trabalho para o mercado, ela também atende aos interesses dos trabalhadores, uma vez que permite o acesso ao conhecimento histórico e cultural produzido e acumulado. Uma vez que a educação formal encontra-se limitada pela lógica do capitalismo, é imperativa a construção de uma educação popular, que seja emancipadora, crítica, e atenda aos interesses das camadas populares.

Assim, como forma de transição, defendemos que a educação seja construída a partir da participação democrática dos estudantes e trabalhadores da educação, mas para além disso, que ela possa formar a consciência dos trabalhadores para que sejam partícipes da construção do conhecimento crítico. Para tanto, na conjuntura atual, a Assistência Estudantil é fundamental para o acesso, a permanência e a saída exitosa. O aumento da participação social no jogo político é fundamental para o sucesso das bandeiras do movimento por uma educação pública, gratuita e de qualidade e para a construção de uma educação popular, isto é, aquela em que possa se gestar um projeto político de emancipação das camadas populares.

Diante disso, defendemos a luta:

- 1 - Pela participação democrática dos estudantes e trabalhadores da educação nas instâncias de decisão
- 2 - Pela defesa da autonomia dos IFs na destinação e utilização dos recursos 3 - Por ampliação dos auxílios e das bolsas permanência
- 4 - Pelo aumento dos recursos destinados à assistência à saúde dos estudantes
- 5 - Pela ampliação do número de profissionais responsáveis pela elaboração e implementação da política de assistência estudantil nos IFs, garantido-se a autonomia profissional na formulação e condução dos programas de assistência

- 6 - Por uma infraestrutura adequada para as demandas dos IFs, com a construção de restaurantes/refeitórios, moradia estudantil, bibliotecas, laboratório de informática e de ciências
- 7 - Por uma democratização verdadeira do acesso, com o fim de processos seletivos meritocráticos

**Movimento por uma Escola Popular (MEP)**

## **05 – CIVILIZAR OS COLÉGIOS MILITARES!**

### **Unificando a luta da Rede Federal com a rede do Ministério da Defesa**

**Palavras-chave:** Ministério da Defesa; Colégios Militares; Autoritarismo; Luta Nacional; Integração com IFs.

Um galo sozinho não tece uma manhã:  
ele precisará sempre de outros galos.  
De um que apanhe esse grito que ele  
e o lance a outro; de um outro galo  
que apanhe o grito de um galo antes  
e o lance a outro; e de outros galos  
que com muitos outros galos se cruzem  
os fios de sol de seus gritos de galo,  
para que a manhã, desde uma teia tênue,  
se vá tecendo, entre todos os galos.

E se encorpando em tela, entre todos,  
se erguendo tenda, onde entrem todos,  
se entretendendo para todos, no toldo  
(a manhã) que plana livre de armação.  
A manhã, toldo de um tecido tão aéreo  
que, tecido, se eleva por si: luz balão.

(“Tecendo a manhã”. João Cabral de Melo Neto)

### **CONHEÇAM OS COLÉGIOS MILITARES + CONHEÇAM A REDE FEDERAL DE ENSINO**

A maior parte de servidoras e servidores da Rede Federal de Ensino desconhece o que ocorre nas instituições de ensino do Ministério da Defesa. Ao mesmo tempo, boa parte de quem trabalha no Ministério da Defesa desconhece o que existe fora do autoritarismo em que vive. Essa tese tem por objetivo tornar prioridade do SINASEFE a luta por uma maior interação entre essas duas esferas em que se divide a Educação federal.

### **UM PROJETO PRIVADO COM DINHEIRO PÚBLICO**

Embora muitos não se deem conta, o Ministério da Defesa mantém não somente suas escolas de formação de tropas, mas também diversos colégios de Ensino Fundamental e Médio, com objetivo declarado de formar jovens nos limites dos valores das Forças Armadas. A história do nosso país já mostrou o quanto esses valores militares frequentemente abandonam a democracia e a defesa dos direitos dos cidadãos brasileiros em troca da busca do autoritarismo e da ditadura. Na prática, são escolas mantidas por recursos públicos, mas não funcionam como escolas públicas: sua gestão é feita por uma corporação que não dialoga com a sociedade. Em nossos tempos de um governo formalmente liderado por um capitão da reserva e claramente regido por generais, muitos deles da ativa, o papel das instituições de ensino do Ministério da Defesa tem sido o da sustentação do projeto de destruição daquela sociedade que superou a ditadura e gerou a democracia consolidada na Constituição de 1988.

Mesmo fazendo parte de um projeto particular, o Ministério da Defesa usa da prerrogativa de manterem escolas de educação básica para ter em seus quadros docentes civis EBTT além de receber verbas e benefícios destinados às escolas públicas, como livros do PNLD e direito a cotas em universidades. No entanto, as vagas nessas escolas são praticamente exclusivas para as famílias de militares e, ainda assim, mediante pagamento de taxas. Ao mesmo tempo, sob a alegação de serem “instituições de ensino militar”, acreditam-se no direito de descumprir a legislação prevista para a educação básica e de impor práticas da carreira militar a servidoras e servidores não militares, mesmo contrariando as prerrogativas legais de nossa carreira.

## O QUE É TRABALHAR NUM COLÉGIO MILITAR?

Embora fazendo parte das mesmas carreiras e, conseqüentemente, pautados nas mesmas diretrizes legais, servidoras e servidores lotados nas instituições de ensino das forças armadas vivem realidade institucional bastante distinta daquela vivida por colegas das outras instituições federais de ensino. O desconhecimento de tal realidade pela rede federal, assim como a dificuldade de interação entre as próprias unidades de ensino das forças armadas, tem como consequência isolamento destas, fazendo com que suas pautas específicas sejam invisibilizadas na luta coletiva e favorecendo a desmobilização e a estagnação entre quem tem lotação nestas instituições. De forma ainda mais negativa, há forte adesão ao projeto antidemocrático delas.

Os colégios regidos pelas forças armadas possuem uma composição complexa, que envolve servidoras e servidores com diferentes regimes de trabalho. Além das tradicionais diferenças dentro da própria categoria, há militares em atividades técnicas e docentes militares, divididos entre militares de carreira, militares temporários e militares da reserva contratados. No topo dessa hierarquia, estão militares de carreira sem formação na área de ensino, a quem compete a administração dessas instituições, os quais, muitas vezes, ignoram não só as diretrizes previstas para a educação no Brasil, como também as diferentes atribuições legais previstas para servidoras e servidores, tudo em nome de um projeto de imposição dos valores militares sobre a comunidade escolar. Assim, é comum que servidoras e servidores sejam demandados a seguir determinações que não são compatíveis com sua carreira e/ou sejam submetidos a situações que estão em desacordo com parâmetros legais.

A título de ilustração, citamos algumas situações vivenciadas por servidoras e servidores lotados nessas instituições do Ministério da Defesa:

1. Avaliação funcional feita com critérios subjetivos e/ou que não são compatíveis com a carreira, sem qualquer transparência e fiscalização/acompanhamento dos servidores e sem previsão de possibilidade de contestação da avaliação realizada.
2. Imposição e cobrança de uso de jaleco para os docentes em geral e de uniformes esportivos para a disciplina de Educação Física, sem que essas vestimentas sejam fornecidas. A mobilização docente conseguiu que o Colégio Naval (RJ) e a EPCAr fornecessem jalecos, mas são agradáveis exceções dentro das instituições do Ministério da Defesa.

3. Total falta de participação docente na elaboração dos programas ou nas decisões pedagógicas, em desacordo com a BNCC. As decisões no mundo militar sempre têm a direção de cima para baixo na hierarquia.
4. Censura em relação a abordagem de temáticas previstas pela BNCC, prevalecendo sempre o projeto político da corporação militar.
5. Exigência de que docentes produzam material para todo o sistema Colégio Militar do Brasil e não apenas para suas/seus estudantes, sem o devido pagamento de GECC.
6. Exigência de participação em formaturas e eventos comemorativos das forças armadas que correspondem à carreira militar e não a atividades docentes.
7. Imposição de gozo de férias em 3 períodos que, segundo a legislação trabalhista, só pode ser realizada a pedido de servidoras e servidores.
8. Demandas de trabalho impostas de forma oficiosa por meio do WhatsApp, sem qualquer respeito aos horários de descanso (inclusive, em feriados e períodos de férias), de maneira assistemática (sem que a informação chegue igualmente à equipe) e sem qualquer tipo de custeio da instituição para aquisição de aparelhos e pacotes de dados. A lei estabelece que os meios de comunicação oficiais devem ser custeados pelo empregador.
9. Realização de tarefas de caráter administrativo, como Exame de Contracheque, que envolve cálculos financeiros e análise de documentos, atividades que não fazem parte das atribuições previstas para a carreira dos servidores e para as quais estes não têm o preparo técnico necessário, o que pode lhes causar prejuízos financeiros ou problemas legais.
10. Obrigatoriedade de uso de materiais paradidáticos pré-definidos pela instituição sem que esta os forneça, forçando-os a adquirir por seus próprios meios.

A lista de arbitrariedades, irregularidades e assédios que compõem o dia a dia dos servidores das instituições do Ministério da Defesa extrapolaria os limites dessa tese. Ao ler as primeiras versões desse texto, foram muitos os companheiros que pediam a inclusão de novos itens. Tivemos que ser breves, por isso nem tudo pôde ser citado.

## **COLÉGIOS MILITARES SÃO LOCAIS DE LUTA DOS TRABALHADORES!**

Historicamente, quem trabalha no Ministério da Defesa tem dificuldades de mobilização. A carreira militar é proibida por lei de se organizar sindicalmente e treinada de forma a obedecer cegamente à hierarquia de poder, o que cria dentro das instituições militares uma forte oposição a tudo o que envolva a organização sindical. Instituições de ensino do Ministério da Defesa não permitem reuniões do sindicato no local de trabalho e costumam proibir cartazes e até mesmo o uso de camisetas ou adesivos de campanhas ou eventos sindicais. Ao lado disso, o autoritarismo que permeia todas as relações dentro dessas instituições dificulta enormemente nosso trabalho de organização. No entanto, nossa história inclui momentos de forte mobilização.

Boa parte das instituições de ensino do Ministério da Defesa trabalhou no ensino remoto desde os primeiros dias da pandemia de Covid-19, sem interrupção ao longo de 2020 e 2021. Quando, já em fins de 2020, foi imposto o ensino híbrido, fomos

capazes de impor uma resistência considerável a esse retorno presencial. Vários colégios militares sustentaram greve sanitária por longo tempo, com alguns poucos servidores do Colégio Militar do RJ mantendo-se em greve sanitária por 15 meses! Em alguns colégios, a resistência simplesmente inviabilizou o ensino híbrido. O Colégio Naval (RJ), por exemplo, chegou a março de 2022 ainda sem ter convocado o retorno de seus servidores, consciente da pressão que os servidores organizados farão. Cada instituição teve uma história própria, com capacidades diferentes de resistência e com formas diferentes de represálias aos servidores.

As experiências, porém, foram positivas: em boa parte das instituições do Ministério da Defesa, servidores e servidoras saíram mais fortes e novas lideranças se formaram. A maioria desses colégios pela primeira vez conheceu o que é uma greve. Em alguns casos, a luta permitiu uma integração maior com Seções ligadas a IFs, e até mesmo dentro da própria rede do Ministério da Defesa: foram comuns a troca de experiências e a participação de militantes em reuniões e assembleias de outras Seções de todo o país.

## **LUTAR UNIFICADOS, O ÚNICO JEITO!**

Nossa base vem lutando individualmente, em cada local de trabalho, o que não faz muito sentido dentro do Ministério da Defesa. Ao contrário dos IFs, a hierarquia militar determina que nenhuma instituição tenha autonomia. Tudo vem de cima para baixo, sempre. Os colégios do Exército obedecem a ordens da DEPA, os da Marinha obedecem à DEnsM, os da Força Aérea obedecem à DEA. Lutar contra os desmandos dessas instituições exige uma ação nacionalmente unificada: se as ordens vêm de cima, a briga tem que ser em cima! No entanto, tem faltado ao SINASEFE a articulação nacional que chegou a ser construída. Já é tempo de agirmos como devemos!

A partir de tal panorama, a tese que aqui propomos é a de instituir um maior diálogo entre as unidades federais de ensino das forças armadas e entre estas e outros institutos federais para que nossas demandas possam ser discutidas e enfrentadas nacionalmente.

## **PROPOSTAS E ENCAMINHAMENTOS:**

- Que seja criada uma articulação nacional para o retorno dos Encontros Nacionais dos Servidores das Instituições do Ministério da Defesa – ESCIME, que não se realizam desde 2019.
- Que os ESCIMES retornem efetivando sua proposta inicial de serem bianuais, uma vez que permitem uma forte integração das/dos militantes e formação de novas lideranças.
- Que a DN eleita nesse Consinasefe escolha diretores que terão a tarefa de colaborar com a comissão de negociação eleita no ESCIME mais recente na articulação nacional da nossa base lotada no Ministério da Defesa, enquanto não houver uma coordenação nacional exclusiva para tal.
- Que o próximo ESCIME, a ser realizado em Vitória, eleja não somente uma comissão de negociação, mas sim uma Comissão de Articulação Nacional, responsável por tornar nacional a luta sindical dentro do universo no Ministério da Defesa.

- Que a DN dê mais suporte aos colégios ligados às forças armadas para tratar em nível nacional problemas legais que não podem ser sanados pelas seções de cada unidade, como a tripartição das férias, a obrigatoriedade do exame de contracheque e a imposição de compra e uso de uniforme, e tantos outros.
- Que o SINASEFE publique material de formação específico para a base lotada no Ministério da Defesa, levando em conta suas especificidades.
- Que o SINASEFE publique material de campanha de filiação específico para a base lotada no Ministério da Defesa, levando em conta suas especificidades.
- Que o SINASEFE assuma a campanha de fortalecer os servidores civis do Ministério da Defesa: CIVILIZAR OS COLÉGIOS MILITARES!

### ASSINAM ESSA TESE:

- **Juliene Kely Zanardi – Colégio Militar do Rio de Janeiro (CMRJ)**
- **Marcelo de Oliveira Assunção – Colégio Militar do Rio de Janeiro (CMRJ) #1M**
- Rosa Maria Cardoso dos Santos – Colégio Naval (CN)
- Aluísio Gomes Coelho – Colégio Militar do Recife (CMR-EAMPE) #1M
- Daniela Soriano Merlin – Colégio Naval (CN)
- Maria Aparecida Porfírio – Colégio Militar de Brasília (CMB)
- Carlos Alberto Genz – Colégio Militar de Porto Alegre (CMPA)
- Victor Rocha Rodrigues da Silva – Colégio Naval (CN)
- Leandro Batista da Silva – Colégio Militar de Porto Alegre (CMPA)
- Marcos Agostinho – Colégio Naval (CN)
- Rosiane Silva de Souza – Colégio Militar do Rio de Janeiro (CMRJ)
- Juliana Pádua – Colégio Militar de Brasília (CMB)
- Mirian da Costa Loureiro – Colégio Militar do Rio de Janeiro (CMRJ)
- Beatriz Rietmann da Costa e Cunha – Colégio Militar do Rio de Janeiro (CMRJ)
- Andre Sarmento – Colégio Militar de Salvador (CMS)
- Amaury Garcia dos Santos Neto – Colégio Militar do Rio de Janeiro (CMRJ)
- Karla Bertotti (CMR-EAMPE)
- Flavio dos Santos Barbosa (CMR-EAMPE)
- Marcelo Teixeira da Silva (CMR-EAMPE)
- Arioivan da Silva Martins, (Seção Barbacena EPCAR) #1M
- Anita Belloquim Costa – Colégio Naval (CN)
- Marco Antonio Ferreira Agostinho – Colégio Naval (CN)
- Jorge Cláudio Bastos da Silva – Centro de Estudos de Pessoal e Forte Duque de Caxias (Seção CMRJ)
- Antônio Nobre da Silva (Didi) – Seção Cáceres IFMT #1M
- Camila Cunha – Seção Brasília IFB #1M
- Carlos Henrique Xavier Endo – Seção IFSP #1M
- Christian Gilioi – Seção IFSP #1M
- Daniel Neri – Seção IFMG #1M
- Davi César da Silva – Seção Videira IFC #1M
- Denilza Frade – Seção IFSP #1M
- Dhieggo Glaucio – SINTEFPB #1M
- Diego Rodolfo Simões de Lima – Seção Videira IFC #1M
- Elenira Vilela – Seção IFSC #1M
- Eliel Regis de Lima – Seção Cáceres IFMT #1M

- Elizangela Maria Esteves de Barros - Seção IFSP #1M
- Emanuel Luiz Flôres da Silva - Seção IFSC #1M
- Felipe Lima - Seção IFES #1M
- Francini Carla Grzeca - Seção Videira IFC #1M
- Herlon Iran Rosa - Seção Litoral IFC #1M
- Inez Deliberaes Montecchi - Seção Cáceres IFMT #1M
- Isaías dos Santos - Seção Litoral IFC #1M
- José Paulo Monteiro - Seção IFSC #1M
- Kyanny Onofre Pompilio - Seção IFSC #1M
- Mário Luiz - Seção Litoral IFC #1M
- Marlene Socorro - Seção IFBA #1M
- Matheus Santana - Seção IFBA #1M
- Olaine Aparecida Zilio Morona - Seção IFSC #1M
- Priscila Cardoso - Seção Litoral IFC #1M
- Rosa Maria Mota Costa - Seção IFBA #1M
- Sérgio Rodrigues - SINTEFPB #1M
- Sílvia da Silva Seção - Seção Concórdia IFC #1M
- Tomaz Fantin de Souza - Seção IFSUL #1M
- Anibal Tannuri - IFG Jataí
- Alexandre Ribeiro Samis - Sindscope
- Roberto Adão - Sindscope
- Elizabeth Soares Dutra - SINDSCOPE
- Helena Sampaio - Escola de Aprendizes-Marinheiros do Ceará (EAMCE)
- Alexandre da Silva Antunes - Colégio Pedro II
- Gabriel Renan Neves Barros - Campus Óbidos
- Maria Leda Costa Silveira - IFSC Campus São José
- Teresa de Souza Bahia - Seção IFBA
- Erlon Zimermmane - Bambuí
- Gabriel Renan Neves Barros - Campus Óbidos

## **06 – Percepção dos Servidores Técnicos Administrativos em Educação sobre o Programa de Gestão Teletrabalho**

A Instrução Normativa nº 65 do Ministério da Economia define teletrabalho como “modalidade de trabalho em que o cumprimento da jornada regular pelo participante pode ser realizado fora das dependências físicas do órgão, em regime de execução parcial ou integral, de forma remota e com a utilização de recursos tecnológicos, para a execução de atividades que sejam passíveis de controle e que possuam metas, prazos e entregas previamente definidos e, ainda, que não configurem trabalho externo, dispensado do controle de frequência, nos termos desta Instrução Normativa”.

Para se falar sobre a nova modalidade de trabalho vigente no serviço público, faz-se necessário estabelecer uma diferença fundamental entre trabalho remoto e teletrabalho previsto pela IN 65. Enquanto o trabalho remoto foi imposto pelo Governo Federal aos seus servidores de forma emergencial em razão da pandemia do novo coronavírus que impossibilitou o trabalho presencial nas repartições públicas, ocasião na qual todos os direitos dos servidores foram mantidos legalmente, o “teletrabalho”, previsto pela IN 65 se fortalece no vácuo deixado pelo trabalho remoto e se caracteriza por ser uma adesão voluntária do trabalhador e/ou trabalhadora do setor público, alterando, inclusive, os seus direitos e garantias trabalhistas, pois, agora, o serviço público está autorizado a implementar a lógica de produtividade do sistema neoliberal.

A Instrução Normativa (IN) nº 65, de 30 de julho de 2020, do Ministério da Economia

(ME), revoga a IN 01, de 31 de agosto de 2018, e estabelece orientações, critérios e procedimentos gerais a serem observados pelos órgãos e entidades integrantes do Sistema de Pessoal Civil da Administração Federal - SIPEC - relativos à implementação de Programa de Gestão de que trata o § 6º do art. 6º do Decreto nº 1.590, de 10 de agosto de 1995:

Em situações especiais em que os resultados possam ser efetivamente mensuráveis, o Ministro de Estado poderá autorizar a Órgão ou Entidade administrativa a realizar programa de gestão, cujo teor e acompanhamento trimestral deverão ser publicados no Diário Oficial da União, ficando os servidores envolvidos dispensados do controle de assiduidade.

A IN destina-se ao Poder Executivo Federal e estabelece que pode participar do programa de gestão: servidores públicos ocupantes de cargo efetivo; servidores públicos ocupantes de cargo em comissão; empregados públicos regidos pelo Decreto-Lei nº 5.452/43, em exercício no Órgão ou Entidade; e contratados temporários regidos pela Lei nº 8.745/93 (“contratação por tempo determinado para atender a necessidade temporária de excepcional interesse público, nos termos do inciso IX do art. 37 da Constituição Federal”).

Em especial, para o Governo a adoção dos Programas de Gestão deve resultar em economia de recursos quanto à infraestrutura de instalações e equipamentos, às condições ambientais, de saúde e segurança no trabalho. Além disso, passa a ser responsabilidade do trabalhador as despesas e custos com seu trabalho. Mas o teletrabalho não é só um instrumento de transição, ele também vem para ficar

como mais uma modalidade, à serviço da economia. Contudo, não será para todos, principalmente para as áreas da educação e da saúde, que necessitam do trabalho presencial em razão do atendimento ao público (§2º do artigo 5º). Além disso, é importante ficar claro que o teletrabalho não é um direito adquirido do trabalhador. Ele vai depender da conveniência e do interesse público, sendo facultado à Administração da IFES, conforme destaca o artigo 7º e podendo ser revogado a qualquer tempo pelo ME.

Outro fator que deve ser abordado é que o teletrabalho será um processo seletivo, o que reforça novamente que não será para todos. E não se pode esquecer que o teletrabalho terá o cumprimento de metas que, facilmente poderão se transformar em práticas de assédio moral.

Ainda nos pontos de aprovação do Programa de Gestão, gera a discussão sobre se fere ou não a autonomia institucional. Isto por dar prerrogativa de proposição do Programa de Gestão ao dirigente máximo do órgão ou entidade, mas conferir ao Ministro o poder de aprová-lo, a partir da análise das áreas e atividades apresentadas.

Cabe ressaltar, como mencionado anteriormente, que o mesmo Ministro de Estado pode, excepcionalmente, suspender o programa de gestão, e também alterar ou revogar a respectiva norma de procedimentos gerais, por razões técnicas ou de conveniência e por Órgão ou Entidade, devidamente fundamentadas (Art. 20, IN 65/20).

A retomada da pauta do teletrabalho, modalidade que dispensa o controle de frequência, especialmente para as atividades onde a modalidade não era prevista pela sua especificidade (saúde e educação) ocorre em meio à crise da saúde pública mundial em função da Pandemia do COVID19, com fortes consequências econômicas, políticas e sociais. Durante a pandemia, os servidores públicos federais trabalharam à distância, em trabalho remoto emergencial, desde a segunda quinzena de março com base na IN nº 19/2020, conforme orientações das autoridades de saúde sanitárias mundiais, Organização Mundial da Saúde (OMS) e brasileiras, Ministério da Saúde (MS), tendo como principal motivo as questões de saúde pública, excetuando-se as atividades consideradas essenciais, entre elas as relativas aos serviços de saúde e pesquisa voltados para prevenção e atendimento à população, em função da pandemia.

A edição da IN 65/2020 é um indicativo que esse foi o momento escolhido pelo Governo para fazer acontecer uma transição ao retorno do trabalho presencial. A implantação do teletrabalho, que já vinha sendo proposto desde 2018, quando da edição da IN 01, serve para tensionar esse retorno. A principal justificativa é a de que o teletrabalho é um instrumento para diminuição de despesas e adequação ao desenvolvimento tecnológico. Porém, junto vem a diminuição de deveres e responsabilidades do Governo para com os trabalhadores.

Atualmente muitas instituições que estavam em trabalho remoto já retornaram às atividades presenciais de forma parcial ou total. As instituições federais de ensino estão autorizadas pelo Ministério da Educação a concluir as atividades letivas do ano de 2021 de forma remota, no entanto devem começar as atividades letivas do ano de 2022 totalmente presenciais. Servidores federais podem permanecer em trabalho remoto enquanto perdurar a pandemia, desde que se enquadrem nas situações previstas na IN 90/2021, que estabelece orientações aos órgãos e entidades do Sistema de Pessoal Civil da Administração Pública Federal - SIPEC para o retorno gradual e seguro ao trabalho presencial.

Na esfera da educação, o teletrabalho vem sendo pensado exclusivamente para os servidores Técnico-Administrativos em Educação - TAEs, embora a IN não faça qualquer tipo de vedação à categoria Docente. No entanto, as Comissões Internas de Supervisão da Carreira TAE das Instituições Federais de Ensino (IFEs) vem alertando a comunidade acadêmica sobre as inconsistências e incompatibilidades dessa modalidade de trabalho frente a Lei que rege o Plano de Carreira TAE (PCCTAE - Lei nº11.091/2004). Dentre as principais alertas em relação à carreira estão:

- A gestão autocrática e verticalizada da IN frente a gestão democrática balizadoras das IFEs;
- Investimento em atividades individuais frente o reconhecimento da natureza coletiva do processo de trabalho;
- Retorno à visão de administração científica (Fordismo - Taylorismo) para o trabalho - produto frente a ênfase no trabalho como processo e cumprimento de objetivos e metas pactuados no planejamento;
- Desconsideração ao envolvimento do servidor frente ao desenvolvimento do servidor vinculado aos princípios constantes no PCCTAE;
- Indica a avaliação produtivista do trabalho do servidor, baseada apenas nas metas quantitativas dos programas de gestão aprovados pelo governo e cria outra avaliação que contraria o PCCTAE frente ao planejamento do desenvolvimento do servidor que é vinculado ao planejamento institucional como foco da avaliação de desempenho.

Para avaliar a percepção dos servidores Técnico-Administrativos em Educação do Instituto Federal Farroupilha sobre a IN nº65, a Comissão Interna de Supervisão da Carreira TAE do Instituto Federal Farroupilha, realizou no mês de julho do ano de 2021, rodadas de conversas com a categoria, a fim de apresentar o programa de gestão proposto pelo ME, e consultá-los sobre sua percepção de implantação na instituição. Responderam ao formulário 109 servidores técnicos-administrativos dos 10 campi da instituição mais reitoria e o resultado segue conforme figura 1.

De acordo com os dados obtidos pelas respostas ao formulário, observa-se que 54% dos respondentes não concordam com a implantação do programa de gestão de teletrabalho aos moldes da IN nº65/20, seguido por 28% que concordam com a implantação e 18% de respondentes que não souberam opinar e votaram por se abster.

Embora a maioria dos respondentes tenha se manifestado contrário a implantação do programa de gestão, o somatório dos respondentes que aprovam juntamente com as abstenções gera um alerta sobre a percepção dos servidores TAEs do IFFar, que por não se entenderem como servidores técnico-administrativos em educação e a especificidade das atividades como trabalhadores da educação, sobretudo trabalhadores da educação em Institutos Federais de Educação Ciência e Tecnologia que têm sua existência balizada na responsabilidade social, humana e inclusiva, se colocam em uma posição de servidor público executivo federal de forma genérica.

Somada a essa dificuldade, dos servidores TAEs de se identificarem parte do processo educativo e pertencentes ao universo da educação, existem discursos falaciosos, amplamente utilizados pelo Governo Federal e pelo setor de mídia nacional, considerando o teletrabalho como modalidade que promove mais qualidade de vida aos servidores públicos vinculados aos órgãos da administração pública direta e indireta do governo federal, inclusive instituições de ensino.

Atualmente o Instituto Federal Farroupilha, bem como uma grande parcela das Instituições Federais de Ensino, está trabalhando para a implantação do teletrabalho na instituição, resistindo ao diálogo com as categorias e excluindo o sindicato de qualquer diálogo. Mesmo que não haja consenso pelo tema, nem pelos servidores e nem pelos gestores da instituição é algo que tem gerado bastante expectativa, especialmente para os servidores que seduzidos pelo trabalho remoto emergencial enxergam no teletrabalho uma oportunidade de continuar trabalhando em casa mesmo com a retomada das atividades presenciais nas instituições, desconsiderando as consequências que esse programa somado a necropolítica praticada pela atual gestão do Brasil pode gerar para suas próprias carreiras e para o serviço público. Juntamente com a problemática discorrida, qual o papel do sindicato no enfrentamento à precarização do trabalho dos Técnico-Administrativos em Educação dos Institutos Federais?

Assinado por:

Adrielle Machado Rodrigues,  
Alice de Souza Ribeiro,  
Greice Maia Lopes Fonseca.

Sinasefe - Seção Sindical de São Vicente do Sul



Figura 1 - Percepção dos servidores técnico-administrativos em educação do IFFar sobre a implantação do programa de gestão proposto pela IN nº65/20 do Ministério da Economia.

## **07 – Espaços políticos para ocupar**

### **SINASEFE E A OCUPAÇÃO DOS ESPAÇOS POLÍTICOS E DE LUTAS NOS CONSELHOS SUPERIORES DOS IFES**

Para unir e fortalecer o Sinasefe nacional e as suas bases na luta, há que se parafrasear Leon Trotsky, no que concerne ao papel dos sindicatos, de que esses sejam capazes de reunir, educar e mobilizar as trabalhadoras e os trabalhadores para uma luta de libertação, precisam superar os métodos totalitários, com a abertura das portas à todas as tendências políticas, respeitadas a disciplina na ação e na persecução de ocupação dos espaços políticos.

Historicamente, o Sinasefe sempre buscou garantir a autonomia a fim de preservar a si próprio e suas bases. Nesse, sentido resgatar a unidade e atingir as reivindicações é preciso que se ocupem os espaços nos IFEs. Nesse sentido, e numa análise de conjuntura política ora enfrentada com um governo facista e de direita e que a cada dia retira direitos e infiltra nos IFEs seus aliados nas instâncias superiores e deliberativas dos IFEs. Aqui podem ser citados o CONIF, onde os reitores eleitos por suas bases, se moldam aos acenos desse colegiado que possui reitores reacionários e que mostram as suas facetas. Do CONIF, esses reitores levam aos seus IFEs pensamentos e ideias que por vezes vão na contramão das bases e dos anseios sindicais. Haja visto que SINASEFE e as representações estudantis organizadas, como a FENET ficam de fora das instâncias deliberativas superiores, como os Conselhos Superiores, órgãos esses que por Lei, leia-se lei 11.892/88, fazem parte da administração dos Institutos Federais e são órgãos superiores, consultivos e deliberativos, onde se buscou uma composição paritária da comunidade acadêmica (docentes, estudantes, servidores técnico-administrativos, egressos e diretores gerais), bem como, ainda, participantes da sociedade civil e do Ministério da Educação (MEC).

É nesse ponto que fundamenta-se a presente tese, para além da ocupação dos espaços políticos do sindicato na esfera nacional, a ocupação dos espaços pelas bases internamente nos IFes se faz necessária. Em que pese que a representatividade de filiados sindicais possa ocorrer na composição dos Conselhos Superiores dos IFes, nos espaços representativos da comunidade acadêmica já garantidos nos Conselhos, a representatividade sindical e dos movimentos estudantis organizados, como no caso da FENET, nos Conselhos, via parcela da sociedade civil está longe de se estabelecer e se garantir.

Haja visto que a maioria dos conselhos dos IFEs os conselhos possuem representantes dos trabalhadores, porém, como é o caso do IFSC onde nesse segmento da sociedade civil estão representados os seguintes segmentos:

- 04 (quatro) representantes da sociedade civil, sendo 02 (dois) designados pelas Federações patronais listadas 02 (dois) designados pelas organizações sindicais, em sistema de rodízio, com impedimento de recondução consecutiva.

- 02 (dois) representantes do setor público, sendo uma vaga designada pela Secretaria Estadual de Educação de Santa Catarina e uma vaga designada pela Fundação de Pesquisa do Estado de Santa Catarina (FAPESC).

Nessa conformação do IFSC, exarada em seu estatuto, ao qual todo o IFE deve possuir e ser o seu elemento legal maior, somente abaixo da Lei de Criação dos IFEs, ocorre o engessamento dos Conselhos e o aumento do empoderamento dos reitores junto aos IFEs e de cerceamento dos reais atores da luta dos sindical dos trabalhadores e o cerceamento dos movimentos estudantis organizados. Os IFEs desde sua criação, com outra denominação lá em 1909, pelo presidente Nilo Peçanha em sua origem visava aos "órfãos e desvalidos da sorte" e que hoje se desvirtuam da sua essência, apontando para diversos IFEs e seus campus se tornarem elitistas, segregadores e não inclusivos dos estudantes de baixa renda e trabalhadores/as que cada dia mais passam a não ter direito a uma escola pública, gratuita e de qualidade. Haja visto que muitos IFEs, como o IFSC, passam a aprovar formas de ensino por provas de capacidade intelectual e cognitiva, cerceando aos trabalhadores e trabalhadores e seus dependentes de um ensino público. O alto nível de evasão é outra das premissas que devem ser combatidas, porém nada é realizado no sentido de acolher e incentivar a continuidade do ensino público, gratuito e de qualidade. Em seu lugar o aluno que não é aprovado na seleção é porque não tinha competência para sê-lo, e apenas "os legalmente aptos e selecionados" são o foco. O que destoamormente do princípio maior de criação dos IFEs.

Nesse relato, estão inseridas as decisões advindas dos órgãos superiores, como os Conselhos Superiores, que em seu caráter consultivo e deliberativo, emite as resoluções que são seguidas pelos campus. Tais decisões, por vezes vão na contramão dos princípios histórico dos IFEs e na desumanização e tecnicismo crescente, onde só importam os ditos "bons" estudantes. Dessa forma, as decisões emanadas dos Conselhos, e articuladas pelos conselheiros alinhados, por vezes ao imperialismo, só reforçam essa tendência de massificação e sucateamento do ensino público, gratuito e de qualidade.

E como o exemplo do IFSC se insere nisso. O fato de se ter uma quantitativo de conselheiros externos (da sociedade civil) atrelados a atual conjuntura facista, como é o caso dos 02 (dois) designados pelas Federações patronais e mais 02 (dois) representantes do setor público. Ressalte-se que estes dois se quer deveriam estar previstos no Conselho, pois ferem a legislação. Nessa premissa, os outros 02 (dois) designados pelas organizações sindicais estão longe de ser ocupados de forma efetiva pelo Sinasefe e pela FENET, pois são designados as diversas Centrais Sindicais e não garantem a representatividade do nosso sindicato e nem do movimento sindical organizado.

Nessa premissa, historicamente no IFSC, como algumas exceções as Centrais Sindicais, CONLUTAS e CUT, ocupam os seus espaços de forma assertiva e com a participação de sindicalizados da seção Sinasefe IFSC. Com isso muitas das decisões tomadas pelo Conselho correm ao bem prazer do reitor e daqueles que desejam a elitização do ensino público e em cercear aos diretos dos trabalhadores e trabalhadoras da educação básica, técnica e tecnológica, bem como aos movimentos estudantis organizados. Muitas foram as decisões em 12 anos passados que prejudicaram aos servidores e alunos IFSC, tais como criação de "assessoria de correição", responsável por instaurar inúmeros PADs e sem direito de recursos ao Conselho, pois a reitoria tinha detinha a maioria dos votos contra os trabalhadores e trabalhadoras. Outras, como a política estudantil, a política de regulação das atividades dos servidores no IFSC, passaram com artigos que cerceiam e engessam ao trabalho.

Em contra-partida no Instituto Federal de Brasília o Conselho Superior hoje possui uma conformação representativa que inclui ao Sinasefe, a FENET, órgãos estes que

representam aos trabalhadores/as e aos alunos do EBTT, com direito a “voz e voto”, ou seja lugares cativos, bem como foi garantido espaço às Centrais Sindicais, aos movimentos sociais organizados e outros. Assim, nessa conformação exarada abaixo, o Conselho do IFB se tornou um espaço maior da luta sindical e do movimento estudantil.

11 (onze) representantes titulares e suplentes da sociedade civil sendo<sup>1</sup>:

- a) 02 (dois) designados pelas federações patronais listadas no §3º, em sistema de rodízio, com direito a 01 (uma) recondução
- b) 01 (um) designado pela organização sindical que representa os servidores Federais da Educação Básica, Profissional e Tecnológica, listado no §4º, em sistema de rodízio, com direito a 01 (uma) recondução
- c) 01 (um) designado pela organização sindical que representa os Estudantes em Ensino Técnico, listado no §5º, em sistema de rodízio, com direito a 01 (uma) recondução
- d) 01 (um) designado pelas Centrais Sindicais que representa os trabalhadores, listado no §6º, em sistema de rodízio, com direito a 01 (uma) recondução
- e) 01 (um) designado pelos que representam os Movimentos dos Trabalhadores Rurais e/ou do Campo, listados no §7º, em sistema de rodízio, com direito a 01 (uma) recondução
- f) 01 (um) designado pelas empresas do setor público que tenham como objetivo o desenvolvimento de tecnologias, conhecimentos e informações técnico-científicas, listados no §8º, em sistema de rodízio, com direito a 01 (uma) recondução
- g) 01 (um) designado pelos que representam o Movimento Negro, listados no §9º, em sistema de rodízio, com direito a 01 (uma) recondução
- h) 01 (um) designado pelos que representam os Movimentos de Gênero, listados no §10, em sistema de rodízio, com direito a 01 (uma) recondução
- i) 01 (um) designado pelos que representam as Associações de Pais de Alunos Ensino Médio Integrado e/ou Técnicos Subsequentes, listados no §11, em sistema de rodízio, com direito a 01 (uma) recondução
- j) 01 (um) designado pelos que representam as Associações de Portadores de Necessidades Específicas, listados no §12, em sistema de rodízio, com direito a 01(uma) recondução;

No caso do IFB, hoje há uma garantia de espaços e representatividade política bastante ampla e que, efetivamente, gerente espaços ao Sinasefe e à FENET, bem como a outros segmentos. Essa forma plural amplia os espaços de luta, em especial ao movimento sindical das bases e aos movimentos estudantis.

Nesses tempos em que o movimento sindical em sua prática da luta, com vistas a derrotar o Governo Bolsonaro, destruidor dos nossos direitos conquistados. E conti-

1 Vide resolução N° 014-2016/CS-IFB.

nuará, na campanha eleitoral para presidente, e pelas reivindicações, necessárias a se conquistar.

Esta tese vem propor, a todas, todes e todos do SINASEFE que, participaram em 2021, dos inúmeros atos, organizados pela FRENTE FORA BOLSONARO, e se incorporaram, nas vitoriosas Jornadas de Lutas em Brasília e nos Estados, organizada principalmente, pelo FONASEFE (Foro Nacional de Entidades Sindicais de Servidoras e Servidores nos Serviços Públicos Federais), para não deixar votar a Reforma Administrativa do Governo Bolsonaro, e que precisa continuar sendo combatida, por tratar-se de mais uma emenda, que retira direitos conquistados, na atual Constituição, pa destruir os serviços públicos no Brasil. Vem, igualmente, solicitar que nessas jornadas de lutas elencadas sejam incluídas as discussões com as bases a fim de se fomentar e articular com a nova diretoria nacional, a campanha e a criação de fóruns permanentes nos diversos IFEs a fim de se ocuparem os espaços políticos junto aos Conselhos Superiores, e com isso promover a mudança e a inclusão das bases sindicais, movimentos estudantis organizados e outros movimentos nas discussões internas dos IFEs, de forma consultiva e deliberativa.

VAMOS UNIR E FORTALECER O SINASEFE E PROSSEGUIR NA LUTA PARA DERROTAR BOLSONARO E REVERTER AS TRAGÉDIAS, PROMOVER UM ESPAÇO SINDICAL DEMOCRÁTICO.

Como escreveu Pierre Lambert (1969). “Pode-se dizer que um sindicato constitui uma frente única permanente. Nesse sentido, um acordo, no seio do sindicato, entre companheiras e companheiros que têm posições políticas e ou filosóficas diferentes, pode se assemelhar a uma frente única permanente. Mas há evidentemente, diferenças profundas com a frente única sobre objetivos precisos e particulares. Isso não é nada de novo, nem de particular”.

Marco Antônio Vezzani - Seção Sindical - IFSC

Marcelo Tavares Garcia Seção Sindical - IFSC

Fábio Silva Agapito - Seção Sindical - Catú - BA

Jelder Pompeo de Cerqueira - Seção Sindical - MT

Proponente: Coletiva FIRMES NA LUTA

## **08 – Educação em tempo de pandemia**

Os últimos dois anos, sem dúvidas, foram marcados por muitos obstáculos no processo de ensino-aprendizagem dentro das escolas brasileiras. Ao todo, foram 47 milhões de estudantes da educação básica atingidos pela suspensão das aulas, e no caso da rede federal, nos deparamos com uma condução desastrosa por parte do MEC, através de uma política que se restringiu a tentar impor a volta às aulas presenciais e sequer adotou as medidas necessárias para garantir as condições de ensino e aprendizagem nesse período de pandemia.

Acontece que o controle da pandemia nunca foi uma prioridade deste governo. A depender de Bolsonaro, sequer o uso de máscaras seria adotado, sem falar no atraso na campanha de vacinação, envolvendo inúmeras denúncias de desvio de dinheiro e desprezo pela vida dos brasileiros, como ficou comprovado pelas informações levantadas pela CPI, e, tudo isso, piorou e muito as condições de enfrentamento a pandemia em todo país, contribuindo decisivamente para os mais de 650 mil mortes em decorrência da Covid-19.

Por sua vez, o MEC teve como “grande ação” nesse período brigar com estudantes sobre a data do ENEM! Desde que Bolsonaro assumiu vimos passar pela pasta uma série de ministros incapazes (com currículos, no mínimo, questionáveis), e comprometidos com a redução do orçamento destinado às escolas, sem que problemas de infraestrutura básica sejam resolvidas, inclusive sobre banheiros ou água encanada, que afetam praticamente metade das escolas públicas do Brasil.

A posição de não retorno às aulas presenciais, portanto, diferente do que foi propagado pelo governo, nunca se tratou de uma recusa de professores e professoras ou da falta de interesse dos estudantes para a volta às aulas presenciais, e sim da falta de ações do próprio governo, que ainda boicotou até mesmo o acesso à internet gratuita, impondo a milhões de estudantes não conseguir sequer assistir aulas on-line.

Por sua vez, a pandemia mostrou ainda o quanto são limitadas as propostas de “*homeschooling*” (ensino domiciliar) ou mesmo da adoção da educação à distância na educação básica. Quer dizer, o período da pandemia reforçou o papel da escola como ambiente de aprendizagem, a importância dos professores e professoras, a necessidade de infraestrutura e os devidos investimentos na educação como mecanismos de garantia de uma educação pública, gratuita e de qualidade.

### **Corte de verbas e intervenção na rede federal**

Mesmo antes do início da pandemia, as ações do governo de Bolsonaro ocorreram visando contingenciar e mesmo cortar o orçamento da educação. Ainda em 2019, a resistência dentro dos Institutos se fez presente nas ruas e “Tira o mão do meu IF” virou uma palavra de ordem que ecoou de norte a sul do país.

Contrariando o discurso de prioridade na educação básica, o orçamento de 2020 já previa uma redução de 500 para 230 milhões de reais nos recursos destinados para a infraestrutura das escolas públicas, como parte dos 20 bilhões que foram cortados do orçamento da educação naquele ano.

A pandemia agravou essa situação, e nos decretos de cortes no orçamento a

educação sempre ocupou lugar de destaque, tanto que no ano de 2021 a execução orçamentária foi de apenas R\$90 bilhões, quando sua previsão era de R\$145,7 bilhões. Para os a rede federal o impacto foi tremendo, a ponto do Conif emitir nota criticando os cortes e afirmando que ***"Com R\$770 milhões a menos, a Rede Federal corre risco de interromper suas atividades no início do segundo semestre."***

Durante o final do ano passado, o não pagamento das bolsas do PIBID e da RP representaram mais uma clara tentativa de inviabilizar o funcionamento dos programas e dos cursos de licenciatura, e foi graças a pressão e mobilização de estudantes e professores que os recursos foram garantidos. Com o governo Bolsonaro, não há um dia de sossego nem para bolsistas que recebem R\$400,00!

Não bastasse toda essa política de estrangulamento orçamentário, vimos de forma descarada a tentativa de intervenção nos institutos federais, com o adiamento da posse de reitores eleitos, e mesmo com a nomeação de interventores nas reitorias, rasgando os estatutos e a democracia interna dentro da rede federal. A derrota dos interventores e as nomeações dos reitores eleitos foi um marco na defesa da educação federal e contra os interesses de Bolsonaro na educação.

A proposta de "criação" de novos institutos, na verdade a divisão de campi já existentes, e a nomeação de 10 novos interventores, sem que fosse criada sequer uma nova vaga foi mais uma mostra da política bolsonarista para a educação, e a mobilização construída em cada Instituto foi fundamental para evitar esse golpe e reafirmar a autonomia institucional.

### **Desafios do SINASEFE em defesa da educação!**

Os desafios para a defesa da educação pública na rede federal são inúmeros e, mais do que nunca, é preciso fortalecer a capacidade de diálogo e mobilização junto à categoria, estudantes e toda a sociedade nesse momento.

Em primeiro lugar precisamos refazer laços e relações nas cidades e junto aos estudantes, que durante todo esse último período estiveram distantes do ambiente escolar, e onde mantivemos um contato quase que exclusivamente virtual. Vale recordar que as últimas numerosas mobilizações que realizamos se deram nesse sentimento de unidade e de defesa da rede federal como elemento de inclusão social e de oportunidade ao acesso a uma educação pública de qualidade.

Segundo porque a retomada das aulas presenciais ocorre junto com a discussão de implementação da nova BNCC, e todas as implicações que ela possui no andamento do currículo escolar e das mudanças para o próprio trabalho docente. Refletir o novo ensino médio com o conjunto das comunidades escolares é uma questão chave para fortalecer os Institutos.

Por fim, a luta contra Bolsonaro e pela retomada dos investimentos na educação pública não será tarefa fácil nesse próximo período. A proximidade com as eleições exigirá do conjunto do movimento sindical a centralidade em pautar qual o projeto de educação que está em jogo com a manutenção desse governo genocida e inimigo da educação pública.

É hora de retomar as mobilizações de massa para defender a educação e derrotar Bolsonaro nas ruas!

ASSINAM ESTA TESE: Ana Lady da Silva (IFAL), Anderson Xavier (IFRJ), André Luiz Nobre (IFRN), Anna Beatriz Palmeira (IFAL), Anny Barros (IFAL), Artur Barbosa (IFAL), Camila Félix (IFBA), Carla Beatriz Benassi (IFRJ), Carlos Borges (IFAL), Carmelita Osório (IFBA), Daise Moitinho (IFBA), Elaine Lima (IFAL), Fábio Murat (IFRJ), Fátima Santiago (IFBA), Fernando de Oliveira (IFRJ), Francisco Dias (IFRN), Hellen Rodrigues (IFBA), Lionel Rodrigues (IFRJ), Luiggia Girardi (IFRJ), Margarete Rodrigues (IFBA), Paulo André Ferreira (IFRJ), Rafael Monteiro de Castro (IFRJ), Renato Lôbo (IFAL), Vilma Urpia (IFBA), Yuri Buarque (IFAL).

## 09 – EDUCAÇÃO NÃO É MERCADORIA! O SINASEFE E A EDUCAÇÃO QUE QUEREMOS

“[...] Apenas por meio de uma troca viva de ideias é que se pode obter a atenção, a concentração de espírito entre os proletários que de modo geral não estão acostumados ao trabalho intelectual e, por isso, acabam por cansar-se mais facilmente. Mas esse método de ensino é especialmente recomendado pelo fato que um instituto de formação para lutadores da classe proletária não pode, em primeira instância, considerar como sua tarefa principal enfiar na cabeça de alunos mecanicamente uma soma de conhecimento positivo, mas sim a educação para o pensamento autônomo e sistemático.”

Rosa Luxemburgo

A Rede Federal de Educação está sob ataque. A reforma do ensino médio, a emenda do teto dos gastos, a reforma trabalhista, mudanças no PNLD, as recentes incursões da Justiça e da Polícia Federal contra universidades e institutos federais, e até o movimento Escola sem Partido são elementos que se entrelaçam numa trama que leva à mercadorização do ensino no Brasil, um movimento fortemente influenciado pelo Neoliberalismo.

Para dialogar sobre as influências do neoliberalismo na educação, devemos, antes, refletir sobre o conceito de democracia. Falamos aqui da democracia no seu sentido genuíno de garantia de direitos, que deve abranger a todos da sociedade, independente de classe, etnia, gênero. Porém, ainda estamos distantes desse modelo. Para Marilena Chauí a sociedade democrática a qual estamos construindo é estruturada no modelo do núcleo familiar, com relações de mando e obediência, com estrutura hierárquica bem definida, assim como era na sociedade colonial brasileira. Este modelo de sociedade autoritária considera os conflitos e as contradições como sinônimo de perigo, desordem, em resposta oferecem a repressão. Não só a repressão militar, mas também a repressão social, que opera na naturalização das desigualdades.

Essa lógica da repressão dialoga diretamente com a lógica neoliberal. Por ela, o Estado deve se afastar da regulação econômica, promover privatizações e transferindo para a iniciativa privada a oferta de todos os serviços públicos.

O governo Bolsonaro, com seu perfil de ultradireita, militarizado, miliciarizado e fundamentalista encarna precisamente a lógica do neoliberalismo. Como não poderia deixar de ser, a educação, elemento potencialmente perigoso à manutenção de qualquer regime de dominação, se torna um dos principais alvos também dessa política mercadorizante e cunho neoliberal.

Tome-se como exemplo do projeto “Future-se” (derrotado por força da grande mobilização imposta por diversos setores da sociedade civil, dentre eles os sindicatos e o SINASEFE): enganosamente prometia aumentar a capacidade financeira das instituições, mas que, no fundo, não passava de um verniz para atacar a autonomia universitária frente à possibilidade de sua gestão ser administrada por uma Organização Social, favorecendo o setor privado, não somente pela transferência direta de recursos às mãos de organizações privadas, mas também pelo direcionamento ao financiamento de pesquisas em instituições públicas para interesses corporativos.

Por essa ideologia, a ciência e a tecnologia nacionais são permanente desqualificados: as instituições de ensino e pesquisa são rotulados como antro de balbúrdia, com a alcunha de improdutivas, justamente um dos únicos espaços de resistência nessa sociedade, que defende os ideais democráticos e o pensamento crítico e, ao mesmo tempo, graças à sua infraestrutura, seus equipamentos e sua expertise adquirida ao longo de décadas deveriam ser repassadas à gestão privada.

Nesse cenário, tome-se como caso exemplar, que deve nos alertar para os riscos da disseminação desse espírito liberal e privatizante, tão alardeado como “necessário” para salvar a economia: em meio a uma enorme crise global de escassez de semicondutores, que afeta a produção mundial de veículos, o governo brasileiro tentou promover a liquidação do CEITEC, Centro Nacional de Tecnologia Avançada. Trata-se de uma estatal, criada em 2008, que abriga a única fábrica de semicondutores do Hemisfério Sul, que só não passou de forma gratuita para as mãos da iniciativa privada por uma ordem do TCU.

Mesmo com o fracasso do Projeto Future-se, os sucessivos cortes nas verbas da CAPES e do CNPQ, que caíram incríveis 75% desde 2015 apontam para a inevitável morte por inanição das já combatidas atividades de pesquisa e extensão que ainda sobrevivem nas universidades e institutos federais espalhados pelo Brasil.

É claro que estes cortes não são aleatórios, fruto da insanidade de Bolsonaro, Weintraub ou Milton Ribeiro. Eles são consequência direta da Emenda Constitucional 95/2016: embora tenha se tornado conhecida como a “PEC do teto dos gastos”, na realidade ela se trata de uma ferramenta de uma política de desinvestimentos nas áreas da educação, saúde e segurança. Porém, a mesma emenda não determina restrições de investimento público em empresas estatais de capital não dependente, e várias fundações públicas podem vir a se encaixar nesse perfil. Essa brecha é a porta de saída de recursos públicos para que essas fundações contratem as empresas com competências reconhecidas para a complementação barata das novas demandas do ensino na rede federal de ensino.

Por fim, precisamos lembrar da reforma do ensino médio que, sornateiramente, vem sendo implantada em nossos IFs, graças à traiçoeira colaboração de parte de nossos reitores, alinhados fielmente ao modelo neoliberal bolsonarista. Propaganda pelo governo como algo que facilitaria a inserção dos jovens no mercado de trabalho e a possibilidade de escolha por parte do estudante por áreas e conteúdos com os quais melhor se identifica, trata-se, na verdade, de uma forma de fragilização dos currículos e da já precária estrutura organizacional da escola básica brasileira. Está claro que a lei que regulamenta a reforma foi cuidadosamente desenhada para garantir que grupos específicos se tornem os grandes ofertantes de pacotes e programas educacionais para esse novo ensino médio. A fórmula para que alcancem esse objetivo se revela na letra da lei. Vejamos: O Art. 36 prevê que, “para efeito de cumprimento das exigências curriculares do ensino médio, os sistemas de ensino poderão reconhecer competências e firmar convênios com instituições de educação a distância com notório reconhecimento, mediante diversas formas de comprovação demonstração prática, ou ainda, atividades de educação técnica oferecidas em outras instituições de ensino credenciadas, cursos oferecidos por centros ou programas ocupacionais, estudos realizados em instituições de ensino nacionais ou estrangeiras”. Colocados nas mãos de empresas de capital não dependentes, esses convênios são a chave para uma derrama de recursos públicos para entidades privadas por fora do famigerado teto.

Pelo exposto nesta tese, nós do Coletivo 1º de Maio apresentamos uma das leituras que fazemos das políticas públicas educacionais do governo, assim como a ausência de políticas e o fim de políticas existentes como forma de ataque às instituições públicas que têm autonomia para posicionar-se criticamente e tem forte influência na sociedade.

Dessa forma, propomos:

- A. Que o SINASEFE permaneça na luta e fortaleça a defesa da Rede Federal de Educação Tecnológica frente aos ataques e tentativas de desmontes, lutando pela garantia de sua função social conforme a Lei 11892 e reforçando seu caráter público, gratuito, laico, universal, estatal e de qualidade socialmente referenciado;
- B. Que o SINASEFE se mantenha atento e fortaleça a luta pelo Ensino Médio Integrado como modelo de Educação Profissional associada a uma perspectiva que vise à formação crítica e integral;
- C. Que o SINASEFE lute contra toda e qualquer iniciativa privatizante no seio da Rede Federal;
- D. Que o SINASEFE defenda e cobre dos reitores formas de promover uma busca ativa para trazer de volta para a Rede todos os estudantes que, em função da pandemia, tenham evadido, bem como criar mecanismos de identificação e resgate de conteúdos perdidos ou não apreendidos neste período.

ypos:0.181944in; frame-width:0.776389in; wrap-mode:wrapped-both; frame-height:0.776389in; frame-type:image

ypos:0.009028in; frame-width:0.774306in; wrap-mode:wrapped-both; frame-height:0.774306in; xpos:5.729167in; frame-type:image

**Confira todas as teses assinadas pela US#1M** (acesse pelo QR Code ao lado)

**UNIDADE SINDICAL PRIMEIRO DE MAIO E A BUSCA DE UMA NOVA ORIENTAÇÃO PARA O SINASEFE**

**EDUCAÇÃO NÃO É MERCADORIA! O SINASEFE E A EDUCAÇÃO QUE QUEREMOS**

**O GOLPE, PANDEMIA, E O AGRAVAMENTO DAS CONDIÇÕES DE VIDA DA CLASSE TRABALHADORA BRASILEIRA**

**O CAPITALISMO EM CRISE, GUERRAS E FOME**

**O SUPERMILITANTE: UMA REFLEXÃO SOBRE O PERSONALISMO NO SINASEFE**

**DIANTE DA PRECARIZAÇÃO E DESMONTE DO SERVIÇO PÚBLICO FEDERAL, O FORA BOLSONARO NOS IMPULSIONA A TOMAR DE VEZ AS RUAS**

**O PAPEL DO SINASEFE NA DEFESA DO ESTADO DEMOCRÁTICO DE DIREITO.**

**SINASEFE NA LUTA CONTRA TODAS AS FORMAS DE OPRESSÃO E DISCRIMINAÇÃO: PELA LIBERDADE DE SER QUEM SE É!**

**Assinam a tese junto com a Unidade Sindical Primeiro de Maio – US #1M:**

Alúcio Coelho - Seção Colégio Militar de Recife  
Antônio Nobre da Silva (Didi) - Seção Cáceres IFMT  
Ariovan da Silva Martins - Seção Barbacena EPCAR  
Camila Cunha - Seção Brasília IFB  
Carlos Henrique Xavier Endo - Seção IFSP  
Christian Gilioi - Seção IFSP  
Daniel Neri - Seção IFMG  
Davi César da Silva - Seção Videira IFC  
Denilza Frade - Seção IFSP  
Dhieggo Glaucio - SINTEFPB  
Diego Rodolfo Simões de Lima - Seção Videira IFC  
Elenira Vilela - Seção IFSC  
Eliel Regis de Lima - Seção Cáceres IFMT  
Elizangela Maria Esteves de Barros - Seção IFSP  
Emanuel Luiz Flôres da Silva - Seção IFSC  
Felipe Lima - Seção IFES  
Francini Carla Grzeca - Seção Videira IFC  
Herlon Iran Rosa - Seção Litoral IFC  
Inez Deliberaes Montecchi - Seção Cáceres IFMT  
Isaías dos Santos - Seção Litoral IFC  
José Paulo Monteiro - Seção IFSC  
Kyanny Onofre Pompilio - Seção IFSC  
Marcelo Assunção - Seção Colégio Militar do Rio de Janeiro  
Mário Luiz - Seção Litoral IFC  
Marlene Socorro - Seção IFBA  
Matheus Santana - Seção IFBA  
Olaine Aparecida Zilio Morona - Seção IFSC  
Priscila Cardoso - Seção Litoral IFC  
Rosa Maria Mota Costa - Seção IFBA

Sérgio Rodrigues - SINTEFPB

Sílvia da Silva Seção - Seção Concórdia IFC

Tomaz Fantin de Souza - Seção IFSUL



## **10 – COLÉGIOS MILITARES: FUNCIONAMENTO E RELACIONAMENTO COM OS SERVIDORES CIVIS**

### **A Criação dos Colégios Militares**

O surgimento das Escolas Militares vem desde o início da história do Brasil independente. Após o confronto ocorrido na Guerra do Paraguai (1864 – 1870), muitas famílias ficaram órfãs daqueles que lutaram pela defesa da independência da pátria, percebendo-se, nesse sentido, a necessidade de dar apoio a essas famílias. Foi nesse contexto que surgiu a preocupação e o desejo, dentro das Forças Armadas, de se oferecer uma instituição específica de ensino que fosse encarregada de amparar e educar os filhos dos servidores das Forças.

Com o fim da Guerra e após deixar o Comando do Exército, Duque de Caxias elegeu-se senador do Império e apresentou um projeto para criação de um Colégio Militar, porém não obteve êxito em suas várias tentativas. Ao final do governo Imperial, o Conselheiro Tomás Coelho, tendo como influência a sua passagem como Ministro da Agricultura, Comércio e Indústria, criou o Imperial Colégio Militar, e, a partir desse momento, surgiram outros Colégios Militares no País.

No século XIX, várias reações contrárias vieram à tona, principalmente devido ao orçamento dos educandários. Após vários embates, os estabelecimentos foram mantidos e, em seguida, houve uma ampliação das Unidades Militares de Ensino em vários Estados do Brasil. Durante muitas décadas, os Colégios Militares sofreram diversas modificações em seu sistema educacional, bem como fechamento e reaberturas de alguns Colégios Militares durante os governos militares e civis.

### **A Realidade Atual**

Atualmente o Sistema Colégio Militar possui uma rede de 14 estabelecimentos de ensino distribuída em 12 Estados do Brasil. Com o mesmo ideário desde a sua criação, ou seja, amparar os filhos dos militares e preparando para carreiras militares, vestibulares e com acesso da sociedade civil através de concurso. O corpo de servidores é distribuído por militares em maior número e servidores civis divididos nas categorias dos docentes e dos administrativos.

O funcionamento dos Colégios Militares segue as diretrizes da DEPA e do MEC. Essas diretrizes se confundem com a filosofia das escolas militares, que adotam uma formação de obediência e rigor nas relações entre o comando dos Colégios Militares, o corpo docente militar e o corpo docente e administrativo civil.

Essa formação segue o exemplo e a rigidez dos quartéis em relação à formação pedagógica dos estudantes, classificando-os intelectual e disciplinarmente, com punição e exclusão dos discentes que fogem do padrão estabelecido pelas regras militares.

Por fim, salientamos ainda que os Colégios Militares, nos últimos anos, adotaram a inclusão dos discentes com necessidades especiais (discentes com distúrbios psicológicos ou deficiência física), com isso alguns docentes fazem muita crítica à falta de estrutura dos estabelecimentos militares de ensino em atender esses discentes especiais, desde a orientação psicológica à estrutura física oferecidas nesses am-

bientes escolares. A exemplo das dificuldades no apoio a esses discentes, está a própria formação do militar que, fisicamente e militarmente, não pode ter imperfeições

A caracterização do ensino militar ou mesmo do plano pedagógico adotado confunde-se num ambiente que flutua entre um ensino conservador e um ensino com as diretrizes construtivista e interdisciplinar, pois a escola militar de Ensino Básico não permite liberdade de expressão, tanto do corpo docente como discente, exigindo um controle na metodologia e no plano didático dos conteúdos a serem aplicados e debatidos, não respeitando a liberdade de cátedra desses profissionais.

### **Os servidores civis e os comandos militares**

As relações administrativas entre a direção desses estabelecimentos de ensino e os servidores civis deveriam seguir a lei 8.112/90, pois ela regulamenta as obrigações, direitos e deveres civis. Porém, portarias e instruções normativas propostas pelo Governo Federal, Estadual, Municipal e o Ministério da Defesa, confundem os servidores quanto aos seus direitos e deveres administrativos. Além dessas orientações jurídicas, os militares afirmam que os Colégios Militares são quartéis. Diante desse cerco judiciário, os servidores sofrem com repressão, opressão, perseguição e transferência, constantemente, ficando esses fatos mais evidentes durante o atual período da pandemia.

O sindicato, entidade jurídica assegurada na Constituição e composta pela direção eleita na sua base (pares), nem sempre é respeitada nessas instituições de ensino, gerando vários conflitos administrativos.

A relação entre os servidores, através de seu sindicato e o comando desses estabelecimentos militares foram, em diversos momentos, conflitantes, em várias conjunturas políticas, limitando sua liberdade de expressão e atuação no local de trabalho.

Os quadros de servidores administrativos e docentes não são renovados há vários anos, reduzindo muito a presença desses profissionais nos estabelecimentos de ensino vinculados ao Ministério da Defesa, principalmente com a aposentadoria de vários servidores nos últimos anos.

### **Diante dessa situação estamos propondo os seguintes encaminhamentos ao 34º CONSINASEFE:**

Considerando que:

- O Ministério da Defesa não tem mais interesse no ingresso dos servidores civis para compor seus quadros, visto que o último concurso realizado foi em 1995 e, de lá pra cá, apenas militares têm preenchidos as vagas existentes; propomos que o SINASEFE solicite a transferência de todos os servidores civis técnicos administrativos e docentes que tenham interesse em compor os quadros de servidores das instituições de Ensino Federal vinculadas ao Ministério da Educação, com liberação dos códigos de vagas.
- Há uma dificuldade de atuação sindical nas Instituições de Ensino vinculadas ao Ministério da Defesa, solicitamos ao SINASEFE que reivindique a liberdade de atuação, expressão e reunião nos locais de trabalho dessas instituições.

- Os Colégios Militares são instituições de Ensino Básico, portanto deveriam ter característica de uma escola e não de um quartel como ocorre, ainda hoje, no Sistema dos Colégios Militares do Brasil, solicitamos ao SINASEFE requerer, junto ao Governo Federal, a transformação dessas escolas nos moldes das Escolas Federais de Ensino Básico.

Assinam esta tese:

**Claudicéa Alves Durans - Monte Castelo**

**Cláudio Roberto- CMR-EAMPE**

**Flávio Barbosa - CMR-EAMPE**

**Karla Bertotti - CMR-EAMPE**

**Jean Magno - IFMA Maracanã**

**Luiz Sérgio - Colégio Pedro II**

**Marcelo Teixeira - CMR-EAMPE**

**Oscar R. Júnior - Sinasefe - IFSC**

## **11 – TESE SOBRE A QUESTÃO NEGRA PARA O 34º CONSINASEFE**

Nesta tese pretendemos, de forma breve, fazer um debate acerca da questão negra no país com foco na atual conjuntura de aprofundamento da crise econômica e crise sanitária que tem escancarado as desigualdades sócio- raciais, o empobrecimento dos trabalhadores, deixando a população negra e povos indígenas em situação de vulnerabilidade. Não por acaso que dados oficiais têm revelado quem são os mais contaminados por covid-19 e suas variantes, quem mais morre pela falta de atendimento nos postos e hospitais, quem está na informalidade, sem emprego e passando fome.

Essa situação é parte da lógica perversa do capitalista que com base na propriedade privada e aumento da taxa de lucro dos mais ricos, explora e oprime a maioria da classe trabalhadora. É também parte de ações de governos de ultradireita como o de Bolsonaro, que implementa política genocida, negacionista e de ataques à nossa classe combinadas com medidas que retiram direitos a exemplo da Reforma trabalhista, sindical, a alteração do FGTS, do seguro-desemprego, a implementação do trabalho intermitente, etc, além de constantemente ameaçar as liberdades democráticas, por isso precisamos urgentemente derrubar esse governo.

Segundo a Rede Brasileira de Pesquisa em Soberania e Segurança Alimentar e Nutricional em 2020 o país chegou a ter 116,8 milhões de pessoas em situação de insegurança alimentar ou passando fome, e, mais de 40 milhões de pessoas vivem sem carteira assinada, na informalidade. Nesses tristes dados observa-se que mais de 50% dos brasileiros estão desempregados e como se não bastasse o cotidiano da maioria das pessoas atingidas por essa grave situação de violência e racismo é marcada por preconceitos, repressão, criminalização, violência policial e ataques através de discursos racistas, machistas, homofóbicos e discriminatórios por esse governo, estimulando o ódio.

Os casos como o de João Alberto, espancado e assassinado por dois seguranças brancos terceirizados da empresa Vector dentro do supermercado Carrefour em Porto Alegre; o assassinato brutal de Moïse Kabagambe na Barra da Tijuca no RJ, demonstrando a triste combinação de racismo, xenofobia e precarização do trabalhador, são exemplos de racismo extremado e demonstram que a vida de trabalhadores pobres e negros não tem valor algum.

Por outro lado, nesses dois casos, bem como em outros houve reação com fortes manifestações de rua em várias cidades do país. Palavras de ordem como boicote às lojas do Carrefour, fogo nos racistas, justiça para Moïse, deram a tônica. Essas manifestações levaram à prisão dos racistas, contudo estas medidas não são suficientes, é preciso reparações históricas ao nosso povo. E isto exige medidas como expropriação de empresas racistas, a exemplo do Carrefour como reparação a morte de João Alberto e a todos que tiveram seus direitos violados nessa empresa, punição exemplar aos assassinos, bem como políticas de acesso e renda aos trabalhadores. Nessa direção, exigir educação pública, gratuita e de qualidade, moradia digna, salário igual para trabalho igual são também políticas reparatórias. São medidas que ao nosso ver podem de fato enfrentar o racismo, contudo este sistema apodrecido será incapaz de garantir as condições de dignidade ao nosso povo, sendo, portanto, urgente e necessário uma revolução socialista para garantir plenamente a vida humana.

**Assinam:**

Claudicéa Alves Durans\_ Seção Sindical IFMA Mon

Jean Magno - IFMA - Campus Maracanã

Ramon Zapata - IFMA

Oscar R. Junior- IFSC

Elisa Guimarães - Colégio Pedro II

Mari Jardineiro - Colégio Pedro II

Luiz Sergio - Colégio Pedro II

Albano Teixeira - Colégio Pedro II

Alexandre Elias - IFF Fluminense

Marcelo Teixeira - Colégio Militar PE

Claúdio RC Fonseca- Colégio Militar PE

Acácio Tarciso - IFPA

Humberto Brito - IFPA

Renan Cunha - IFPA

Zeca Conceição - IFPA

## **12 – TESE SOBRE EDUCAÇÃO DO COLETIVO PÃO E ROSAS PARA O 34º CONSINASEFE (2022)**

### **I. POLÍTICAS EDUCACIONAIS: FINANCIAMENTO, REESTRUTURAÇÃO, IDEOLOGIA E A POLITECNIA EM DISPUTA**

1 O Brasil é um país de capitalismo dependente e associado, enraizado numa matriz colonial-escravocrata, desenvolvido com base numa autocracia burguesa (com transições políticas que se deram de cima para baixo) e com um sistema educacional público tardio, frágil e desintegrado. As questões educacionais não resolvidas no passado permanecem um enorme desafio para a classe trabalhadora e para nossa democratização. A miséria educacional na qual nós encontramos – um modelo sempre dependente e subordinado à divisão internacional do trabalho no mundo globalizado – é fruto de um histórico de políticas educacionais excludentes vinculadas ao modo de produção capitalista dependente no país. É o que Maria Ciavatta denomina por “meia educação”, no qual o dualismo estrutural tem sido marca decisiva (uma formação rebaixada para os filhos da classe trabalhadora). Como é sabido, o Brasil constitui um enorme mercado para a reprodução dos capitais educacionais de grandes corporações transnacionais e interesses privados.

2 Em face disto, defendemos políticas públicas que destinem o investimento orçamentário, exclusivamente, para a educação pública, e não o incentivo dos interesses mercadológicos. Desde o golpe jurídico-parlamentar-midiático de 2016 a educação pública vem sofrendo inúmeros ataques do neoliberalismo extremo que tomou conta do governo brasileiro. A Emenda Constitucional 95/2016 (teto de gastos) agravou o histórico subfinanciamento da educação pública, promovendo um desinvestimento na educação, assim como em todas as políticas sociais no país, ao mesmo tempo em que ampliou o repasse de recursos públicos para o setor privado/financeiro, cabe lembrar que Elizabeth Guedes – irmã de Paulo Guedes, Ministro da Economia e “braço direito” de Bolsonaro, é a presidente da Associação Nacional de Universidades Particulares.

3 Este desinvestimento/subfinanciamento está expresso no Orçamento da União. Conforme os dados oficiais (da Câmara e do Ministério do Planejamento) compilados pela Auditoria Cidadã da Dívida Pública, a série histórica do Orçamento Geral da União executado para a educação entre os anos de 2017 e 2021 foi de: 4,10% (2017); 3,62% (2018); 3,48% (2019); 2,49% (2020 e 2021). Este é um traço importante da educação pública brasileira: após o golpe há o descomprometimento do investimento público na educação através de subterfúgios que levam – na prática – à quebra da vinculação de recursos educacionais. No mesmo período, para a ciência e tecnologia destinaram-se: 0,25% (2017); 0,24% (2018); 0,23% (2019), 0,17% (2020) e 0,12% (2021). Em contrapartida, somente no governo Bolsonaro os gastos com juros e amortizações do sistema da dívida pública quase dobraram: 38,27% (2019); 39,08% (2020) e 50,21% (2021). Importa notar que, em pleno 2022, a educação no Brasil ainda não se constitui como direito universal: não há vagas para todas e todos! Em especial no que tange a educação infantil (a população de 0 a 3 anos não está incluída na educação básica e obrigatória), atingindo de forma grave as condições de vida e o trabalho reprodutivo das mulheres, em especial as pretas e pobres.

- 4 No que diz respeito à relação entre os gastos públicos com educação em relação ao PIB, critério inconstante e que cremos ser insuficiente, mas parâmetro da verborragia liberal sobre educação pública, segundo o relatório do INEP “Panorama da Educação de 2021: destaques do Education at a Glance 2021 (OCDE)”, que toma como referência os indicadores educacionais de 2019 (primeiro ano do governo Bolsonaro e antes mesmo da pandemia), a média de investimentos em educação dos países membros (a maioria do centro capitalista) e parceiros (países emergentes) da OCDE foi de 11%. Nesse período, o percentual comparado do investimento público total em educação do Brasil (incluindo todas as etapas, níveis e modalidades de educação; despesas com pessoal ativo e seus encargos sociais; assistência e financiamento estudantil; pesquisa, C&T e desenvolvimento; transferências ao setor privado, outras despesas correntes e de capital, além da estimativa para o complemento da aposentadoria futura do pessoal que está na ativa) em relação ao PIB dos países da OCDE foi de 14%. Porém, considerando apenas o orçamento nacional, permanecemos abaixo dos 5% (apesar das demandas de capital e custeio geradas pela pandemia) e, não havendo reversão da política de cortes, seguimos a tendência de permanente queda, o que continuará a produzir uma educação à toque de caixa para as filhas e filhos da classe trabalhadora no Brasil, afetando o precário funcionamento das instituições educacionais em todas as esferas e promovendo uma qualificação desqualificante, o que inclui a rede federal de ensino.
- 5 A eleição de Bolsonaro e a política de austeridade de Paulo Guedes intensificaram as desigualdades sociais e os lucros dos super ricos, impondo aos serviços públicos duríssimos cortes orçamentários que ameaçam gravemente, entre outros setores, a educação pública e, conseqüentemente, a Rede Federal de Ensino. A precarização dos serviços públicos por meio da política de cortes no orçamento, pela estreita relação público-privada que amplia a interferência de “OS - Organizações Sociais”, fundações do sistema financeiro e conglomerados de educação privada (como a Kroton Educacional), confluem para a mercantilização da educação, que tende a entregar os recursos públicos para a iniciativa privada. Tal precarização combinada às contrarreformas educacionais, reforçam a lógica utilitarista do capital, que propagandeia direitos como gastos e não como investimento humano para a redução do abismo social que constitui a história econômica e social brasileira.
- 6 Se, por um lado, o capital financeiro utiliza da receita educacional como forma de assaltar o fundo público para dar consequência à reprodução ampliada do capital; por outro, aponta para contrarreformas educacionais as quais aprofundam a submissão da educação pública (e do aparato de produção científica) ao mercado. Concomitantemente, busca conformar a subjetividade da classe trabalhadora aos ditames do capital financeiros; reproduz condições precárias de trabalho na escola pública, as naturalizando no seio da classe trabalhadora desde tenra idade, seja determinando quais pesquisas são dignas de investimento (pois que interessantes - mais uma vez - aos mesmos interesses do capital financeiro).
- 7 Estes setores se organizam em instituições que disputam a concepção de escola pública, desde seu financiamento às políticas de gestão, estrutura e organização curricular, dentre elas, o movimento Todos Pela Educação, a Confederação Nacional da Indústria, Fundações Bradesco, Roberto Marinho, Ayrton Senna, Lemann etc. Estes setores são produtores e reprodutores de uma concepção de escola pública utilitarista e subserviente aos interesses das classes dominantes

autocráticas brasileiras. Assim, estão tão afinados com o Future-se, com a contrarreforma do Novo Ensino Médio, com o Escola Sem Partido (a bem dizer, escola do partido único) e com a conformação de um Sistema Nacional de Educação pensado, tão somente, como produtor de força de trabalho que atenda às necessidades das empresas dos grupos dominantes, ou mesmo, a preparação para a política do desemprego permanente – que se consolida cada vez mais com o trabalho intermitente e de plataforma, a substituição da mão de obra por inteligência artificial (nos setores privado e público) e com o empreendedorismo (“gourmetização” da informalidade).

8 Uma nota importante sobre a contrarreforma do Ensino Médio é de que ela traz importante impacto para a rede técnica e tecnológica federal na medida em que se antepõe frontalmente à concepção de educação politécnica que move os nossos institutos. Uma educação pública que possibilite a formação profissional aliada à formação cidadã emancipatória não faz parte da concepção de educação formulada pelas elites autocráticas do capitalismo dependente brasileiro. Portanto, defendemos uma política educacional de integração do ensino técnico ao médio visando não a manutenção de escolas de dia inteiro (dicotomia entre formação integral e geral), mas a construção da politécnica. A manutenção do ensino integrado nos IFs – o que há de mais qualitativo na educação brasileira de nível médio – é um princípio para nós. Somos contrários a qualquer reestruturação da rede rumo ao “novo ensino médio” ou a desescolarização do ensino profissional presente na reforma do ensino médio. Entendemos que há enorme risco da concomitância intercomplementar e a indução, via Fundeb, para tornar os Institutos Federais instrumentos auxiliares na implementação da Reforma do Ensino Médio, oferecendo apenas a formação profissional, descaracterizando-os institucional, pedagógica e politicamente.

9 Do mesmo modo, o SINASEFE deve estar na linha de frente pela revogação do PNLD e das reformulações presentes na BNCC, reivindicando um PNLD democrático para a educação pública em geral, e um sistema curricular alinhado às especificidades da rede federal de ensino e nossos cursos integrados. Sob nova direção do Estado, o Ministério da Educação (MEC) (a despeito de suas trocas de gestores e de sua instabilidade) tem por foco o gerenciamento/financiamento da educação dentro dos marcos ultraliberais e, do ponto de vista ideológico, aproximar-se da extremadireita. Há o explícito intuito de uma consolidação ideológica de base conservadora: uma agenda que pretende impor uma nova face à educação no país com requinte de perversidade e obscurantismo (apoiado no conservadorismo e em um grupo fundamentalista de extrema-direita), no intuito de ceifar qualquer perspectiva de autonomia ou pensamento crítico. O viés militarista, autoritário e antidemocrático está no “DNA” desse governo.

10 Além do aprofundamento de um programa de escolas cívico-militares, há uma ofensiva para a regulamentação do homeschooling (ensino doméstico) e da introdução do ensino híbrido, que encontrou na pandemia e no ensino remoto a oportunidade de uma (de)formação minimalista, aligeirada, no marco de novas modalidades de precarização do trabalho docente e voltada para plataformas privadas.

11 Sobre o projeto da Reforma do Ensino Médio (Lei nº 13.415/2017), primeiramente, cabe ressaltar o método de imposição da reforma, à época, via medida provisória (anti-democrático, sem diálogo com a comunidade escolar ou especialistas da

área). Alterou a LDB brasileira, bem como descumpriu o PNE. Modificou, inclusive, o Artigo 26 da Lei nº 9396/96 da LDB, que versa sobre componentes curriculares obrigatórios, além dos artigos 26/LDB e 36/LDB, desobrigando o ensino de Artes e Educação Física (restringindo-as ao ensino fundamental apenas), bem como de Sociologia e Filosofia (que na prática passam a ser extintas), respectivamente, dentre outras alterações na LDB e no FUNDEB.

12 Em síntese, o Novo Ensino Médio procura oferecer soluções fáceis para problemas complexos, baseando-se na flexibilização do currículo (proposta de itinerários formativos), diminuição do conteúdo básico formativo e propedêutico e no mito da “livre escolha” das áreas do conhecimento por parte do estudante, uma vez que não são os alunos que têm autonomia objetiva e subjetiva de “escolher” as áreas de concentração de ensino, ao contrário, ficam à mercê das Secretarias de Educação, que passam a definir as áreas de formação de cada unidade, o que provocará, por exemplo, o deslocamento forçado de estudantes que se interessem por determinadas disciplinas e a diminuição de carga horária de formação comum (apenas matemática, português e inglês serão comuns aos três anos); previsão do chamado notório-saber, que permite prestadores de serviços não licenciados atuarem como professores profissionais nas áreas de formação (medida controversa visando a contratação de docentes não licenciados e sem concurso público, por intermédio de precarização das formas de contratação flexível); intensificação das desigualdades educacionais pela formação precária pública e aligeirada para os filhos das classes trabalhadoras e um preparo privado para o ensino superior para os setores mais abastados; na privatização da escola pública, proposta em consonância com as orientações do Banco Mundial e do FMI, possibilita que empresas privadas captem recursos e fundos públicos, promovendo a concessão da gestão e serviços das escolas públicas às OS (Organizações Sociais, ONGs etc), visando redução de custos com investimento público em educação. A Reforma do Ensino Médio altera, ainda, a formação técnico-profissional no ensino regular e a distribuição da carga horária do ensino médio. Cabe destacar o incentivo da modalidade de Educação a Distância, com a possibilidade de 20% da carga horária diurna ser ofertada via EaD, 30% para os cursos noturnos e 80% para cursos de EJA.

13 A BNCC é o documento normativo voltado à educação escolar que define “aprendizagens essenciais que todos os alunos devem desenvolver ao longo das etapas e modalidades da Educação Básica de modo a que tenham assegurados seus direitos de aprendizagem e desenvolvimento, em conformidade com o que preceitua o Plano Nacional de Educação (PNE)”. Como é sabido, o marco legal está na Constituição Federal de 1988 no que se refere ao direito à educação e à obrigatoriedade do Estado. Já em 1996, a LDB direciona para o ensino voltado para princípios como cidadania e trabalho, assegurando a formação básica comum (mínima) em todo o país. Ao passo que as Diretrizes Curriculares Nacionais, entre 1997 e 2013, destacaram a formação crítica como critério fundamental, tendo em 2014, no Plano Nacional de Educação, a meta de universalização da educação básica. Todavia, os fundamentos pedagógicos da BNCC, especialmente do Ensino Médio, focam no desenvolvimento de competências e o que se denomina por “educação integral”, em verdade, reduz-se à educação em tempo integral. A noção de competências se baseia nas noções de saber (conhecimentos, habilidades, atitudes e valores) e saber-fazer (o aluno é estimulado a resolver demandas cotidianas), ao passo que a concepção de habilidades contempla as chamadas habilidades práticas, cognitivas e socioemocionais. Em verdade,

trata-se da pedagogia por resultados: preparar o aluno para situações estritas e pragmáticas, adaptado às incertezas das novas situações de um mercado em constantes mudanças e instabilidade. Importante lembrar que alguns dos pilares da Reforma do Ensino Médio são justamente a noção de competência, de desenvolvimento pessoal (uma espécie de coaching educacional) e de preparo para atividade profissional. Na prática a nova BNCC corresponde a viabilização curricular para a Reforma do Ensino Médio.

- 14 Alguns docentes se perguntam: quais os impactos para a rede federal de educação básica, profissional e tecnológica? E para a formação de EJA? Não se desmonta o trabalho e sua legislação social protetora sem um ajuste de novo tipo na formação para os trabalhadores. É nesse contexto que se encontram as reformas educacionais em curso, as quais pretendem formatar a formação educacional para novas condições de trabalho hiper-precarizado, e no caso da BNCC/PNLD, com foco nas competências socioemocionais. A Reforma do Ensino Médio é simultaneamente uma reforma do ensino médio regular (as 1800 horas de educação básica com base na BNCC) e reforma do ensino profissional (até 1.200 horas com base no 5º itinerário formativo), o qual pode ser abatido pelo cômputo de carga horária em cursos diversos de qualificação, estágio supervisionado, experiência profissional ou certificação de atividades não-escolares, representando, de tal modo, a desescolarização da educação profissional. Para a rede federal, a nosso juízo, será a criação de um modelo único de oferta de ensino profissional. Sem contar a previsão de 20% do ensino poder ser ofertado na modalidade EaD no ensino diurno, 30% no noturno e 80% na EJA.
- 15 O PNLD consiste em um programa nacional para preparo e difusão de material didático, pedagógico e literário para as escolas públicas de educação básica, em todos seus segmentos: educação infantil, ensino fundamental (dos anos iniciais aos anos finais) e ensino médio. Em nossa compreensão, faz-se necessário articular o PNLD com a BNCC e a Reforma do Ensino Médio, uma vez que o PNLD é a integração na prática dessas políticas educacionais. Entendemos o PNLD como uma política estruturante no contexto de um projeto de desmonte da educação pública. Quais as mudanças do PNLD-2021 no tocante ao Ensino Médio? A proposta do governo federal para o PNLD 2021 é diluir o conhecimento escolar pelas chamadas “habilidades e competências” de mercado, reorganizando a lógica do currículo por áreas que, apesar de se denominar integrador, destitui qualquer concepção pedagógica interdisciplinar autêntica. A ênfase está em livros de projetos que substituem componentes curriculares, ancorados em projetos integradores e projetos de vida reduzidos às competências da BNCC, cujas áreas do conhecimento, adequadas ao novo ensino médio, substituem as disciplinas específicas.
- 16 O ano de 2021 foi o ano de execução do PNLD para o Ensino Médio em sua primeira fase: escolha dos projetos integradores e projetos de vida. Dito de outro modo, a fase lamentavelmente denominada por “produto 1”, correspondeu à proposta de materiais didáticopedagógicos restritos a livros de projetos: a) projetos integradores, diluindo a fronteira entre as disciplinas com falsa perspectiva interdisciplinar, contexto no qual as áreas do conhecimento (BNCC/REM) substitui as disciplinas específicas; b) projetos de vida, onde o ensino fica restrito ao âmbito das competências da BNCC. Conforme se estrutura, as estratégias educacionais ganham relevância vital na difusão dos conteúdos aligeirados, habilidades e valores voltados aos interesses prático-imediatos, isto é, associados ao modelo

de sociabilidade do mercado e da flexibilização do trabalho. Visa-se estimular a preparação psicofísica de adaptação acrítica às instabilidades do mercado de trabalho atual. As fases seguintes: objeto 2: obras por área do conhecimento em substituição às disciplinas básicas; objeto 3: obras de formação para professores que se adequem ao programa proposto; objeto 4: recursos digitais; objeto 5: obras literárias. Nada disso é novo. Já são bastante conhecidas as críticas orientadas à base conceitual que fundamenta a noção epistemológica das contrarreformas educacionais (como as elaborações em torno do pensamento complexo de Edgar Morin e das competências de Philippe Perrenoud). A matriz proposta baseia-se em orientações dos organismos multilaterais, vale dizer.

17 O PNLD corresponde, segundo o governo, a “uma etapa para o alinhamento dos materiais didáticos que deverão apoiar os professores no trabalho com os novos currículos”. Que não deixemos lugar a enganos. O PNLD não se trata apenas da escolha de livros e materiais didáticos. Conforme entendemos, o PNLD 2021 representa uma política educacional estruturante em um contexto de desmonte da educação pública e democrática, orientando o preparo de materiais didáticos e do currículo escolar alinhados à BNCC e à Reforma do Ensino Médio, as quais combatemos. Entendemos que a escolha do material didático não pode ser uma consulta burocrática de preenchimento ao questionário digital, mas fruto de amplo debate e reflexão pedagógica. Faz-se necessária a exigência de uma nova condução desse processo em consonância com o diálogo democrático com nossas comunidades escolares e não mediante imposição decorrida da adaptação do Ensino Médio à BNCC, que precariza e privatiza a educação pública.

18 Qualquer política educacional que pretenda obter êxito, em perspectiva comparativa, necessita de investimento. Contraditoriamente, vivenciamos um cenário de cortes orçamentários, pandemia, EC-95 e avanço do privatismo e obscurantismo reacionário-autoritário. A pergunta que cabe é: há possibilidade de sucesso em uma política educacional no marco de cortes orçamentários? O fato é que o pressuposto para a defesa de uma educação democrática está na deposição organizada deste governo com traços neofascistas, aglutinando-se a mais ampla participação popular. O desafio está lançado para “impedirmos o suicídio de nossa jovem democracia”. E a saída para a educação, é uma agenda unificada. É certo que em um futuro governo de Frente Ampla aliado a setores da burguesia, estas organizações continuarão a ditar as cartas das políticas educacionais brasileiras. Há que se lembrar do papel que tiveram na consecução de políticas como o Plano de Desenvolvimento da Educação (PDE), o Plano Nacional de Educação, bem como com o FIES, o PROUNI e o PRONATEC. O que queremos ressaltar é a necessidade do SINASEFE estar na vanguarda do combate a esta concepção de escola pública utilitarista e subserviente que tende a não perder espaço.

## II. LUTA PELA ISONOMIA DAS RELAÇÕES DE TRABALHO ENTRE DOCENTES E TAES

19 Compreende-se o SINASEFE enquanto um sindicato representativo de duas categorias distintas (Docentes do Ensino Básico, Técnico e Tecnológico - EBTT e Técnicos Administrativos em Educação - TAE) e, por isso, é necessário construir um sindicato que efetivamente lute pela isonomia no tratamento institucional para com suas trabalhadoras e trabalhadores, independentemente da carreira

ou do cargo que ocupem. Nos Institutos Federais, infelizmente há uma tendência histórica da redução do trabalho do funcionalismo, especialmente de TAEs à subordinação autoritária e sua desqualificação como mero executoras(es) de tarefas burocráticas, o que torna as trabalhadoras e trabalhadores desta categoria mais vulneráveis a processos de assédio moral e apartados das discussões políticas e da gestão democrática dentro das nossas escolas.

20 Portanto, a tarefa do SINASEFE para com os servidores públicos TAEs ultrapassa assegurar direitos e benefícios da carreira, mas constitui também a defesa das trabalhadoras e trabalhadores TAEs com amplo processo de defesa e de conscientização, em toda Rede Federal de Ensino, do relevante e fundamental papel dos TAEs no cumprimento do papel social da escola pública e de uma educação que vise a formação integral numa instituição de ensino que só efetiva os resultados esperados pelo fundamental exercício de autonomia dos servidores públicos como um todo, o que só é possível se todas e todos forem isonomicamente partícipes ativos dos processos educacionais.

21 O SINASEFE precisa assumir a defesa da ampla participação dos TAES na gestão democrática dos Institutos, da liberdade para atuação no movimento sindical e da defesa contra os intentos gerencialistas, autoritários e de assédio aos trabalhadores da categoria que vem se aprofundando na Rede Federal de Ensino.

22 O sindicato tem, portanto, um papel fundamental na conscientização dentro das instituições a respeito do significado político dos TAEs, enquanto educadores e promotores de inclusão social, dentro da Rede Federal de Ensino. É elementar a criação e fortalecimento de agendas sindicais que dialoguem com aspectos inerentes a esse segmento, como forma de potencializar o seu papel ativo na defesa da educação pública, gratuita, laica, democrática, de qualidade e socialmente referenciada.

## PLANO DE LUTAS DE POLÍTICAS EDUCACIONAIS NA REDE FEDERAL

1. Construção de uma agenda nacional unificada para a educação em torno de pautas que defendam seu caráter laico, autônomo, público, gratuito, democrático, crítico-transformador e popular;
2. Exigir o fim da política de cortes na Educação, Ciência e Tecnologia, bem como ampliação do orçamento para programas de assistência estudantil, bolsas de pesquisa e de extensão;
3. Em defesa de 10% do PIB como patamar mínimo de investimento para a educação federal, estadual e municipal
4. Construção de um Projeto de Formação Sindical e política para trabalhadoras e trabalhadores da educação, voltado para formação classista, com especial atenção ao papel da relação público-privado e a necessidade do permanente combate ao golpismo e ideologias neofascistas;
5. Construção de um calendário de luta unificado da educação que mobilize a classe trabalhadora para derrotar Bolsonaro, Mourão e as alternativas do golpismo burguês nas urnas e para além delas;

6. Elaborar junto ao calendário de luta um programa que responda às reais necessidades do conjunto dos(as) servidores(as) federais, que tenha como pautas: a defesa dos direitos civis, sociais e trabalhistas, política de emprego (destacando a população negra e indígena, além de pessoas com deficiência), concurso público e reposição salarial, aposentadoria digna; a favor da liberdade de expressão, defesa intransigente do direito de organização, manifestação e greve.
7. Repudio a qualquer declaração de apoio à tortura, repressão e perseguição política às (aos) trabalhadoras (es);
8. Construir junto ao movimento estudantil estratégias de luta para políticas de acesso e permanência discente, formação integral que contemple a indissociabilidade entre ensino, pesquisa e extensão;
9. Elaborar para a agenda de luta propostas de combates à opressão e toda forma de exclusão, garantindo uma formação socialmente referenciada que cumpra os objetivos sociais mais amplos de uma educação inclusiva;
10. Criar fóruns de discussão e ação sindical para fazer avançar politicamente no interior de nossa Rede: a) A percepção de como os projetos neoliberais pós-golpe ameaçam desmontar o projeto institucional dos Institutos e escolas Federais; b) a percepção de quais pontos seriam fundamentais para retomar a construção de um projeto inclusivo e emancipatório da Rede nunca completamente implementado e sempre em disputa política; c) uma educação emancipadora e inclusiva, necessariamente anti-racista, anti-machista, antisexistista e anti-capacitista; d) Uma educação politécnica que forme cidadãos trabalhadores para o mundo do trabalho como parte de uma sociedade inclusiva mediada universalmente pela cidadania emancipatória para além de todo e qualquer reducionismo tecnicista; e) Defesa ativa do Art. 207 da constituição Federal que garante indissociabilidade do ensino, pesquisa e extensão nas universidades e Institutos Federais; f) uma formação integral cidadã na rede federal de educação, integrada amplamente com as redes públicas de educação estaduais.
11. Formar uma coligação entre todas as entidades de luta de classe, de forma a unir as centrais sindicais, os locais de trabalho e de estudo, nos bairros da periferia e rurais, as lutas dos sindicatos de trabalhadores da cidade e do campo, movimentos sociais, organizações de jovens e dos diversos setores sociais: MST, MTST, movimento negro, de mulheres, quilombolas, LGBTQIA+, indígenas, ribeirinhos, PCD's para eleger LULA PRESIDENTE como forma de derrotar Bolsonaro e as alternativas burguesas golpistas;
12. Discutir e elaborar políticas de combate à discriminação e violência contra mulheres, lgbtqia+, PCDs, negras e negros e indígenas dentro da rede federal. Combater em conjunto com outros movimentos as opressões na sociedade em geral;
13. Exigir a revogação das contrarreformas trabalhista, administrativas e previdenciárias, assim como da EC 95, programa de proteção do meio ambiente e das nossas florestas e expropriação do agronegócio;
14. Reunir as forças progressistas em prol da construção de uma educação libertária e democrática;
15. Construção de comitês em defesa das escolas públicas que envolvam, comunidade interna e externa, pais e alunos, construindo assim áreas livres de

discussão da comunidade sobre financiamento, currículo, homeschooling e o ensino híbrido;

16. Lutar por políticas públicas de inclusão digital, que possibilitem condições iguais de acesso nas oportunidades para todos os novos alunos e servidores, com vale digital e acesso a equipamentos e rede de internet de boa qualidade;

17. Lutar pela reorganização dos espaços virtuais dentro dos IFs e do sindicato com instalação de redes e plataformas que suportam a demanda de uso adequada pelos alunos e servidores;

18. Lutar por um retorno presencial seguro das atividades de ensino, pesquisa e extensão nos IFES, com garantia de condições de segurança, materiais de proteção e instalações sanitárias adequadas.

19. Criação de fórum de debates sobre carreira, política salarial, o modelo de educação que pretendemos para as nossas Instituições de Ensino e a luta efetiva em torno dessas temáticas (como a racionalização do PCCTAE, acarretando um grande prejuízo aos TAEs que se encontram enquadrados de forma errada no seu plano de carreira);

20. Campanha Salarial pela recomposição dos salários dos/as servidores/as públicos/as federais; reposição salarial para os TAEs por estarem há 5 anos sem reajustes em seus salários; reposição salarial imediata para todas e todos as(os) sevidoras(es) das perdas inflacionárias acumuladas na última década;

21. Fim da terceirização dos SPF, exigimos que todos os terceirizados sejam efetivados, somos contra a aplicação da lei de terceirização, que enfraquece a luta dos servidores públicos;

22. Fazer campanhas pela "redução da jornada de trabalho para 30 horas sem redução de salários", com banco de dados e com escala móvel das horas trabalhadas;

23. Pela revogação da Reforma do Ensino Médio e da Base Nacional Comum Curricular (BNCC) , bem como do PNLD que veio na esteira desse desmonte da educação; processos que precarizam a educação básica e abreviam o acesso dos estudantes ao conhecimento e a uma formação integral, assim como ameaçam diretamente a existência do ensino integrado nos IFs e, conseqüentemente, daquilo que é o centro do próprio projeto institucional dos IFs;

24. Que os sindicalizados das escolas militares a recebam orientações baseado nas legislações vigentes sobre o direito de reunião sindical no local de trabalho e depois apresente um parecer para ser apreciado por esta direção e enviado às Instituições de Ensino Vinculadas ao Ministério da Defesa;

25. Revisão do reenquadramento de servidores(as) aposentados (as) na posição que se encontrava na estrutura física da Carreira quando da sua aposentadoria;

26. Aprovação da PEC/ 555 que retira dos aposentados a obrigação de contribuir com o fator previdenciário;

27. Exigir a revogação imediata da Portaria 983/2020, do Ministério da Educação, que inviabiliza a concretização da indissociabilidade entre ensino, pesquisa e

extensão e precariza as condições objetivas de trabalho de docentes EBTT; 28. Exigir a revogação da IN 125/2020 do governo federal, que adota um controle eletrônico de frequência draconiano (registro de ponto 4 vezes ao dia). 29. Contra qualquer tipo de reordenamento/reestruturação dos Institutos Federais sem a efetiva participação da sua comunidade e debates públicos.

Assinam esta tese:

Saulo Daniel Campos de Oliveira - IFBA Joilson Silva Porto - IFAM Flávio dos Santos Barbosa - SINASEFE-CMREAMPE Michel Torres - IFRJ Fernanda M Furlan - IFAL Gabriel Adolfo Garcia - IFFarroupilha Leonardo Carretta da Silva - CEFET/RJ Jackson Ricardo Marcelino Braz - IFES Paula Francisca da Silva - IFNMG Arivaldo da Silva Souza - IFBA Rita Sidmar Alencar Gil - IFPA Márcio Alves de Oliveira IFSP José de Araujo Pereira - SINTEFPB Marcos Francisco Serafim de Souza - IFPA Carlos David de Carvalho Lobão - IFPB Fabio de Oliveira Dias - IFSul Odemir Vieira -IFSC Hélio de França Gondim - IFPB Jefferson Oliveira Lima - IFPA Claudio Enrique Fernández Rodríguez - IFRS Jeanne Cristina Sampaio Botelho - IFMG Soraya Cristina Pacheco de Meneses -IFS Natália Ayres da Silva - IFCE George Bezerra Pinheiro - IFCE Máira Ferreira Martins - IFSP Vivianne Cambuí Figueiredo Rocha - IFBaiano Derley Menezes Alves - IFS Ana Cláudia Gouveia de Sousa - IFCE Leandro Rafael Prado - IFBA Gilvan Azevedo dos Santos - IFMA Maria Cleide da Silva Barroso - IFCE Ana Paula Brasil - IFES Maria Artemis Ribeiro Martins - IFCE Luisa Ramos Senna Souza - IFBA Samantha Macedo Lima- IFCE Poliana Coste e Colpa - IFSULDEMINAS Fabiano Rosa de Magalhães - IFNMG Leandro de Oliveira Cedraz - IFBA Jean Luís Gomes de Medeiros - IFPB Máira Nobre de Castro - IFCE Iracildes Silva Oliveira - IFS Rodrigo Ferreira Rodrigues - IFES Henrique Nascimento da Silva - IFPA Deivson Luiz Matos da Silva - IFS Stênio de Sousa Vieira - IFTO Rogério Alves de Amorim - IFNMG Sady Salomão da Silva Alves - IFPA Armando Cezar da Silva Pompermaier - IFAC Rui Santos Carigé Júnior - IFBA Thalimar Matias Gonçalves - IFES Amarildo Mendes Lemos - IFES Lourdes Rafaella Santos Florencio- IFCE Ana Virgínia de Souza Rocha -IFCE Suely Corvacho - IFSP Tânia Regina Barbosa de Sousa - IFS Glaudertone Andrade de Barcellos - IFES Felipe Henrique Gonçalves da Silva - IFES Bergston Luan Santos - IFNMG Geisa Lourenço Ribeiro - IFES Raimundo da Conceição de Jesus Fraga -IFBA John Karley de Sousa Aquino - IFCE Cristiane Marques Santos -IFPA Marta de Souza França - IFBA Jefferson Oliveira Lima - IFPA Rômulo Alexandre Silva - IFPB Gustavo Reis San Martin - Instituto Federal Farroupilha Luís Antônio de Araújo Costa -IFBA Lissandra Luvizão Lazzarotto - IFRS Carlos Eduardo Bartel - IFC João de Lima Cabral - IFAC Normando Raimundo de Lima Junior -IFBA Regina Célia Marinho Cavalcante- IFG Hugo Manso - IFRN Ana Paula Corti - IFSP Fillipe Perantoni - IFPB Klaus Rene Trein Laino - IFTO Rogério de Souza- IFSP Jonas Pereira Gomes - IFMA Márcio Pironel - IFSP Francisco de Assis Queiroga - IFPB Pedro Lima Filho - IFPB Sebastião Saraiva Neto - Instituto Federal Farroupilha Jonas Ribeiro de Assis Junior - IFTO Anelise Alves Monteiro- IFS Daniel Teixeira Maldonado - IFSP Adriano Carmelo Vitorino Zão - Instituto Nacional de Educação de Surdos (INES) Romulo Duarte Paulsen - IFSul Jean Douglas Zeferino Rodrigues - IFSP Renálide de Carvalho Moraes Fabrício - IFPB Yara Silvia Freire Rabay - IFPB Yuri Ribeiro Moleiro - IFSP Antonio Jesus Souza Melo Neto -IFPB Danielle Lima Costa- IFMA Antônio Rubens Oliveira Lucas - IFBA Ludimilla Alves Mota - IFTO Silas José de Lima - IFTO Emanuel Igor da Silva Oliveira - IFBA Aurélio W Néspoli - IFSP João Paulo França - IFPB Ana Paula Lopes Siqueira- IFF Maria Rodrigues Oliveira - IFPA Rejane Marinho de Souza - IFTO Francisco de Sales Oliveira Filho - IFPB Guaraci Cardoso Soares, IFPA, ETRB e CIABA Ricardo Rodrigues Alves de Lima - IFSP Cristiano Raykil Pinheiro

- IFBA Laurenir Santos Peniche - IFPA Graça Elda Vasconcelos - IFPA Claudenira Cavalcante Melo - IFCE Leonardo Crochik - IFSP Allan Patrick de Lucena Costa - IFPB João Campinho - IFSP Cícero Agostinho Costa - IFCE Jonny Nelson Teixeira - IFSP José Luiz Papa - IFMG Josicleia Vieira de Abreu do Vale - IFCE Clarissa Maciel Cavalcante - IFPA Alessandro Emilio Teruzzi - IFSP Marcos Reis dos Santos - IFBA Jorge Emanuel Luz de Souza - IFBA Alex de Souza Ivo - IFBA

### **13 – TESE SOBRE OPRESSÕES 34º CONSINASEFE**

As opressões são funcionais ao sistema, não foi o capitalismo que as criou, mas as ressignificou dentro de uma lógica de sustentação da sociedade de espoliados que a burguesia ia construindo pelo mundo, a partir de seu berço, a Europa. A construção ideológica de diferenciar e categorizar as pessoas de acordo com algumas características de sua natureza serve para manter os trabalhadores divididos assegurando a dominação burguesa e o aumento da exploração da nossa classe, pagando menores salários às mulheres, negros, LGBTIs e imigrantes ou até dificultando o acesso ao mercado de trabalho para as pessoas com deficiência (PCDs); economizando gastos sociais com o trabalho doméstico não remunerado e mantendo um exército de reserva que pressiona os salários para baixo. Por isso, se quisermos realmente pôr fim à opressão temos que acabar com o capitalismo, fonte de toda desigualdade e a opressão.

A pandemia de Covid-19 expôs e aprofundou as mazelas e desigualdades do sistema capitalista mundial. Dois anos de pandemia e crise representaram para as mulheres trabalhadoras um legado de violência, desemprego, fome e sobrecarga doméstica.

O surgimento da ômicron como produto da desigualdade no acesso às vacinas e a explosão de contaminados pelo mundo evidenciam as contradições do sistema capitalista. Assim como o número de pessoas que foram empurradas para a pobreza e extrema pobreza, dos quais a maioria são mulheres, ao mesmo tempo que a fortuna dos super ricos se multiplicou.

Para as mulheres trabalhadoras, o legado da pandemia foi brutal. Segundo a Organização das Nações Unidas (ONU), a Covid-19 produziu um retrocesso de pelo menos dez anos na participação feminina no mercado de trabalho, e 23 milhões de mulheres foram adicionadas à pobreza somente na América Latina e Caribe, num total de 118 milhões vivendo nessas condições.

Em relação ao trabalho doméstico, que representa entre 10,5% a 14,3% dos empregos femininos na região, mais de 70% foram afetados. Mais de 826 mil empregadas domésticas foram demitidas no Brasil entre 2019 e 2021, a informalidade no setor aumentou de 71,39% para 75,64%, já o rendimento médio caiu de R\$ 979,00 para R\$ 929,00. Vale ressaltar que duas em cada três empregadas domésticas são negras.

O Brasil fechou 480,3 mil vagas de trabalho formais em 2020, dessas 96,4% pertenciam a mulheres. O desemprego feminino é 46,7% mais alto que o masculino e muitas mulheres que seguem trabalhando estão na informalidade.

Junto com o desemprego e a insegurança econômica se intensificaram a sobrecarga doméstica e a violência. As mulheres assumiram a maior parte do trabalho adicional em casa, principalmente entre as famílias mais pobres, com até 39% a mais do tempo. No Brasil, metade das mulheres passou a cuidar de alguém na pandemia. Mesmo as trabalhadoras que conseguiram manter seus empregos reportaram aumento da dupla jornada.

A violência doméstica e os feminicídios deram um salto. Metade das mulheres experimentou alguma situação de violência durante a pandemia, segundo a ONU. No Brasil, entre março e abril de 2020, os feminicídios cresceram 22% e uma denúncia

de violência doméstica foi registrada por minuto ao longo do ano. São Paulo registrou crescimento de 75% no atendimento de mulheres vítimas de violência em 2021, e no Espírito Santo os feminicídios cresceram 46%. Os processos por assédio sexual no trabalho aumentaram 21% no primeiro trimestre de 2021..

Vale destacar a superexploração e violência contra mulheres imigrantes, 93,1% das mulheres resgatadas de situações de trabalho escravo no país são imigrantes.

A violência contra a mulher negra é maior. Adolescentes pretas têm três vezes mais riscos de sofrerem múltiplas violências e 66% dos feminicídios são cometidos contra mulheres pretas. Entre as violências às mulheres LBTs destacam-se os estupros corretivos e o transfeminicídio, cometido muitas vezes com requintes de crueldade.

E isso sem falar na discriminação e na falta de direitos. Em média, as mulheres têm 75% dos direitos legais dos homens no mundo.

A cada quatro horas uma pessoa negra é morta em ações policiais na Bahia, no Ceará, no Piauí, em Pernambuco, no Rio de Janeiro e em São Paulo. É o que mostra o estudo "Pele alva: a cor da violência policial", elaborado pela Rede de Observatórios da Segurança.

Os estados são seis dos sete que são monitorados pela rede. O sétimo é o Maranhão, onde o governo não acompanha a cor das vítimas da violência, o que para a entidade é "uma outra forma de racismo institucional".

O trabalho é resultado de dados referentes ao ano de 2020, que foram obtidos por meio da Lei de Acesso à Informação. Pela segunda vez, a Rede de Observatórios analisa os números das secretarias de segurança dos estados monitorados. A primeira foi no ano passado.

Conforme a pesquisa, mesmo **"em um contexto de crise sanitária mundial, o racismo não dá trégua e, pelo contrário, mata ainda mais, tanto por vírus como por tiro"**. O estudo apontou que, entre as 2.653 mortes provocadas pela polícia, com informação racial nos seis estados da rede, 82,7% delas eram pessoas negras.

O Rio de Janeiro mais uma vez foi o estado com mais mortes de pessoas negras em ações policiais. No caso dos 1.092 mortos que tiveram a cor/raça informada, 939 registros eram de pessoas negras. Recentes operações policiais como no Jacarezinho e no Salgueiro ganharam destaque pela violência da chacina cometida.

Apesar disso, a Bahia novamente apresentou a maior porcentagem de mortes de pessoas negras por agentes do estado, sendo a polícia mais letal do Nordeste. Pernambuco teve um aumento de 53% de mortes provocadas por ação de agentes do estado, passando de 93% para 97% de pessoas negras entre as vítimas de um ano para o outro.

Em 2020, São Paulo teve 814 mortos pela polícia. Do total de homicídios, 770 ocorrências tiveram registro de raça das vítimas e em 63,4% dos casos, eram negras. Outra informação que a pesquisa revelou é que a proporção de pardos (5,4%) e de pretos (29,4%) entre os mortos é quase o dobro do percentual desse mesmo grupo na população paulista. Já entre os brancos, que representam 64% da população de São Paulo, são 36% entre os mortos pela polícia. Na capital, o percentual de negros mortos pela polícia é de 69%, no entanto, em número de casos, o município (317) só perde para o do Rio de Janeiro (415).

Nesta edição, a Rede de Observatórios de Segurança, pela primeira vez, apresenta também os números das capitais e constatou que 100% dos mortos pela polícia em Recife, em Fortaleza e em Salvador eram pessoas negras. Em Teresina foram 94% e no Rio de Janeiro 90% de negros mortos pelas polícias.

Para a rede, a proporção de negros mortos pela polícia frente à sua proporção na população “é a imagem mais contundente do racismo que estrutura a atividade policial. Em todos os estados, a presença de negros entre os mortos pela polícia é bem maior do que na composição populacional dos estados, mostrando que a morte pela ponta de um fuzil carregado por um policial atinge de maneira desproporcional os negros em relação aos não negros”, destaca

Em relação aos LGBTIs da classe trabalhadora, estes nunca tiveram, em plenitude, o direito à igualdade e a viver livremente sua orientação sexual e identidade de gênero no capitalismo. Este sistema nega os direitos mais básicos, como o emprego, o acesso aos serviços públicos de saúde, educação, moradia digna e até o direito de viver nosso amor sem sermos violentadas e assassinadas!

A pandemia aprofundou essas injustiças e desigualdades: as LGBTIs fomos jogadas no desemprego e na miséria. Hoje, além do COVID, enfrentamos a pandemia das doenças mentais e da fome.

Bolsonaro é a face mais cruel do capitalismo. A ultradireita no poder fez retroceder conquistas históricas que as LGBTIs arrancaram com muita luta, como o tratamento de referência e medicamentos gratuitos a pacientes soropositivos; não destinou um centavo sequer ao combate à LGBTfobia e apresentou o Projeto Escola Sem Partido. Bolsonaro e toda sua laia – Damares, o asqueroso Flávio Bolsonaro e outros setores reacionários do Congresso – incentivam o ódio às LGBTIs, às mulheres, negros, indígenas e imigrantes não simplesmente como uma “cortina de fumaça”, mas a serviço de impor seu projeto genocida e autoritário, pois as opressões dividem nossa classe.

Este governo de ultradireita, genocida, machista, racista, LGBTfóbico é defensor de uma ditadura no país e seu discurso de ódio potencializa a violência aos setores oprimidos. Durante seu governo explodiu a violência doméstica, os feminicídios e transfeminicídios, os estupros e outras formas de violência contra mulheres, negros, LGBTIs, indígenas, imigrantes, pessoas com deficiência, etc.

No atual governo há um falso apoio às pautas anticapacitistas. Propuseram a PNEE (Plano Nacional de Educação Especial) juntando “soluções” para pautas diferentes, na prática propondo escolas especiais para todas as pessoas com deficiência, o que representa um retrocesso ao debate dos anos 1970. Por causa da repercussão e grande rejeição o PNEE foi suspenso, mas outros ataques continuam. Um deles é o retorno do uso de eletrochoque em tratamento de autistas severos. Esta proposta absurda foi feita pela Comissão Nacional de Incorporação de Tecnologias no SUS (Conitec), que é vinculada ao Ministério da Saúde. E ainda tem a audácia de lançar o programa “Pátria Voluntária”, desobrigando as ações de estado e terceirizando para voluntários não remunerados cumprir uma função que é do governo. Somado a isso o fato de que até agora o programa gastou mais em publicidade do que em ações de verdade.

A ministra Damares, apoiada em organizações fundamentalistas e de extrema-direita, promove uma ofensiva ideológica, conservadora e reacionária, chegando ao cúmulo de intimidar uma menina de 10 anos, vítima de estupro, para impedi-la de

abortar. Desmonta políticas públicas voltadas às mulheres e tenta impor mudanças na legislação que ataca direitos sexuais e reprodutivos, inclusive quer acabar com os poucos casos em que aborto é permitido por lei.

É necessário impulsionar a unidade dos de baixo e das organizações de classe para derrotar a ultradireita já! Mas a unidade de ação para golpear juntos e mais fortes não significa repetir experiências como os governos de Lula e Dilma, que optaram por governar em aliança com nossos algozes, como Feliciano, a bancada BBB, em conciliação com a burguesia para administrar o capitalismo!

Não é andando de mãos dadas com burgueses “progressistas”, como defende o PT ou canalizando todo o descontentamento das mulheres, negros e negras, LGBTIs e o ascenso para eleger candidaturas desses segmentos da sociedade, como faz o PSOL, que vamos derrotar o capitalismo e resolver os problemas das mulheres trabalhadoras. A visão meramente identitária nos aprisiona nos limites que a classe dominante permite: lutar por migalhas, por cargos parlamentares, por espaço nas instituições podres desse regime! Eles temem que os oprimidos e explorados se unam para destruir o sistema capitalista.

Em nome de derrotar Bolsonaro, o PT e Lula querem Alckmin de vice, o mesmo que ordenou a violenta desocupação do Pinheirinho em 2012, lançando na rua dezenas de famílias, muitas chefiadas por mulheres; que reprimiu as manifestações de 2013 contra o aumento das passagens e contra a Copa das injustiças em 2014; e que quando foi candidato a presidente, em 2018, disse que se eleito, privatizaria tudo que pudesse.

Queremos derrubar Bolsonaro, Mourão e Damares já, mas tampouco, as Luiza Trajano, Kamala Harris, Thammys, nos representam. Não nos esqueceremos que foi nos governos petistas que o PL 122, que criminalizava a homofobia, foi engavetado e o kit anti-homofobia nas escolas foi vetado!

Aliás, mulheres como Luiza Trajano, Katia Abreu, Simone Tebet, Carmem Lucia, etc, não são nossas aliadas. Enquanto pregam políticas “inclusivas”, como representantes da burguesia e do agronegócio, defendem os interesses desses setores, por isso estão a favor da reforma trabalhista e da flexibilização de direitos, das privatizações, do fim do serviço público, do marco temporal e da expulsão de indígenas e quilombolas de suas terras.

Sequer se comprometem com as pautas das mulheres, como a Ministra Carmem Lucia, que abandonou um almoço promovido por lideranças femininas por discordância sobre o aborto. Unidade de ação podem existir em lutas pontuais, como, por exemplo, na luta pela descriminalização e liberação do aborto, mas demarcando-se os campos de classe de forma muito evidente.

E a luta por uma vida plena, por uma sociedade na qual tenhamos direitos e dignidade, passa por destruir o sistema de exploração que nos oprime. Isso só vai acontecer se nos aliarmos àqueles e àquelas que produzem tudo que existe no mundo: a classe trabalhadora. Essa é uma necessidade, sem a qual será impossível superar o sistema capitalista e construir uma nova sociedade, socialista. Os setores oprimidos, como as mulheres, os indígenas, negros e negras, migrantes e todos aqueles que vivem sob um território ocupado ou não reconhecido, que têm suas vidas marcadas pela opressão, precisam compreender que a busca por essa unidade de classe é fundamental para a superação da marginalização, da opressão, da miséria.

As trabalhadoras devemos resgatar e nos inspirar na tradição revolucionária do movimento de mulheres socialistas e de Clara Zetkin, que em 1910 propôs um dia internacional de luta das mulheres trabalhadoras. Devemos nos organizar junto da nossa classe, para lutar para pôr fim ao machismo e ao capitalismo e construir o socialismo. Os homens trabalhadores também devem fazer sua parte, devem romper com seu próprio machismo e lutar ao lado das mulheres em defesa da igualdade, por direitos e contra a violência, pois quando reproduzem o machismo e oprimem suas companheiras, fazem o jogo do patrão, ajudam a manter a dominação burguesa, a exploração e o sistema.

Por isso, temos que resgatar o espírito combativo e radicalizado de Stonewall e fazer de novo uma rebelião das LGBTIs! Mas precisamos ir além, pois as conquistas que obtemos no capitalismo são limitadas, passageiras e podem retroceder a qualquer momento. Por isso, precisamos ganhar os héteros da classe trabalhadora para defender as nossas bandeiras, para lutar junto conosco contra o capitalismo!

Negros e negras devem aquilombar-se nos bairros de periferia, nas comunidades e favelas, para resistir aos ataques das forças repressivas estatais, do tráfico e das milícias. Enquanto trabalhadores apresentarem e defenderem suas demandas específicas dentro dos sindicatos e lutar por combater o racismo dentro das empresas e dentro dos espaços sindicais. E fazer o conjunto dos trabalhadores entender que a luta dos trabalhadores negros é a luta de todos os trabalhadores!

- Fora Bolsonaro e Mourão!
- Pelo fim da violência e dos feminicídios!
- Abaixo à fome: emprego, salário e direitos iguais para todas, todos e todes!
- Igualdade de oportunidade, salário igual para trabalho igual!
- Legalização do aborto: educação sexual para prevenir, contraceptivo para não engravidar, aborto legal e seguro para não morrer!
- Socialização do trabalho doméstico: Creches e escola em tempo integral para nossos filhos, lavadeiras públicas e restaurantes comunitários, responsabilidade igual entre homens e mulheres na educação das crianças e cuidado com a casa!
- justiça por Moise!
- Chega de Racismo! Abaixo a Xenofobia!
- Basta de genocídio do povo negro e pobre!
- Direito à imediata cidadania brasileira para os imigrantes! Direito ao trabalho, direitos sociais e trabalhistas!
- Fora Sérgio Camargo da Fundação Palmares!
- Pela revogação da Reforma Trabalhista e Previdenciária!
- Desmilitarização das Polícias Militares!
- Chega de Guerra às drogas! Descriminalização, já!

- Reparações, Já!
- Abaixo o feminicídio das mulheres negras e a cultura do estupro!
- Titulação dos territórios quilombolas!
- Contra a LGBTfobia! Nossas vidas importam! Por vacina, emprego e auxílio!
- Contra o Projeto Escola sem Partido, pela retomada do programa de gratuidade do tratamento de pacientes soropositivos, por educação sexual nas escolas e criminalização real da LGBTfobia!
- Façamos Stonewall de novo e vamos além: lutar contra a LGBTfobia!
- Lutar contra o capitalismo e por uma sociedade socialista!

**ASSINAM:**

Oscar R. Junior – IFSC

Elisa Guimarães – Colégio Pedro II

Mari Jardineiro – Colégio Pedro II

Luiz Sergio – Colégio Pedro II

Albano Teixeira – Colégio Pedro II

Alexandre Elias – IFF Fluminense

Marcelo Teixeira – Colégio Militar PE

Claúdio RC Fonseca – Colégio Militar PE

Acácio Tarciso – IFPA

Humberto Brito – IFPA

Renan Cunha – IFPA

Zeca Conceição – IFPA

Claudicea Durans – IFMA – Campus Monte Castelo

Jean Magno – IFMA – Campus Maracanã

Ramon Zapata – IFMA

## **14 – Defesa do Ensino Médio Integrado e da Formação Humana Integral**

A presente tese, submetida para apreciação no **34º CONSINASEFE**, constitui-se como uma proposta de defesa e de fortalecimento do Ensino Médio Integrado e da Formação Humana Integral, na Rede Federal de Educação Profissional, Científica e Tecnológica (BRASIL, 2008). Inicialmente, cabe nos perguntar: Qual é a razão para defendermos o Ensino Médio Integrado e a educação na perspectiva da Formação Humana Integral?

Para responder tal pergunta apresentaremos algumas considerações, a partir de pesquisa bibliográfica e documental. Foi realizado o levantamento de produções bibliográfica, publicadas por meios escritos e eletrônicos, como livros, artigos científicos, legislações, páginas de web sites sobre a temática proposta nesta tese, com o objetivo de aprofundar as discussões sobre o fortalecimento do Ensino Médio Integrado na Rede Federal.

Em conformidade com Fonseca (2002), a pesquisa permite uma aproximação e um entendimento da realidade a investigar, como um movimento permanente e inconclusivo. A pesquisa em educação consiste, de modo particular na Educação Profissional e Tecnológica, na concretização das condições que asseguram a realização da aprendizagem e do ensino. O ensino médio, como já é sabido, a partir da Lei nº **9.394, de 20 de dezembro de 1996 (LDBEN)**, inscreve-se na esfera dos deveres do Estado com a educação escolar pública, mediante a garantia de sua oferta.

Tomando por base a LDBEN, nota-se que a Educação Profissional e Tecnológica (EPT) necessita ser desenvolvida por meio de ações intencionais e sistematizadas, que levem em conta uma sólida base de educação geral, científico-tecnológica e sócio-histórica. Portanto, a EPT é, por norma, parte integrante e indissociável das políticas públicas. Não pretendemos realizar uma análise aprofundada da Lei nº 9.394, pois alguns aspectos merecem maiores críticas, sobretudo porque o Estado delegou ao setor privado parte de suas obrigações. Por exemplo, a educação profissional não se encontra, no documento, obrigatoriamente vinculada à escola regular. Nosso propósito é problematizar a Reforma do Ensino Médio, consubstanciada na Lei nº 13.415/2017, uma vez que ela expressa um ataque às conquistas educacionais anteriores, alterando a LDBEN.

Partindo desse propósito, a presente tese da defesa do Ensino Médio Integrado foi desenvolvida ao problematizarmos a Reforma do Ensino Médio, fruto da Medida Provisória (MP) 746/2016, criticada por pesquisadores/as do campo da educação, em função dessa origem autoritária, a qual provocou o movimento de ocupação de escolas públicas do país por parte dos estudantes que não se conformaram com os rumos que a política educacional tomou. A MP foi convertida em lei em menos de seis meses.

Em concordância com Ramos (2018, p. 38) o “Ensino Médio não precisava de uma Medida Provisória, a não ser para atacar o que se conquistou com a proposta da formação integrada, atingir o projeto de formação dos sujeitos na perspectiva da omnilateralidade e da integralidade da formação”.

Tendo como foco o Ensino Médio Integrado, situaremos os ataques empreendidos sobre essa etapa da educação básica com o propósito de identificar as repercussões

da Reforma do Ensino Médio na formação dos estudantes e, de compreender a relação entre trabalho e educação nas políticas públicas que visam acompanhar as mudanças produtivas em nossa sociedade.

As propagandas, financiadas pelo MEC, sobre a Reforma do Ensino Médio, fazem referência às experiências de diferentes países e transmitem a ideia de que o aprendizado ficará mais estimulante e compatível com a realidade dos jovens de hoje. Enfatizam a flexibilidade do currículo, sinalizando que, além do conteúdo obrigatório, definido pela Base Nacional Comum Curricular (BNCC), o estudante vai ter liberdade de escolher uma entre quatro áreas de conhecimento para se aprofundar. Além de possibilitar, caso o estudante opte, pela preparação para o mercado de trabalho, pela via de um itinerário de formação técnica e profissional. Os países mencionados nas propagandas (Coreia do Sul, França, Inglaterra, Portugal e Austrália) passaram por reformas, mas elas aconteceram mediante amplo debate com todos os setores envolvidos. Por conseguinte, não é pelo recurso de uma Medida Provisória que a efetividade do programa é garantida. Por tratar-se de uma política pública, exige uma articulação da sociedade, dos pesquisadores, com a participação da sociedade civil nesse debate. É uma reforma que envolve alternativas e perspectivas para a formação jovens e adultos que vivem do trabalho ou dele são excluídos.

Esta urgência nos provocou algumas perguntas: É possível, de modo aligeirado, tratarmos democraticamente de uma reforma tão relevante para os jovens do país? O texto da Reforma do Ensino Médio sistematiza soluções à alta taxa de evasão e aos baixos índices de aprendizagem? A quem interessa a Reforma do Ensino Médio?

Vamos considerar tais perguntas, a partir das repercussões da Reforma do Ensino Médio na formação dos estudantes. Conforme a entrevista concedida pelo professor Dermeval Saviani (2017), ao *Jornal Brasil de Fato*:

Essa é uma reforma que, na verdade, implica um retrocesso para a década de 1940, quando estava delimitada a formação profissional de um lado e a formação das elites de outro. Então, em 1942, o decreto que é conhecido como Lei Orgânica do Ensino Secundário, determinava que o ensino secundário se destinava às elites condutoras, e nesse mesmo ano de 1942, foi baixado um outro decreto, conhecido como Lei Orgânica do Ensino Industrial, regulando o ensino industrial, com o mesmo período de duração do ensino médio, quatro anos de primeiro ciclo, chamado ginásio, e três anos do segundo ciclo, o colegial, para formar os chamados técnicos de nível médio. Se o ensino secundário era destinado às elites condutoras, infere-se que o ensino profissional era destinado ao povo conduzido<sup>1</sup>.

O ponto de vista, composto por elementos históricos, de Saviani, sobre o campo educativo, não se limita a uma descrição do passado, mas permite uma compreensão crítica dos desdobramentos da Reforma do Ensino Médio, que focou em quatro dimensões do sistema educacional: carga horária; formação técnica; notório saber e disciplinas não obrigatórias.

1 <https://www.brasildefato.com.br/2017/12/08/pec-do-teto-dos-gastos-inviabilizou-a-educacao-publica-no-brasil-diz-dermeval-saviani>

A escola básica brasileira carrega, na sua tradição, a tensão entre formação geral e formação profissional. Desse modo, os currículos da educação básica, em sua maioria, não revelam o mundo do trabalho como conteúdo indispensável para a formação do estudante. E quando o fazem, a abordagem geralmente privilegia os interesses da iniciativa privada. A formação profissional vinculada ao ensino médio é um ponto conflituoso no debate educacional, pois a formação preparatória para o mercado de trabalho manifesta o “embate histórico de caráter político-ideológico que expressa relações de poder” (FRIGOTTO, 2007, p. 1130), ofuscando o sentido da formação educacional, e por consequência, da escola pública.

A escola pública, por ser uma instituição definida por sua função social pode relacionar-se com a sociedade e com o Estado de maneira conflituosa. Em especial, por permitir a revelação entre os que são favoráveis e os que são contrários ao modo como a sociedade de classes e o Estado corroboram com a divisão e a exclusão sociais, o que fomenta o debate sobre as políticas públicas da educação e suas possibilidades democráticas. Se essas observações tiverem algum sentido, elas poderão ajudar-nos a compreender com mais clareza as repercussões da Reforma para o Ensino Médio Integrado.

De fato, reformas em curso no país designam alguns setores de serviços, tais como educação, saúde e cultura, como responsabilidade não exclusiva do Estado. A Reforma do Ensino Médio qualifica a instituição escolar como uma organização social e não uma instituição social. Conforme Chauí:

Uma organização difere de uma instituição por definir-se por uma prática social determinada de acordo com sua instrumentalidade: está referida ao conjunto de meios (administrativos) particulares para obtenção de um objetivo particular. Não está referida a ações articuladas às ideias de reconhecimento externo e interno, de legitimidade interna e externa, mas a operações definidas como estratégias balizadas pelas ideias de eficácia e de sucesso no emprego de determinados meios para alcançar o objetivo particular que a define. Por ser uma administração, é regida pelas ideias de gestão, planejamento, previsão, controle e êxito. (2003, p. 6).

A ponderação de Chauí nos permite inferir que compete aos educadores, aos estudantes, a sociedade de um modo geral, questionar a existência da escola, sua função, seu lugar no interior da luta de classes e as políticas socioeconômicas que tentam fazer coincidir a escola e a economia, pois isso é decisório para os rumos da educação básica. O ensino médio, inscrito no rol da educação básica, pode mobilizar o estudante, a partir do processo educativo, para a entrada na universidade ou para uma profissionalização na perspectiva de uma formação humana integral com vistas à emancipação individual e societária.

Conforme o estudo de Pelissari (2021), pesquisadoras e pesquisadores do campo da educação têm observado que as mudanças na política de ensino médio no Brasil aprofundam as desigualdades sociais e as diferenças de classe na última etapa da Educação Básica, impondo uma política que fragmenta as dimensões técnica e científica do currículo escolar. Pelos elementos expostos, destacamos que a Reforma do Ensino Médio provoca mudanças no âmbito da EPT, particularmente no Ensino Médio Integrado.

A Reforma do Ensino Médio dirige-se à classe trabalhadora na expectativa de restringir o seu acesso a uma formação que pressupõe o domínio dos fundamentos científicos de diferentes técnicas do processo produtivo existentes na esfera social. A Lei nº 13.415 promoveu alterações na LDBEN, entre outras, a demarcação dos itinerários formativos. Eles deverão ser ofertados em sintonia com a BNCC e com os arranjos curriculares, segundo as possibilidades dos diferentes sistemas de ensino. Desse modo, ao colocar a formação técnica e profissional como um dos itinerários formativos, as formas de articulação entre a EPT e o Ensino Médio ficam restritas, concedendo prioridade à modalidade concomitante (PELISSARI, 2021).

Cabe ponderar que a Reforma do Ensino Médio traz uma falsa condição de escolha do estudante, haja vista que essa liberdade está atrelada à oferta da instituição e partindo da hipótese de que a escola não ofereça o itinerário desejado, serão necessárias condições para o deslocamento do estudante para outra escola, restringindo o direito supostamente assegurado pela Lei.

Ao converter a formação profissional e tecnológica num itinerário da educação básica, fica evidenciado que a Reforma do Ensino Médio vai precarizar a formação do estudante. Convém destacar que as principais resoluções do Conselho Nacional de Educação: Diretrizes Curriculares Nacionais para o Ensino Médio (Resolução CNE/CB nº 3/2018); Base Nacional Comum Curricular na etapa do Ensino Médio (Resolução CNE/CB nº 4/2018) e Diretrizes Curriculares Nacionais Gerais para a Educação Profissional e Tecnológica (Resolução CNE/CP nº 1/2021) alinham-se à Reforma do Ensino Médio, formando um único processo (PIOLLI; SALA, 2021).

As aprendizagens estabelecidas na BNCC do ensino médio estão organizadas por áreas do conhecimento: Linguagens e suas tecnologias; Matemática e suas tecnologias; Ciências da Natureza e suas tecnologias; Ciências Humanas e sociais aplicadas e Formação técnica e profissional. A Reforma estabelece no inciso 3º do Artigo 3º que os únicos componentes curriculares obrigatórios, nos três anos, são língua portuguesa e matemática. Este foco ambiciona, ao que nos parece, melhorar os indicadores do País a partir da preparação dos estudantes para a realização de provas de desempenho, valorizando os dois componentes curriculares mencionados, em detrimento dos demais. Vejamos que antes da promulgação da Lei nº 13.415, que está sendo gradativamente aplicada, o ensino médio era composto por Português; Matemática; História; Geografia; Biologia; Física; Química; Literatura; Língua Estrangeira; Arte; Sociologia; Filosofia e Educação Física.

A concepção do Ensino Médio Integrado (EMI), ofertado pela Rede da Rede Federal de Educação Profissional, Científica e Tecnológica, expressa-se, na percepção de Ramos (2008) como uma formação que combina três sentidos: o sentido da omnilateralidade, que compreende a formação "com base na integração de todas as dimensões da vida no processo formativo"; o sentido da integração, que compreende a inseparabilidade entre Educação Profissional e Educação Básica; e, por fim, "a integração entre conhecimentos gerais e conhecimentos específicos, como totalidade" (RAMOS, 2008, p. 16). **À vista disso**, o sentido de integração que atravessa a proposta de EMI, supera e conserva sua dimensão pedagógica, com o propósito de mobilizar a dimensão política da formação humana. Nesse percurso, em concordância com Araújo e Silva (2017, p. 10), "o papel da formação integral poderia, muito bem, ser confundido com o próprio papel da escola, na medida em que, enquanto instrumento a serviço da sociedade, é ela quem estabelece as bases para a autorreprodução social".

O Ensino Médio Integrado (expressão amplamente utilizada) representa, para além de uma modalidade formal de EPT, uma política pública de articulação entre a educação profissional técnica de nível médio e o ensino médio. De forma mais abrangente, o EMI traduz uma concepção de educação que, tensionada pelas contradições da realidade concreta, conjectura a integração de dimensões fundamentais da vida: trabalho, ciência, tecnologia e cultura. Trata-se de uma proposta formativa que almeja articular o ensino médio e a EPT como partes de uma mesma totalidade social. A concepção de EMI promove uma interpretação elevada sobre a qualidade social da educação, com especial atenção à questão pedagógica do ensino-aprendizagem e à questão política da superação da exploração do trabalho.

A proposição do EMI repercute num tipo de formação desejada, que necessita envolver aqueles que vivem ou viverão do trabalho na teia de um processo formativo, que possibilite o acesso aos conhecimentos científicos, éticos e culturais produzidos (coletivamente) pela humanidade. Assim como, aos meios necessários à produção de sua existência e à sua emancipação como classe social. Problematizar a Reforma do Ensino Médio implica em pensar a formação do estudante numa sociedade marcada pela inversão de valores, entre os quais a função social da educação básica, num contexto de disputas, de desigualdade da distribuição de renda, de bens e serviços, enfim, de meios de vida.

O EMI, do ponto de vista epistemológico, simboliza o desafio de um diálogo na forma curricular integrada, interdisciplinar, como base para a construção de um projeto de educação profissional integrado, que faz emergir uma formação na perspectiva da formação humana integral, “que sugere superar o ser humano dividido historicamente pela divisão social do trabalho entre a ação de executar e a ação de pensar, dirigir ou planejar” (RAMOS, 2014, p. 11).

O ideário da formação humana integral, em termos epistemológicos e pedagógicos, centra-se na construção sistematizada do conhecimento articulada com o mundo do trabalho, em suas múltiplas dimensões. Essa é a base conceitual que constitui o EMI e procura fazer dele, pela via do ensino, da pesquisa e da extensão, uma formação que integre trabalho, ciência e cultura, humanismo e tecnologia, propondo-se ao desenvolvimento de todas as potencialidades humanas. O processo de formação humana inclui a construção sistematizada do conhecimento, articulado com o mundo do trabalho, em suas múltiplas dimensões.

A Reforma do Ensino Médio, a partir da exposição feita, mostra-se alinhada ao interesse econômico-político neoliberal, que pretende ofertar uma formação precária, tecnicista e economicista na ótica do capital humano, opondo-se, diametralmente, a política do Ensino Médio Integrado e a formação humana integral, que “consiste em compreender o conhecimento como uma produção do pensamento pela qual se apreende e se representam as relações que constituem e estruturam a realidade objetiva” (RAMOS, 2014, p. 84). O EMI expressa uma concepção de formação humana, que aspira a integração de todas as dimensões da vida no processo educativo, intencionando a formação omnilateral dos sujeitos.

Sendo assim, tal reforma, tem como propósito, o retrocesso, no sentido de manter o País na velha perspectiva colonial, de um país agroexportador e dependente. Hoje, o governo Bolsonaro alinha-se com estes velhos setores, e desenvolve políticas de desindustrialização e propositadamente geradoras de desemprego, garantindo

lucros exorbitantes para exportadores e miséria para a maioria da população, com mais concentração de renda e aumento da desigualdade. Ou seja, a Reforma do Ensino Médio **demarca uma guinada conservadora que retoma o antigo lugar das oligarquias latifundiárias que sempre dominaram política e economicamente o Brasil.**

Segundo Piolli e Sala (2021, p. 7), os itinerários formativos que correspondem às áreas de conhecimento da BNCC são identificados no texto da Reforma do Ensino Médio como “aprofundamento de conhecimentos estruturantes” de sua respectiva área “para aplicação de diferentes conceitos em contextos sociais e de trabalho”. Contudo, na descrição do itinerário de formação técnica e profissional essa identificação é substituída por “desenvolvimento de programas educacionais inovadores e atualizados que promovam efetivamente a qualificação profissional dos estudantes para o mundo do trabalho”. Nota-se a intencionalidade de fomentar a dualidade na organização do ensino médio, promovendo diferentes reformas, uma voltada para “aprofundamento dos conhecimentos e preparação para o prosseguimento dos estudos” e outra voltada para a “qualificação profissional” e o trabalho.

Os itinerários formativos oficializaram a fragmentação da formação escolar do estudante, em forte sintonia com a “forma atual do capitalismo, caracterizado pela fragmentação de todas as esferas da vida social, partindo da fragmentação da produção, da dispersão espacial e temporal do trabalho, da destruição dos referenciais que balizavam a identidade de classe e as formas de luta de classes” (CHAUÍ, 2003, p. 7). Portanto, confrontam-se com a abordagem global do conhecimento, que supõe a superação das disciplinas fragmentadas, por meio da exigência de complementaridade entre as diversas áreas do saber. Essa tendência à interpenetração entre as áreas do saber pressupõe os princípios da formação humana integral.

A instituição escolar poderá, na esteira da Reforma do Ensino Médio, ofertar uma formação sem tempo para reflexão, para a crítica, para o exame de conhecimentos instituídos e para a sua mudança ou sua superação. Reduzida à organização instrumental, a escola abandona a perspectiva da formação humana integral para lançar-se na fragmentação competitiva. Mas por que ela o faz? Porque está privatizada e a maior parte de suas práticas pedagógicas passa a ser determinada pelas exigências de mercado, impostas pelos financiadores. Isso significa que a escola pública produz um conhecimento destinado à apropriação privada. Essa apropriação, aliás, é inseparável da mudança profunda que reforçará a dualidade e a segregação educacionais como analisa Gonçalves (2017, p. 141):

[...] a reforma criará um grande abismo entre as instituições públicas e privadas, aumentando de modo bastante grave as desigualdades sociais e culturais no País. As redes privadas que já competem divulgando seu desempenho no Enem e publicizando que ensinam mais que outras escolas não perderão a oportunidade de organizar currículos bastante sólidos para seu público, enquanto os estudantes das escolas públicas estaduais terão que se contentar com a ênfase que o sistema de ensino julgar possível ser ofertada.

Não é acidental que os representantes do Ministério da Educação não propiciaram interlocuções com as instituições universitárias, com pesquisadores que se debruçam sobre o tema, com educadores e estudantes da educação básica para

elaborarem, coletivamente, a proposta da Reforma do Ensino Médio. A interlocução deu-se com empresários participantes de organizações como o Instituto Alfa Beta, Sistema S, Instituto Unibanco, Instituto Ayrton Senna, Fundação Itaú, entre outros (Gonçalves, 2017).

Acrescenta-se a contratação de profissionais com notório saber, para ministrar conteúdos de áreas afins à sua formação ou experiência profissional, ao conjunto de elementos, oriundos da Lei nº 13.417, que repercutirão na formação dos estudantes, no âmbito da EPT. Esse movimento representa, na prática, a desvalorização e a precarização da formação dos trabalhadores da educação e abre precedentes para a contratação de profissionais não licenciados, fortalecendo a desvalorização dos professores e dos cursos de licenciaturas.

Por fim, a Reforma em curso significa a inviabilização da continuidade da oferta do Ensino Médio Integrado. O Ensino Médio Integrado, se configura como uma proposta de enfrentamento às políticas neoliberais que marcam a estrutura da sociedade brasileira: a desigualdade econômica, as injustiças sociais e a intolerância de classe e cultural. O enfrentamento desses desafios pode lograr êxito quando os/as trabalhadores/as da educação se mobilizarem em defesa do EMI e da Formação Humana Integral. Ao fortalecer a concepção de integração no Ensino Médio, a nossa expectativa é garantir que jovens e adultos sejam formados mediante o exercício de compreender o mundo e as contradições que lhe são intrínsecas. Para isso, é necessário um modelo de formação que provoque um apreço ao pensamento crítico e à ação política.

#### Referências Bibliográficas

ARAÚJO, Adilson Cesar; SILVA, Cláudio Nei Nascimento da. (org.). Ensino médio integrado no Brasil: fundamentos, práticas e desafios. Brasília: Ed. IFB, 2017.

BRASIL. Lei nº 9.394, de 20 de dezembro de 1996. Estabelece as diretrizes e bases da educação nacional. Disponível em: [http://www.planalto.gov.br/ccivil\\_03/leis/19394.htm](http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/19394.htm). Acesso em: 18/03/2022.

BRASIL. Lei nº 11.892, de 29 de dezembro de 2008. Institui a Rede Federal de Educação Profissional, Científica e Tecnológica, cria os Institutos Federais de Educação, Ciência e Tecnologia, e dá outras providências. Disponível em: [http://www.planalto.gov.br/ccivil\\_03/\\_Ato2007-2010/2008/Lei/L11892.htm](http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_Ato2007-2010/2008/Lei/L11892.htm). Acesso em: 01/03/2022.

BRASIL. Medida provisória nº 746, de 22 de setembro de 2016. Institui a Política de Fomento à Implementação de Escolas de Ensino Médio em Tempo Integral. Disponível em: [http://www.planalto.gov.br/ccivil\\_03/\\_ato2015-2018/2016/mpv/mpv746.htm](http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2015-2018/2016/mpv/mpv746.htm). Acesso em: 03/03/2022.

BRASIL. Lei nº 13.415, de 16 de fevereiro de 2017. Altera a Lei nº 9.394, de 20 de dezembro de 1996. Disponível em: [http://www.planalto.gov.br/ccivil\\_03/\\_ato2015-2018/2017/lei/l13415.htm](http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2015-2018/2017/lei/l13415.htm). Acesso em: 01/12/2021.

BRASIL; MEC; CNE. Parecer CNE/CP nº 17, aprovado em 10 de novembro de 2020. Reanálise do Parecer CNE/CP nº 7, de 19 de maio de 2020, que tratou das Diretrizes Curriculares Nacionais para a Educação Profissional e Tecnológica, a partir da Lei nº 11.741/2008, que deu nova redação à Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional (LDB). Disponível em: [http://portal.mec.gov.br/index.php?option=com\\_doc](http://portal.mec.gov.br/index.php?option=com_doc)

[man&view=download&alias=166341-pcp017-20&category\\_slug=novembro-2020-pdf&Itemid=30192](#). Acesso em: 01/12/2021.

CHAUÍ, Marilena de Souza. A universidade pública sob nova perspectiva. Conferência de abertura da 26ª reunião anual da ANPED, Poços de Caldas, 5 de outubro de 2003.

FONSECA, J. J. S. Metodologia da pesquisa científica. Fortaleza: UEC, 2002.

GONÇALVES, Suzane da Rocha Vieira. (2017). Interesses mercadológicos e o “novo” ensino médio. *Retratos Da Escola*, 11(20), 131–145. <https://doi.org/10.22420/rde.v11i20.753>

PELLISSARI, Lucas B. A REFORMA DA EDUCAÇÃO PROFISSIONAL E TECNOLÓGICA NO BRASIL: 2016 a 2021. Preprints SciELO, 2021. Disponível em: <https://preprints.scielo.org/index.php/scielo/preprint/view/3150/version/3333>. Acesso em: 13 de março de 2022.

PIOLLI, Evaldo; SALA, Mauro. (2021). A REFORMA DO ENSINO MÉDIO E A EDUCAÇÃO PROFISSIONAL: da Lei de Diretrizes e Bases (LDB) às Diretrizes Curriculares Nacionais para o Ensino Médio e para a Educação Profissional. *Revista Exitus*, 11(1), e020138. <https://doi.org/10.24065/2237-9460.2021v11n1ID1543>.

RAMOS, Marise Nogueira. História e política da educação profissional [recurso eletrônico] / Marise Nogueira Ramos. – Dados eletrônicos (1 arquivo: 585 kilobytes). – Curitiba: Instituto Federal do Paraná, 2014. (Coleção formação pedagógica; v. 5).

RAMOS, Marise Nogueira. Concepção do ensino médio integrado. Trabalho apresentado no Seminário da Secretaria de Educação do Estado do Pará, [Pará, Belém], 2008. Disponível em: [http://forumeja.org.br/go/sites/forumeja.org.br/go/files/concepcao\\_do\\_ensino\\_medio\\_integrado5.pdf](http://forumeja.org.br/go/sites/forumeja.org.br/go/files/concepcao_do_ensino_medio_integrado5.pdf) Acesso em: 13 de março de 2022.

Assinam esta tese:

Nei Fonseca - Base da Seção SINASEFE/IFSul

Rodrigo Dias - Base da Seção SINASEFE/IFSul

Francilon Lima Simões - Direção da Seção SINASEFE/IFSul

Osni Rodrigues - Direção da Seção SINASEFE/IFSul

## **15 – REFORMA DO ENSINO MÉDIO: UM COMBATE NECESSÁRIO PELA EMANCIPAÇÃO DA CLASSE TRABALHADORA.**

Ao longo dos últimos anos, nos Governos Temer e Bolsonaro, acompanhamos uma série de propagandas do Ministério da Educação, a fim de promover seu Novo Ensino Médio. Como trabalhadores/as da Educação, é fundamental que analisemos o que se apresenta por trás de discursos rasos e sorrisos bonitos, nos instrumentalizando para organizar a juventude e a classe trabalhadora para resistir ao conjunto de ataques, apontar melhores cenários para a Educação e lutar para a concretização de uma realidade diferente da desenhada pela classe dominante.

Com a agudização da crise do capitalismo a partir de 2008, intensificada no Brasil, – por ser um país periférico, de capitalismo dependente – a classe dominante brasileira deve dar respostas para manter seu domínio na sociedade, ainda que as consequências para o resto da população sejam dramáticas, como podemos vivenciar agora na pandemia.

O capitalismo é uma forma de produzir a vida a partir da seguinte lógica: lucrar hoje para lucrar ainda mais amanhã, independente dos custos sociais – e até mesmo naturais – dessa forma irracional de organizar a sociedade. Para isso, desemprego em massa, retirada de direitos, subemprego e vagas cada vez mais precarizadas, desinvestimento público, esgotamento dos recursos naturais, tudo isso é visto como um “mal necessário”, ou até mesmo desejável, em prol da acumulação de riquezas nas mãos da burguesia, que é o ÚNICO objetivo do capitalismo.

Só que, como convencer as pessoas da classe trabalhadora que elas devem viver uma vida cada vez mais miserável, desprovida de direitos e possibilidades, para que a burguesia possa lucrar mais a cada dia e fazer com que elas achem isso natural ou mesmo bom? Bem, uma dessas maneiras está justamente na Reforma do Ensino Médio. Por que?

A Reforma do Ensino Médio foi aprovada a toque de caixa, contra a vontade de estudantes e trabalhadores e trabalhadoras da Educação (lembram-se das milhares de escolas ocupadas contra a Reforma do Ensino Médio em 2016?), tem como um de seus pilares a formação da juventude trabalhadora para esta vida miserável. Como? A partir da falácia de que estudantes poderão escolher aquilo que irão estudar.

A “justificativa” utilizada para aprovação da Reforma do Ensino Médio pelo Governo Temer e pelo conglomerado empresarial que o apoiou (Fundação Roberto Marinho, Instituto Ayrton Senna, além do famigerado “Todos pela Educação”) é que a juventude abandonava a escola. Em sua lógica de argumentação, desconsideram as condições de vida, a necessidade de trabalhar e contribuir no sustento de sua casa, além do sucateamento da educação pública, atacando e classificando as escolas como “desinteressantes”, “teóricas” etc. Em resumo: a burguesia alega que a educação é “chata” e, por isso, a juventude abandona a educação.

Logo, qual a solução para este problema? Tornar a educação “interessante”. E como fazer isso? Garantir um suposto “protagonismo juvenil” em que a juventude teria o “direito a escolher” aquilo que iria estudar na escola. Afinal de contas, em que consiste esse direito à escolha? É muito simples. A Reforma do Ensino Médio simplesmente pega o currículo das escolas públicas e faz uma redução BRUTAL da carga horária das disciplinas, exceto Matemática e Língua Portuguesa, (Filosofia,

Biologia, Química, Educação Física, etc.) a fim de que a carga horária “gerada” a partir dessa redução possa ser utilizada pelo(a) estudante para “escolher o que irá estudar”. Contudo, isso tem vários pontos dramáticos para a formação da juventude.

Primeiro: além dessa redução de carga horária, que obviamente gera perdas para a juventude, há a diluição destas disciplinas em áreas do conhecimento (um conjunto de competências de disciplinas afins – História, Sociologia, Filosofia e Geografia computam UMA área do conhecimento, por exemplo), isto é, retira a obrigatoriedade de que, mesmo com essa carga horária reduzida, o/a estudante tenha aula da disciplina específica, para que tenha aula de competências dessas áreas.

O que é uma competência para a burguesia? São habilidades de caráter prático, com conhecimentos superficiais, e um desenvolvimento focado, quase que exclusivo, de valores/atitudes/comportamentos a fim de formar uma trabalhadora eficiente, útil, engajada e que, PRINCIPALMENTE, não questione/critique suas condições de vida e trabalho.

Logo, mesmo com a POUCA carga horária disciplinar que restou para a juventude, entendendo a disciplina escolar como espaço de acesso aos conhecimentos científicos sistematizados relevantes produzidos pela humanidade, haverá uma limitação deste acesso, já que a escola deverá focar seu trabalho na adequação de comportamentos, que tornem a juventude uma mão de obra mais barata, mais eficiente e, acima de tudo, obediente e dócil.

Segundo: e a nova carga horária gerada? Deve ser oferecida na forma de “Itinerários Formativos”, de caráter complementar à carga horária da Formação Geral Básica vista acima. Esses Itinerários podem ser compostos por disciplinas, projetos extracurriculares, laboratórios, e, acreditem se quiserem, até trabalhos voluntários. Teoricamente, o direito à escolha será exercido com a juventude “optando” por algum Itinerário Formativo existente em sua escola, ou na rede estadual.

Mas, na prática, como isso funciona? A Lei da Reforma do Ensino Médio diz o seguinte: “O currículo do Ensino Médio será composto pela Base Nacional Comum Curricular e por itinerários formativos, que deverão ser organizados por meio da oferta de diferentes arranjos curriculares, conforme [...] a possibilidade dos sistemas de ensino”. Ora, a oferta desses itinerários, apesar de uma suposta variedade que daria a possibilidade de escolha para a juventude, é limitada àquilo que a escolha pode oferecer em termos de infraestrutura (salas de aulas, laboratórios, etc.), corpo técnico e docente (quantidade de professores e professoras de determinada disciplina, quantidade de funcionários/as de manutenção, apoio pedagógico, etc.).

Como assim? Sabemos as condições precárias da escola pública, da falta de concursos, da ausência de recursos – quadro potencializado com o Teto de Gastos e com as tentativas de ataques por meio da PEC 32/2020 (contrarreforma administrativa). Então, se uma rede estadual não faz concursos para docentes e há poucos docentes de História e poucas docentes de Química, os governos estaduais podem simplesmente privar a juventude dos conhecimentos dessas disciplinas. Dessa forma, o primeiro ponto é que a Reforma do Ensino Médio legitima por meio de uma mudança curricular a premissa burguesa de redução brutal de investimentos na educação pública, tornando desnecessária a contratação de trabalhadores e trabalhadoras da educação a partir dessa restrição curricular, com a retirada da obrigatoriedade do ensino de todas as disciplinas.

A Resolução nº 3, de 21 de novembro de 2018 do CNE, em seu artigo 12, diz o seguinte: "Os sistemas de ensino devem garantir a oferta de mais de um itinerário formativo em cada município, em áreas distintas". Isto significa que as escolas estaduais localizadas em um mesmo município somente terão a obrigação de oferecer, no limite, DOIS tipos de Itinerários distintos. Aqui, há um complemento do que vimos acima: as tão faladas diversidade e escolha são uma falácia, já que em um município inteiro é possível haver apenas DOIS tipos de Itinerário Formativo. Se não há diversidade de Itinerários em uma escola, não há escolha, é simples assim, pois, a juventude teria que estudar longe, talvez em outro município, para poder estudar aquilo que gostaria.

Terceiro e último, mas não menos importante: os Itinerários têm um outro ponto agravante, para não dizer dramático: a inclusão na grade horária de disciplinas voltadas exclusivamente para o "comportamento" e formação moral da juventude, os famosos "projetos de vida".

O Projeto de Vida nada mais é que a inclusão na escola, na forma de uma disciplina oficial, de um código de valores burgueses que têm o propósito de naturalizar as condições precárias e miseráveis de vida da classe trabalhadora, evitar quaisquer tipos de questionamentos, além de estimular ao último grau o individualismo. Enquanto são promovidas contrarreformas como a da Previdência e a Trabalhista, com apoio da mídia hegemônica, promove-se nas instituições escolares uma aula de: "como se virar em uma sociedade sem empregos, sem direitos", colocando toda responsabilidade dos problemas sociais sobre a juventude. Ou seja, se você, estudante, não tem emprego, a culpa é sua, que não construiu bem o seu projeto de vida, não aprendendo com a perspectiva empreendedora ou não tendo se esforçado tanto para merecer o sucesso.

É a radicalização da meritocracia, da culpabilização e criminalização de juventude trabalhadora, periférica, que, em teoria, terá todas as condições e conhecimentos necessários para ascender socialmente, para "vencer na vida".

Com isso, podemos chamar a Reforma do Ensino Médio de um ajuste brutal no nível educacional aos interesses e necessidades da burguesia brasileira. É a tentativa mais perversa de retirar da classe trabalhadora a menor chance de refletir, questionar e transformar a realidade, transformando a escola em um centro exclusivo de preparação moral da juventude e de sua responsabilização pelos grandes problemas sociais que nos assolam.

Um dos pontos mais brutais da famigerada Reforma do Ensino Médio é a "legalização da precarização". Por que? Bem, a grade curricular anterior à Reforma possuía a obrigatoriedade do trato pedagógico de todas as disciplinas, o que pressupunha a existência nas escolas de professoras/es formadas/os especificamente nessas disciplinas. Dessa forma, a ausência de professoras/es das disciplinas, por mais que fosse um dado concreto, era uma ilegalidade, o que gerava abertura para mecanismos de pressão pela realização de concurso para a contratação de mais profissionais.

Entretanto, essa situação se modifica radicalmente após a Reforma. Como já vimos, um dos aspectos centrais da "nova" organização curricular é o fim das disciplinas e o trabalho por "área de conhecimentos". Vamos lembrar: em linhas gerais, isso significa que não haverá mais a obrigatoriedade do ensino na escola de conhecimentos de todas as disciplinas, mas um conjunto de "competências" superficiais (práticas, atitudes e valores) de uma grande área de conhecimento.

Conseqüentemente, a escola não precisará mais de professoras de geografia ou professores de história, e por aí vai, pois, para o trabalho pedagógico, será necessário apenas que a professora seja formada em alguma/qualquer disciplina daquelas que compõem uma determinada área de conhecimento. É o fim da obrigatoriedade de contratação/concurso para professoras/es de todas as disciplinas. E a carência de professoras/es, em vez de uma "ilegalidade", se tornará até mesmo desejável, para ocorrer um trabalho supostamente "integrado ou flexível".

Em suma, antes da Reforma, a ausência de professoras/es de todas as disciplinas seria uma das facetas da precarização da educação pública, pois se entendia a necessidade de ter especialistas devidamente formadas/os em todos os campos de conhecimento. Agora, tal cenário se torna algo bom, já que o papel da escola é o trabalho com "competências práticas e comportamentos", o que "qualquer pessoa pode fazer".

Outro ponto importante na retirada de direitos de trabalhadoras/es da educação é a redução brutal da carga horária obrigatória que a juventude possui na escola. Antes da Reforma, a juventude teria que passar 800 horas anuais (2400 horas em 3 anos de Ensino Médio) na escola. Com a Reforma do Ensino Médio, apesar de uma carga horária anual de 1000 horas (3000 horas em 3 anos de Ensino Médio), a obrigatoriedade cai para 600 horas anuais ou 1800 horas em 3 anos (Formação Geral Básica oferecida obrigatoriamente na própria escola), enquanto as outras 400 horas anuais ou 1200 horas trienais serão cumpridas por meio de Itinerários Formativos, que podem ser cumpridas à distância, ou mesmo em "instituições parceiras", geralmente privadas.

Ora, se haverá estudantes por menos tempo na escola, a consequência direta disso é a menor necessidade de profissionais contratados/as: isso inclui pessoal de alimentação, limpeza, manutenção, disciplina, apoio administrativo e pedagógico, não afeta somente professoras/es como se poderia pensar. Isso não implica apenas em uma menor contratação de profissionais, mas também em menor investimento em infraestrutura e alimentação de estudantes, por exemplo.

Os Itinerários Formativos, segundo a Reforma do Ensino Médio e as Novas Diretrizes Curriculares Nacionais do Ensino Médio, devem ser oferecidos "de acordo com as possibilidades do sistema de ensino" e com a obrigatoriedade de "mais de um por município".

Recordemos as consequências disso: 1 – aquilo que pode ser oferecido nos Itinerários em termos de disciplinas, projetos, etc., será apenas o que for possível mediante as condições infraestruturais da escola (quadras, laboratórios, pátios, biblioteca, quando existirem), assim como de profissionais disponíveis. Ou seja, não há a obrigatoriedade de, por exemplo, ter professoras/es formadas/os em diversas áreas, já que o Itinerário oferecido na escola é aquilo que "for possível" – voltamos à "legalização da precarização"; 2 – se um município só tiver dois Itinerários em todas as suas escolas, haverá professoras/es que não se encaixarão neles, sendo muitas vezes forçados a se mudar de município ou se submeter a lecionar aula de "competências" para as quais não possuem formação. Independente do que ocorra, o certo é que as/os professoras/es estão cada vez mais sujeitas/os a toda sorte de assédio para garantir sua permanência nas escolas e, no limite, nos municípios onde se encontram e para onde estruturaram suas vidas e vidas de suas famílias, sob risco de inúmeros prejuízos.

Além disso, como a quantidade de profissionais necessários/as para manter a escola em funcionamento será cada vez menor, obviamente, pensando na luta de classes, o poder de barganha e de luta da classe trabalhadora será menor nos enfrentamentos. Os/as profissionais podem ficar cada vez mais frágeis em situações de assédio, pois os riscos de transferência compulsória e redistribuições aleatórias aumentam.

Por exemplo, é quase um consenso entre docentes que o famigerado “projeto de vida” é um engodo. Todavia, enquanto ele é alçado à condição de um componente curricular obrigatório, presente em todos os anos do Ensino Médio, todas as demais disciplinas “perdem carga horária”. Inclusive, deixam de ser ministradas em determinados anos do Ensino Médio, tornando-se uma opção de sobrevivência para o/a professor/a não ser transferido/a de escola. Ou seja, por mais que o/a professor/a não concorde com o projeto de vida, e com a Reforma do Ensino Médio propriamente dita, muitas vezes atuar nessa seara será uma questão de sobrevivência.

Destacamos igualmente a implementação do absurdo “notório saber” para a contratação de docentes. Em linhas gerais, o “notório saber” é uma espécie de reconhecimento de “saberes e competências” de profissionais de algum ramo técnico para que possam lecionar em cursos e disciplinas de caráter técnico-profissionalizante no “Novo Ensino Médio”.

Vamos pensar nas implicações disso para a escola. Em primeiro lugar, há a “legalização do bico”, ou seja, como vivemos uma crise enorme, que afeta todos os segmentos da vida, retira direitos, precariza o trabalho, lecionar sem que haja a devida formação, como maneira de sobreviver, torna-se uma opção interessante. Assim, pessoas sem a formação necessária terão seus “saberes e competências” certificados por instituições de procedência duvidosa e ficarão aptas a lecionar nas escolas, precarizando o processo educativo, o que não significa culpabilizá-las por tentarem sobreviver, muito pelo contrário.

O segundo aspecto é a forma de contratação desses/as profissionais. Já vivemos em um contexto de contratação de professores/as por licitação de menor custo, “professor uber”, e toda sorte de precarizações que envolvem contratos temporários sem direitos trabalhistas, sem vínculos formais. A contratação de docentes pelo “notório saber”, de forma precarizada, vai ampliar a formação de uma cisão na categoria: concursados/as x temporários/as, ou até mesmo terceirizados/as. Tendo em vista que o grau de segurança de temporários/as e terceirizados/as no emprego é infinitamente menor, a sua capacidade de contestação diminui, sua sujeição a assédios aumenta, e, como um todo, enfraquece a capacidade de mobilização das trabalhadoras/es da educação. É um processo aprofundado de divisão da classe por meio da precarização, que obstrui os processos de luta e mobilização.

Indo além, apesar de pensarmos em termos de disciplinas “técnicas” para a ocupação de profissionais oriundos/as do notório saber, sabemos que não ficará apenas nisso. Por exemplo, qual o notório saber que é necessário para ministrar aulas em um Itinerário técnico de empreendedorismo? Não sabemos, já que não sabemos inclusive o que seria uma formação técnica em empreendedorismo, joga-se com o esvaziamento curricular a fim de que se possa fazer qualquer coisa que se deseje.

Igualmente, os Itinerários técnicos são compostos por eletivas que não necessariamente compreendem o aspecto profissionalizante. O que isso significa? É possível deslocar competências da Formação Geral Básica para o Itinerário Técnico e ter alguém não formado/a naquela área ministrando as aulas. Por exemplo,

num Itinerário de Empreendedorismo, é possível ter uma aula de “Matemática Empreendedora”, que não será ministrada por uma professora de Matemática, mas alguém sem qualquer formação pedagógica, reconhecida/o pelo notório saber. Isto é, aumentará a quantidade de professoras/es contratadas/os de forma precária, sem formação na área, além de ampliar a exploração da cisão entre a classe trabalhadora no campo da educação.

Em linhas gerais, podemos ver que, se os impactos sociais da Reforma do Ensino Médio para a juventude estudante da classe trabalhadora são nefastos, eles não são menos piores para o conjunto de trabalhadoras/es da educação pública. Por meio de um profundo rearranjo curricular, a Reforma torna desnecessária a contratação de trabalhadoras/es da educação, em especial de professoras/es. Haverá uma brutal redução de investimentos e estrutura, além, é claro, de contratação e concursos de trabalhadoras/es; esses/as profissionais estarão cada vez mais sujeitos/as a casos de assédio e perseguição; por fim, a cereja do bolo é o “notório saber” que expande e agrava o quadro já existente de contratações e vagas precárias de trabalho na escola, terceirizações, além de promover uma divisão na classe, enfraquecendo as suas lutas e organização

O último aspecto que gostaríamos de analisar mais a fundo é a relação do “Novo Ensino Médio” com a privatização da educação pública, que não é um movimento recente, muito menos que se inicia com a Reforma do Ensino Médio. Já há, em andamento, uma série de mecanismos de privatização da educação pública e de transferência de verba pública para a iniciativa privada: as bolsas estudantis em detrimento da construção de instituições de educação pública (FIES; PROUNI; mais recentemente, as bolsas para a matrícula em creches privadas; as propostas de *vouchers* escolares; e as escolas *Charter*); a aquisição de materiais didáticos privados, como ocorre no próprio Programa Nacional do Livro Didático, que alimenta as grandes editoras privadas, em vez de estimular e dar condições de trabalho para que os/as próprias profissionais das redes públicas produzam seus materiais; as Parcerias Público-Privadas como um todo, e, especialmente com organizações como Instituto Ayrton Senna e Fundação Roberto Marinho, para aquisições de materiais didáticos extremamente precárias e de baixíssima qualidade, além de “cursos de capacitação” para trabalhadoras/es da educação; e a transferência da gestão de escolas públicas para a iniciativa privada. Por fim, gostaríamos de destacar a ausência de parcerias com setores produtores de agricultura familiar e limpa, como o MST, para fornecimento de alimentação escolar em prol da celebração de contratos com empresas de procedência duvidosa, geralmente apadrinhadas por políticos da região onde se situa a instituição escolar.

Ora, mas se a privatização já está em andamento, o que a Reforma do Ensino Médio traz de novo? “O Novo Ensino Médio” explicita a possibilidade de subordinação da organização curricular da escola aos interesses privados, por meio da instituição dos Itinerários Formativos. A Resolução 03 do CNE, que trata das novas Diretrizes Curriculares do Ensino Médio, diz o seguinte: “Para garantir a oferta de diferentes itinerários formativos, podem ser estabelecidas parcerias entre diferentes instituições de ensino, desde que sejam previamente credenciadas pelos sistemas de ensino, podendo os órgãos normativos em conjunto atuarem como harmonizador dos critérios para credenciamento”.

Isto é, sob o pretexto de garantir uma maior diversidade na oferta de Itinerários, o que já vimos que não existirá, já que a obrigação de oferta de Itinerários Formativos

distintos é de “mais de um por município”, abre-se a possibilidade que eles sejam ofertados por instituições privadas, por meio das famigeradas “parcerias”. Além desta possibilidade aberta, outra consequência possível que pode ser multiplicada em instituições, é a adoção de editais para docentes voluntários. Usando a argumentação falaciosa dos(as) educadores(as) ganharem experiência pedagógica, governantes e administrações escolares podem apelar para uma espécie de “Amigos da Escola”, por meio deste voluntariado, para cobrir a sobrecarga de trabalho docente, enquanto cada vez menos abrem-se vagas oriundas de concursos públicos. No caso do setor administrativo, a situação já tem ocorrido, com a extinção de profissões e a consequente terceirização de áreas como segurança, limpeza e alimentação.

Retornando aos famigerados itinerários formativos, garante-se que quase metade da carga horária e grade curricular da juventude da classe trabalhadora sejam ofertadas pela iniciativa privada, o que, como podemos imaginar, pode significar uma transferência de recursos, no mínimo, proporcionais. O que isso significa? Se a instituição privada vai arcar com, no mínimo, 40% da jornada estudantil, não é impossível supormos, que ela pode vir a receber, no mínimo, 40% dos recursos públicos que seriam destinados à escola pública. Abrem-se, ainda mais, as janelas para a apropriação do fundo público por parte da iniciativa privada.

Todavia, esse quadro se mostra ainda mais preocupante, quando observamos que os Itinerários Formativos podem ser compostos por: “aulas, cursos, estágios, oficinas, trabalho supervisionado, atividades de extensão, pesquisa de campo, iniciação científica, aprendizagem profissional, participação em trabalhos voluntários e demais atividades com intencionalidade pedagógica orientadas pelos docentes, assim como podem ser realizadas na forma presencial – mediada ou não por tecnologia – ou à distância, inclusive mediante regime de parceria com instituições previamente credenciadas pelo sistema de ensino”, segundo a própria Resolução 03/2018.

O trecho acima nos mostra que, até mesmo trabalhos voluntários regulamentados por essas instituições privadas, podem ser contabilizados como oferta de grade horária, desde que garantida uma “intencionalidade pedagógica”, que não quer dizer efetivamente nada, ou, como dizem: “o papel aceita tudo”.

Esse processo de privatização do ensino médio acaba provocando um enfraquecimento da formação que é entregue de bandeja para as instituições privadas. Além disso, o currículo acaba sendo esvaziado e a autonomia da proposta pedagógica construída pelos profissionais de educação em conjunto com a comunidade escolar fica cada vez mais comprometida. Portanto, a privatização da escola pública acaba ressignificando a sua função social na busca pela formação crítica e questionadora dos trabalhadores como maneira de emancipação humana. E transformando a educação pública em mercadoria valiosa aos interesses da classe dominante que se apropriam dos recursos públicos em detrimento dos interesses da classe trabalhadora.

A própria Base Nacional Comum Curricular (BNCC) vem de encontro com esse processo de precarização da formação e deve ser analisada como a intenção de se impor na força da lei um currículo que é baseado na pedagogia das competências socioemocionais (nova roupagem dada a pedagogia das competências). A BNCC apresenta de forma autoritária a legislação educacional, sua única forma de fundamentação teórica, desconsiderando toda a pesquisa e produção científica na área da educação, ou seja, toda a sua fundamentação teórica tem como referência a

pedagogia das competências e a força da lei obrigando todo o sistema educacional a incorporar o currículo que deve estar a serviço dos exames externos e de larga escala como o ENEM e instrumentos como o próprio IDEB que buscam mensurar seu modelo de qualidade educacional baseado na lógica dos resultados quantitativos.

Outro ponto importante é que essas atividades podem ocorrer à distância, não há a obrigatoriedade nem mesmo de essas instituições privadas ofertarem suas instalações para a presença de estudantes. Assim, essa carga horária pode ser cumprida pela aquisição de uma apostila, como o Instituto Ayrton Senna e Fundação Roberto Marinho já realizaram em diversas gestões no Estado do Rio de Janeiro. Pode haver a aquisição de *tablets* e aplicativos junto à iniciativa privada, como houve durante o período de ensino remoto em decorrência da pandemia. É um passo a mais, um baita passo, rumo à total desregulamentação da oferta da educação, sob o pretexto de uma modernização e diversificação da oferta de Itinerários para a juventude.

O que está concretamente posto a partir da implementação do “Novo Ensino Médio” é abertura de novos flancos para o processo de conversão da educação em uma simples mercadoria, a ampliação de seu papel para acumulação de capital, além da transferência, ainda maior, do controle sobre os currículos e o trabalho escolar como um todo. É papel do conjunto dos educadores e das educadoras comprometidos(as) com a Educação Pública o fomento dessas discussões que apresentamos ao longo desta série. Precisamos envolver o corpo discente e as comunidades das regiões, alertando sobre os perigos contidos nesta Reforma do Ensino Médio, enfrentando as sorridentes propagandas veiculadas pelo Ministério da Educação, em horário nobre. Essas discussões e reflexões precisam, ainda, ir além de quem atua na Educação Pública. O enfrentamento ao Novo Ensino Médio é tarefa da classe trabalhadora brasileira, que se preocupa com um futuro digno para a juventude, já demasiadamente atacada pelas recentes contrarreformas da Previdência e Trabalhista e pela Emenda Constitucional que impõe o Teto de Gastos.

**Unidade Classista - Corrente Sindical**

## **16 – PLANO DE LUTAS DOS IFs: RESPONDER AO ARROCHO SALARIAL, CORTES ORÇAMENTÁRIOS, PRIVATISMO, INTERVENCIONISMO, ENSINO A DISTÂNCIA E CONTRARREFORMAS**

O movimento dos servidores dos Institutos Federais (IFs) tem o desafio de articular uma resposta coletiva aos ataques, em vários níveis, que a Educação, o funcionalismo público e os trabalhadores, de forma geral, estão sofrendo, todos eles agravados sob o cenário de crise econômica e pandêmica. Temos como questões prioritárias: 1) Erguer a luta pelos salários, corroídos pela alta do custo de vida e o arrocho salarial; 2) Enfrentar os ataques aos Institutos Federais e Universidades, que podem ser sintetizados nos seguintes pontos: a) brutais cortes orçamentários; b) ampliação do privatismo interno; c) expansão do Ensino a Distância (EaD); d) aumento da ingerência do governo federal; 3) Lutar para derrubar e enterrar a contrarreforma administrativa e revogar a Emenda Constitucional 95 (do teto dos gastos), as contrarreformas trabalhista e previdenciária.

Estas questões demandam a recuperação das forças do movimento dos servidores e estudantes dos IFs, neutralizadas pela atomização e passividade que decorreram da política burguesa do isolamento social, materializada na aplicação do EaD e na campanha das direções sindicais e estudantis do “Fique em Casa”. E pressupõem a articulação de frentes únicas em vários níveis: no âmbito dos IFs, com as assembleias e os comitês unificados de estudantes, professores e técnico-administrativos; junto ao movimento sindical do funcionalismo público dos níveis municipal, estadual e federal; em unidade com as centrais e sindicatos, em uma frente única sindical; e em busca de unificar a maioria nacional explorada e oprimida em uma frente única anti-imperialista. Estes vários níveis não são etapas separadas, mas sim buscas que devemos empreender simultaneamente para unificar e centralizar as forças dos explorados e oprimidos.

Procuraremos descrever brevemente os principais problemas que enfrentamos em cada um desses aspectos e nossas proposições.

### ***Enfrentar os ataques aos Institutos Federais e Universidades***

#### ***a) Brutais cortes orçamentários***

Desde 2016, ano após ano, o orçamento da Educação vem sofrendo sucessivos cortes, agravados após a aprovação da Emenda Constitucional 95 (do Teto dos Gastos). O impacto da crise econômica mundial, deflagrada em 2007-2008, nos Estados Unidos, foi sentido no Brasil, de forma mais violenta, a partir de 2015. O governo de Dilma Rousseff procurou aplicar um ajuste fiscal e se comprometeu com a contrarreforma da previdência, porém, por ser expressão de um governo de conciliação de classes, não pôde aplicar os ataques às massas no ritmo e profundidade exigidos pelo capital financeiro. Acentuou-se a crise política e, por meio de um golpe o governo petista foi substituído pelo de Michel Temer, em 2016, que aplicou, de forma acelerada, um brutal ajuste fiscal, a contrarreforma trabalhista e também a do Ensino Médio. Como desdobramento do golpe, e ante a prisão de Lula (PT), Bolsonaro se elegeu em 2018, comprometendo-se com um programa ultraliberal de cortes orçamentários para áreas sociais e privatizações.

Um exemplo da dimensão dos cortes é o orçamento discricionário das Universidades Federais. Chegamos a 2022 com um orçamento de R\$ 5,1 bilhões, um valor nominal muito inferior ao orçamento de 2015, de R\$ 7,8 bilhões. Caso corrigíssemos esse valor conforme a inflação do período, que totalizou 42,51%, para manter o mesmo orçamento de 2015, deveríamos ter um montante de R\$ 11,2 bilhões. Ou seja, o orçamento atual equivale a 45,5% do orçamento de 2015. Além dos cortes, há outros mecanismos de contingenciamento e atraso na liberação de recursos que fazem com que o orçamento realmente repassado e executado seja ainda menor.

Ao mesmo tempo em que as áreas sociais, como Saúde, Trabalho, Previdência, Educação, dentre outras, sofrem com o estrangulamento orçamentário, o governo Bolsonaro sustenta sua governabilidade com ampla distribuição de recursos por meio do Fundo Eleitoral, que chegou a R\$4,9 bilhões, em 2022, e de emendas parlamentares. Além dos R\$ 16,8 bilhões das emendas individuais e de bancada, foram destinados mais R\$ 16,5 bilhões para as emendas do relator (o chamado orçamento secreto). Bolsonaro também alimenta sua base política e ideológica, ampliando o orçamento para os militares, ao mesmo tempo em que pretende reverter sua impopularidade crescente com o Auxílio Brasil, medida assistencial eleitoreira que terá R\$ 89,1 bilhões em 2022. Apesar de terem um impacto enorme na distribuição orçamentária, essas fatias nem se comparam à que é destinada ao capital financeiro, por meio dos juros e amortizações da dívida pública. Dos R\$ 4,7 trilhões previstos no orçamento da União, em 2022, o valor reservado para os credores da dívida pública é de R\$ 1,9 trilhão.

#### *b) Ampliação do privatismo interno*

A expansão do privatismo, no interior das Universidades e Institutos Federais, é a outra face do estrangulamento orçamentário. As reitorias e a casta burocrática no interior dos Institutos se adaptam aos cortes, ampliando as formas de captação de recursos privados. O projeto "Future-se", apresentado pelo Ministério da Educação em julho de 2019, enfrentou grande resistência das comunidades escolares, inclusive, das reitorias. Porém, as queixas da burocracia universitária ocultam interesses bastante distintos daqueles que combatem o privatismo. As reitorias rechaçaram que Organizações Sociais passassem a gerenciar as instituições de ensino, e procuraram mostrar que já realizavam várias das modalidades de captação de recursos por meio das fundações ditas de "apoio". Uma nova versão do projeto foi apresentada à Câmara dos Deputados como PL 3.076/2020. Mesmo que sua tramitação esteja parada, as formas de privatização interna previstas no projeto seguem se expandindo, com grande ênfase no estímulo à "inovação" e ao "empreendedorismo". Ampliam-se as parcerias público-privadas; a subordinação das pesquisas a interesses de empresas, sobretudo multinacionais; a transformação da extensão em prestação de serviços; os cursos de especialização pagos; a cessão de imóveis; e a busca de editais para suprir a falta de recursos. A privatização interna é a forma de adaptação da burocracia universitária aos cortes no orçamento e, também, uma maneira pela qual parte da categoria docente dribla o arrocho salarial; ou, para uma ultraminoria, uma forma de favorecer interesses particulares às custas do nome e da estrutura das instituições públicas. Segue vigente a tarefa de derrubar o projeto "Future-se" e toda forma de privatização interna, exigindo o financiamento estatal integral das instituições de ensino, conforme o orçamento calculado pelas assembleias unificadas de servidores e estudantes.

### c) *Expansão do Ensino a Distância (EaD)*

A combinação da crise econômica com a crise pandêmica desfraldou a aplicação massiva, e sem precedentes, do EaD em todos os níveis da educação, da educação infantil à pós-graduação. Tal movimentação confluiu com os interesses anteriores das corporações privadas de educação e tecnologia, assim como dos organismos internacionais como o Banco Mundial. Trata-se da manifestação da destruição da Educação que acompanha a fase de decomposição do capitalismo. Amplia-se o abismo entre a teoria e a prática, o abandono, pela burguesia, da educação como processo de transmissão do conhecimento acumulado pela humanidade e expansão deste, e a sua transformação, cada vez mais, em mera mercadoria, em mero campo de valorização do capital.

Com a deflagração da crise sanitária, as instituições passaram por um período de suspensão das atividades presenciais de ensino. Na medida em que se estenderam os prazos das ações de isolamento social, as administrações das Universidades e Institutos progressivamente revelaram uma posição de adesão a substituição de aulas presenciais por aulas em meios digitais, propalada pelo Governo Federal, desde o início do isolamento social, através das Portarias n. 343 de 17/03/2020 e 345 de 19/03/2020. Uma posição que explicitou como encontram-se arraigadas as concepções pedagógicas aderentes ao EaD entre as burocracias universitárias e expressivos círculos docentes.

Assim, nos meses iniciais da pandemia, as administrações dos IFs e Universidades esboçaram reticências ao uso imediato do ensino a distância (disfarçado de “ensino remoto”, “ensino virtual”, “ensino híbrido”, etc.) como meio para reativar o funcionamento das atividades de ensino. Tais resistências não se davam por quaisquer convicções de princípio sobre as consequências pedagógicas regressivas desse uso. Tampouco de uma avaliação do significado institucional e político de fortalecimento desse terreno das Tecnologias da Informação e Comunicação (TICs), num momento em que, de um lado, os grandes monopólios que lucram com esses produtos informacionais desejam se apoderar do consumo do Estado em face da crise econômica; e, de outro lado, frente ao cenário econômico restritivo, o Governo Federal anseia que avance, e se consolide, na educação, estratégias e instrumentos de redução de recursos públicos e de produtividade do trabalho de docentes (associado ao seu controle ideológico), técnicos e terceirizados, com a finalidade de favorecer, através dessa economia, credores da dívida pública e o empresariado.

Os argumentos principais se circunscreveram aos pressupostos da garantia da isonomia nas condições de acesso e de permanência de estudantes pobres e nas dificuldades operacionais e laborais da execução do ensino virtual. Logo que se encontrou meios de remediar esses fatores, sobretudo através de assistência focalizada, seletiva e precária para acesso e uso de internet por parte de discentes com baixa renda, resguardando juridicamente a própria administração geral dos IFs e universidades em face aos órgãos de controle em termos da garantia formal da isonomia, então permitiu-se substituir aulas presenciais por aulas on-line. Essa abertura em grande escala foi acompanhada da implantação de pacotes de serviços informacionais (como os da Google), estimulando a migração para plataformas com amplos recursos virtuais para a atividade educativa.

A implantação das “aulas virtuais” traz diversas consequências sociais, políticas e educacionais. O ensino ficou mais excludente para os estudantes, considerando

as amplas condições sociais nas quais se inserem, cujas circunstâncias inviabilizam a aprendizagem não presencial, e apenas têm mitigadas suas restrições mais agudas, quando do acesso a algum programa assistencial nos padrões já conhecidos de focalização seletiva, instabilidade financeira e limitação operacional; o trabalho docente encontra-se subordinado a maiores desgastes físicos e mentais, considerado o maior esforço laboral implicado no processo pedagógico através das TICs, a inadaptação do ambiente e da dinâmica familiar – nas situações em que as funções serão realizadas remotamente – para operar o ensino fora da estrutura institucional; crescem as responsabilidades, cobranças e exigências em torno de servidores, docentes, técnico-administrativos (e terceirizados), como observou-se nos IFs.

O retorno às aulas presenciais tem se dado de forma heterogênea nas Instituições Federais de Ensino, sendo os Institutos Federais os que vêm sendo impelidos primeiro ao retorno coletivo presencial. Com a substituição dos métodos de luta e organização presenciais pelos virtuais, o movimento de docentes, técnico-administrativos e estudantes foi levado a uma atomização e imobilismo sem precedentes. A direção do SINASEFE, limitou as críticas ao ensino remoto no início da pandemia à preocupação da qualidade, mas não fez uma ampla campanha contra sua ampla aplicação em todos os IFs, subordinou-se à política burguesa do isolamento social, na prática, aceitou a aplicação do EaD. Assim como a imposição do EaD, o retorno presencial também está sendo determinado pelas reitorias e governo.

As pressões menores ao retorno presencial das Universidades, deve-se a como esse prolongamento expressa a adaptação aos cortes orçamentários. Em 2021, ante o corte e contingenciamento que inviabilizou o pagamento de contas básicas como energia elétrica, em algumas instituições, reitores alertavam que as universidades fechariam, caso fosse exigido o retorno presencial. É preciso compreender que o prolongamento do EaD não se deve apenas a uma medida de proteção sanitária, mas, fundamentalmente, a uma adaptação burocrática e corporativa ao estrangulamento orçamentário que fez com que a imensa maioria das instituições não realizasse reformas e ampliação em suas estruturas para possibilitar maior distanciamento entre as pessoas, circulação e filtragem de ar, e, muito menos, contratação de mais docentes para garantir turmas menores. Todas as adaptações confluíram com o projeto privatista, excludente e destruidor da Educação. Não poderia ser diferente diante da total ausência do movimento universitário organizado, valendo-se dos métodos presenciais de luta, com greves, bloqueios, ocupações e manifestações massivas.

#### *d) REUNI Digital, hibridização e tendências da incorporação do EaD nas INSTITUIÇÕES FEDERAIS DE ENSINO SUPERIOR*

Em outubro de 2021, o MEC apresentou o Programa Reuni Digital, por meio do qual pretende criar, até 2024, nas Universidades Federais, 1,6 milhão de vagas de ensino superior a distância. A proposta inclui a criação de uma Universidade Federal Nacional de Educação a Distância. Afirma-se que, assim, seria possível cumprir a meta 12 do Plano Nacional de Educação (PNE) 2014-2024, que estabelece que as instituições públicas deverão contabilizar 40% das novas matrículas em educação superior.

Atualmente, o sistema público de educação abrange apenas 24,2% dos universitários. No EaD, a concentração das vagas na rede privada é ainda maior, sendo que a oferta pública corresponde a 6,4%. O governo usa os dados sobre a expansão do

EaD na rede privada, que já alcança 50,7% das vagas, para criar um espírito de competição em que as públicas deveriam buscar o mesmo patamar. Não falta a cobertura democratizante que afirma que essa seria a via para inserir mais estudantes pobres e trabalhadores.

O REUNI Digital também propõe a inserção, nos currículos das licenciaturas, a formação na docência online e a realização de estágios online na Educação Básica. No ensino superior, permite o estágio docência online para os pós-graduandos. Já se prevê também a elaboração de estudos sobre as formas de contratação e remuneração aos tutores de EaD. O EaD forjado sob o governo Lula, por meio da Universidade Aberta do Brasil (UAB), remunera os tutores por meio de bolsas. Com o alargamento dessa categoria precarizada, o governo busca institucionalizar a fragmentação da categoria docente.

Uma das movimentações operadas, no momento, é para que haja um novo marco regulatório da educação que quebre a separação entre modalidades de ensino presencial ou a distância, garantindo uma maior flexibilização, hibridização e possibilidade de trânsito dos discentes entre várias formas em suas “trilhas de aprendizagem”. Pretende-se, assim, uma formação ainda mais esvaziada e fragmentada, oculta sob os lemas dos organismos internacionais, já amplamente aplicados na Educação Básica, de desenvolvimento de habilidades e de competências, foco no “aprender a aprender” e na farsa da autonomia discente.

Não é de hoje que as legislações educacionais impulsionam a “hibridização” na Educação Básica e Superior. Além de aprovar a Reforma do Ensino Médio, o governo Temer, emitiu a Portaria n. 2.177/2019 que permite até 40% de carga horária a distância nos cursos presenciais. Após a experiência massiva de implantação do EaD, o governo e as reitorias pretendem que essa realidade se torne cada vez mais presente no cotidiano pós-pandemia.

É preciso erguer, desde já, um forte movimento de combate ao EaD, o que só pode se dar com um programa de expropriação sem indenização das empresas que lucram com esse negócio. Esta tarefa é parte da defesa da estatização de toda rede privada de ensino e criação de um sistema único, público, gratuito, laico, científico, vinculado à produção social e controlado pelos que estudam e trabalham.

#### *e) aumento da ingerência do governo federal nas Instituições Federais de Ensino*

Nos Institutos Federais, à revelia dos interesses e das necessidades de suas comunidades, apenas para atender a oligarquias regionais, expressas partidariamente no chamado “Centrão, o governo Bolsonaro” tem ingerido por meio dos projetos de desmembramento da rede federal. Para esses casos, o governo não vê problema em ampliar os gastos com cargos burocráticos decorrentes das novas divisões. Além disso, propagandeia a criação de novas instituições que, na prática, já existem, com finalidades eleitoreiras.

Nas Universidades brasileiras nunca se vivenciou de fato a autonomia universitária. A ingerência do Estado é rotineira, inclusive o movimento universitário tem, no geral, uma compreensão distorcida da autonomia como um princípio legal, constitucional, que apenas deveria ser aplicado, distanciando-se das trajetórias de lutas latino-americanas que ergueram, desde 1918, em Córdoba, Argentina, a defesa da autonomia como autogoverno da comunidade universitária, com a participação de-

cisiva do corpo estudantil nos rumos da instituição, canal que possibilitaria aproximar as Universidades das massas trabalhadoras.

O fato de nunca termos tido autonomia real não anula a constatação de que nunca tivemos tão pouca autonomia, mesmo que formal. Se em governos anteriores a via prioritária de transmissão dos planos da burguesia, seu Estado e do imperialismo passava pelas burocracias universitárias – que se dobram a cada sistema de avaliação, formas de financiamento e legislações que afrontam a autonomia –, atualmente o governo tem ingerido cada vez mais diretamente na nomeação de reitores e regulamentações sobre o preenchimento dos cargos da burocracia universitária. Já são 24 reitores de IFES que foram empossados por Bolsonaro sem que fossem os mais votados por suas comunidades. A ingerência está ligada, por um lado, à campanha ideológica do governo, que torna a Educação e a Ciência inimigos a serem combatidos. A repressão interna se dá por meio de patrulhamento (e mesmo militarização) das instâncias universitárias, fortalecimento do serviço de inteligência e a punições exemplares a estudantes e docentes com atuação política. Essa ofensiva ideológica tem como finalidade facilitar ainda mais a implantação acelerada de medidas privatistas e de ajuste fiscal, pois acompanha a restrição aos concursos, sobrecarga dos atuais servidores e criação de novas formas de intensificação e controle do trabalho de docentes e técnicos.

A nomeação dos interventores exige a resposta unificada do movimento das Instituições Federais de Ensino pela expulsão dos reitores que não foram os mais votados pela comunidade. Nossa luta não pode parar aí. É preciso que o SINASEFE incorpore em suas bandeiras a compreensão da autonomia como autogoverno da comunidade. Assim, além de defender o fim da lista tripartite e eleição direta, é fundamental defender que as universidades e institutos federais devem ser controlados por quem estuda e trabalha, por meio do co-governo tripartite, de estudantes, professores e técnico-administrativos, subordinado à Assembleia Geral da comunidade escolar, com voto universal.

#### *f) conversão das IFES em espaços mais elitistas e excludentes*

O Ensino Superior no Brasil sempre foi marcado pelo caráter elitista e excludente. Em seu desenvolvimento, houve uma ampliação do quadro de discentes e, até mesmo, alterações em sua composição a partir da aplicação da Lei de Cotas. Mesmo com essa trajetória, o percentual de jovens de 18 a 24 anos no Ensino Superior é de apenas 18,1%. Segundo os dados do INEP, dos 8,6 milhões de estudantes do ensino superior, 75,8% estão em instituições privadas.

Se, nos governos petistas, em nome da “democratização” favoreceu-se enormemente as corporações de ensino privado, por meio do ProUni, FIES e outras formas de transferência de recursos públicos ou isenção de pagamento de tributos, sob o governo Bolsonaro, seus ministros falam, sem pudor, que a universidade deve sim ser para uma elite, para poucos. Ao mesmo tempo em que o cenário de crise econômica e pandêmica tem um impacto devastador na vida dos estudantes, cujas famílias sofrem com a mortandade, queda na renda, desemprego e elevação do custo de vida, as medidas de assistência estudantil encolhem, criando novos obstáculos para se atingir os critérios necessários, ou seja, avança a focalização e a seletividade. A retenção e evasão se agigantam. E, mesmo que as políticas de cotas tenham distribuído as vagas existentes de maneira a agregar uma pequena

parcela da juventude negra, indígena e pobre, a permanência e a conclusão do curso tornam-se cada vez mais difíceis. A ofensiva ideológica encobre esse movimento e deve se manifestar nos debates sobre a Lei de Cotas que completou dez anos, prazo em que deve ser reavaliada. O Exame Nacional do Ensino Médio (Enem) também tem sido alvo da intervenção bolsonarista e as duras condições enfrentadas pela juventude pobre sob a pandemia, somada à ausência de perspectivas de conseguir um emprego condizente com a formação universitária, tem levado a quedas significativas no número de inscritos. Diante disso, é preciso reconhecer que a política de cotas não é suficiente para enfrentar o racismo e garantir o acesso da juventude pobre ao ensino superior.

O SINASEFE precisa propagar sua defesa de acesso irrestrito ao Ensino Superior, com o fim dos exames de ingresso. Isso se liga com a defesa da expropriação da rede privada de ensino, sem indenização, e a incorporação dos docentes e discentes a um sistema integralmente público e gratuito. É parte do financiamento integral a garantia do direito de permanência estudantil. As Assembleias Gerais dos Institutos Federais (servidores, estudantes e terceirizados) devem calcular o que é necessário do ponto de vista da moradia, da alimentação, do transporte e de outras despesas e organizar um forte movimento para conquistar este orçamento. É preciso também defender emprego à juventude, com jornada compatível com os estudos.

## ***2) Lutar para derrubar e enterrar a Contrarreforma administrativa e revogar a Emenda Constitucional 95 (do teto dos gastos), a Reforma Trabalhista e a Previdenciária***

Nos últimos anos sofremos grandes derrotas, dentre as quais se destaca a aprovação da Reforma Trabalhista e a Reforma Previdenciária. Ambas as derrotas se deveram a grandes traições das centrais sindicais que desviaram a luta para o terreno jurídico-parlamentar e eleitoral. No caso da Reforma Trabalhista, os trabalhadores mostraram disposição de luta na greve geral de 28 de abril de 2017, mas as centrais sindicais não deram continuidade e a brutal destruição de direitos trabalhistas foi aprovada menos de três meses depois, sem a resistência coletiva dos explorados. A implementação da reforma foi combatida isoladamente por algumas categorias, mas, sem uma ação coordenada, a regressão nas antigas conquistas se impôs. Isso deixou a burguesia mais à vontade para estender as novas formas mais precárias e desprotegidas também para o funcionalismo público.

Seguindo o mesmo modelo de convocatória de manifestações e ações midiáticas de pressão parlamentar, com o mote eleitoreiro do “se votar, não volta”, as centrais e os sindicatos foram responsáveis pela aprovação da reforma da previdência, sem que houvesse um combate à altura do ataque que fez com que os trabalhadores contribuam mais, por mais tempo, sem a garantia de que conseguirão usufruir da aposentadoria antes de morrer.

É preciso aprender com esse percurso. O movimento dos servidores dos IFs e do funcionalismo está diante de um profundo ataque. A Reforma Administrativa (PEC 32) destruirá de vez a estabilidade do servidor público, criará novas divisões com várias modalidades de trabalho precário. A direção do SINASEFE, junto a outras categorias que se agrupam no Fórum Nacional de Servidores Federais (FONASEFE) quer fazer crer que com ações midiáticas, virtuais e com a ação de delegações que pressionem os parlamentares em aeroportos e corredores do Congresso Nacional será possível impedir a marcha da destruição do serviço público.

No presente momento ainda alimentam a ideia de que sem luta, por meio da eleição de Lula, será até mesmo possível reverter a aprovação da contrarreforma trabalhista. Trata-se de uma farsa, a direitização da política burguesa, ante o cenário de crise econômica mundial, impõe que qualquer que seja o governo eleito, ele se comprometa com as contrarreformas.

As contrarreformas, Trabalhista, Previdenciária, Administrativa, não são ação isolada deste ou daquele governo. Não são medidas de um governo "genocida", como querem fazer crer as esquerdas eleitoreiras. As contrarreformas são parte da política do capital financeiro para os países atrasados no momento de profunda crise econômica do capitalismo mundial.

Os servidores públicos, a classe operária, o conjunto dos trabalhadores e da juventude não têm perspectivas positivas para os próximos meses e anos se não adotarem os métodos da ação direta, da luta massiva nas ruas e em uma profunda unidade contra os governos e os capitalistas. O isolamento das poucas lutas presenciais, a fragmentação das categorias tem levado ao rebaixamento salarial, à destruição de direitos e ao desemprego em massa.

A direção do SINASEFE precisa abandonar essa política de pressão parlamentar e de aposta eleitoral e confiar na força dos professores, estudantes e conjunto dos trabalhadores dos institutos e das universidades para fazer frente à PEC 32. Se não nos apoiarmos na organização das assembleias presenciais, na mobilização das bases, na construção das greves, seremos derrotados.

### **3) *Erguer a luta pelos salários, corroídos pela alta do custo de vida e o arrocho salarial***

Desde 2017, os servidores públicos federais estão sem reajuste salarial, além disso carregam perdas salariais desde 2011, acumulando uma defasagem salarial de 49,28%. Mesmo assim, nos últimos anos não houve verdadeiras campanhas salariais. O ministro da Economia, Paulo Guedes, chegou a elogiar o "patriotismo" com o qual os servidores públicos aceitaram o congelamento de salários, sem nem mesmo reclamar. Em fala de 13 de novembro de 2020, ele disse: "Os salários estavam muito acima da média do setor privado, e o funcionalismo, com patriotismo, porque não houve grandes reclamações, aceitou essa contribuição de não pedir aumento durante este ano de pandemia e o ano que vem, quando estaremos ainda com o efeito devastador sobre as finanças públicas".

O pacto de aceitar com patriotismo o congelamento salarial foi rompido apenas quando Bolsonaro anunciou que daria um aumento para os policiais federais. Imediatamente, o Fórum Nacional Permanente de Carreiras Típicas de Estado (Fonacate) exigiu reposição salarial e recomposição das carreiras. E, diante da movimentação, o FONASEFE, integrado também pelo SINASEFE, passou a bradejar a possibilidade de uma greve por reposição salarial.

A ausência de construção dessa greve pelas bases indica uma distância enorme entre os discursos e as ações. Caso o objetivo seja apenas frustrar a reposição da polícia federal e garantir uma "isonomia" no congelamento salarial, o movimento está no caminho certo. Alas do próprio governo passaram a se opor ao aumento aos policiais, para não haver uma escalada de reivindicações. Porém, se o objetivo das entidades sindicais é garantir a reposição das perdas inflacionárias, primeiro é preciso explicar por que, se as perdas são calculadas em 49,28%, o FONASEFE reivindi-

ca um índice emergencial de 19,99%, protocolado em 18 de janeiro no Ministério da Economia, correspondente apenas ao período de 2019 a 2021. Isso já é um mau começo. Mais do que isso, se esse é o objetivo, é preciso recuperar nossas formas presenciais de deliberação e de luta. Convocar as assembleias, comitês e preparar uma poderosa greve do funcionalismo pela reposição salarial integral, pela revogação da EC95 e contra a reforma administrativa e pela pauta específica da Educação.

Diante desses imensos ataques que atingem as Instituições Federais de Ensino, funcionalismo e trabalhadores em geral, a Corrente Proletária na Educação propõe as seguintes resoluções:

- Que o SINASEFE combata o Projeto “Future-se” e toda forma de privatização interna, exigindo o financiamento estatal integral dos IFs e de toda rede federal de ensino, conforme o orçamento calculado pelas assembleias unificadas de estudantes, professores e técnico-administrativos.
- Que o SINASEFE combata o EaD com um programa de expropriação sem indenização das empresas de educação e tecnologia. Esta tarefa é parte da defesa da estatização de toda rede privada de ensino e criação de um sistema único, público, gratuito, laico, científico, vinculado à produção social e controlado pelos que estudam e trabalham.
- Que o SINASEFE agregue à luta pelo fim da lista triplíce, eleição direta e nomeação dos reitores mais votados, a defesa de que os Institutos Federais e Universidades devem ser controlados por quem estuda e trabalha, por meio do co-governo tripartite, de estudantes, professores e técnico-administrativos, subordinado à Assembleia Geral dos que estudam e trabalham nos IFs, com voto universal.
- Ante a crescente elitização do Ensino Superior, que o SINASEFE defenda o acesso irrestrito ao Ensino Superior, com o fim dos exames de ingresso.
- Que o SINASEFE defenda emprego e educação a toda a juventude, com jornada compatível com os estudos. Essa defesa é parte da luta por emprego a todos por meio da divisão das horas de trabalho entre todos os aptos a trabalhar.
- Que o SINASEFE oriente as bases a retomarem as assembleias e comitês presenciais para construir as mobilizações e greves capazes de derrubar a PEC 32, revogar a EC 95 e a Reforma Trabalhista, e arrancar do Estado a reposição integral das perdas inflacionárias. Essa defesa é parte da luta por estabilidade a todos os trabalhadores, garantia de salários não inferiores ao salário mínimo vital e de direitos trabalhistas.

## **PLANO DE LUTAS DAS INSTITUIÇÕES PÚBLICAS DE ENSINO: REJEITAR E ELIMINAR O ENSINO A DISTÂNCIA DAS INSTITUIÇÕES DE ENSINO. REVOGAR AS CONTRARREFORMAS E LUTAR POR UM ÚNICO SISTEMA DE ENSINO, PÚBLICO, GRATUITO E SOB O CONTROLE DE QUEM ESTUDA E TRABALHA, FINANCIADO INTEGRALMENTE PELO ESTADO**

Assim como os IFs e universidades federais foram alvos de ataques por parte do governo Bolsonaro, as universidades estaduais e municipais, também foram alvo de contundentes ataques por parte dos estados e prefeituras. A onda reacionária do governo federal foi aproveitada por governadores e prefeitos.

Destaca-se o arrocho salarial de docentes e técnicos que acumulam perdas tremendas em todos os estados. Só para ilustrar, na Bahia os salários estão congelados há sete anos, e o arrocho chega a 50%, segundo as Associações Docentes (ADs); nas paulistas, de acordo com a ADUNICAMP, após três anos sem revisão as perdas atingem 50%; no Ceará, a defasagem salarial é de 44% e já levam seis anos sem qualquer reposição; no Amazonas os professores estão sem “data-base” desde 2015; na Paraíba os professores acumulam perdas de 50,88%, nos últimos dez anos; em Pernambuco já são 8 anos sem qualquer reajuste e as perdas já ultrapassam os 50%; no Paraná os docentes não tem reposição salarial há seis anos e, em maio, as perdas devem chegar a 38%; no Rio Grande do Norte, de acordo com a ADUERN, as “perdas históricas somam mais de 200%”.

Por outro lado, os regimes próprios de previdência de estados e municípios foram alterados aplicando-se os parâmetros da reforma do regime geral (INSS) de Guedes/Bolsonaro/Congresso Nacional. Em alguns lugares piorando inclusive as restrições para acesso às aposentadorias e pensões e aumentado a contribuição de ativos e aposentados. Mesmo partidos que se opuseram à reforma da previdência do governo federal, aplicaram a medida nos estados, a exemplo do PT.

Da mesma forma, os cortes orçamentários reduzem drasticamente o financiamento, reproduzindo nos estados o “teto de gastos” imposto após o golpe que derubou Dilma Rousseff, mas, também aproveitando a interrupção das aulas durante a pandemia e a ausência de qualquer movimento contra essas restrições. Na UEG (Goiás), por exemplo, o orçamento foi recortado pela metade.

Em face das restrições orçamentárias e financeiras os IFs, assim como as universidades estaduais e municipais, têm recorrido generalizadamente ao expediente de contratar professores substitutos por prazo determinado para suprir a carência provocada por aposentadorias, morte ou afastamento dos efetivos. Nos IFs, os substitutos recebem um salário muito menor para cumprir uma carga igual ou, muitas vezes superior à dos efetivos. Isso representa a precarização do trabalho docente. O SINASEFE deve exigir salários e direitos iguais para trabalho igual, com imediata efetivação dos professores substitutos.

Os ataques à autonomia das instituições de ensino ocorrem em quase todos estados chegando-se, no caso do Paraná à aprovação de uma lei específica para as universidades (Lei Geral das Universidades – LGU) que, além de reduzir drasticamente o quadro de docentes e técnicos, ataca a autonomia acadêmica e altera a natureza jurídica das universidades. Em outras, o movimento docente celebrou como uma grande conquista a aprovação de uma lei de “autonomia financeira” (RN) no molde das paulistas. A autonomia financeira é uma proposta do Banco Mundial para a educação básica, transposta para as universidades, cujo objetivo é a desresponsabilização do financiamento da universidade pública pelo Estado. A autonomia financeira não é da comunidade universitária, mas irá favorecer a alta burocracia universitária. A burocracia universitária, essa sim, manejará com maior liberdade os recursos das universidades ao seu bel prazer. De resto, esse tipo de regramento não garante sequer o repasse “correto” dos percentuais definidos, como está ocorrendo, por exemplo, em Goiás, onde o orçamento definido para o ano de 2022 é de apenas 50% do que corresponderia segundo a Constituição estadual.

A autonomia dos Institutos Federais e universidades significa o autogoverno da comunidade universitária, e é incompatível com a estrutura atual que subordina a

alta cúpula (reitorias) aos governos. Nessa medida, celebrar supostas leis de autonomia, contribui para mistificar o verdadeiro sentido da autonomia, em cujo centro está a decisiva participação dos estudantes no comando das instituições. O movimento dos servidores dos IFs, não soube se opor a estes ataques, pois como toda a burocracia sindical, as seções do Sinasefe e direção nacional se refugiaram no mundo virtual e fizeram eco à política burguesa do isolamento social (fique em casa). Política esta, que conduzida pelo patronato e pelo Estado, não foi capaz de proteger a vida das massas, garantindo o isolamento apenas para pequenas camadas das classes médias abastadas e burguesia.

A defesa coerente da autonomia universitária exige a substituição do poder da burocracia dos IFs pelo governo tripartite subordinado à Assembleia Geral dos que estudam e trabalham nos Institutos, que delibera pelo voto universal. Mas, exige também que todo o sistema privado de ensino seja estatizado e se constitua um único sistema público e gratuito, controlado pelos que estudam e trabalham, que dê acesso a todos os jovens sem restrições.

Dentre as agressões às instituições de ensino perpetradas no último período se destaca a tentativa de um deputado bolsonarista do estado do Rio de Janeiro que apresentou projeto de lei extinguindo a UERJ. É a manifestação de uma tendência reacionária que se expressa de diversas formas – partindo do núcleo do governo – e tem como alvo a ciência e as universidades. Sem chegar a esse extremo, outras associações patronais também manifestam seu desprezo pelas universidades e defendem o seu enquadramento a uma lógica de funcionamento gerencial.

Outra séria ameaça às instituições de ensino foi a generalizada adoção do EaD – com diversas denominações para camuflar essa excrescência – durante a pandemia. Os setores privatistas aproveitaram para avançar e estruturar os sistemas de ensino virtuais e conseguiram a adesão de muitos docentes, que hoje reforçam a pressão para ampliar essa modalidade dentro dos currículos. Esse avanço significa a destruição da escola e subordinação das universidades públicas às corporações que monopolizam os recursos informáticos e telemáticos. Tampouco neste caso, o movimento dos IFs conseguiu se contrapor, pois na medida que adotaram a orientação burguesa do “fique em casa” não tiveram outro espaço para a crítica que não fosse o âmbito virtual. A nova onda de contaminações, provocada pela variante ômicron reacendeu, mesmo nas instituições que já retornaram ao ensino presencial, a defesa do EaD para que, corporativamente, os docentes possam permanecer “em casa”, adaptando-se de forma corporativa ao quadro de cortes orçamentários e avanço do privatismo.

### **Resoluções ao 34º CONGRESSO DO SINASEFE:**

- Que o SINASEFE faça a campanha da estatização de toda a rede privada e constituição de um único sistema público e gratuito de ensino, sob controle de quem estuda e trabalha.
- Que o SINASEFE defenda a substituição da burocracia institucional pelo governo tripartite (de estudantes, professores e técnico-administrativos) subordinado à Assembleia Geral dos que estudam e trabalham nos IFs, que delibera pelo voto universal.

- Exigir do Estado o financiamento integral dos IFs e Universidades públicas conforme orçamento aprovado pelas Assembleias Gerais.
- Que o SINASEFE faça uma campanha por salário e direitos iguais para trabalho igual e defender a efetivação dos atuais professores substitutos.
- Pela luta unitária para impedir e revogar as contrarreformas da previdência nos municípios, estados e país.
- Rejeitar o avanço do EaD nas Instituições públicas de ensino estaduais, municipais e federais. Construir os comitês e assembleias presenciais, em conjunto com os técnico-administrativos e estudantes, para organizar a luta por condições de trabalho e estudo.

### **POLÍTICA SINDICAL: PELA UNIDADE POLÍTICA E ORGANIZATIVA DOS TRABALHADORES. COMBATER A POLÍTICA DIVISIONISTA E TRABALHAR PELA CONSTRUÇÃO DE UM CONGRESSO DE UNIFICAÇÃO DE TODAS AS CENTRAIS SINDICAIS**

Durante os últimos dois anos, o SINASEFE mergulhou na mesma política adotada pela quase totalidade dos sindicatos e centrais: isolamento social, “fique em casa” e atuação restrita ao mundo virtual, tudo supostamente em nome da ciência. Só alterou essa orientação a partir de maio de 2021 para somar-se à campanha do “Fora Bolsonaro/impeachment” e, no final do ano, pressionando parlamentares no aeroporto de Brasília e no Senado a não aprovarem a Reforma Administrativa. Mesmo assim, tratou-se de uma limitada ação de vanguarda, não tendo como alicerce a mobilização das bases em assembleias, manifestações e outras formas de ação próprias do movimento.

A CSP-Conlutas, central que o SINASEFE deixou de construir a partir do último Congresso, acompanhou a orientação das outras centrais e onde/quando os trabalhadores deram o combate, nas greves da Renault e dos Correios, na mobilização contra o fechamento da FORD e da LG, não soube erguer uma orientação classista de ampliar e generalizar o enfrentamento, deixando os trabalhadores à mercê da pressão patronal ou defendendo os acordos de indenização. A CSP-Conlutas também se apresentou dissolvida junto às outras centrais no “Fora Bolsonaro”, estratégia de substituir um governo burguês por outro. É bom lembrar que a CSP-Conlutas, assim como as demais Centrais mais à direita, aprovaram em suas bases a redução salarial, por meio da MP 936, não combatendo este mecanismo de redução do valor da força de trabalho, colaborando concretamente com o governo de Bolsonaro/Guedes e com os capitalistas, protegidos economicamente no período da pandemia.

A saída do SINASEFE da CSP-Conlutas para constituir o “Fórum Sindical, Popular e de Juventude por Direitos e Liberdades Democráticas” resultou em maior fragmentação do movimento sindical. Sem poder atuar no interior de uma Central e lutar por uma política de independência; subordinou-se, portanto, às decisões das Centrais que a própria direção sindical caracterizou como burocráticas, seja de esquerda ou de direita. Os argumentos para saída da CSP-Conlutas era que a central não estava servindo para organizar o movimento dos IFs, mas o que foi observado com mais de dois anos no Fórum é que este espaço se mostrou praticamente inexistente – não organizou plenárias presenciais que expressasse a defesa da vida dos explorados quando mais foi necessário, sob os ataques dos governos e patrões diante da pandemia. Assim, vimos e sofremos com mais uma divisão sindical aventureira no meio

sindical, assim como foi a criação da CSP-Conlutas. É importante que o SINASEFE faça um balanço da saída da CSP-Conlutas para ficar no vácuo de um Fórum que não serviu para impulsionar a luta dos servidores dos IFs. Deve realizar um balanço crítico de como a fragmentação e o enfraquecimento organizativo e político do conjunto dos trabalhadores foram também o resultado de seu apoio na criação de uma nova central, em vez do combate à estatização e burocratização da CUT.

A divisão e a fragmentação organizativa e política dos oprimidos servem à burguesia que atua unificada contra as condições de vida da maioria. São os reformistas e os burocratas que dividem os sindicatos, que fracionam os movimentos para conseguir seus interesses imediatos, seja como camarilhas corrompidas, seja como oportunistas eleitoreiros, que subordinam os sindicatos ao Estado. Os revolucionários atuam para a unidade política e organizativa dos explorados, atuam para a constituição de uma única central de todos os trabalhadores. O que não se confunde com a defesa da CUT, mas reconhece a existência desta e de outras Centrais como organismos que ainda concentram o conjunto dos trabalhadores e da classe operária sindicalizados.

É preciso compreender que estas capitulações e este estilhaçamento do movimento sindical correspondem à adaptação das burocracias sindicais à flexibilização capitalista do trabalho, mais recentemente expressa na reforma trabalhista e na lei de terceirização. Com menor margem para alcançar migalhas e realizar as “negociações”, a burocracia sindical não consegue manter a centralização política, favorecendo mais divisões. Nos últimos dois anos, percebeu-se claramente a necessidade de a classe operária (que atuou nas greves e mobilizações na Renault, Volks, Ford, LG) encontrar uma centralização política para enfrentar os ataques unitários dos capitalistas. As greves isoladas abriram caminho para o aumento do desemprego, do rebaixamento salarial e da perda de direitos. A defesa de um programa de reivindicações, da independência política, da unidade do movimento operário em uma única central e da democracia sindical se choca com a política da burocracia sindical.

Para se contrapor à política divisionista, a bandeira de “Congresso de Unificação de todas as centrais”, e a consigna de “unidade política e organizativa do conjunto dos trabalhadores” é que devem se projetar. Defender uma Central contra a outra, ignorando o sentido histórico de “frente única” que toda central e sindicato devem ter e ignorando o papel concreto que cada central, com as particularidades que têm, assumiu no último período (seja por incapacidade organizativa ou por política colaboracionista) é desarmar novamente a classe e deixar o espaço aberto para mais traições e derrotas.

**Diante disso, a Corrente Proletária na Educação defende como resoluções ao 34º Congresso do SINASEFE:**

- Opor-se ao divisionismo sindical, face oposta, mas irmã, do burocratismo sindical, avaliando que as divisões do passado devem ser combatidas com a defesa atual da unidade organizativa e política de todos os trabalhadores do país;
- Rejeitar qualquer nova divisão em relação aos sindicatos ou às centrais, compreendendo que o movimento dos servidores é parte do movimento geral dos trabalhadores e não pode ficar isolado;
- Lutar pela realização de um Congresso de Unificação de todos os trabalhadores

do país, a partir de suas reivindicações elementares, da democracia e dos métodos próprios da classe operária.

- Que o SINASEFE se posicione por um congresso da CSP-Conlutas que tenha por objetivo discutir e decidir sobre a defesa de uma única central classista, independente e democrática.

## **RESPONDER À MERCANTILIZAÇÃO E À DESTRUIÇÃO DA SEGURIDADE SOCIAL COM A BANDEIRA DE EXPROPRIAÇÃO DA REDE PRIVADA SOB CONTROLE OPE- RÁRIO**

A pandemia expôs, de modo dramático, a precariedade do Sistema Único de Saúde (SUS) e o privilégio da alta classe média que tem acesso à medicina privada de qualidade. Expôs que a hipertrofia do sistema privado ocorre às custas do sucateamento do SUS e que essa é a política efetiva do estado burguês.

Assim como a Reforma da Previdência de Guedes/Bolsonaro/Congresso Nacional, o desmonte dos serviços de saúde, além de servir à privatização de setores em que o capital pode se valorizar, serve para destruir forças produtivas, ou seja, destruir parte da força de trabalho que é a principal força produtiva.

As medidas restritivas à previdência social, desde os anos 1990, decorreram das crises enfrentadas pelo país, à medida que sua economia era afetada pela crise geral do capitalismo. As contrarreformas previdenciárias, perpetradas desde então, são expressões modelares e explícitas da espoliação e mercantilização, deflagradas pelas necessidades de valorização do capital fictício. A ofensiva contrarreformista, com o acúmulo de contradições econômicas colocadas pela crise econômica, havia deflagrado mais uma etapa com a aplicação das Medidas Provisórias nº 664 e 665, de 30 de dez. 2014, que restringiram o seguro-desemprego, seguro defeso e outras medidas de proteção. E o seu aprofundamento se deu, com largas repercussões para a superexploração da força de trabalho, pela aprovação da Reforma da Previdência de Guedes-Bolsonaro-Congresso. De uma parte, a ofensiva contra esse direito de proteção ocorre, portanto, pela restrição do acesso e usufruto da previdência social pública, agravados pela contrarreforma previdenciária; igualmente, tal processo opera com o fomento estatal direto à acumulação de capital através dos fundos privados para previdência, que se materializa no exemplo da experiência de criação da Fundação de Previdência Complementar do Servidor Público Federal (Funpresp) e o amplo estímulo para o crédito consignado.

Nessa Política, os efeitos da crise, e da resposta capitalista ao problema da queda da taxa de lucros, têm se expressado, já há algum tempo, pelo assédio da mercantilização, que avança, seja pela via dos cortes de recursos para alimentar o capital financeiro, seja pela abertura de novas fronteiras para a acumulação, em geral através de quatro frentes associadas. Primeiro, com o maior parasitismo do Estado pelas empresas do setor da saúde, que opera através de uma miríade de vias abertas para a valorização do capital das indústrias e serviços privados de saúde, garantida, direta ou indiretamente, pela demanda e os recursos público-estatais. Esse parasitismo, usualmente, aparece na forma das renúncias, desonerações e isenções de tributos do Estado que beneficiam esse mercado, mas também com o seu patrocínio direto. Segundo, com o as redefinições jurídico-políticas estatais para ampliação e subsídio do mercado da Saúde, que são viabilizadas por acordos interna-

cionais, normativas e legislações sancionando o empenho do Estado em flexibilizar e subsidiar os processos de acumulação do setor privado. Terceiro, as reconfigurações político-normativas direcionadas para a restrição e focalização seletiva da atenção público-estatal à Saúde. Por último, esses ataques estão equalizados, tanto com o avanço das operadoras dos planos para as faixas de renda mais baixas, quanto com a abertura de nichos de acumulação, tais como os colocados pela proliferação das Clínicas Populares, que passam a ser objeto de especulação de grandes investidores financeiros. E associa-se às modalidades de privatização fomentadas pelas contratualizações de serviços privados e à entrega da gestão às entidades com personalidade jurídica de direito privado, a exemplo das Organizações Sociais (OS), Fundações Estatais de Direito Privado (FEDP) e Empresa Brasileira de Serviços Hospitalares (EBSERH).

A crise econômica, associada e intensificada pela pandemia, com suas sequelas sociais mais degradantes e explosivas, afetam diretamente a Política de Assistência Social. Em primeiro lugar, inflando, de súbito, as fileiras de pessoas miseráveis, e a gravidade dos dramas humanos, encarados, por essa Política, como seus “público-alvo” e universo de demandas a serem atendidos. Nesse caso, os determinantes da crise associam-se às respostas político-econômicas capitalistas, configurando um quadro ignóbil, que pesa sob uma massa enorme de desempregados. A Assistência Social encara a degradação das condições objetivas de trabalho, atendimento e oferta dos programas, projetos, serviços e benefícios nas unidades socioassistenciais e na gestão, colocados pelos cortes orçamentários; o atrofiamento das respostas público-estatais ao pauperismo, que adquire relevo com a crescente centralidade dos Programas de Transferência de Renda, matrizados pela focalização seletiva, em face dos serviços e da racionalização do Sistema Único de Assistência Social, associada à imposição de mecanismos de controle da seleção econômica e da burocratização para o acesso aos benefícios, além da instabilidade da sua própria oferta de benefícios e residualidade dos valores repassados – tendências expressas, não apenas durante a existência do Programa Bolsa Família (PBF), mas igualmente demonstradas na construção e implementação do Auxílio Emergencial, se projetando também para o Auxílio Brasil, criado em substituição ao PBF; e a radicalização (e/ou reposição) de padrões ideológicos e administrativos reacionários e solidaristas. Reforça-se a centralização (federalização) do monitoramento, o escanteamento e ataque aos mecanismos institucionais de “controle social” e o tradicional parasitismo das entidades assistenciais e filantrópicas (religiosas e empresariais) em relação aos recursos estatais.

Por detrás desse amplo desmonte, o que se manifesta é a crise capitalista que só pode ser superada – caso o capitalismo não seja liquidado revolucionariamente – destruindo maciçamente parte da riqueza já produzida, interrompendo a produção e jogando milhões de trabalhadores na rua da amargura. Avançam, em conjunto, os ataques à Seguridade Social (e demais políticas sociais), as privatizações, desnacionalizações, cortes e a militarização, articuladas como respostas das classes dominantes à crise, dirigidas para o acirramento da exploração.

Os serviços sociais (educação, saúde, previdência social, assistência social, transporte público etc.) são recursos mobilizados pelos Estados para garantir a reprodução de uma parte da força de trabalho que, na fase imperialista, não pode mais ser deixada por conta do próprio trabalhador, como era na fase concorrencial, pois a maior composição orgânica do capital provoca um incremento violento do exército

de desempregados e da parte que nunca mais será empregada. Entretanto, o capital precisa eventualmente mobilizar uma parte desse exército de desempregados, de modo que se torna necessária a intervenção dos Estados para garantir que ao menos esses estejam aptos a entrar na produção, com um mínimo de instrução, saúde, moradia e alguma habilidade laborativa. Contudo, a profundidade da crise torna supérfluo um contingente cada vez maior de trabalhadores, cuja sobrevivência não tem nenhuma utilidade, podendo, portanto, morrer sem assistência.

O desmonte da seguridade social e de outras políticas sociais serve a essa finalidade. Parte considerável do orçamento público federal, especificamente para o Orçamento da Seguridade Social (OSS), é direcionado ao pagamento de juros e amortizações da dívida pública. Até 31 de dezembro de 2021, 50,78% do orçamento público federal foi desviado para o pagamento desta dívida. Do ponto de vista dos trabalhadores, no entanto, a manutenção desses serviços faz parte das condições de sobrevivência dos explorados, junto aos empregos, aos salários e a outros direitos, daí compor a pauta de reivindicações de todos os sindicatos.

A luta contra o retrocesso em antigas conquistas, porém, não pode nos levar a defender que tais políticas de fato respondem aos problemas das massas. Esses problemas só poderão ser superados após a substituição da propriedade privada capitalista pela propriedade social, coletiva, o socialismo. Por isso, e para fazer a ponte com a necessidade da liquidação do modo capitalista de produção, além do combate às contrarreformas, uma luta apenas de "resistência", defensiva, é necessário também defender um sistema único, de fato, para a saúde, assistência social e previdência social. A consigna de que "saúde não é mercadoria", propagandeada por diferentes sindicatos, deve estar ligada necessariamente à bandeira de um sistema único de saúde, público, gratuito e sob o controle operário. O que só é possível com a luta pela estatização da rede privada de saúde, sem indenização. A contrarreforma da previdência e as diversas normatizações restritivas beneficiam a oferta de previdência privada por parte dos bancos, entregando ao capital especulativo as reservas de vidas inteiras de trabalho. É preciso defender um único sistema de previdência social custeado exclusivamente pelo patronato e pelo Estado.

### **Resoluções ao 34º Congresso do SINASEFE:**

- Defesa de um sistema único de saúde, público, gratuito e sob controle operário. Estatização da rede privada de saúde, sem indenização.
- Defesa de um único sistema de previdência social, custeado exclusivamente pelo patronato e pelo Estado, sob controle operário.
- Defesa de um sistema único estatal de assistência social, custeado exclusivamente pelo patronato e o Estado, sob controle operário.

### **DEFENDER A VIDA DOS CAMPONESES POBRES, INDÍGENAS E RIBEIRINHOS CONTRA O LATIFÚNDIO E O AGRONEGÓCIO**

Os dados de conflitos e mortes no campo alcançaram marcas históricas nos últimos anos. A olhos vistos, acompanhamos invasões de terras indígenas, ação de madeireiros, anistia de grileiros, conflitos com garimpeiros e violência contra camponeses sem-terra.

Segundo a Comissão Pastoral da Terra, em seu relatório publicado em maio de 2021, os conflitos por terra em 2020 chegaram a 1.576 ocorrências, envolvendo mais de 170 mil famílias. Mais de 58 mil invasões de terras ocorreram em territórios indígenas, muitos dos quais em áreas já demarcadas da Amazônia Legal, indicando que a grilagem de terras e a destruição da floresta aumentaram consideravelmente nos últimos anos, com o governo Bolsonaro. Entre os assassinados em conflitos no campo, os indígenas também correspondem a número importante: das 20 mortes em 2020, sete foram de indígenas.

Quando olhamos para os números de 2021, divulgados também nos relatórios e cadernos da Comissão Pastoral da Terra, verificamos que o conflito no campo apenas se intensificou. Os dados revelam que 418 territórios no país foram alvo desse tipo de violência nos primeiros oito meses de 2021. Desse total, 28% deles são territórios indígenas. Entre janeiro e novembro de 2021, foram registrados 26 assassinatos em conflitos no campo, implicando em um aumento de 30% em relação a todo o ano anterior.

Este aumento nos números corresponde ao avanço do agronegócio, da mineração, do extrativismo madeireiro e da garimpagem. Dois estados do Norte aparecem como campeões nos dados de destruição da floresta amazônica, de invasão de território indígena e de violência no campo: Pará e Rondônia. Ambos têm também sido campeões em exportações de matérias-primas e de agronegócio. Rondônia aparece como nova fronteira da pecuária, com quase 14 milhões de cabeças de gado bovino. Pará ficou em primeiro lugar na exportação de minerais. O crescimento destes setores significa diretamente destruição da floresta amazônica. Em 2021, o Pará liderou com 5.257 km<sup>2</sup>, responsável por 39,72% da destruição, Rondônia com 1.681 km<sup>2</sup>, responsável por 12,70% da destruição da floresta nativa, em terceiro lugar (atrás do Amazonas).

Essa realidade se combina com a desindustrialização do país. Enquanto mais de 400 mil empresas (de serviços e da indústria) fecharam em 2021, a agroexportação cresceu 4,1%, superando a marca de 100 bilhões de reais de receita. Entre 2013 e 2020, mais de 30 mil fábricas fecharam no país. Isso revela que as disputas entre as grandes potências imperialistas provocam o atraso e o retrocesso nas forças produtivas dos países semicoloniais. A economia atrasada potencia os setores mais reacionários e violentos da burguesia nacional. A consequência disso é maior violência no campo, com os conflitos envolvendo ribeirinhos, indígenas e camponeses pobres aumentando dia após dia. A violência no campo não fica restrita a ação dos latifúndios e de sua jagunçagem, mas é legitimada pelos governos federal e estaduais, como aconteceu recentemente, em outubro de 2021, no estado de Rondônia quando a Liga dos Camponeses Pobres (LCP) foi duramente atacada pela violência policial, como no Acampamento “Tiago dos Santos”.

O avanço do agronegócio ganha novos contornos com a institucionalização de regiões favorecidas pelos governos, a exemplo do corredor MATOPIBA, que abrange os estados do Maranhão, Tocantins, Piauí e Bahia e, mais recentemente, o corredor de agroexportação conhecido como Zona de Desenvolvimento Sustentável Abunã-Madeira (antiga AMACRO), que compreenderia regiões dos estados do Amazonas, Acre e Rondônia, abrindo uma nova fronteira agrícola, de ampla destruição da natureza, de violência contra os povos originários e voltado somente para a exportação.

A defesa da floresta, dos povos indígenas, dos ribeirinhos passa necessariamente pela política da Revolução Agrária, isto é, a defesa de que o problema da terra em

nosso país semicolonial e atrasado só pode ser resolvido por meio de um levante geral das massas camponesas e indígenas contra o latifúndio, a grande propriedade fundiária e em aliança com o proletariado rural e urbano, como parte, portanto, da revolução social. A opressão nacional sofrida pelos povos indígenas deve ser enfrentada com a defesa da real autodeterminação, inclusive com o direito a constituírem seus próprios Estados e se federarem. O Estado burguês, no Brasil, se ergueu sobre o genocídio indígena e nunca expressará a real defesa da vida desses povos.

Cada uma das lutas dos camponeses pobres, dos indígenas e dos ribeirinhos deve ser apoiada pelo nosso sindicato, organizando a solidariedade ativa por meio das mobilizações, das denúncias e da organização dos comitês de luta.

### **Resoluções ao 34º Congresso do SINASEFE:**

- Organizar, a partir das seções sindicais, os comitês de luta e solidariedade aos camponeses pobres, indígenas e ribeirinhos;
- Denunciar os crimes da burguesia do campo e da cidade, defendendo o Tribunal Popular para julgar e punir os crimes cometidos pelo latifúndio e pelo agronegócio;
- Reconhecer que o problema do campo não poderá ser resolvido nos marcos da democracia e do Estado burguês e que a posição programática de Revolução Agrária corresponde à defesa de expropriação do latifúndio, do agronegócio e das mineradoras, entrega de terras aos camponeses pobres e povos originários.
- Diante da opressão nacional exercida pelo Estado burguês, do Brasil, sobre as nações indígenas, defender a real autodeterminação dos povos originários, com o direito a criarem seu próprio Estado e se federarem, conforme sua livre vontade.

Assinam:

Verônica Maria do Nascimento – IFPE

Guilherme Augusto Vaz de Lima – IFPB

Emanuelle de Souza Barbosa – IFCE

## **017** - Tese de educação da Unidos pra Lutar ao 34º Consinasefe

Vivemos tempos de uma profunda crise do atual sistema econômico, que impacta a geração de renda e a redução de frentes de trabalho em nível global. Antes mesmo dos efeitos da situação pandêmica, os principais organismos internacionais como o Fundo Monetário Internacional (FMI) e o Banco Mundial (BM) já previam o crescimento irrisório ou retração das principais economias.

Nessa grande crise do capital, no intuito de manter as taxas de lucratividade, a burguesia e seus porta vozes governamentais, estão a promover a privatização das políticas públicas antes ofertadas pelo Estado (saúde, educação, lazer, segurança pública) e a usurpação dos direitos sociais laborais e previdenciários da classe trabalhadora. No Brasil, desde os anos de 1990 os desmontes neoliberais assolam o país, porém nos últimos seis anos uma série de contrarreformas de Estado está reconfigurando o mundo do trabalho.

Dentro desse arcabouço neoliberal, adentra a reestruturação do sistema educacional brasileiro, especialmente à Educação Básica. Em fevereiro de 2017 a Lei 13.415/2017 está reformulando o Ensino Médio brasileiro ao fragmentar a distribuição da carga horária e do currículo em dois momentos: as disciplinas científicas tradicionais com os conteúdos delineados pela Base Nacional Comum Curricular (BNCC) e os itinerários formativos com componentes curriculares voltados para fins de formação profissional compulsória e precoce da juventude para atuar mercado de trabalho, cujo o estudante poderá “escolher” entre cinco itinerários, Ciências Humanas, Exatas, Biológicas, Linguagens ou o Técnico e Profissional.

O novo modelo do Ensino Médio aproxima-se do viés tecnicista da Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional (LDB) do Regime Militar (1971), reduzindo a carga horária das disciplinas científicas para apenas 1800 horas distribuída ao longo dos três anos, sendo que o restante da formação, entre 1200 horas até 2400 horas – para escolas em tempo integral –, destina-se ao itinerário formativo. Com a limitação da carga horária, disciplinas de base científica como Geografia, Biologia, Física e História poderão ser ministradas num único ano ou semestre de formação do estudante, sendo apenas a Língua Portuguesa, Língua Inglesa e a Matemática obrigatórias ao longo dos três anos de curso. No caso da Língua Espanhola ela passa ser disciplina optativa nos currículos, perdendo o status de oferta obrigatória.

O intuito dos últimos quatro Ministros da Educação (2016-2021) é de construir uma nova concepção de “ascensão” social e econômica para juventude e suas famílias, que não perpassa pelo sonho do acesso ao ensino superior, mas apenas pelo Ensino Médio que capacite o jovem para o mercado de trabalho em crise. Nesse contexto, dos cinco itinerários formativo existentes, apesar de todos terem um viés profissionalizante, o itinerário Técnico e Profissional é que o atual governo ultraliberal de Jair Bolsonaro deseja aumentar a oferta de vagas. Para tal empreito, em outubro de 2019, o governo lançou o Programa “Novos Caminhos” que visa aplicar a Lei nº 13.415/2017 e fortalecer o itinerário Técnico e Profissional nas redes privadas e públicas municipais e estaduais.

O Programa “Novos Caminhos” possui várias frentes de atuação: 1) visa a difusão de uma educação tecnicista que não preza pelo modelo de ensino integrado/emancipador que articula a formação científica-crítica com a formação técnica-

-profissional para o mundo do trabalho; 2) visa a difusão da cultura “empreendedora” e “inovadora” de perfil empresarial e competitiva entre a juventude; 3) visa a abertura de novos cursos técnicos para atender as demandas específicas do grande capital; 4) visa a abertura de cursos com carga horária reduzida, preferencialmente no formato do Ensino a Distância (Ead), para formar ou capacitar trabalhadores adultos; 4) visa a formação barata de educadores (licenciaturas, especializações e mestrados) para atuar na Educação Profissional e Tecnológica (EPT), através de cursos no EaD; 5) visa salários menores e sem vínculo empregatício para professores que atuarão nos cursos financiados pelo Programa “Novos Caminhos” – cursos técnicos concomitantes e formações iniciais continuadas (FICs); 6) abre o mercado da educação profissional, a nível de Educação Básica, as Instituições Privadas de Ensino Superior (IPES), fortalecendo as grandes redes do mercado privado de ensino; 7) Estimula que os Institutos Federais (IFs) sejam polos de pesquisa e elaboração de novos produtos que atendam demandas comerciais do grande empresariado, transferindo tecnologia advinda do serviço público para a iniciativa privada.

O Programa “Novos Caminhos” e a Lei 13.415/2017 possuem como meta final formar trabalhadores para o subemprego e o próprio desemprego, num contexto de profunda crise do capital que deseja aniquilar todos os direitos laborais e previdenciários, em prol dos lucros do grande empresariado. Em 2022 é o ano limite para aplicação da lei que reestrutura o Ensino Médio, então deve ser o ano das grandes mobilizações e greves contra a barbárie capitalista na formação da juventude brasileira.

### Reordenamento da Rede Federal

Ministério da Educação ressuscitou a ideia de “reordenamento” da Rede Federal de Educação Técnica e Profissional do governo Temer, que prevê a criação de dez novos Institutos Federais (IFs) sem criar nenhuma nova vaga matrícula na Educação Profissional e Técnica (EPT).

A proposta do MEC não amplia a Rede, não cria novos *campi*, não cria novos cursos e nem promoverá novos concursos para servidores. Apenas desmembra alguns IFs, reordenando determinados *campi* a uma nova estrutura administrativa, com custo aproximado de R\$ 8 milhões por cada nova reitoria criada. Num contexto em que a maior parte da Rede sofre com cortes no orçamento e vive a ausência de insumos básicos para o enfrentamento da pandemia, como máscaras PFF2 e álcool em gel.

Esta medida tem como objetivo instaurar dez reitores biônicos na Rede Federal, para impor um modelo de educação que atenda as demandas do grande capital, para impor o Programa Novos Caminhos, a Reforma do Ensino Médio, a BNCC e outras medidas que têm enfrentado resistência na rede por não responder a intenção de ofertar uma educação pública, gratuita e de qualidade aos trabalhadores brasileiros.

Com a nomeação de reitores sem eleições democráticas e dezenas de cargos comissionados à disposição, Bolsonaro quer usar os novos IFs como moeda de troca com os parlamentares da direita fisiológica em diversos estados para que estes aprovem diversas medidas que retiram direitos dos trabalhadores, como a

Reforma Administrativa (PEC 32), congelamento dos salários dos servidores e um conjunto de medidas que atacam a educação pública brasileira.

Assinam a tese:

Matheus Pontes – Seção Cáceres

Lucas Barbosa – Seção Brasília

***TESE MISTA***



## **01 – INIMIGOS DO REI – FORA BOLSONARO E SEUS LACAIOS**

### **Quem Somos**

Somos servidoras e servidores dos Institutos Federais de todos os estados do país e carregamos o sonho de mudar o Brasil através da educação. Nos esforçamos muito para entrar no serviço público conciliando uma vida de trabalho e estudo. Para isso agarramos todas as oportunidades que encontramos na nossa frente e que foram conquistadas através de muita luta dos movimentos sociais, como a expansão da rede federal. Muitos de nós fomos os primeiros de nossas famílias a entrar no serviço público e por isso há grandes expectativas sobre o nosso futuro.

Estamos indignados com a atual situação do Brasil. De uns tempos pra cá, não está fácil fechar as contas no final do mês. Encaramos de frente o desafio de nos manter em uma instituição que na maioria das vezes nem parece ter sido feita para nós. Olhamos para o lado e vemos nossos colegas desistindo de seus sonhos, pedindo demissão e enfraquecendo o serviço público federal.

Mesmo com todas as dificuldades, acreditamos que a educação tem o potencial de transformar a realidade e contribuir para que o nosso povo realize plenamente o seu potencial. Aos poucos estamos mudando os Institutos Federais, fazendo com que ele tenha cada vez mais a cara do povo. A universidade é a chave para realizar o sonho intenso de Brasil, com liberdade e justiça social. Com a eleição do Bolsonaro fica ainda mais incerto o nosso futuro. É nesse ambiente que a nossa mensagem de coragem é ainda mais necessária.

Assim como a flor que insiste em crescer no asfalto, carregamos com a gente uma forte esperança de mudar o Brasil através da educação. Construiremos com as nossas mãos, empunhando nossos cartazes e livros, o sonho de um futuro melhor.

### **NOSSA VOZ – O SINASEFE É RESISTÊNCIA: UM CHAMADO À UNIDADE**

O Sinasefe é a entidade histórica de representação dos trabalhadores da rede de ensino técnico federal. Ao longo dos anos, nosso sindicato nunca vacilou e soube estar presente nos períodos mais importantes do nosso país, levantando bem alto a bandeira da educação e sua centralidade na construção de um projeto de país soberano e democrático. A atual conjuntura brasileira demonstra que este é um dos momentos em que o Brasil mais precisa da voz ativa da entidade.

“Resistir” não é uma palavra nova para o Sinasefe. A entidade foi capaz de atravessar momentos difíceis do nosso país, sendo linha de frente no enfrentamento aos governos golpistas e neoliberais.

Sua força motriz está na força dos servidores federais. A diversidade de opiniões encontrada no sindicato faz com que ele atravesse as décadas e seja sempre capaz de se manter jovem, atualizado e ativo.

Foi assim nas grandes mobilizações que tomaram conta das universidades públicas contra a Emenda Constitucional 95 que congela os investimentos públicos por vinte anos, organizando comitês e frentes universitárias na defesa da democracia e do Estado Democrático de Direito e contra todo o conservadorismo e ambiente de intolerância que aflorou no país.

Resistimos às fortes ofensivas realizadas contra às instituições federais que tinham como objetivo a sua desmoralização, como no caso da ação espetacularizada ocorrida na UFMG que conduziu coercitivamente o reitor da universidade para prestar depoimentos sobre o Memorial da Anistia Política. Antes mesmo disso, aconteceu o caso mais emblemático e também trágico, que culminou na morte do reitor da Universidade Federal de Santa Catarina após sua prisão. O inquérito foi encerrado e nenhuma prova foi apresentada.

No primeiro turno das eleições passadas, o Sinasefe manteve sua independência e não declarou apoio a nenhum candidato, mas se mobilizou intensamente com a campanha “Bolsonaro Não!”, por já entender desde aquele momento que o candidato era uma ameaça à democracia e a tudo aquilo que o povo brasileiro conquistou nos últimos anos. A campanha antecipou e serviu de combustível para o grande movimento de massas que surgiria naquele momento, o “Ele Não”, que mobilizou milhares de trabalhadores e artistas, sobretudo mulheres através das redes sociais e de manifestações em centenas de cidades de todo o país.

O governo Bolsonaro, impulsionado por um forte (e caro) aparato de distribuição de fake news e pela ausência a debates centrais ao desenvolvimento da economia, à geração de emprego e à superação da crise econômica, chega ao poder central do país e impõe uma agenda autoritária, de recessão e de perseguição aos movimentos sociais e ao pensamento livre. Ele não é um fenômeno isolado, faz parte de uma agenda internacional de mudança geopolítica que tenta frear o desenvolvimento de países que trilham o seu próprio caminho de maneira soberana.

Ao indicar nomes como Ricardo Vélez Rodrigues, Abraham Weintraub e Milton Ribeiro para o Ministério da Educação, fica clara a agenda que tenta impor à pasta: forte disputa ideológica marcadamente através da Lei da Mordada e do combate ao livre pensamento. O atual Ministro já chegou ao cúmulo de dar declarações de que o Golpe de 1964 seria algo a ser comemorado e recentemente afirmou que a universidade deve ser reservada a uma “elite intelectual”.

O presidente já demonstrou inúmeras vezes não ter respeito aos pactos democráticos e representa o aprofundamento de uma agenda antipovo iniciada por Michel Temer. Neste processo está colocado em xeque todas as conquistas obtidas ao longo de nossa história, incluindo a universidade pública e o acesso ao ensino superior.

Não é à toa que neste momento surjam grupos políticos que, ao tentar dar sustentação ao governo, atuam como verdadeiras milícias e atacam os sindicatos, rememorando os momentos mais tristes da história de nosso povo: ameaçando fechar o Sinasefe. Não há nada de novo nisso, é como se tentassem mais uma vez calar o forte canto de esperança entoado pelos trabalhadores brasileiros. Em oposição a isso, nós construímos um movimento sindical independente e verdadeiramente democrático, reconhecendo a importância histórica dos sindicatos e seus desafios atuais.

Os servidores brasileiros deram as mãos a artistas, professores, estudantes, intelectuais e a todos aqueles e aquelas que se apresentaram para a resistência em defesa de nosso país, contra o autoritarismo e pelas liberdades democráticas. Agora somos convocados para liderar uma ampla frente em defesa do Brasil, que tenha espaço para todos os agentes que percebem a gravidade do momento que o nosso país vive e não admitem o retorno dos tempos mais sombrios.

Para que o Sinasefe lidere esse processo de resistência, nosso movimento grita em alto e bom tom: a unidade é a bandeira da esperança! A grande unidade que construímos nas ruas e nas universidades, precisa estar também representada dentro do nosso sindicato. Somente de mãos dadas, caminhando lado a lado e resguardando o espaço para as divergências, é que estaremos no rumo certo, apontando para dias melhores.

## 1. EDUCAÇÃO

Na última década, o ensino superior teve sua cara drasticamente transformada. A rede federal de ensino foi ampliada e interiorizada, não ficando apenas nos grandes centros urbanos. Novos cursos foram criados, principalmente nos turnos da noite, para facilitar o acesso da classe trabalhadora, assim como a reserva de vagas destinada aos estudantes de escolas públicas. O ENEM e o Sisu também fizeram parte da agenda que contribuiu para democratizar o acesso à universidade pública.

Segundo o IBGE, o acesso de jovens de baixa renda à universidade pública cresceu 400% em menos de 10 anos – entre 2004 e 2013. Em 2004, os 20% mais ricos do país representavam 55% dos universitários da rede pública e 68,9% da rede particular. Em 2013 essas proporções caíram para 38,8% e 43%, respectivamente.

Para um jovem negro, as chances de concluir o ensino superior aumentaram quatro vezes em menos de 20 anos, a partir da política de cotas. Segundo o Instituto Nacional de Estudos e Pesquisas Educacionais (INEP), em 2011 do total de 11 milhões de matrículas, 11% foram feitas por alunos pretos ou pardos. Já em 2016 esse percentual subiu para 30%.

Todas estas transformações são conquistas históricas dos movimentos sociais. Mas ainda não estamos satisfeitos! Sob esta perspectiva, novos desafios se abrem. Quem ingressou na universidade após anos de exclusão social precisa ter condições de permanecer e se formar. Como a universidade deixou de ser um espaço apenas voltado à elite, ela agora precisa ser moldada pelos filhos da classe trabalhadora que nela adentram como estudantes ou como servidores. Para isso, a retomada do debate dos Planos de Carreira, em especial dos técnicos administrativos (PCCTAE) precisa ser travada, são anos sem aumento e com a inflação corroendo o bolso da categoria.

### • A reforma universitária

Há quase 60 anos atrás, os movimentos sociais brasileiros se reuniam na Bahia para participar do 1º Seminário Nacional da Reforma Universitária, promovido pela UNE. Se iniciava naquele período uma grande mobilização em defesa de mudanças estruturais na educação brasileira. Este cenário de efervescência colocou os movimentos de luta na linha de frente das reformas de base propostas pelo governo João Goulart.

Ná época, os movimentos populares chegam à conclusão de que a universidade não cumpria com seu papel cultural, profissional e social, havendo um caráter anti-democrático no acesso ao ensino superior e formando profissionais individualistas, sem preocupação com os problemas da sociedade. Um ano depois, ao realizar o 2º Seminário Nacional da Reforma Universitária, concluíram que a reforma univer-

sitária interessava sobretudo ao povo, pois grande parte da população não tinha acesso a ele.

Cabe destacar a grande influência da Reforma de Córdoba, ocorrida em 1918 na Argentina, em que os estudantes da Universidade de Córdoba redigiram um amplo manifesto para construir um ensino livre e democrático. Tal movimento é considerado um marco na história das universidades latino-americanas por ser pioneira na construção de um modelo institucional que atribuiu uma forma de atuação renovada no ensino superior.

Há 10 anos, esse debate voltou com força e apresentou um novo projeto de Reforma Universitária, que tramita até hoje no Congresso Nacional. De lá pra cá muita coisa mudou, mas a luta por uma nova universidade, conectada com o sonho de um Brasil soberano, justo e desenvolvido permanece atual.

Os desafios da universidade mudaram muito a partir do momento em que sua composição social foi alterada. Hoje a universidade é mais diversa, com mais mulheres, negros, índios e trabalhadores. Apesar disso, ainda temos muito a avançar. É preciso garantir as condições necessárias para que todos que entrem na universidade tenham condições de se formar, através da consolidação do Plano Nacional de Assistência Estudantil.

Mas também é verdade que é preciso melhorar muito a qualidade das Instituições de Ensino Superior no Brasil para atingir níveis de excelência. A universidade de hoje cumpre um papel importante de formação profissional, mas é preciso ampliar este espectro, aliando à formação de um pensamento crítico e a circulação de conhecimento através das mais diferentes áreas do saber, posicionando a universidade em relação a um projeto nacional de desenvolvimento voltado para todo o seu povo, que ajude o país a superar o atraso e a alcançar os desafios da revolução tecnológica.

Para atingir estes objetivos, é fundamental valorizar a transdisciplinaridade, rompendo com a velha estrutura departamental. O conhecimento produzido pela universidade precisa auxiliar a resolver os principais problemas presentes na sociedade, estando assentado no tripé ensino, pesquisa e extensão.

O Sinasefe, junto com os demais movimentos sociais, deve redigir o seu projeto de Reforma Universitária e aglutinar amplos setores em defesa da educação, da ciência e da soberania nacional.

#### • **Contra a cobrança de mensalidades nas instituições públicas e a política de vouchers**

Com os crescentes cortes na educação, alavancados pelas políticas de ajuste fiscal e pela Emenda Constitucional 95, as universidades têm enfrentado cada vez mais dificuldades em seu financiamento. Com isso alguns setores da política nacional, incentivados por um relatório lançado pelo Banco Mundial que critica políticas públicas, vendem soluções mágicas para o problema: limitar o gasto por aluno e cobrar mensalidades. Trata-se de um engodo e uma ameaça ao caráter público da universidade, que em última instância não resolve o problema.

Os defensores da cobrança de mensalidades afirmam que os investimentos por aluno nas instituições públicas são maiores do que nas privadas. Desconsideram que é nas universidades públicas que estão localizadas quase a totalidade da pesquisa

científica e tecnológica existente no país, o que gera importantes resultados econômicos, como na produção de alimentos, na exploração de petróleo e no desenvolvimento de novas fontes de energia. É na universidade pública também que reside mais da metade de todo o Sistema Nacional de Pós Graduação.

Apesar disso, é bem verdade que a parcela mais rica da população deve sim ter uma maior responsabilização em manter as universidades públicas. Mas isso não se dá através da cobrança de mensalidades. Uma reflexão bastante importante que deve ser feita gira em torno do sistema tributário brasileiro, em que os mais pobres são os que mais pagam. Uma política distributiva mais justa, com taxação de grandes fortunas, heranças, propriedades e que isente a parcela mais pobre fará com que os super ricos brasileiros financiem o desenvolvimento, inclusive a educação pública.

Além disso, a equipe de Bolsonaro liderada por Paulo Guedes propõe implementar no Brasil uma política de vouchers, em que seriam distribuídos vales para que as famílias matriculem seus filhos em escolas e universidades privadas, fazendo com que o governo não precise mais investir em instituições públicas, pagando apenas o referente às vagas. Tal política geraria uma grande distorção no sistema educacional e os mais pobres estariam destinados às escolas e universidades de menor qualidade.

É imperativo que o Sinasefe siga na luta em defesa do caráter público da universidade e das políticas de acesso que realmente contribuem com a democratização do ensino superior brasileiro.

- **Em defesa do tripé: ensino, pesquisa e extensão**

O Brasil é detentor de uma grande riqueza natural espalhada em seu território continental, além de um povo trabalhador. Mas a realização de suas potencialidades de forma plena é ainda um sonho. Cabe, portanto, à educação o papel de se conectar aos anseios da população e impulsionar um projeto que garanta a realização desse sonho intenso nas mais variadas áreas, sejam elas tecnológicas, científicas, econômicas, culturais ou sociais.

Para isso, é fundamental garantir a qualidade do ensino, na formação de profissionais preparados, humanos e com capacidade crítica. Mas isto é indissociável de um projeto que teste os saberes produzidos dentro da academia para fora dela, na realidade das comunidades. A extensão universitária possui papel central e não pode ser subestimado.

Da mesma maneira, é necessário o investimento massivo em pesquisa, para a produção de novas soluções, novas alternativas e a quebra de paradigmas. No momento em que o obscurantismo se alastra, em que a ciência é negada e pesquisas acadêmicas são reprimidas, é preciso reafirmar que a produção científica é algo que não podemos abrir mão.

Já a extensão universitária não pode apenas ser pensada como palestras. É fundamental que ela esteja ligada à possibilidade de vivências práticas relacionadas ao conteúdo presente na sala de aula, estando presente em toda a grade curricular.

Recentemente os projetos de pesquisa e extensão no Brasil estiveram às beiras de um colapso. A Capes chegou a anunciar que teria que pôr fim à diversos projetos importantes e cortar milhares de bolsas. Graças à luta dos movimentos sociais essa

realidade foi evitada, mas ainda seguem fortemente ameaçadas com a falta de investimentos, a subjugação de pesquisas à interesses políticos e econômicos.

É necessário, portanto, pesados investimentos em pesquisa e extensão, com atenção especial à região Norte e Nordeste, já que grande parte da pesquisa brasileira ainda se concentra na região Centro-Sul. As bolsas precisam ser valorizadas e precisa haver uma maior integração entre graduação e pós-graduação, incentivando a investigação científica seja com pesquisas de campo simples ou até mesmo substituindo avaliações tradicionais por projetos de pesquisa.

Junto com isso, devemos nos posicionar firmemente contra a Portaria 983/2020 e todas as demais portarias internas das instituições, à exemplo do IFMG que de maneira abrupta aumentou a carga horária dos docentes, mesmo com o CONIF conseguindo mais tempo até sua implementação.

#### • Fica Pibid – Por uma educação sem mordaza

Vivemos um momento em que setores obscurantistas tentam colocar estudantes contra professores. Uma deputada eleita chegou a pedir que os alunos gravassem vídeos de seus professores “doutrinando” em sala de aula. O que essa turma quer com projetos como o “Escola Sem Partido” na verdade é colocar uma mordaza nos educadores. Ninguém defende uma escola com partido, muito pelo contrário! A escola precisa ser lugar de livre debates plural de ideias para o desenvolvimento de um pensamento crítico.

Com todo esse cenário, não é difícil perceber o motivo de o Programa Institucional de Bolsas de Iniciação à Docência (Pibid) sofrer constantes ameaças de cortes. O Pibid é uma importante ponte para o contato entre graduação e ensino básico, estimulando milhares de estudantes de licenciatura a ter contato com a sala de aula nas escolas. Mais do que isso, o programa é um chamado à valorização dos professores brasileiros.

No entanto, a instabilidade do programa tem dificultado sua continuidade, o acesso a novos bolsistas e a continuidade daqueles que já estão no programa. Por isso defendemos que o Pibid vire lei! Circula no Congresso Nacional o Projeto de Lei 5180/2016 que propõe transformar o projeto em uma política de Estado, garantindo assim recursos e sua permanência independente da vontade política de governos.

#### • Financiamento e Infraestrutura

Se tem uma coisa que sabemos é: as universidades carecem de uma boa infraestrutura. Esse drama fica ainda pior quando os alunos estão produzindo seus TCCs. Aí é sempre aquele “Deus nos acuda!”.

Mas não é só isso. Os laboratórios muitas vezes são precários e não possuem as condições necessárias para o desenvolvimento da pesquisa. E no verão? Às vezes a sala de aula mais parece uma sauna. E não para por aí: as moradias estudantis não dão conta de toda a demanda e os Restaurantes Universitários estão caros e com cada vez menos qualidade.

Mas não é só na infraestrutura em que as dificuldades de financiamento se manifestam. Falamos tanto em autonomia universitária e a necessidade de as institui-

ções de ensino terem liberdade para definir seus programas e linhas de pesquisa, mas quando o recurso não vem, tudo isso é ameaçado. Afinal de contas aquele ditado popular prevalece: “quem paga a banda, escolhe a música”. E muitas vezes os recursos que deveriam ser destinados a importantes programas simplesmente não aparecem, ou são cortados em alguma política de ajuste.

Mesmo com tudo isso, Bolsonaro ainda teve o disparate de afirmar que no Brasil se investe muito em educação! Através de uma pretensa pauta de combate à “ideologização” nas escolas e universidades, o presidente da república justifica uma agenda de perseguições e desvalorização do ensino público. É evidente que isso se trata de uma cortina de fumaça.

Pensando na necessidade de mais investimentos, os movimentos sociais criaram a campanha pela destinação de 50% dos recursos do Fundo Social do Pré-Sal para a educação, assim como 75% dos royalties provenientes da exploração do petróleo no Brasil. Na época muitos duvidaram, mas com muita luta garantimos essa importante conquista.

O problema é que hoje esta vitória está ameaçada. O sucateamento da Petrobrás, o fim da política de conteúdo nacional e o fim da prioridade da empresa brasileira na exploração dos campos de petróleo diminuem muito o potencial de recursos. Somado a isso, a Emenda Constitucional 95 congela os investimentos por 20 anos.

É necessário defender essas conquistas protagonizadas pelo povo e lutar pela revogação da EC95, para que se possa atingir a meta do PNE que prevê o investimento de 10% do PIB em educação.

#### • **Mais segurança nos campi das instituições**

A violência nos centros urbanos é algo que preocupa cada vez mais. O assunto da segurança nos campi universitários e no entorno deles não é algo menor, pelo contrário, assume grande relevância para todos e todas nós.

Quem nunca sentiu medo ao esperar um ônibus em um ponto escuro ao lado da universidade? Ou ao cruzar o campus que muitas vezes não possui iluminação? Para enfrentar esse debate é necessário mobilizar os estudantes, administração das universidades, servidores e poder público.

O plano das cidades precisa levar em conta a existência da universidade, prevenindo iluminação nos entornos e pontos de ônibus mais próximos às entradas e saídas. Além disso, defendemos a carreira de Guarda Universitário, que possua capacitação também em direitos humanos e contingente feminino.

O nosso movimento se propõe a debater e procurar soluções referente a este tema que é absolutamente pertinente nos dias atuais.

## **2. LIBERDADE**

### **Em defesa do Brasil e da nossa Constituição**

A jovem democracia brasileira é regida desde o final da ditadura militar pela Constituição Cidadã, aprovada em 1988 após um amplo movimento que englobou

os mais diversos setores e construiu um pacto democrático com a garantia de direitos fundamentais ao povo brasileiro, como o acesso à educação e à saúde pública, à dignidade, ao trabalho e ao pluralismo político. Foi a partir deste pacto democrático que o Brasil conseguiu atravessar até mesmo os momentos mais turbulentos.

Apesar disso, nossa carta magna tem sido cada vez mais negligenciada. Se ao longo das últimas décadas já presenciávamos violações aos direitos humanos, sobretudo da população mais pobre e negra, hoje estamos diante de um governo autoritário que demonstra seu desprezo pela democracia, que persegue a oposição e a imprensa livre. Sob o governo Bolsonaro não estão garantidas as nossas liberdades democráticas.

É por isso que propomos a construção de uma Frente Ampla e Democrática, que tenha como centro a defesa dos preceitos básicos da democracia e apresente uma agenda em defesa das liberdades, da soberania e do patrimônio nacional, além do acesso aos direitos da nossa população.

- **Em defesa da autonomia universitária e da Liberdade de Cátedra**

Nos últimos anos vimos o direito ao livre pensamento ser duramente ferido. Disciplinas em diversas universidades foram questionadas pelo então Ministro da Educação. Agentes do TRE do Rio de Janeiro chegaram a interromper uma aula na Universidade Federal Fluminense para inquirir a respeito do seu conteúdo. A situação chegou ao ponto de um juiz pedir a retirada de uma bandeira com os dizeres “direito UFF antifascista”.

A autonomia universitária é um dispositivo garantido pela Constituição assentada no tripé da autonomia financeira, administrativa e liberdade de cátedra. Isto é uma conquista firmada após centenas de anos de existência de universidades no mundo inteiro, para que o ensino e a pesquisa não sejam submetidas aos governos vigentes e possam, dessa maneira, assegurar seu caráter livre e garantir o progresso e o desenvolvimento econômico e social sob qualquer regime.

É bem verdade que essa autonomia sempre enfrentou dificuldades, principalmente pelo motivo de os investimentos estarem ligados a uma atribuição discricionária dos governos. Esse problema se aprofundou muito sob o governo Temer, com o congelamento de investimentos públicos e o corte de gastos.

Mas agora o que se encontra sob ameaça é a liberdade de cátedra. Pesquisas são vigiadas, professores são constrangidos. A proposta da Lei da Mordaça tenta impedir que determinados conteúdos sejam debatidos nas escolas. Bolsonaro já afirmou que pretende “revisar” o conteúdo do Exame Nacional do Ensino Médio (ENEM) e chegou a criar uma comissão para avaliar se há “ideologia” em cada uma das questões. Tudo isso compõe uma grande ameaça ao pensamento crítico e é tarefa de todos e todas nós permanecer na linha de frente em defesa da autonomia universitária.

- **Democracia nas Instituições**

A democracia nas universidades ainda precisa melhorar muito! Apesar de todos os avanços que tivemos no último período em relação à composição social das Instituições de Ensino, ainda enfrentamos grandes dificuldades no que se refere à participação da comunidade acadêmica na formulação de diretrizes e no projeto de

universidade.

Nas nossas instituições públicas, a maioria não conta com paridade na eleição para reitor. Algumas apenas realizam uma consulta informal. Elege-se uma lista tríplice que é encaminhada para que o Presidente da República formalize a nomeação. A vontade de Jair Bolsonaro é ainda pior: sua equipe já indicou vários reitores das universidades, não necessariamente o mais votado, possuindo assim o controle político das instituições.

Isso se trata de um grande retrocesso para a própria autonomia universitária e vai na contramão de todos os avanços educacionais existentes. O projeto de universidade precisa ser discutido por todos aqueles que pertencem à sua comunidade. A democracia não pode ser sufocada!

#### • **Em defesa da Liberdade de Expressão**

Os movimentos sociais lutam há anos pela democratização dos meios de comunicação, para que a nossa imprensa seja verdadeiramente livre e não expresse apenas os interesses dos grandes empresários. Inclusive, os sindicatos têm apostado nos últimos anos em experiências de redes de comunicação colaborativa com o objetivo de ampliar vozes destoantes à narrativa muitas vezes predominante.

Para que muitas vozes se ergam, é preciso que o princípio básico da liberdade de expressão seja garantido. Mas o atual governo já demonstra sua predisposição ao autoritarismo inclusive naquilo que tange à imprensa livre e democrática. Jornalistas de determinados veículos são impedidos de participar das coletivas de imprensa. Durante a campanha, Bolsonaro chegou a prometer cortar recursos dos jornais que divulgarem notícias que ele julgar incorretas.

#### • **Em defesa das Liberdades Políticas: o Sinasefe é democracia!**

Durante toda a história, quando faltou democracia ao Brasil os trabalhadores foram os primeiros a sofrer. Muitos de nossos líderes foram perseguidos, torturados e mortos pela ditadura militar.

Portanto, é nos regimes democráticos que mais podemos contribuir com a elaboração de um projeto de nação que coloque a educação como centro para pavimentar as avenidas rumo a um país desenvolvido, soberano e justo para o seu povo.

Mas está ficando claro que a democracia não é um bem inalienável para os setores neoliberais e ultraconservadores. Para eles imporem sua agenda ao Brasil, não se importam em passar por cima da Constituição e de todos os nossos direitos. Para anular seus adversários políticos, os despem de humanidade e os transformam em algo a ser combatido: "um inimigo interno". Jogados nessa vala comum e criminalizados, acabam sendo os estudantes, técnicos, professores, artistas e trabalhadores: todos aqueles que ousam resistir.

Um grande exemplo disso é a prisão política do ex-presidente Lula, que nos deixou um legado de transformação social e democratização do acesso ao ensino superior. Lula foi alvo de uma investigação seletiva e tendenciosa, comprometida desde o seu princípio e que tinha como único objetivo retirá-lo da disputa eleitoral e abrir portas

para uma agenda ultraliberal e conservadora, alinhada a interesses do rentismo internacional.

A defesa da democracia está no nosso DNA. Nos preocupa muito as declarações de Bolsonaro a respeito de perseguir seus opositores ou até mesmo em relação a criminalizar os movimentos sociais. É preciso que cada pessoa tenha o direito de exercer plenamente a sua cidadania, garantindo o livre direito a se organizar, manifestar e opinar. Este é um conceito base de toda civilização democrática.

### 3. BRASIL

#### NINGUÉM SOLTA A MÃO DE NINGUÉM

Acreditamos no potencial do povo brasileiro. Sabemos que o nosso país é um sonho intenso ainda não realizado, que ao longo dos séculos tem sido explorado por setores internacionais e impedido de prosperar. Por isso, temos convicção de que a educação é o caminho para construir uma nova independência de nosso país, finalmente colocando-o de pé e em condições de garantir uma vida digna à sua população.

Vivemos nos últimos anos uma grave crise econômica, que acentuada pela situação política do país e pelas investidas do império estadunidense culminaram em uma situação de desemprego, volta da miséria e insegurança. O sentimento de desespero foi crescendo na população ao lado de uma forte desesperança. Segundo pesquisa divulgada pelo DataFolha em 2018, 62% dos jovens brasileiros gostariam de deixar o país e viver em outro lugar. Nossa juventude, que outrora se demonstrou orgulhosa de pertencer ao Brasil, hoje está com baixa autoestima.

Foi sabendo explorar este sentimento, que Jair Bolsonaro chegou à presidência da república no Brasil, se utilizando de um forte aparato de desinformação, o candidato conseguiu confundir o processo eleitoral e desviar de assuntos centrais para a superação da crise econômica que assola o mundo desde 2008 e hoje apresenta graves efeitos por aqui.

O governo Bolsonaro deixa clara a sua missão e tenta liquidar com qualquer conquista social obtida desde a Era Vargas. Trata-se de um governo de extrema direita, ultraliberal na economia e conservador nos costumes.

Vivemos momentos que representam grandes perigos à democracia. Bolsonaro não esconde seu apreço ao regime militar e ao autoritarismo. Já chegou a declarar que erradicaria a esquerda do país, afirmando que os "vermelhos" poderiam ser presos ou teriam que sair do país.

Em sua base de sustentação encontram-se setores que igualmente são nocivos ao país. De um lado está o setor da farda representado nos militares, que compõem grande parte dos ministérios do governo Bolsonaro. Ao lado deles, está o guru do presidente, Paulo Guedes, que representa os grandes interesses do rentismo e estão ansiosos para abocanhar nossas riquezas naturais e nossas empresas públicas.

Da mesma forma, compõe a base do governo o setor fundamentalista que acelera para impor sua pauta conservadora, retrocesso nas pautas relacionadas aos direitos humanos e ataque às minorias, sobretudo às mulheres, negros e negras e LGBTs.

Por fim, existe uma espécie de clã que atua como mentora de grande parte do governo. São os filhos de Bolsonaro e os mais variados charlatões do cenário nacional, responsáveis por dar sustentação ideológica e buscar alinhar suas ações com o imperialismo internacional. Denúncias recentes têm sustentado a possibilidade de que esta parte do governo está profundamente ligada às milícias.

- **Como resistir aos ataques de Bolsonaro?**

Em meio a este cenário com elevado grau de complexidade da conjuntura brasileira, defendemos que o Sinasefe ocupe papel ativo no processo de resistência. Não iremos baixar a guarda e nem nos calar.

Para atravessarmos esse momento é fundamental garantir a unidade dos movimentos sociais e de todos os setores progressistas. Atuaremos em conjunto com a Frente Brasil Popular e a Frente Povo Sem Medo garantindo um calendário de mobilizações para que, aliado às centrais sindicais e aos setores progressistas, possamos ocupar as ruas contra a entrega do patrimônio nacional às corporações estrangeiras e todas as tentativas de retiradas de direitos.

A nossa palavra de ordem é resistir e acumular forças. Para isso é fundamental que o Sinasefe mantenha sua capacidade de iniciativa. Organizando amplos setores em defesa da pauta educacional e propondo alternativas ao atual projeto de poder de Bolsonaro.

Para nós, "resistir" é também garantir que as entidades do movimento sociais mantenham sua liberdade de atuação, fortalecendo suas lideranças e se opondo a qualquer prática de cerceamento das liberdades democráticas.

- **Em defesa do patrimônio nacional**

Bolsonaro quer vender a preço de banana ao capital estrangeiro o nosso patrimônio. Além de entregar a Base de Alcântara aos Estados Unidos, busca entregar outras áreas estratégicas como a Eletrobrás, responsável por 37% da geração de energia no país e a Petrobrás, uma das maiores empresas de petróleo do mundo. Este projeto fere gravemente a nossa soberania e a possibilidade de trilharmos um caminho de desenvolvimento guiado pelas bases de um projeto de nação.

Criada em 1953, a Petrobrás é fruto de um amplo debate sobre o regime de exploração de petróleo no Brasil em que os interesses nacionais prevaleceram sobre os internacionais, mas para isso foi preciso grande mobilização nacional, com a campanha "O Petróleo é Nosso". Atravessando muitos percalços em seu caminho, a Petrobrás cresceu e foi capaz de encontrar em nosso território uma de nossas maiores riquezas naturais: o pré-sal. Percebendo isso, os movimentos populares protagonizaram outra grande conquista: a destinação de 75% dos royalties provenientes da exploração do petróleo e 50% do Fundo Social do Pré-Sal para a educação. Dessa maneira, os movimentos sociais contribuíram para encontrar o passaporte a um novo futuro para o Brasil.

Como o petróleo é combustível de grande cobiça internacional (e inclusive guerras) teve início aí um novo período em que os setores estrangeiros voltaram seus olhos para o Brasil com sua habitual sede de poder. A Petrobrás passou a ser alvo de uma intensa campanha de desmoralização até mesmo de espionagem, visando

seu enfraquecimento e privatização. Campos de petróleo foram entregues e hoje a empresa corre grandes riscos.

A operação Lava Jato, que possui um falso pretexto de combate à corrupção, fortaleceu uma grande crise na Petrobrás e em toda a engenharia nacional. Ao invés de punir os responsáveis pelos casos de corrupção, a operação praticamente paralisou as atividades produtivas do país, cometendo excessos e evitando investigações realmente sérias, ao passo que transforma cada caso em espetáculo midiático visando a desmoralização dos bens públicos, ocasionando desemprego e recessão. Além disso, nos preocupamos com a possibilidade de a Lava Jato virar instrumento de barganha para negociatas envolvendo votações no Congresso e fator de pressão sobre parlamentares e agentes públicos.

É mais importante do que nunca defender as riquezas naturais e o nosso patrimônio, colocando-os a serviço do desenvolvimento soberano, da preservação do meio ambiente e do papel estratégico que o Brasil joga na manutenção da paz.

- **As contrarreformas de Bolsonaro podem inviabilizar as políticas educacionais.**

Na contramão dos anseios do povo, as contrarreformas iniciadas no governo Temer atingem em cheio a educação. A Emenda Constitucional 95 que congela os investimentos públicos e impede que as verbas destinadas à áreas como educação e saúde cresçam proporcionalmente à receita do país e passam a ficar congeladas e são corrigidas apenas pela inflação do ano anterior. Desta maneira, a educação pública é posta em cheque, instalando uma crise de financiamento em todas instituições. Os movimentos sociais não aceitaram a EC95 e ocuparam centenas de universidades em todo o país em um movimento que contagiou a sociedade.

A Emenda do Teto de Gastos impossibilita na prática qualquer política educacional até 2036 (levando em conta os vinte anos de congelamento), incluindo as metas do Plano Nacional de Educação (PNE), que prevê o investimento de 10% do Produto Interno Bruto (PIB) para a educação. Ao invés de aumentar as receitas da educação, quando se compara o orçamento de 2017 e 2018 é possível perceber uma redução de 36% nos investimentos. Na prática, é possível que a EC95 reduza os recursos, dos atuais 6% para 4,2% do PIB.

Todos os níveis da educação brasileira são afetadas pela EC95. Uma das metas do PNE prevê que 25% das crianças de 0 a 3 anos de idade estivessem matriculadas em uma escola até 2024. Segundo alguns especialistas, com a Emenda, nem metade dessa meta será atingida.

As universidades estão no centro dessa política nefasta. Dados apontam que na UnB, por exemplo, exista um déficit orçamentário de R\$ 92 milhões. Os cortes de custeio e investimento podem inviabilizar as atividades das Instituições Federais de Ensino Superior (IFES) no país. Tal redução já é sentida no orçamento das universidades, afetando desde o pagamento de água e luz, até superlotação de salas de aula, suspensão de contratações e congelamento do salário dos professores e técnicos, isso precisa acabar!

Para piorar a situação, a reforma trabalhista aprovada também pelo governo Temer piora muito as condições de trabalho, especialmente daqueles que dedicam suas vidas à educação. No final de 2017, a Estácio demitiu cerca mil e duzentos pro-

fessores apenas para recontratá-los em seguida sob o regime mais precarizado. O mesmo ocorreu com a rede Laureate e diversas outras. As alterações mexem em pontos como férias, jornada, remuneração e planos de carreira. As novas modalidades de contratação, como contrato temporário e o intermitente dificultam ainda mais a integração entre trabalhadores e estudantes, algo que assume proporções ainda mais dramáticas ao levar em conta a aprovação da terceirização irrestrita.

Diferente do que foi prometido pelo governo, a reforma trabalhista não resolveu o problema do desemprego. Segundo o IBGE, entre março e maio de 2018 o número de empregados com carteira assinada no Brasil diminuiu em comparação com o trimestre anterior, ao mesmo tempo em que aumentou o número de trabalhadores na informalidade: 307 mil a mais! Os índices são ainda mais alarmantes entre os jovens: 7 milhões de brasileiros e brasileiras entre 14 e 29 anos estão desempregados. Tais dados influenciam muito a evasão nas nossas instituições, que tem atingido índices alarmantes.

#### 4. RESISTÊNCIA

##### • **DEMOCRACIA EM TEMPOS DE INTERNET E RESISTÊNCIA – OS NOVOS DESAFIOS DAS E DOS TRABALHADORES BRASILEIROS**

Os trabalhadores costumam ser uma importante vanguarda em todas as transformações. São também a força motriz que fazem com que os sindicatos permaneçam sempre na luta, se atualizando e conectando aos desafios centrais de cada geração. Isso faz com que de tempos em tempos o Sinasefe tenha um upgrade. Afinal, os tempos não são os mesmos de quando a entidade foi fundada, há mais de 30 anos atrás. Nossa história é a base para que possamos olhar ao futuro de forma assertiva e ousada.

No mundo inteiro assistimos à grandes inovações tecnológicas que impactam diretamente no nosso dia a dia. Um mundo de possibilidades se abre diante de nós e podemos colocar todo esse desenvolvimento a serviço de um bem comum. As mobilizações não acontecem mais da mesma forma: eventos no facebook mobilizam multidões e a internet deixa de ser apenas um espaço de comunicação e passa ser também um espaço em que as relações se desenvolvem.

É claro que as contradições existem. Como tudo no capitalismo, a tecnologia também muitas vezes é posta a serviço de um projeto de dominação. Neste caso, democracias inteiras são abaladas. Estados Unidos e Brasil são casos clássicos de interferências nas decisões políticas através de um processo baseado em algoritmos que muito mais diz o que as pessoas devem pensar do que reflete a realidade. Ferramentas poderosas são inseridas e o direcionamento de posts destinados a atrair cada perfil de usuário chegam a assustar. Não é à toa que a disseminação de notícias falsas é avassaladora: cada pessoa pode receber o conteúdo mais propício a fazê-la acreditar. Há quem diga que a própria democracia foi hackeada.

Neste cenário, novas alternativas surgem. Desde aquelas que legitimamente contestam as narrativas consideradas oficiais até outras mais oportunistas, que se utilizam destes avanços tecnológicos para espalhar ódio e desinformação.

Diante disto, nos cabe ficar animados ou até preocupados, mas jamais assistir passivamente! Precisamos nos organizar em rede, aliando as tradicionais assem-

bleias por campi com a formação de grupos de WhatsApp e contatos por Instagram e Facebook. É preciso apertar o F5 no Sinasefe e fazer com que ela encontre novas formas de defender a democracia e a educação.

- **Um Sinasefe nas bases**

O coração do Sinasefe é a rede do movimento sindical. São nas seções locais que a luta acontece. Portanto qualquer projeto para a entidade precisa passar necessariamente pelo fortalecimento destes espaços.

É preciso que a nova direção nacional volte a dialogar com as bases do movimento sindical, colocando como prioridade de nossa atuação para o próximo período a formação e o fortalecimento das seções sindicais nos principais centros políticos. Eclodiram nas universidades, com grande participação nossa, comitês de luta em defesa da democracia. Organizar toda essa efervescência que se encontra nas instituições de ensino é o nosso desafio.

- **A cultura é resistência!**

O Brasil é formado por um povo que se originou da síntese cultural de diversos povos que aqui conviveram, muitas das vezes sob forte tensão e violência, essa última produto dos intensos processos de luta e resistência dos que aqui foram subjugados pela antiga metrópole.

O processo violento de formação da identidade cultural nacional que conhecemos nos dias de hoje deixou marcas que ainda nos impede de desenvolver todo o nosso potencial como Nação. Estão ameaçadas neste momento, pelo poder da neocolonização, as nossas cores e a imensa criatividade de uma gente destinada ao que seria o futuro da humanidade.

Acreditamos que a construção de um Festival Cultural Sindical pode jogar papel ainda maior ao lado da luta política do Sinasefe, se articulando com artistas e produtores culturais na valorização da cultura, na defesa do Brasil, da educação e da própria entidade.

- **Comunicação Colaborativa para os novos tempos: um Sinasefe 4.0**

O avanço das tecnologias e da velocidade da informação no século XXI tem sido mais acelerada do que qualquer outro momento da história da humanidade. Muitos historiadores dizem que o tempo pode ser concebido em velocidades diferentes em épocas diferentes, justamente pela relação que temos com as mudanças da sociedade.

Para encararmos os desafios desses novos tempos, precisamos mais do que nos adaptar, mas dominar as novas tecnologias e métodos de comunicação e marketing que nos deem condições de expandir cada vez mais o nosso alcance entre os trabalhadores e as trabalhadoras.

As inovações tecnológicas possibilitam todo um universo de novas maneiras para o Sinasefe fazer parte do cotidiano da vida profissional de seus filiados. Através das redes as distâncias são encurtadas, mas elas devem ser encaradas também como um espaço orgânico de convivência.

É bem verdade que os meios em que a comunicação se dá não são neutros. Os algoritmos do facebook, por exemplo, são geridos sem qualquer mecanismo de transparência e influenciam muito o comportamento dos usuários. Essas ferramentas também são utilizadas de forma oportunista por setores ultraconservadores para propagar suas campanhas de desinformação, utilizando para isso de recursos nebulosos. Não é à toa que as chamadas fakenews tomaram centralidade no debate eleitoral de 2018. Apesar disso, nossa resposta jamais deve ser na mesma moeda. É nosso papel politizar os debates e combater a “memetização” da política, gerando conteúdos de qualidade e que contribuam com informações teóricas relevantes.

Quem não compreender o atual momento e se dedicar a atualizar suas formas de atuação em rede está fadado a se tornar obsoleto, mas este não deve ser o caso do Sinasefe! No momento atual existem brechas que permitem a organização política através do ambiente virtual para a realização da disputa contranarrativa, para melhor utilização de bens artísticos e culturais, para o financiamento coletivo e o aumento da autonomia política.

É por isso que a comunicação e a atuação em rede do Sinasefe não pode ser concebida através dos meios tradicionais. Precisa ser muito mais orgânica a forma como nos comunicamos, produzindo conteúdos diretamente relacionados com a rede do movimento sindical e acadêmico. Integrar a nossa comunicação com os mais diversos movimentos que acontecem dentro da universidade é fundamental, podendo servir como espaço de informação acadêmica e articulação legítima dos trabalhadores brasileiros.

Nesse sentido precisamos de uma ampla reforma no conceito da comunicação do Sinasefe, que passe desde a elaboração de estratégias, até a forma de se relacionar com as redes. O aprimoramento de nossas ferramentas de internet buscando aglutinar um envolvimento cada vez maior tanto na produção de conteúdo quando em sua disseminação.

Para alcançar esses resultados devemos, por exemplo, pensar na produção de mais conteúdo via vídeo, falando mais sobre a história, as bandeiras e o funcionamento do Sinasefe, bem como a criação de uma rede de canais no youtube com conteúdos políticos e também de caráter acadêmico. Existe muita produção com este sentido dentro das universidades, é nosso papel articular essa rede e posicioná-la em defesa da educação e da democracia.

Além disso, precisamos avançar na criação de uma rede de diálogos e disseminação de conteúdos via whatsapp, organizando grupos que atinjam a maior diversidade possível de trabalhadores e universidades.

- **Jornada de Lutas dos trabalhadores brasileiros**

O movimento social tradicionalmente organiza grandes passeatas e mobilizações ao longo de todo o mês de março. Este ano não será diferente e existem muitos motivos para sairmos às ruas! As contrarreformas de Bolsonaro não passarão no que depender de nós.

O dia internacional da mulher, lembrado em 8 de março, é palco de resistência. As mulheres têm sido linha de frente nas principais batalhas do país e demonstraram

sua força através do movimento “Ele Não”. Agora, mais do que nunca, o grito feminista ecoa pelas ruas contra precarização do trabalho e a reforma administrativa.

- **Memória, Verdade e Justiça**

Durante a Ditadura Militar, todos aqueles que se organizavam nos sindicatos foram duramente perseguidos pelo Estado de exceção. Nas primeiras horas do regime, várias sedes foram invadidas. Os encontros e congressos sindicais foram duramente reprimidos.

Nos dias de hoje existe uma disputa de concepções dentro da sociedade sobre o que significou os vinte anos de ditadura no Brasil. Bolsonaro homenageia comumente o coronel Brilhante Ustra, conhecido por práticas terríveis de tortura. Estamos ao lado daqueles que clamam por justiça e contra a exaltação de líderes daquele tenebroso regime. Não são poucos os espaços públicos que levam nomes de presidentes daquele período.

Para que a história não se repita, é necessário que o povo conheça a verdade sobre a ditadura. Nesse sentido, o Sinasefe tem muito o que falar. Apresentar a memória das lideranças sindicais que foram perseguidas naquele momento da história é fundamental. Na luta por justiça social é fundamental a busca pela memória e a reconstrução da história.

- **Se fere minha existência serei resistência – a luta feminista**

As mulheres têm sido sempre as primeiras a se mobilizar contra a retirada de direitos. A chamada “Primavera Feminista” levou milhares às ruas em defesa da democracia. Em todos os momentos ecoam vozes feministas que tomam a frente das grandes mobilizações, atos e assembleias da categoria. É seguro dizer que a resistência é feminista.

A luta contra a desigualdade econômica e social do Brasil é o ponto de contato entre a necessidade de construção de um projeto nacional e a luta por direitos. A desigualdade é a raiz material da reprodução dos preconceitos e discriminações. E ela se reproduz no cotidiano, na diferença salarial, na sub-representação política, nos índices de violência doméstica e no feminicídio. No ambiente universitário isso se manifesta no assédio, nos estupros, na ausência de salas de acolhimentos para filhos de mães servidoras. Mas se manifesta também na pouca presença de mulheres lecionando nos cursos voltados à inovação e à tecnologia.

Todo esse cenário tem seu reflexo também no Sinasefe, que já realizou vários Encontros de Mulheres Estudantes que contribuíram muito para a elaboração de uma política da entidade voltada às pautas. Mas é preciso mais, é preciso lutar e seguir garantindo o espaço de representatividade das mulheres em todos os locais onde o sindicato se fizer presente.

- **Negras e Negros resistem todos os dias**

Durante mais de três séculos de dominação, o escravismo conformou as bases para o estabelecimento do capitalismo no Brasil. O legado desses anos de opressão racial foi a formação de uma população que, sob fortes pressões sociais, é forçada a

esquecer e negar sua memória e sua história.

Por isso, nossa resistência à violência nos ensinou a lutar primeiramente por liberdade e, nos dias de hoje, por direitos que precisam cada vez mais se efetivar. Saímos da senzala, mas não estamos totalmente livres. 70% dos jovens que morrem entre 18 e 25 anos são negros. Nas cadeias é maioria indiscutível, empurrados pelo sistema capitalista à marginalidade. Para se ter uma ideia, nos últimos dez anos os números de assassinatos caíram 8% entre mulheres brancas, mas aumentaram 15,4% entre as negras.

Na universidade é muito recente as ferramentas de reparação histórica, mas já demonstramos que o ensino técnico e superior é também um espaço a ser ocupado! A presença de negros e negras aumentou mais de 200% nos últimos anos. Ainda assim enfrentamos muitas dificuldades para a nossa permanência, as bolsas são insuficientes e a política de assistência estudantil se encontra cada vez mais ameaçada.

Além disso, são poucos os professores negros que dão aula. Isso pra não falar que quase não há presença negra nos espaços de decisão da universidade, passando bem longe das reitorias. Poucos também são os pesquisadores negros que estão presentes nas nossas instituições de ensino.

Queremos construir um Sinasefe cada vez mais enegrecido. O Encontro de Negros, Negras e Indígenas do Sinasefe tem se consolidado como um importante espaço de articulação de uma política voltada para a superação da exclusão histórica a qual foram relegados.

Continuamos em luta pela valorização da cor e das raízes negras. Lutamos contra a redução da maioria penal, política de enclausuramento da juventude. Pela desmilitarização da polícia militar, que como braço do estado promove a "limpeza" étnica dos centros urbanos. Pela descriminalização das drogas, tirando nossa juventude do alvo na guerra às drogas. Lutamos para que nossas mulheres e sua imagem não sejam vendidas como mercadorias exóticas. Pela equiparação salarial e de oportunidades em todos os espaços. Acreditamos no potencial do povo brasileiro que enfrenta com coragem tantas lutas no seu dia a dia para mudar esta realidade.

#### • **LGBTs são resistência**

Chegaram ao Governo Federal no Brasil, agentes que impõem uma agenda ultraliberal na economia e conservadora do ponto de vista dos costumes. O Brasil ainda é o país que mais mata travestis e transexuais no mundo e a onda de violência só tem aumentado, incentivada pelas declarações abertamente LGBTfóbicas de Jair Bolsonaro, seus eleitores e apoiadores sentiram-se legitimados para dizerem o que pensam e agirem de maneira violenta.

As universidades devem ter um papel protagonista na superação de preconceitos e na construção de uma educação emancipadora, laica, democrática e acolhedora para todas e todos, fazendo valer a pluralidade sexual e de gênero do nosso povo. É impossível pensarmos em um país desenvolvido socialmente e economicamente enquanto não envolvermos esta relevante parcela da sociedade, sem isso a população LGBT continuará vulnerável ao subemprego e à violência.

Para isso, é urgente a criação dos Encontros LGBTs do Sinasefe, à exemplo do que acontece com os negros, negras, indígenas e mulheres, essa pode ser a primeira medida a ser tomada rumo a garantia de tais vozes serem ouvidas e não mais caladas.

***TESE ESTATUINTE***



## **01 – INSERÇÃO DE ARTIGO NO ESTATUTO DO SINASEFE SOBRE GREVE**

Texto sugerido para inclusão:

**Art. 18.** Quando se tratar de definir as reivindicações da categoria e deliberar sobre greve, será da competência da Plenária Nacional – PLENA, que transformará-se-á em Assembleia Geral.

**§ 1º.** A convocação para deliberar sobre greve deverá observar o prazo mínimo de 05 (cinco) dias, mediante envio de Edital de Convocação às Seções Sindicais e divulgação nos meios de comunicação do SINASEFE.

**§ 2º.** O quórum para deliberação, tanto da deflagração quanto da cessação da greve, será de 50% mais 01 dos delegados e delegadas presentes no Plenário.

### **JUSTIFICATIVA:**

A Lei nº 7.783, de 28/06/1989, dispõe sobre o exercício do direito de greve, define as atividades essenciais, regula o atendimento das necessidades inadiáveis da comunidade, restou aplicada aos servidores públicos através de decisão do Supremo Tribunal Federal ao apreciar os Mandados de Injunção 670/ES, 708/DF e 712/PA, concedendo efeito *erga omnes* às suas decisões. Significa dizer que as normas aplicadas aos casos julgados devem reger o exercício de greve de todos os servidores públicos até o momento em que ocorra a edição de legislação específica.

O artigo 4º da referida Lei de Greve preconiza, *in verbis*:

*Art. 4º Caberá à entidade sindical correspondente convocar, na forma do seu estatuto, assembleia geral que definirá as reivindicações da categoria e deliberará sobre a paralisação coletiva da prestação de serviços.*

*§ 1º O estatuto da entidade sindical deverá prever as formalidades de convocação e quórum para a deliberação, tanto da deflagração quanto da cessação da greve.*

Conforme se observa, a legislação que rege a paralisação coletiva da prestação de serviços determina que os estatutos das entidades sindicais contenham algumas regras para deliberação de greve.

Diante disso e por orientação da Assessoria Jurídica Nacional, se faz necessário e com urgência acrescentar o dispositivo referente à greve, para fins de evitar qualquer questionamento sobre a questão.

Assinam a presente tese:

*David Lobão – Coordenador Geral do SINASEFE*

*Carlos Magno – Coordenador Geral do SINASEFE*







SINASEFE